

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O ESPAÇO RURAL EM QUESTÃO: FORMAÇÃO E DINÂMICA DA GRANDE  
PROPRIEDADE E DOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA EM  
SANTANA DO LIVRAMENTO/RS**

FELIPE LEINDECKER MONTEBLANCO

ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**O ESPAÇO RURAL EM QUESTÃO: FORMAÇÃO E DINÂMICA DA GRANDE  
PROPRIEDADE E DOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA EM  
SANTANA DO LIVRAMENTO/RS**

FELIPE LEINDECKER MONTEBLANCO

ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

Banca examinadora:

Marcelo Cervo Chelotti – Instituto de Geografia/UFU

Dirce Maria Antunes Suertegaray – Departamento de Geografia/UFRGS

Edson Romário Monteiro Paniágua – Campus São Borja/UNIPAMPA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2013.

### CIP - Catalogação na Publicação

Monteblanco, Felipe Leindecker

O espaço rural em questão: formação e dinâmica da grande propriedade e dos assentamentos da reforma agrária em Santana do Livramento/RS / Felipe Leindecker Monteblanco. -- 2013.  
252 f.

Orientadora: Rosa Maria Vieira Medeiros.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Espaço rural. 2. Santana do Livramento. 3. Grande propriedade. 4. Assentamentos. 5. Reforma agrária. I. Medeiros, Rosa Maria Vieira, orient.  
II. Título.

**FELIPE LEINDECKER MONTEBLANCO**

**O ESPAÇO RURAL EM QUESTÃO: FORMAÇÃO E DINÂMICA DA GRANDE  
PROPRIEDADE E DOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA EM  
SANTANA DO LIVRAMENTO/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada, com louvor, em: Porto Alegre, 11 de novembro de 2013.

Orientadora: Professora Doutora Rosa Maria Vieira Medeiros

Banca examinadora:

Prof. Dr. Dirce Maria Antunes Suertegaray – Departamento de Geografia/UFRGS

Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniágua – Campus São Borja/UNIPAMPA

Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti – Instituto de Geografia/UFU

*Dedico este trabalho ao meu avô, Arcélio Norberto Leindecker (in memorian), camponês de Linha Bonita (Salvador do Sul/RS), que, como muitos, sofreu a penúria de ter que deixar o campo. Mesmo assim, carregou o campo em si mesmo até seus últimos dias, e como operário fabril, com muito esforço, conseguiu “dar estudo” à minha mãe, como ele mesmo dizia, bem como participar ativamente de minha criação. Querido avô, o senhor sempre dizia que eu seria um “doutor que ensina os professores”. É com orgulho que queria lhe dizer nesse momento que estou no caminho. O seu neto agora é mestre! Muito obrigado!*

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professores e técnicos administrativos pela contribuição em minha formação.

À minha orientadora, Professora Doutora Rosa Maria Vieira Medeiros, por todos os ensinamentos e abertura de caminhos, pela confiança que me depositou e pela amizade.

Aos meus Pais, Renato Martins Monteblando e Maria Salete Leindecker Monteblando, por terem sido a “base forte”, dando-me o amor e a educação que alicerçou o meu desenvolvimento até aqui.

Ao meu avô, Arcélio Norberto Leindecker, por me ensinar, muitas vezes mesmo sem notar, o quanto nos fazem felizes as coisas simples.

Aos meus familiares, tios e primos, que sempre me apoiaram e estiveram dispostos a ajudar com o que esteve ao seu alcance, em especial à Liciani Lindemayer.

Ao meu amigo, Rafael Cavalheiro Chaves, por sempre ter sido e por continuar sendo o irmão que eu não tive, amigo de todas as horas, que embora distante sabe passar tranquilidade quando mais se precisa.

Aos meus colegas de UNIPAMPA, Elisângela Pessôa, Katiúcia Pletiskaitz, Nilson Levi, Tiane Bitencourt, Gilvane Belém e Juliana Sonogo, pela compreensão e pela força que sempre me deram.

Ao pessoal da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), pela disponibilidade, pelas informações, pelo transporte e companhia durante visitas a assentamentos, em especial à Marta, técnica social, pelos vários caminhos que me abriu neste processo de busca.

Aos demais amigos, de infância e de hoje, de Santana do Livramento e do Rio Grande a fora, de escola, de faculdade e de trabalho, que de uma forma ou de outra foram fundamentais em minha trajetória até aqui.

*“...Hay que sacarlo todo afuera, como la primavera  
nadie quiere que adentro algo se muera  
hablar mirándose a los ojos  
sacar lo que se puede afuera  
para que adentro nazcan cosas nuevas”.*

*Luis Ramón Igarzabal – “Soy pan, soy paz, soy más”*

## RESUMO

Esta dissertação teve como tema o espaço rural, e como objeto, o caso de Santana do Livramento/RS. O objetivo foi analisar a dinâmica e as transformações do espaço rural no município. Mais precisamente, procuramos estudar o processo de formação e evolução da grande propriedade, visando compreender as características do espaço rural produzido neste secular universo; e avaliar, em paralelo, feições produzidas a partir dos 30 assentamentos da reforma agrária, instalados neste espaço a partir dos anos 1990. Para isso, como suporte teórico-analítico utilizamos a abordagem territorial. Esta nos permitiu uma investigação do rural para além do agrícola e da atenção a números, como valor adicionado ao PIB, área plantada ou número de cabeças. Através desta abordagem, procuramos reconhecer contradições sociais, dialéticas socioespaciais, processualidade histórica, a importância do lugar e dos sujeitos locais, bem como da natureza exterior ao homem, visando, enfim, desvelar a face humana deste espaço, sobretudo, as condições em que este foi se definindo como espaço de inclusão ou de exclusão social. Como procedimentos técnicos, lançamos mão da pesquisa bibliográfica, da pesquisa a fontes documentais e de dados secundários, bem como do trabalho de campo, este último pautado em observações empíricas, registros fotográficos e entrevistas gravadas. Assim, foi possível observar que as sesmarias lançaram as bases de um rural profundamente desigual no município. A partir delas, se distinguiu uma pequena elite proprietária em relação à ampla maioria da população, que ficou, já de início, alijada do acesso a terra. A grande estância pastoril surgida daí se beneficiou de uma série de artifícios para garantir sua reprodução ao longo do tempo. Na medida em que estas unidades foram se inserindo no modo de produção capitalista, foram materialmente se complexificando, acumulando novos objetos técnicos. De outro lado, foram paulatinamente expelindo a população não proprietária de seus domínios, empurrando-a para o incerto, se apresentando como autêntico espaço de exclusão. Os próprios proprietários foram sistematicamente mudando-se para a cidade. Isso acabou por marcar o rural produzido na grande propriedade como um espaço de sucessiva decadência enquanto espaço de vida e, ao mesmo tempo, de consolidação como campo de investimento da restrita classe proprietária. Se o rural se define por sua dupla face ambiental e social, no território da grande propriedade patronal em Santana do Livramento o que existe é um rural descaracterizado. A face social deste meio, definida por modos de vida específicos, se encontra reduzida diante do vazio demográfico que impera. A face ambiental, definida pela importância dos elementos naturais, se restringe aos espaços de pecuária extensiva em pasto nativo, concentrados, sobretudo, na parte oeste do município, onde ainda subsistem também restritos remanescentes de vida social tradicional, associados ao modo de vida do gaúcho. Na parte leste, a agricultura moderna, baseada em grande aparato tecnológico, cada vez mais indiferente às condições naturais, territorializa-se com velocidade e suprime cada vez mais porções de Pampa e de “vida pastoril”. Tudo isso, inclusive, nos levaria a concordar, para o caso estudado, com a hipótese da urbanização do campo, em que este perderia paulatinamente suas especificidades, em direção a uma “sociedade urbana”. No entanto, a experiência protagonizada pelos assentamentos da reforma agrária, a partir dos anos 1990, evidencia o contrário. O rural produzido no território dos assentamentos se mostra como um foco de renascimento das faces social e ambiental que caracterizam a ruralidade. Com muitas dificuldades, os assentados produzem a revitalização social do meio rural no município, redefinindo-o como espaço de inclusão de atores anteriormente excluídos, reterritorializando aqueles que haviam sido desterritorializados.

**Palavras chave:** Espaço rural, Santana do Livramento, grande propriedade, assentamentos, reforma agrária.



## ABSTRACT

The theme of this article was the rural areas, and as object, the case of Santana do Livramento / RS. The objective of the research was to analyze the dynamics and transformations of the rural area in the county. More precisely, we studied the process of formation and evolution of large property, in order to understand the characteristics of rural areas produced in this secular world; and to evaluate, in parallel, features produced from the 30 agrarian reform land settlements, from 1990s. Thereunto, we used the territorial approach as theoretical and analytical support. This allowed us to investigate the rural area beyond the agricultural and attention to numbers like "value added to GDP", "planted area" or "number of cattle heads per acre". Through this approach, we seek to recognize social contradictions, sociogeographic dialectics, historical processuality, the importance of the place and the local people, as well as the nature outside man, in order to, finally, reveal the human face of this place, mainly, the conditions under which it was being defined as a place for social inclusion or exclusion. As technical procedures, we resorted to the literature; to the research of documentary sources and to secondary data as well as field work, the latter guided by empirical observations, photographic records and recorded interviews. Thus, it was possible to observe that the "sesmarias" laid the base of a rural deeply unequal in the county. From them, it has distinguished small elite of owner over the vast majority of the population, which was, from the beginning, jettisoned from land access. The large pastoral land property arising from it has benefited from a series of devices to ensure its reproduction over the time. As per these units were intruding in capitalist mode of production, they become materially complex, accumulating new technical objects. On the other hand, they were gradually expelling the population not owner from their fields, pushing them to the uncertain, presenting as authentic space of exclusion. The owners moved by themselves systematically to the city. That marked the rural produced in large property as a place of successive decay as living space and, at the same time, of consolidation as investment field for the restricted proprietary class. If the rural is defined by its two-sided environmental and social, in the large employer propriety in Santana do Livramento, which really exist is a rural mischaracterized. The social face of this surrounding, defined by specific lifestyles, is reduced against the demographic vacuum that prevails. The environmental face, defined by the importance of natural elements, is restricted to areas of extensive cattle in native pasture, concentrated mainly in the western part of the county, where there are still restricted remnants of traditional social life, associated with the lifestyle of the "gaúcho". In the east, the modern agriculture, based on extensive technological apparatus, increasingly indifferent to natural conditions, expands the territory with speed and suppresses increasingly portions of Pampa and "pastoral life". Considering all this, inclusive, would lead us to agree, for the case studied, with the hypothesis of the urbanization of the country, where this gradually loses their specificities toward an "urban society". However, the experience carried by the agrarian reform settlements, from the 1990s, shows the opposite. The rural produced in the territory of the settlements is shown as a revival focus of social and environmental faces which characterize the rurality. With many difficulties, the settlers produce the social revitalization of rural areas in the county, redefining it as a space for inclusion of previously excluded actors, bringing back those who had been previously removed from the territory.

**Keywords:** Rural areas, Santana do Livramento, Large property, Settlements, Land reform

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Santana do Livramento na Campanha Gaúcha.....	22
Figura 2 – Localização de Santana do Livramento na área de abrangência do Bioma Pampa no Rio Grande do Sul.....	23
Figura 3 – Divisão político-administrativa do município de Santana do Livramento: a toponímia tupi-guarani presente na contemporaneidade.....	80
Figura 4 – Reduções do Tape: localizavam-se do centro para o norte do atual estado.....	82
Figura 5 – Estâncias missioneiras na Campanha.....	90
Figura 6 – O umbú e a cerca de pedra: dois ícones da paisagem rural pampiana sob a linha divisória entre Brasil e Uruguai, no 6º Distrito do Espinilho, em Livramento..	93
Figura 7 – Evolução da área territorial das estâncias missioneiras, espanholas e portuguesas na Banda Oriental na primeira metade do século XVIII.....	96
Figura 8 – Evolução da área territorial das estâncias missioneiras, espanholas e portuguesas na Banda Oriental na segunda metade do século XVIII.....	99
Figura 9 – Sede da estância São Gregório.....	114
Figura 10 – Preso no brete, o terneiro é marcado na Estância Pitangueira.....	121
Figura 11 - Como no início do século XIX, o terneiro é imobilizado por vários homens e castrado na ponta da faca na Estância Pitangueira.....	122
Figura 12 – Marco de limite da fronteira no Distrito do Espinilho.....	129
Figura 13 - Membro da comunidade do Ibicuí da Armada lidando com o gado na mangueira.....	134
Figura 14 – Cerca de pedra no Distrito do Espinilho.....	141
Figura 15 - Tipos de solos em Santana do Livramento.....	165
Figura 16 – Paisagem pampiana no Distrito do Upamaroty em Santana do Livramento: ao fundo um morro testemunho.....	167
Figura 17 - Divulgação de remate de reprodutores por cabanhas de Santana do Livramento.....	172
Figura 18 – Densidade demográfica dos Distritos de Santana do Livramento.....	178

Figura 19 – Distribuição dos assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Sul.....	187
Figura 20 – Localização dos assentamentos no município de Santana do Livramento.....	211
Figura 21 – Obras paradas de uma residência no PA Conquista do Cerro da Liberdade.....	215
Figura 22 – Produção de queijos para consumo interno e para troca com outros assentados no assentamento Sepé Tiarajú III.....	222
Figura 23 - Plantação de morango orgânico: alimento nutritivo e de qualidade para o consumo da família em lote do assentamento Sepé Tiarajú III.....	223
Figura 24 – Produção diversificada para subsistência sem a utilização de agrotóxicos no assentamento Coqueiro.....	223
Figura 25 – Barraca de venda de mel de assentados do PA Fidel castro à beira da BR 158.....	225
Figura 26 – Acesso ao PA Nova Santa Rita: ao fundo lavoura de soja.....	228
Figura 27 – Reunião sobre a Assistência Técnica no PA Fidel Castro.....	232
Figura 28 – Vista frontal de residência na agrovila do PA Nova Santa Rita.....	233

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de imóveis e área ocupada por tamanho de propriedade em Santana do Livramento.....	179
Tabela 2 – Assentamentos e famílias assentadas em Santana do Livramento (1992 - 2008).....	198

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distinções entre o território camponês e o território do agronegócio, conforme Fernandes (2008).....	180/181
---	---------

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População rural x população urbana no Brasil (1940 – 2010).....	68
Gráfico 2 – População em extrema pobreza (rural x urbana – 2010).....	69
Gráfico 3 – Evolução do número de abates no frigorífico Armour por quinquênio (1920 – 1959).....	157
Gráfico 4 – Evolução da área plantada com arroz e soja em Santana do Livramento (1975 – 2010).....	162
Gráfico 5 – Evolução da área plantada com uva em Santana do Livramento (1990 – 2010).....	164
Gráfico 6 – Evolução da criação ovina em Santana do Livramento (1974 – 2009).....	169
Gráfico 7 – Evolução do rebanho bovino em Santana do Livramento (1974 – 2009).....	175
Gráfico 8 – Percentual das áreas de assentamento em Santana do Livramento por forma de obtenção/instituição responsável.....	195
Gráfico 9 – Áreas de assentamentos criadas por forma de obtenção/instituição responsável (1992 – 2008).....	196
Gráfico 10 – Evolução da população rural em Santana do Livramento (1970 - 2010).....	199
Gráfico 11 – Área dos assentamentos de Santana do Livramento.....	204
Gráfico 12 – Evolução da produção leiteira em Santana do Livramento (1980 – 2009).....	226

## LISTA DE SIGLAS

Área de Proteção Ambiental (APA)

Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA)

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)

Cooperativa dos Assentados da Fronteira Oeste (COOPERFORTE)

Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec)

Economia-política-cultura (E-P-C)

Economia-política-cultura-natureza (E-P-C-N)

Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL)

Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE)

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Produto Interno Bruto (PIB)

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Projeto de Assentamento (PA)

Projeto Estadual de Assentamento (PE)

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

Territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>1 CAMPEANDO A MATRIZ TEÓRICO-ANALÍTICA E AS TÉCNICAS DE PESQUISA</b> .....	29
<b>1.1 Abordagem territorial</b> .....	30
1.1.1 A inovação analítica da abordagem.....	30
1.1.2 A operacionalização.....	32
<b>1.2 As técnicas de pesquisa</b> .....	41
1.2.1 O recorte espaço-temporal.....	42
1.2.2 A pesquisa bibliográfica.....	43
1.2.3 A pesquisa documental.....	45
1.2.4 A pesquisa a fontes de dados secundários.....	46
1.2.5 A pesquisa de campo.....	47
1.2.6 Organização das informações.....	50
<b>2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO RURAL</b> .....	50
<b>2.1 Um pouco do debate sobre o “destino do rural”</b> .....	51
<b>2.2 Uma compreensão: o rural permanece e é territorial</b> .....	57
<b>2.3 Avaliando o cenário brasileiro</b> .....	60
<b>3 TERRAS DE NINGUÉM? TERRITÓRIOS E ELEMENTOS DA RURALIDADE PRODUZIDOS ANTES DA PROPRIEDADE PRIVADA</b> .....	73
<b>3.1 Paisagem, toponímias, palavras e símbolos: a Santana como território aborígene</b> .....	75
<b>3.2 O gado e o gaúcho: a atual Santana do Livramento como “vacaria”</b> .....	81
<b>3.3 As primeiras estâncias: a atual Santana como território missioneiro</b> .....	88
<b>4 O RURAL PRODUZIDO NO TERRITÓRIO DA GRANDE PROPRIEDADE PATRONAL I: O PRINCÍPIO</b> .....	95
<b>4.1 A territorialização luso-brasileira em Santana do Livramento</b> .....	100
<b>4.2 As sesmarias: o princípio de um espaço rural desigual</b> .....	104
<b>4.3 A primeira metade do século XIX: uma origem militar, mercantil e escravista</b> .....	113
4.3.1 “Gigolôs de vaca”? um espaço organizado a partir do interesse mercantil....	116
4.3.2 “Entre a lida e a peleia”: um espaço militarizado.....	123



4.3.3 Um espaço de subserviência e escravidão: “o testemunho do Ibicuí da Armada”.....	131
<b>5 O RURAL PRODUZIDO NO TERRITÓRIO DA GRANDE PROPRIEDADE PATRONAL II: O CAPITALISMO NO CAMPO.....</b>	<b>134</b>
<b>5.1. A segunda metade do Século XIX: bases jurídicas e materiais para o avanço capitalista na Campanha.....</b>	<b>135</b>
5.2.1 “Donde vai ladrão de vaca?”: Lei de Terras, exclusão e resistência .....	135
5.2.2 O cercamento dos campos: o início da desterritorialização do gaúcho.....	140
<b>5.2 A primeira metade do século XX: um território sob a demanda industrial moderna.....</b>	<b>146</b>
5.2.1 O território da grande propriedade e a indústria saladeiril.....	147
5.2.2 O território da grande propriedade e a indústria frigorífica.....	150
5.2.3 O território da grande propriedade e a indústria lanífera.....	154
<b>5.3 Da segunda metade do século XX à contemporaneidade: crises e transformações.....</b>	<b>156</b>
5.3.1 Crise da indústria frigorífica.....	156
5.3.2 Década de 1970: crise de endividamento e inserção da lavoura moderna....	159
5.3.3 Décadas de 1980 e 1990: a maior de todas as crises .....	168
5.3.4 Reprodução da concentração fundiária e êxodo rural: um espaço rural socialmente vazio.....	176
<b>6 O RURAL PRODUZIDO NO CONTRAPONTO: O TERRITÓRIO CAMPONÊS DOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA.....</b>	<b>180</b>
<b>6.1 O processo de territorialização dos assentamentos.....</b>	<b>182</b>
6.1.1 Considerações sobre a relação entre modernização da agricultura, desterritorialização camponesa e gênese do MST.....	182
6.1.2 A atuação do MST no Rio Grande do Sul e a instalação de assentamentos.....	185
6.1.3 A luta pela terra e os assentamentos na Campanha Gaúcha .....	187
6.1.4 A instalação de assentamentos em Santana do Livramento.....	190
<b>6.2 A ruralidade dos assentamentos.....</b>	<b>199</b>
6.2.1 Um rural povoado.....	199
6.2.2 Um rural reformado?.....	202
6.2.3 Um rural socialmente diverso: quem são os “colonos”?.....	206

6.2.4 “Manchas” camponesas no Pampa: onde fica o mundo rural dos assentamentos?.....	210
6.2.5 (Re)territorialização: a construção de um rural como espaço de vida e trabalho.....	213
6.2.6 Expressões da (re)territorialização: a cara da ruralidade dos assentamentos.....	220
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>236</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>241</b>

## INTRODUÇÃO

O espaço rural pressupõe espaço físico, natureza, terra, solo, mas também espaço de vida, um lugar onde se trabalha e se vive, onde “tem gente”, um lugar de onde se vê o mundo (WANDERLEY, 2001). O rural, então, é uma qualidade específica no espaço geográfico, que decorre de sua dupla face, ambiental e social. A primeira definida pela importância de elementos naturais, que neste espaço aparecem como fatores primordiais (MARQUES, 2002), e a segunda decorrente das formas de vida social que nele predominam, baseadas em laços de proximidade e em sua capacidade de integração (WANDERLEY, 2004).

Este meio encontra-se influenciado e integrado ao mundo urbano, ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais (WANDERLEY, 2001) e, por isso, sofre transformações. Este espaço certamente não pode ser compreendido de forma estática e fora deste contexto maior no qual está inserido. No entanto, entendemos que é precipitado falar nesta crescente integração como expressão de uma “urbanização do campo”, naquele que seria o caminho do fim das especificidades daquilo que é tido como rural (CARNEIRO, 2008). É interessante lembrar neste sentido, as palavras de Abramoway (2000) ao alertar que se o meio rural for visto apenas como expressão do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza.

Por outro lado, o mesmo autor nos diz que se os espaços rurais tiverem a capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às cidades, que estas próprias não podem produzir, então a noção de desenvolvimento poderá ser aplicada ao meio rural. Felizmente, têm se evidenciado cada vez mais indicativos disso. “Surgem, ‘aqui e ali’, indícios de que o meio rural tem sido percebido como portador de soluções (WANDERLEY, 2001)” para problemas como a questão do emprego e da renda e também da qualidade de vida, dados os conhecidos problemas vividos pela população citadina, principalmente nas grandes metrópoles. Em outras palavras, as duas faces, social e ambiental, que caracterizam o meio rural, tem sido crescentemente valorizadas por vários setores da população.

O meio rural tem sido cada vez mais procurado pelas populações urbanas, tanto para lazer, através do turismo rural, por exemplo, como para a fixação de residência. Para a classe média urbana, este movimento expressa o desejo de usufruir as ditas amenidades do meio rural e fugir da “correria”, “agitação” e insegurança das cidades. O contato mais próximo com a natureza, a maior tranquilidade, o estabelecimento de relações de proximidade, mais pessoais, tem sido elementos de atração desta população para o campo.

Do mesmo modo, para uma grande massa de antigos habitantes do campo, de certa forma anteriormente forçados ao êxodo, bem como para muitos pobres urbanos das periferias, o rural se põe como um horizonte de possibilidades de melhoria de vida e de emancipação, através, principalmente, da luta pela terra ou nas palavras de Wanderley (2000), da reivindicação da ruralidade. Estas lutas, reivindicações, movimentos, cuja maior expressão em nível nacional poderíamos citar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), expressam uma visão do rural como possibilidade de inclusão social, de superação da pobreza. Neste sentido, os milhares de assentamentos espalhados por todo o Brasil representam a conquista desta reivindicação, uma alternativa de retorno ao rural que se efetivou. Uma “sementeira de agricultores familiares”, na analogia de Wanderley (2000). Justamente por este motivo, os assentamentos rurais se desenham como fator que dá novas feições ao rural brasileiro. As chamadas “áreas reformadas” tornam-se demograficamente mais densas e são responsáveis pela dinamização de muitos municípios e regiões do país, através das expressões econômicas, políticas e culturais dos processos de (re)territorialização de milhares de famílias.

Assim, como reflexo desta, por assim dizer, valorização do rural como espaço de vida, dinâmicas demográficas já bem conhecidas no Brasil tem mudado de rumo, a exemplo do êxodo rural, que tem perdido força desde os anos 1980. Há, inclusive, retomada do crescimento da população rural em algumas regiões e municípios do país, como aponta Hespanhol (2008). Por isso, podemos dizer que mesmo inserido neste turbilhão de relações que caracteriza o tempo atual e sofrendo significativas transformações, o rural não só permanece como se reafirma e é valorizado ainda mais como espaço específico, com seus próprios distintivos, construídos socialmente na e com a história, expressos em particularidades econômicas,

políticas, culturais e ecológicas que levantam perspectivas favoráveis ao desenvolvimento.

No entanto, esta crescente demanda pelo rural e esta ascendente visão dele como portador de saídas para muitos dos problemas da sociedade, se dá de forma paralela à permanência de antigos problemas. Esta reiteração da ruralidade, apesar de levantar um horizonte de perspectivas, não representa, por si só, a superação de problemas tradicionalmente associados ao mundo rural, especialmente no caso brasileiro. Em outras palavras, apesar de ser um engano e um reducionismo tratar os espaços rurais como sinônimo de atraso, muitos dos problemas, inclusive estruturais, permanecem.

Como destaca Graziano da Silva (2001), por razões em parte históricas, relacionadas com a forma como foi feita a nossa colonização, baseada em grandes propriedades com trabalho escravo, há no rural brasileiro ainda muito do atraso e, inclusive, da própria violência, características deste período e deste tipo de apropriação da terra. No Brasil, a população rural ainda é a principal vítima da pobreza, do isolamento e da submissão política e está longe de atingir qualquer meta de paridade social em relação à população urbana, como bem lembra Wanderley (2001). E isso, como frisa a autora citada, é antes de tudo, um reflexo da histórica concentração fundiária. Conforme Fernandes (1999), desde a colonização, com o sistema de plantations, a grande propriedade vem encontrando sucesso em suas estratégias de reprodução, na medida em que o modelo agropecuário capitalista privilegia este tipo de apropriação da terra. Por isso, a grande propriedade passa por adaptações e modificações tecnológicas e continua se territorializando. Aumenta a produtividade e a lucratividade à custa da intensa exploração não só da terra, mas também do homem.

A grande propriedade ainda é a forma dominante de controle da terra no meio rural brasileiro e isso tem uma série de implicações. Para Wanderley (2001), inclusive, o grau de influência da grande propriedade patronal sobre a dinâmica da vida local poderia ser utilizado como uma das variáveis a considerar para a elaboração de uma tipologia dos espaços rurais brasileiros. O esvaziamento do campo, isto é, a perda da vitalidade social de espaços rurais é uma das consequências diretas da grande propriedade. Esta forma de controle da terra está

diretamente associada ao êxodo dos trabalhadores rurais e dos demais habitantes do campo, ou seja, de sua desterritorialização, gerando nas áreas de domínio da grande propriedade, um espaço rural socialmente vazio (WANDERLEY, 2004). Algo que, para Wanderley (2004, p. 94), é a principal ameaça ao seu dinamismo. Para a autora, “um meio rural dinâmico supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor”.

Deste modo, tendo em vista estas colocações e a ampla discussão sobre o rural e seu papel ou suas funções no desenvolvimento, o interesse desta pesquisa é avaliar um caso particular. As considerações colocadas nestas primeiras linhas, que são parte do amplo debate sobre a “questão rural” na atualidade, correspondem a alguns movimentos que o rural vem apresentando. Neste sentido, é importante considerar que estas dinâmicas assumem especificidades em diferentes espaços rurais no território brasileiro, dada a grande diversidade encontrada neste país de proporções continentais. Por isso, interessa compreender os contornos particulares que os diferentes espaços rurais adquirem (WANDERLEY, 2009).

Assim, procuramos estudar esta forma particular de utilização do espaço e de vida social (KAYSER, 1990, p. 13 apud WANDERLEY, 2009), ou seja, o rural, na realidade do município de Santana do Livramento, localizado na fronteira com o Uruguai, Bioma Pampa<sup>1</sup>, Campanha Gaúcha<sup>2</sup>, conforme mostram as Figuras 1 e 2.

---

<sup>1</sup> “O Bioma Pampa caracteriza-se por um mosaico de vegetação campestre e arbustiva – campos limpos e campos sujos, submetida a características macroestruturais - condições climáticas e de geologia – únicas e abrange regiões pastoris de planícies nos três países da América do Sul – Brasil, Argentina e Uruguai (FIGUEIRÓ; SELL, 2010, P. 1)”. No Brasil o bioma se restringe ao Rio Grande do Sul, mais precisamente à porção sul do estado, abrangendo aproximadamente 62% do território gaúcho.

<sup>2</sup> Há diversas formas de regionalização da Campanha Gaúcha. Costa (1988) e Chelotti (2009) são autores que expõem estes diferentes critérios. Em nossa pesquisa entendemos a Campanha Gaúcha pela definição do IBGE, que a denomina mesorregião geográfica sudoeste rio-grandense. Esta mesorregião é formada por três Microrregiões Geográficas: MRG Campanha Ocidental formada a partir dos municípios de Alegrete, Barra do Quaraí, Garruchos, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, São Borja, São Francisco de Assis e Uruguaiana; MRG Campanha Central, formada pelos municípios Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Sant’Ana do Livramento e São Gabriel; e a MRG Campanha Meridional, formada por Aceguá, Bagé, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul. A individualização das mesorregiões é feita através de critérios físicos, humanos e econômicos. A mesorregião sudoeste rio-grandense, que chamaremos Campanha Gaúcha, corresponde a uma parte da porção gaúcha/brasileira do Pampa. Trata-se da região do Pampa com maior expressão histórica na atividade pastoril, de paisagem mais homogênea, de campos mais limpos, em relação ao restante do bioma.

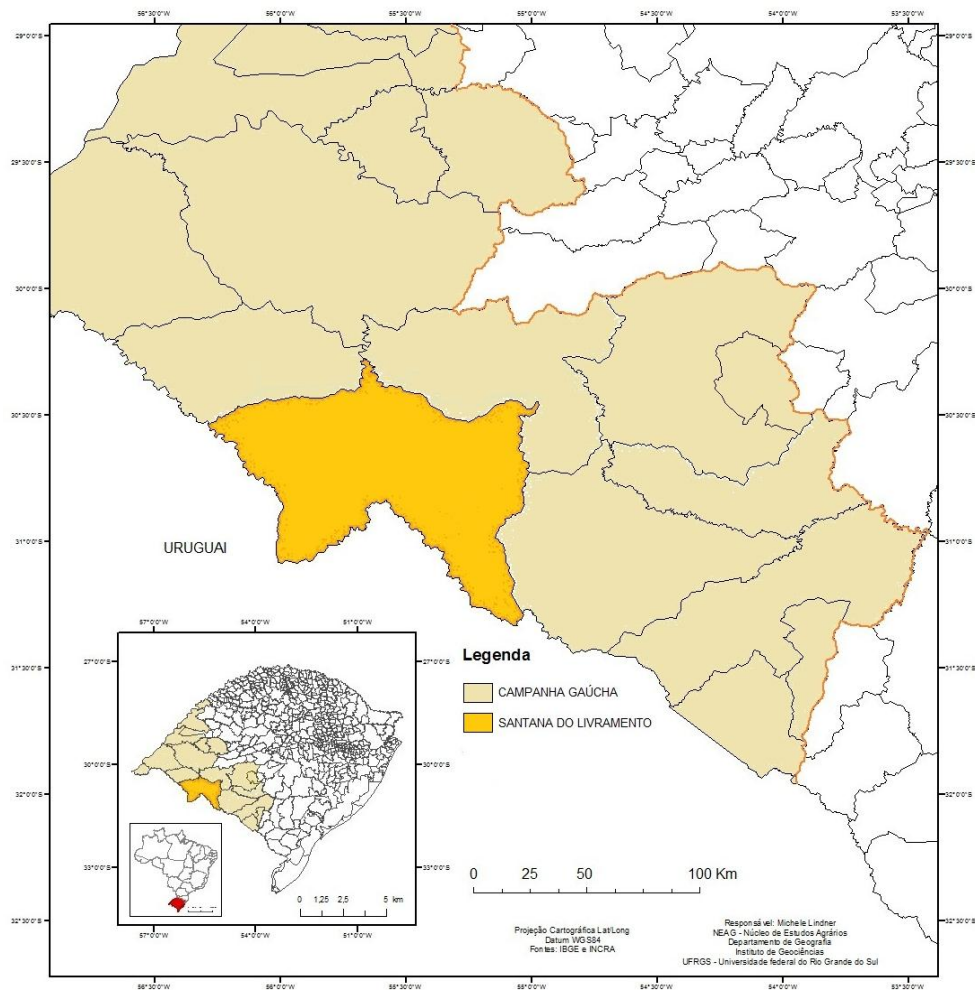


Figura 1 – Localização de Santana do Livramento na Campanha Gaúcha

O caso de Santana do Livramento torna-se interessante de ser analisado por apresentar ambas as dinâmicas citadas, que compõem a chamada questão rural na atualidade. De um lado, o município tem sua própria origem na grande propriedade patronal. “Nasceu sob o signo da estância, tendo sua origem legítima baseada na economia pastoril e sua vida”, como dizia Ivo Caggiani (1952), historiador local, e hoje continua com estrutura fundiária caracterizada pela forte concentração da propriedade.

Porém, de outro lado, desde o início dos anos 1990 o município tem vivido os resultados da “reivindicação da ruralidade”. Foram instalados, a partir de 1991, 30 Projetos de Assentamento (PA's), o que hoje representa a maior concentração de assentamentos do estado do Rio Grande do Sul, onde cerca de 1000 famílias

transformam o meio rural local. Essas duas realidades coexistentes se constituem em uma questão em aberto sobre o desenvolvimento rural local e, a nosso ver, são um laboratório onde se pode analisar as inúmeras projeções que são feitas em relação ao futuro da ruralidade e ao desenvolvimento rural.

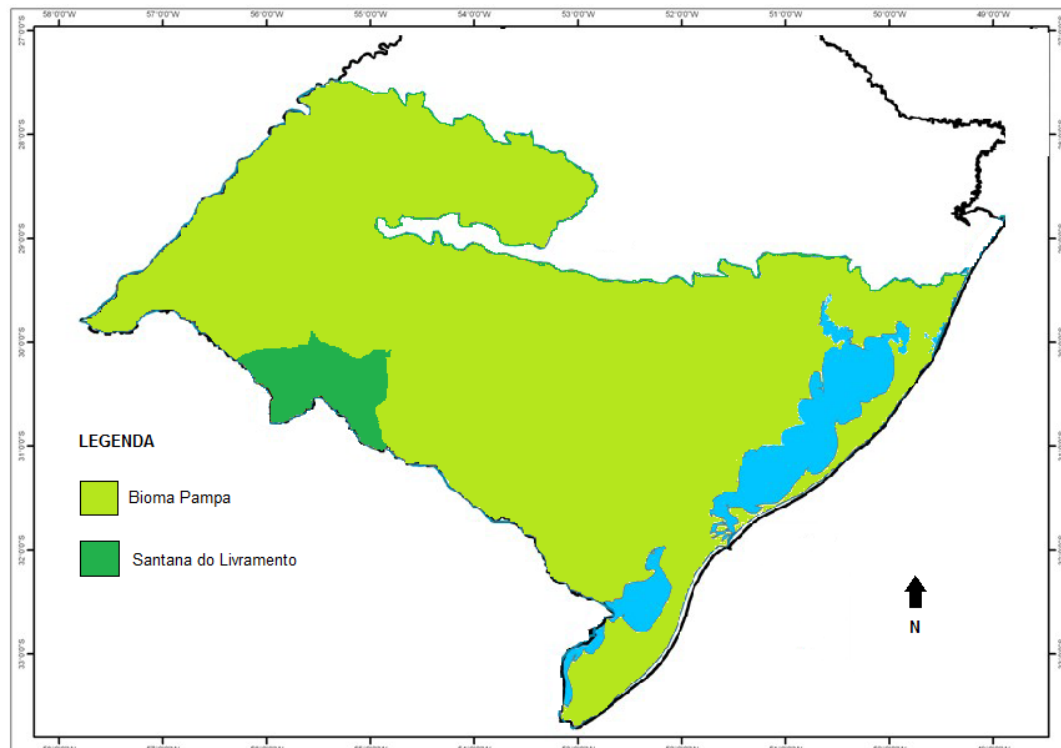


Figura 2 – Localização de Santana do Livramento na área de abrangência do Bioma Pampa no Rio Grande do Sul

Nesta região, de nossa pesquisa, o mundo rural tem uma denominação particular. Seus habitantes, particularmente os homens do campo, o denominam de campanha (que vem de campo). Quando um indivíduo diz “sou de campanha”, significa que é habitante desse espaço rural. Nestes termos, podemos dizer que tivemos como tema de estudo, a campanha, e como objeto, o caso de Santana do Livramento. De forma mais específica, procuramos compreender a campanha no município em sua configuração, em seu comportamento ou dinâmica, em suas formas, em seus jeitos, ou seja, em seu feitio. O termo feitio, inclusive, apesar de não ser exclusivamente da Campanha Gaúcha, é também amplamente usado pela



população da região e, especialmente pelos “de campanha”, para se referir, em geral, às características de algo.

Neste sentido, podemos resumir o anseio que moveu esta pesquisa na seguinte pergunta, no linguajar regional: Qual o “feitio de campanha”<sup>3</sup> em Santana do Livramento? Ou seja, como se comporta o mundo rural no município? Como se encontra configurado? Que forma(s) e que jeito(s) tem?

De forma mais específica, interessa responder outras duas perguntas: 1) Considerando o aporte teórico a respeito das características do meio rural em áreas de predomínio da grande propriedade, que características têm, no caso específico de Santana do Livramento, o rural produzido historicamente no universo deste tipo de apropriação da terra? 2) Do mesmo modo, tendo em vista às colocações a respeito do movimento crescente de demanda e retorno ao rural e de revalorização de suas especificidades, qual o feitio do rural que vem sendo construído no universo representado pelos 30 assentamentos instalados no município? A procura por respostas para estas perguntas se deu tendo como arcabouço os estudos e o debate sobre o mundo rural brasileiro, e especialmente sobre as transformações que vem sofrendo em suas formas e em seu conteúdo social nas últimas décadas, tomando, por isso, o contorno de um estudo de caso.

Deste modo, formalizando as intenções desta pesquisa, em âmbito geral, o objetivo foi analisar a dinâmica e as transformações do espaço rural em Santana do Livramento. De forma mais específica, procuramos a) Estudar o processo de formação e dinâmica da grande propriedade no município; b) Compreender as características do espaço rural produzido neste secular universo; c) Avaliar novas (ou não) feições produzidas a partir dos 30 assentamentos instalados neste espaço rural.

---

<sup>3</sup> É importante destacar que a utilização de termos regionais para expressar o intuito do trabalho cujo relato se inicia, não é de modo algum sem propósito. Entendemos que, muito além de sinônimo de agricultura, ou simplesmente de expressão de um movimento irreversível de transbordamento da cidade para o campo, o rural é, antes de tudo, uma realidade própria, um meio específico e provido de cultura, de estilos e de “jeitos de falar”. Neste sentido, sendo a perspectiva de imersão na realidade do rural em Santana do Livramento o que suscitou este estudo, torna-se coerente que o pesquisador utilize-se do possível para desvelar esta realidade. Assim, ao anunciar que o estudo se dedicou à compreensão do “feitio de campanha” em Santana do Livramento, procuramos expressar, também, previamente, um aspecto da realidade estudada, uma expressão de sua dimensão cultural.

Para tanto, em termos de preferências analíticas, optamos, para este estudo de caso, por trabalhar em uma abordagem territorial, ou seja, aquela que tem o conceito de território como o fio condutor da articulação teórica (HEIDRICH, 2008). Neste sentido, o conceito de território, mas também os de territorialidade, territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) e identidade territorial nos pareceram adequados para realizar a leitura que se pretende.

No nosso entender, o rural é territorial e não setorial-agrícola. É territorial no sentido de que conhecê-lo e, sobretudo, desenvolvê-lo, não se resume a atenção à números, como valor adicionado ao PIB, área plantada ou número de cabeças. Conhecer a dinâmica do espaço rural implica em reconhecer as contradições sociais, o movimento, a dialética socioespacial, a processualidade histórica, a importância do lugar e dos sujeitos locais, a natureza exterior ao homem, etc. como sugerem Saquet e Spósito (2008) sobre a abordagem territorial. Implica em observar, antes de tudo, se estes são espaços de inclusão ou exclusão social, como lembra Fernandes (2003), e nisso, as citadas categorias analíticas do aporte baseado no conceito de território se constituem a nosso ver, em importante arcabouço. Também por isso, já nos propomos de início em analisar a dinâmica deste espaço rural de forma que evidencie os efeitos da concentração fundiária e, em paralelo, as recentes feições produzidas pela territorialização dos assentamentos.

Sucintamente, ao se compreender o mundo rural como uma construção histórica e, portanto, algo produzido socialmente, entramos em convergência com Saquet et. al. (2010), que indica a necessidade de uma abordagem múltipla que reconheça e explique os processos econômicos, políticos, culturais (memória, imaginário, representações, identidades, símbolos...) e naturais de sua formação. É nesta perspectiva que Saquet (2008) aponta como um bom caminho para a compreensão de suas formas e do seu conteúdo (relações/poder), a **periodização**. Destaca o autor, que esta abordagem deve estar pautada na identificação de **elementos** e **momentos** mais significativos, na análise dos principais **agentes** produtores do território, das principais **mudanças** e **permanências** e na **articulação de escalas de análise**.

Quando se fala em elementos e momentos, em nosso caso, significa identificar, ao longo do tempo, diferentes fases do espaço rural de Livramento como considerando o papel da grande propriedade. No que se refere a análise dos principais agentes produtores deste espaço, é de interesse compreender suas obras e relações, ou seja, suas territorialidades, bem como os processos de TDR. No que tange à identificação de mudanças e permanências, nos interessa saber o que ficou no mundo rural santanense de hoje, das formas e relações de períodos anteriores. E, por último, no que diz respeito a articulação de escalas de análise, trata-se de compreender o que ocorre localmente neste processo histórico sempre considerando as conjunturas, os contextos, enfim, as influências daquilo que ocorre em nível global, nacional e regional.

Trata-se, assim, de uma forma de compreender e analisar territorialmente o espaço geográfico que, ao valorizar a historicidade, a multiescalaridade e a multidimensionalidade dos processos do real, vai de encontro à forma como estamos compreendendo o mundo rural. Entendemos que realizar esta leitura em Santana do Livramento significa identificar os elementos (i)materiais de diferentes períodos que constituem hoje o espaço rural local, o que torna a periodização um caminho lógico.

Neste sentido, as técnicas utilizadas para o proceder da análise por via desta abordagem transcorreram da pesquisa bibliográfica, documental e de dados secundários, ao trabalho de campo, pautado em entrevistas gravadas e registros fotográficos. De forma combinada, estas técnicas, que serão mais bem esclarecidas em capítulo específico da metodologia, possibilitaram a progressiva imersão, em termos de produção de conhecimento, na dinâmica das formas e relações sociais que constituem a dinâmica do espaço rural em Santana do Livramento.

Assim, para a exposição, o texto está estruturado em 6 capítulos. O **Capítulo 1** dedica-se à explicação da metodologia. São esclarecidas as partes que a compõe, a saber, o suporte teórico-analítico e as técnicas de pesquisa utilizadas. O **Capítulo 2** dedica-se à discussão daquilo que se procurou compreender no caso de Santana do Livramento: o espaço rural. Para isso, realizamos considerações a cerca do debate acadêmico sobre o rural, as projeções de futuro e perspectivas de

desenvolvimento e evidenciamos características que permeiam os espaços rurais brasileiros.

A partir do terceiro capítulo, iniciamos a exposição dos conhecimentos obtidos em estudo de caso sobre o mundo rural na realidade santanense. Estes “resultados” são expostos na forma de periodização, com base em quatro grandes períodos, divididos em outros de menor duração. Estes quatro grandes períodos foram individualizados a partir do interesse da pesquisa em compreender, de uma lado, as características do rural produzido no domínio da grande propriedade e, portanto, da concentração fundiária e, de outro, as transformações ocasionadas pela presença do grande número de assentamentos ali instalados a partir da década de 1990.

Assim, o **Capítulo 3** dedica-se a aquele que se considerou o primeiro período. Normalmente, estudos que buscam compreender em uma perspectiva histórica as dinâmicas atuais da região da Campanha Gaúcha e particularmente de seu espaço rural, colocam a colonização europeia e especialmente a estância pastoril luso-brasileira como a base ou ponto de partida. No entanto, observamos que desde a territorialização dos primeiros grupos humanos no atual Pampa, há milhares de anos, foram produzidos elementos cuja importância não pode ser negligenciada, especialmente para a compreensão do mundo rural regional. Muitos destes elementos, que foram parte importante do próprio universo da tradicional estância pastoril, também têm presença na complexidade atual do mundo rural regional e, por conseguinte, de nosso lócus de estudo. Além disso, se queremos analisar a fundo os efeitos da concentração fundiária produzida a partir do advento da propriedade privada pelas mãos dos luso-brasileiros, é preciso saber o que e quem estava ali antes. Pois, como nos direciona Raffestin, “o processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território. Só Deus partiu do caos e isso não pode acontecer com os homens (RAFFESTIN, 2010, p. 21)”. Por isso, este capítulo se constitui também em um esforço de superação da negligência quanto a importância das múltiplas dimensões da vida dos grupos humanos autóctones, os quais habitaram e moldaram a ruralidade local antes mesmo de esta ser entendida como tal.

Os capítulos 4 e 5 dedicam-se a análise do espaço rural produzido nos dois séculos de reprodução da grande propriedade patronal. Para isso, considerando o amplo debate sobre a estrutural questão agrária brasileira e as críticas ao rural

produzido no seio do domínio da grande propriedade, nos lançamos, através da delimitação de períodos de curta duração, a uma análise dos efeitos desta forma de controle da terra no caso particular de Santana do Livramento. Analisamos, enfim, nestes dois capítulos, “que rural” foi construído no universo de domínio da grande propriedade e da concentração fundiária.

O **Capítulo 4** trata especificamente do período que chamamos de “o princípio” da grande propriedade, correspondente à primeira metade do século XIX. Dedicamo-nos a analisar fatos chave para a compreensão da formação da grande propriedade patronal, a exemplo da expansão militar e domínio do atual território de Santana do Livramento por luso-brasileiros e da subsequente distribuição de sesmarias. A partir deste esforço, traçamos aquelas que captamos como as principais características da ruralidade produzida neste período do primeiro cinquentenário do século XIX, atentando para sua relação com o presente.

Já o **Capítulo 5** observa mudanças e permanências do espaço rural na grande propriedade patronal a partir do momento em que são lançadas as bases de sua inserção capitalista, com a Lei de Terras, em 1850, chegando até a contemporaneidade. A partir da referida Lei, que tornou a terra mercadoria, procuramos analisar cada fase desta inserção no modo de produção capitalista, atentando para aqueles que identificamos como os principais elementos e momentos deste processo, a saber: o cercamento dos campos no final do século XIX; a inserção em uma demanda industrial moderna de capital internacional, no início do século XX; as sucessivas crises e a inserção da lavoura moderna, na segunda metade do mesmo século; e a complexidade atual, em que se delineia um estágio crítico de dinâmicas que foram ao longo do tempo se tornando marcantes na grande propriedade, e exemplo do esvaziamento do campo e da supressão do Pampa.

O **Capítulo 6** versa sobre o período no qual o rural produzido nas diferentes estratégias de reprodução da grande propriedade passa a coexistir com uma forma de apropriação da terra que se insere como um contraponto. Deste modo, buscamos analisar as novas feições produzidas no espaço rural santanense a partir da territorialização dos assentamentos da reforma agrária, iniciada no início dos anos 1990.

Por fim, nas considerações finais, é apresentada a síntese daquilo que foi observado através da pesquisa como sendo a configuração atual do espaço rural de

Santana do Livramento no âmbito das duas formas de apropriação da terra estudadas, ou seja, a grande propriedade patronal e os assentamentos da reforma agrária.

## **1 CAMPEANDO A MATRIZ TEÓRICO-ANALÍTICA E AS TÉCNICAS DE PESQUISA**

“Campear”, como já mencionado por Suertegaray (2002), é uma palavra utilizada pelo homem do campo (“peão de campanha”, da atividade pastoril) e de maneira ampla pela população da Campanha no Rio Grande do Sul, que significa procurar. Quando alguém diz “estou campeando” algo, significa que está procurando. Neste sentido, podemos falar neste trabalho de pesquisa como um ato de campear, pois, pesquisa, é antes de tudo, uma procura. Uma procura por respostas para perguntas que instigam.

Para o homem do campo, o ato de campear normalmente está associado à procura do gado “campo a fora”. Nesta campeada, ele além de seguir caminhos que lhe pareçam mais adequados e recorrer os locais onde seja mais provável que encontre o gado procurado, utiliza-se também de instrumentos, como o é o próprio cavalo e o laço, por exemplo. Do mesmo modo, a “campeada” da pesquisa científica também se dá pela escolha de certos caminhos e instrumentos que conduzam as respostas para as perguntas que a movem. Estes caminhos, que são escolhas teórico-conceituais, mas também práticas, constituem a metodologia.

Assim, dito de outra forma, entendemos que a partir da(s) questão(ões) de pesquisa, dois pilares orientam o seu desenvolvimento, se estendendo até a última etapa, guiando os procedimentos. Estes dois pilares são a *matriz teórico-analítica* e as *técnicas de pesquisa* que, constituindo a metodologia, obviamente devem estar articulados. No caso desta pesquisa, a matriz teórico-analítica se refere à perspectiva pela qual é analisado o mundo rural no caso de Santana do Livramento, isto é, a abordagem territorial. Já as técnicas de pesquisa dizem respeito a um misto de técnicas escolhidas, entre as quais estão a pesquisa a fontes documentais, de dados secundários e as pesquisas de campo.

## 1.1 A abordagem territorial

Tendo em vista nosso interesse de pesquisa, que certamente demanda um entendimento do mundo rural para além do agrícola ou setorial, optamos, como perspectiva analítica, pela abordagem territorial. Temos o rural como espaço físico (materialidade) que não se resume a plantações ou criações, somando também as demais obras humanas e principalmente os elementos naturais. Ao mesmo tempo, o mundo rural é tido como lugar vivido (imaterialidade), como referência simbólica/identitária. Tudo isso, produzido historicamente, em dinâmica, nas dimensões econômica, política, cultural e ambiental das relações sociais, reciprocamente relacionadas, a partir de ações multiescalares, de diferentes atores.

Neste sentido, a escolha pela abordagem territorial para este estudo de caso em Santana do Livramento se deu pela sua congruência com esta forma como estamos compreendendo de modo geral o mundo rural, forma esta, advinda especialmente de nossa demanda, ou seja, daquilo que consideramos importante captar em nossa investigação. Assim, quando falamos em abordagem territorial, estamos falando em um aporte teórico-conceitual-analítico que tem o conceito de território como fio que busca conduzir à compreensão deste processo de construção histórica do mundo rural em Santana do Livramento. Devemos então, em primeiro lugar, explicar as “vantagens” que vemos em utilizá-la, e depois, expor como estamos entendendo e como operamos com esta abordagem.

### 1.1.1 A inovação analítica da abordagem

Segundo Suertegaray (2000), os conceitos geográficos expressam níveis de abstração diferenciados e, por efeito disso, possibilidades operacionais também distintas. Para a autora, “o espaço geográfico pode ser lido através do conceito de paisagem e/ou território, e/ou lugar, e/ou ambiente; sem perder de vista que cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais”.

De acordo com a referida autora, paisagens contêm territórios que contêm lugares que contêm ambientes, valendo, para cada um, todas as conexões possíveis. Assim, entende-se que cada “categoria” contém e está contida nas outras. Se de um lado os territórios são parte do ambiente, por exemplo, de outro, este também é parte do(s) território(s).

Neste sentido, a chamada abordagem territorial tem ganhado destaque como perspectiva de análise dos fenômenos sócio-espaciais e também como forma de pensar o desenvolvimento, justamente por conseguir, através de concepções renovadas de território, analisar de forma integrada aspectos do real que são interdependentes, mas que durante muito tempo tiveram sua relação negligenciada em análises compartimentadas.

Segundo Saquet e Spósito (2008), a abordagem territorial é uma nova forma de analisar e compreender o espaço, a sociedade e a natureza, ou a dinâmica socioespacial. É, conforme os autores citados, um aporte baseado no reconhecimento das contradições sociais, do movimento, da dialética socioespacial, da processualidade histórica, da importância dos lugares e dos sujeitos locais, da natureza exterior ao homem e da necessidade de organização e atuação política.

Especificamente no que tange ao espaço rural, destacam Saquet e Eduardo (2010) que esta abordagem anuncia o esgotamento do trato setorial dado tradicionalmente a ele, associando-o meramente ao agrícola. Segundo os autores citados, a ótica setorial sobre o rural conduz a uma excessiva homogeneização dos territórios e de seus sujeitos sociais por parte, especialmente, das políticas públicas, ao fomentar práticas de desenvolvimento “ao setor”, o que leva, em contrapartida, a pensá-lo enquanto território.

Por exemplo, no “setor agropecuário”, cabe uma diversidade de estruturas e atores sintagmáticos, o que torna essa noção setorial demasiadamente generalizante. Pode-se dizer que desde grandes áreas de monocultura de *commodities* ou de criação extensiva de gado destinada à exportação, até propriedades familiares em minifúndios com forte diversificação produtiva destinada ao abastecimento do mercado local, cabem à noção deste setor (SAQUET; EDUARDO, 2010, p. 2). Isso significa que o enfoque setorial, pode fomentar, ao invés da inclusão, a exclusão, o que inclusive já ocorreu e é de amplo conhecimento, a exemplo da política agrícola adotada pelos governos militares a partir da década de 1960, que trataremos ao longo deste texto dissertativo.

A análise territorial de um determinado espaço, portanto, se delinea como um suporte teórico e analítico que se propõe levar em conta as particularidades e a complexidade de cada lugar. Dito de outra forma e, tomando por base Saquet e



Eduardo (2010), diz-se que na base do legado territorial de análise, bem como do modelo de desenvolvimento que desta perspectiva é edificado, está o reconhecimento das peculiaridades dos processos naturais e sociais inerentes à constituição dos lugares.

Com base nesta compreensão, nos dedicamos, a seguir, em expor como procedemos com esta abordagem em nosso estudo de caso.

### 1.1.2 A operacionalização

Seja rural ou urbana, a realidade é, segundo Saquet (2008, p.48) resumidamente, o mundo vivido, que é “substantivado por contradições, movimento, superações, coexistências [...]”. Nesta realidade ou mundo vivido, há articulações territoriais nos níveis horizontal e vertical, o que conforme o autor, leva a pensá-la a partir da abordagem territorial. Quando fala em articulações horizontais e verticais, Saquet se refere ao fato de que os territórios são determinados por ações locais e também por forças externas, nacionais e internacionais, ligadas à dinâmica econômica, política e cultural.

Nesta perspectiva, Saquet (2006) afirma que o ponto de partida é entender o território e a territorialização como resultado e condição de um processo histórico, em que há relações socioespaciais em diferentes níveis escalares (transescalaridade). Nesta acepção podemos utilizar a definição de Milton Santos (2002) sobre estas articulações territoriais ou transescalaridade, que o autor chama de verticalidades e horizontalidades. Conforme o autor, as horizontalidades seriam os domínios da contiguidade, dos lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial. Já as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, conectados por todas as formas e processos sociais.

Simplificadamente, seja qual for o recorte de análise, podemos falar no real ou mundo vivido, observando uma dimensão interna e outra externa. É exatamente nestes termos que Maria de Nazareth Wanderley vê o enfoque territorial do mundo rural. Para a autora (2009), há uma dinâmica interna do próprio mundo rural, alimentada pelas relações sociais locais. No entanto, diz a autora que o mundo rural não pode ser explicado apenas por esta dinâmica interna, sendo necessário

compreendê-lo igualmente como a expressão local de determinações mais gerais da sociedade capitalista, mais especificamente do capitalismo brasileiro.

Como implicação disso, em nossa pesquisa, ter o território da grande propriedade patronal e o território dos assentamentos rurais como elementos centrais de nosso estudo do espaço rural em Santana do Livramento não significa estudá-los em si mesmos. Não podemos compreender estes dois elementos constituintes do mundo rural local de forma isolada. Ao longo do processo histórico de produção deste espaço, foram produzidas territorialidades, ou seja, obras e relações, e ocorreram processos de des-re-territorialização não apenas por força de motivos localizados e/ou condições ambientais locais. Como afirma Santos (1985, p. 36),

eventos à escala mundial, seja os de ontem ou os de hoje, contribuem mais para o entendimento dos subespaços que os fenômenos locais. Estes últimos não são mais que o resultado, direto ou indireto, de forças cuja gestação ocorre à distância. Isto não impede os subespaços de também estarem dotados de uma relativa autonomia, que procede do peso da inércia, isto é, das forças produzidas ou amalgamadas localmente, embora como um resultado de influências externas, ativas em períodos precedentes.

Outro autor que traz importantes contribuições à nossa operacionalização da abordagem territorial é Bernardo Mançano Fernandes (2008). Sua contribuição se utiliza, inclusive, de um exemplo muito próximo do que estamos nos propondo em nosso estudo de caso ao colocar em paralelo o território camponês, de um lado, e do agronegócio, de outro. Conforme o autor é preciso compreender a multiescalaridade e a multidimensionalidade do território. Pois, quando este é concebido como uno, ou seja, apenas como espaço de governança e se ignora os diferentes territórios que existem no interior do espaço de governança, temos então uma concepção reducionista de território, um conceito que serve mais como instrumento de dominação.

Por isso, para Fernandes, é fundamental uma análise dos níveis e escalas territoriais, que o autor chama de “primeiro território”, “segundo território”, e “terceiro território”. O primeiro é formado pelos espaços de governança em diferentes escalas: nacional, regional, estadual, municipal, distrital. O segundo é constituído pelos diferentes tipos de propriedades particulares, como as camponesas, de um lado, e as capitalistas e/ou patronais, de outro. Assim, podemos dizer que o

“segundo território” é uma fração do “primeiro”. Ou, em outras palavras, os diferentes tipos de propriedades, camponesas, capitalistas, são frações do território municipal, que é a escala local do “primeiro território”, que comporta ainda o território estadual, que por sua vez é fração do território nacional. O terceiro território é aquele produzido nos territórios fixos do primeiro e do segundo território. Sua diferença em relação ao segundo território está no fato de que enquanto este obedece ao caráter jurídico da propriedade, o terceiro se apropria dessa condição, mas não está subordinado a ela. O terceiro território está relacionado às formas de uso dos territórios, portanto às suas territorialidades. Um exemplo deste tipo é o que se produz a partir da territorialização da soja e de outras culturas que disputam as formas de usos dos segundos territórios. Fernandes (2009) cita o exemplo da denominada “república da soja”, criada pela transnacional Syngenta, que reúne partes dos territórios da Argentina, Paraguai, Brasil e Bolívia (FERNANDES, 2009, p. 284).

As colocações de Fernandes (2008) incluem a sugestão de utilização desta tipologia para a compreensão das diferenças e conflitualidades entre modelos de desenvolvimento que disputam territórios no espaço rural, nos moldes do que nos propomos na presente pesquisa. Nas palavras do autor,

estamos nos referindo especialmente aos modelos de desenvolvimento do agronegócio, resumidamente a partir da produção de monoculturas em grande escala, com trabalho assalariado, intensamente mecanizado e com utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas. E ao modelo de desenvolvimento do campesinato ou agricultura familiar, resumidamente a partir da produção de policulturas, em pequena escala, com predominância do trabalho familiar, com baixa mecanização, em sua maior parte, com base na biodiversidade sem a utilização de agrotóxicos. Esses modelos disputam territórios, produzindo o segundo território no interior do primeiro território. A disputa do segundo território também é a disputa do primeiro território. Embora sejam diferentes, estão no mesmo espaço geográfico municipal, que está no espaço geográfico estadual e este, por sua vez, está no espaço geográfico nacional, formando a multiterritorialidade (FERNANDES, 2008, s.p.).

Além desta importante contribuição de Fernandes, consideramos o entendimento de território e territorialidade, bem como do mecanismo de produção territorial de Claude Raffestin. Particularmente, em artigo intitulado “Uma Concepção de Território, Territorialidade e Paisagem” o autor revê algumas colocações, ratifica outras e, por fim, sintetiza sua compreensão, presente não só em “Por uma

Geografia do Poder”, mas também em outras de suas obras. O autor organiza um esquema de compreensão do território, envolvendo os seguintes elementos:

- **A: Ator Sintagmático** (individual ou coletivo, Homem ou coletividade). Combina diversos meios para realizar uma ação no ambiente inorgânico e/ou orgânico e/ou social. Exemplo: Famílias de agricultores assentadas no município de Santana do Livramento; estancieiros/militares do século XIX.
- **P: Programa do ator.** É o conjunto das intenções realizáveis e dos objetivos ou metas. Exemplo: produzir um ecossistema rural e garantir sua reprodução social (econômica, política, cultural, ambiental) como é o caso dos agricultores assentados em Santana do Livramento; desenvolver a pecuária extensiva e proteger a fronteira do avanço dos “castelhanos” (estancieiros, século XIX).
- **L: Trabalho à disposição do ator.** Pode ser definido como uma combinação de energia e informação. A quantidade variável de energia e de informação determina os tipos de trabalho (de reprodução ou invenção). Por exemplo, para as famílias assentadas, trata-se da práxis, fruto de sua história de vida, utilizados pelos agricultores na busca pela viabilização de sua reprodução na nova terra. O trabalho contém idealidade (trabalho intelectual) e/ou materialidade (trabalho manual).
- **M: Mediadores materiais e imateriais.** Instrumentos diversos para a realização do trabalho. Conhecimento e/ou algoritmos à disposição do(s) ator(es) em certo lugar e momento. Ex: Técnicas, práticas, conhecimentos, modelos, processos, etc. No caso da territorialização das famílias de agricultores assentadas pode-se falar em infra-estrutura, condições do mercado, auxílio do Estado, assistência técnica, custeio, financiamento. Ou, ainda, maquinário, condições de organização e planejamento, etc.
- **R: Relação efetivada pelo ator com o ambiente geral (S).** Grande variedade de ações particulares realizadas com o objetivo de atingir o programa (P) do ator;
- **Sn: Ambiente orgânico e/ou inorgânico.** (clivometria, altimetria, pluviometria, rede hidrográfica, litologia, hidrologia, vertentes, tipos de



uma relação no ambiente geral, (que envolve o ambiente orgânico e/ou inorgânico [fatores bióticos e abióticos] e o ambiente social [sistemas sociais: economia, política e cultura]).

Produz-se, assim o território, assentando-se no que o autor chamou de malhas, nós e redes, e no qual se estabelece uma territorialidade. Esta, por sua vez, é entendida como o conjunto de relações que permitam satisfazer as necessidades da comunidade ou da sociedade, ou, nas palavras do próprio autor, “as condições de estabelecer relações aleatórias com o ambiente físico e o ambiente social, dando conta dos recursos do sistema (RAFFESTIN 2010, p.15)”.

Este mecanismo aqui representado se caracteriza por ser dinâmico, transformando-se através do tempo histórico e do espaço geográfico. Para Raffestin (2010), há sempre um ponto de partida que nunca está desligado das ações do passado. O processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza e de outro tipo de território. Explica Raffestin (2010), que muitas vezes tem-se a sensação de que os antecessores fossem “caóticos”, por isso, destaca o autor, que é necessário retornar a primeira fórmula e desenvolvê-la, como mostra a representação que segue.

$$A' (L-M-P)-R'------(A(L-M-P)-R-----S(Sn-So)=T/Ta)=T/Ta'$$

Este processo representado pode significar uma continuação ou uma decomposição (desterritorialização), seguida de uma recomposição (reterritorialização), sendo ilimitado. Como coloca o autor, “a mudança inscreve-se no tempo e nos encontramos diante de um sistema que retoma os resultados dos processos precedentes para elaborá-los novamente, modifica-los ou, simplesmente, para destruí-los (RAFFESTIN, 2010, p.22)”. Trata-se dos processos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR), onde “a criação de territórios seria representada pela territorialização, a sua destruição (por mais que seja temporária) pela desterritorialização, e pela sua recriação a partir de processos de reterritorialização” (CHELOTTI, 2009, p.179). São processos que, como explica Saquet (2008), são intimamente ligados. Na desterritorialização há a perda do

território inicialmente apropriado e construído, a supressão dos limites, das fronteiras. Na reterritorialização há uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas de suas características. “O velho é re-criado no novo num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. Os processos de T-D-R não estão desligados: condicionam-se mutuamente (SAQUET, 2008, p.51)”.

Conforme Medeiros (2007) a desterritorialização é um processo que nega a fixação do grupo social, da população, do indivíduo a uma base física além de fazer com que percam ou pelo menos deixem adormecidos seus costumes, suas relações interpessoais, seu cotidiano. Porém, esta desterritorialização em uma escala geográfica, conforme afirma Haesbaert (2004), geralmente implica em uma reterritorialização em outra.

Medeiros (2007, p. 5) acrescenta ainda que,

de certa forma, o processo de desterritorialização apresenta um viés econômico muito forte à medida que nega a reprodução de um determinado grupo em uma porção específica do território, fazendo com que ocorra seu deslocamento e a tentativa de re-territorialização (econômica, política, social, cultural) em outro lugar. Em ambos os processos (desterritorialização/re-territorialização), forças sociais, econômicas, políticas atuam como elementos de manutenção, expulsão ou atração (quando no processo de re-territorialização) de grupos envolvidos.

Neste processo, é fundamental considerar ainda o conceito de identidade territorial, por ser, de acordo com Haesbaert (1999, p. 172) “uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta”. Identidade esta que é abalada durante os processos de desterritorialização, fazendo com que o camponês, por exemplo, perca sua referência anterior, ou seja, sua condição de pequeno proprietário, ou de arrendatário ou sua relação com a terra (MEDEIROS, 2006, p. 285). “Na medida em que vai se constituir um novo território, este camponês passará por um novo processo de organização, mas ainda manifestará os seus jeitos, as práticas, as suas experiências acumuladas em sua história de vida”. (MEDEIROS, 2006, p. 285).

Outro ponto de destaque na abordagem territorial é perceber que tanto as horizontalidades quanto as verticalidades do mundo vivido são forças econômicas,

políticas e culturais reciprocamente relacionadas, influenciando e sendo influenciadas pela natureza exterior ao Homem em um processo, movimento ou dinâmica constante. Por isso, como aponta Saquet (2008), além de se considerar os cenários multiescalares que condicionam a dinâmica local, outros dois aspectos são centrais na abordagem territorial: a relação espaço-tempo, e a reciprocidade que ocorre na E-P-C e/ou E-P-C-N (economia-política-cultura e/ou economia-política-cultura-natureza), nos quais se dá a apropriação e produção do espaço geográfico e do território.

Na apreensão da relação espaço-tempo, uma referência importante para a própria elaboração da compreensão de Saquet é Milton Santos. Citando este autor, Saquet (2005) afirma que o espaço geográfico é produto do processo histórico (tempo) em que há relações locais e extra-locais que substantivam a diversidade entre os lugares. O autor lembra que para Milton Santos o espaço é a acumulação desigual de tempos e, utilizando-se das próprias palavras de Santos, Saquet diz que “a ação histórica deixa resíduos” e, por isso, “[...] o espaço se caracteriza, entre outras coisas, pela diferença de idade entre os elementos que o formam” (SANTOS, 1980, p. 210), seja qual for o recorte de análise. Ainda com base em Santos, Saquet diz que este processo é fundamental na diferenciação entre os lugares, pois é o que os torna únicos. Por isso, em cada unidade ou recorte espacial de análise, seja no lugar, no país, etc. haverá não homogeneidade, mas uma heterogeneidade de tempos e de territórios, como frisa Saquet et. al. (2010).

Ainda sobre a relação espaço-tempo, outra referência importante para Saquet é o italiano Turri. Segundo Saquet (2005), para Turri o território é uma construção histórica, com transformações sucessivas. Em cada território haveria relações de continuidade com a situação anterior e mudanças territoriais. O novo é edificado no existente, transformando-o e cancelando-o. Neste entendimento, o território é um espaço socialmente organizado, produzido, e a paisagem é o visível e percebido disso. O território é, deste modo, resultado de elementos (formas e relações) de momentos históricos diversos, superpostos, entre continuidades e rupturas. O território para Turri (2002) apud Saquet (2005) é, em suma, chão, formas espaciais, relações sociais e significados, que se concretizam em momentos distintos e superpostos na história.

A partir dessas considerações, de Saquet, Santos e Turri, consideramos a periodização como um recurso importante para compreender o espaço. Como



implicação disso, Saquet (2008) destaca a importância de que os estudos do território ou dos territórios ocorram considerando o processo histórico, centrando-se na periodização dos elementos e momentos mais significativos, na análise dos principais agentes produtores do território e das principais mudanças territoriais, além dos tempos coexistentes, ou seja, o que há de objetos e ações de períodos anteriores no tempo histórico atual.

Assim, no que diz respeito à relação espaço-tempo, temos a necessidade da consideração do tempo histórico e dos tempos coexistentes. No primeiro, recorreremos a periodização e, no segundo, recorreremos a identificação de elementos de cada período individualizado que estão presentes no tempo atual e são constituintes do espaço rural de hoje. Nesta perspectiva, nossa periodização da construção do mundo rural santanense, em consonância com Saquet, se deu pela individualização de momentos ou fases dos dois elementos que consideramos centrais em sua compreensão: a influência da grande propriedade e, mais recentemente, a influência dos assentamentos rurais.

Além de estabelecer estes dois grandes períodos, acrescentamos um terceiro que, devido à constatação durante a pesquisa, de sua importância, não pudemos nos furtar de abordar. Trata-se do período que precede o estabelecimento da grande propriedade patronal. Com esta base, chegamos à periodização, que corresponde à forma como está organizado o texto nos capítulos 3, 4, 5 e 6. Estes períodos, sucintamente, se referem a diferentes elementos e momentos, territórios e territorialidades, tempos e temporalidades do mundo rural santanense que, superpostos, entre continuidades e rupturas, constituem as suas particularidades atuais. Para a individualização de cada um destes períodos, centramos nossa atenção em mais um dos eixos no qual a abordagem territorial proposta por Saquet está baseada: a reciprocidade que ocorre na E-P-C-N.

Como explica o autor (2007), são quatro os elementos que atuam conjunta e reciprocamente na formação dos territórios, sendo eles: economia, política, cultura e natureza. Estas dimensões, combinadas e articuladas consubstanciam dialeticamente as diversas formações territoriais. Deste modo, para além dos dois grandes períodos, individualizados a partir do contraponto que representam entre si, cada um dos “subperíodos” identificados no interior destes maiores, correspondem a formas econômicas-políticas-culturais-naturais particulares que viveu o mundo rural santanense.

Então, estamos compreendendo este espaço como produto e condição de forças colocadas em curso pela ação humana nas dimensões da economia, da política, da cultura e da natureza em diferentes períodos. Este espaço é formado, neste sentido, por territorialidades, ou seja, por obras e relações, formas e conteúdos, materialidade e imaterialidade, de tempos diversos, superpostos.

Conforme Saquet (2012) são as forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade e geram a des-territorialidade e as novas territorialidades que constituem o espaço rural. Neste processo, Estado e Capital, são elementos determinantes. Por isso, identificar períodos do mundo rural enquanto espaço de vida à luz da observação da reciprocidade que ocorre na E-P-C-N, significa

contextualizar esses processos (des e re-territorialização) em cada momento/período e lugar, no desigual desenvolver do Modo Capitalista de Produção, num constante movimento de des-territorialização e re-territorialização, ou, de des-re-territorialização como afirma Haesbaert (1997) (SAQUET, 2005, p.13886).

Enfim, o que fizemos foi tentar compreender a dinâmica do rural santanense, tendo em vista o papel da estrutura fundiária local caracterizada pela concentração da propriedade da terra e o contraponto representado pela presença de 30 assentamentos. Em outras palavras, procuramos compreender a constituição do mundo rural em Santana do Livramento, tendo para isso um olhar territorial, onde são aspectos relevantes a serem lidos os seguintes:

a) a identificação e caracterização de mudanças/descontinuidades e permanências/continuidades (des-continuidades), considerando-se suas contradições e relações de poder nas dinâmicas econômica, política e cultural; b) a heterogeneidade, como tempos (temporalidades) e territórios (territorialidades) ou as múltiplas formas e relações, em interação; c) a identidade ou traços comuns; d) as articulações territoriais, em rede, como um único movimento e, e) componentes da natureza exterior ao homem, influenciando e sendo influenciados em processos territoriais (SAQUET; EDUARDO, 2006, p. 82).

## **1.2 As técnicas de pesquisa**

No âmbito desta abordagem que escolhemos, esta dissertação foi construída, em todo o seu desenvolvimento, por uma diversidade de técnicas de pesquisa. Será possível notar durante a leitura do trabalho que cada uma delas foi ora mais, ora

menos utilizada, de acordo com a necessidade e, principalmente, com as possibilidades existentes, que vão desde a disponibilidade ou não de trabalhos anteriores para servir de embasamento, até as condições financeiras, de tempo e logísticas para a realização de trabalhos em campo, por exemplo.

### 1.2.1 O recorte espaço-temporal

A partir das questões de pesquisa, é importante, em primeiro lugar, ter claro o recorte espaço-temporal de análise selecionado. Neste sentido, pergunta-se: Por que o interesse em estudar o espaço rural na escala municipal e, particularmente, em Santana do Livramento? Do mesmo modo, por que procuramos fazer isso considerando um intervalo de tempo tão abrangente.

De antemão, podemos dizer que a escolha de Santana do Livramento como objeto de investigação no que tange ao tema espaço rural se insere em uma motivação pessoal. Concordamos, neste sentido, com Suertegaray (2002) quando diz que, ao pesquisarmos, buscamos respostas para nossas dúvidas em relação ao mundo e a nós neste mundo e que, por isso, o processo de pesquisa/investigação é, também, um processo de autoconhecimento.

O fato é que Santana do Livramento nos foi, e de certo modo ainda é um espaço de vida, um lugar onde vivemos, e de onde vimos o mundo, exatamente nos termos de Wanderley (2001) quando esta autora procura valorizar os espaços rurais. Um território, na definição de Medeiros (2009). Este sentimento de pertencimento é exatamente o que nos desperta o anseio em direcionar para Santana do Livramento o foco de nosso estudo. É algo como utilizar a ciência com a qual trabalhamos para gerar algum benefício ao lugar com o qual temos fortes vínculos.

De forma mais específica, há uma preocupação que nos direciona ao mundo rural. Intriga-nos as possibilidades que o rural local, tão presente nos traços culturais, na política, nos números do PIB, pode representar para o município, também no que tange a geração de oportunidades de trabalho e de combate a pobreza e à desigualdade, especialmente ao ser revitalizado enquanto lugar de vida, de habitação. Como bem coloca Saquet (2011), a pesquisa científica se dá como um processo de análise e interpretação do real, tentando evidenciar elementos do status quo a serem questionados e suprimidos, com o intuito de amenizar os processos de

subordinação e exploração, bem como os de concentração de riqueza, centralização de poder e degradação do ambiente.

A abordagem territorial, neste sentido, tem, a nosso ver, a vantagem de nos dar liberdade de selecionar um recorte, ou seja, a seleção de uma área de estudo, pois os processos estudados não são vistos como isolados do todo que é o espaço. E nem mesmo de forma atemporal, explicados em si mesmos. Seja qual for o recorte, há temporalidades e territorialidades que o dão um contorno próprio.

No que diz respeito ao recorte temporal, o limite mais próximo do intervalo de tempo de nosso estudo é a atualidade. Em verdade, a abordagem centrada na processualidade histórica busca a compreensão do presente, tendo em vista a complementaridade existente no real entre passado-presente-devir (SAQUET, 2008). Deste modo, para esclarecermos nossa compreensão do status quo que se mostra, partimos da formação espacial, ou seja, da evolução da relação sociedade X natureza desde o momento em que esta passa a se dar e, portanto, desde que este espaço rural passa a ser produzido, ou seja, desde muito antes da presença dos Estados nacionais e da própria propriedade privada no Pampa.

### 1.2.2 A pesquisa bibliográfica

De acordo com Oliveira (2007) a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. Conforme a autora, a principal finalidade da pesquisa bibliográfica é proporcionar ao pesquisador o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo: “o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico (OLIVEIRA, 2007, p. 69)”.

A pesquisa bibliográfica permeou a pesquisa desde antes da formulação das questões que a fundam, especialmente durante a realização das disciplinas do currículo do mestrado. Dela partiu boa parte das escolhas aqui presentes. E, por isso, desde o início até as considerações finais ela está presente. A partir das questões que moveram esta investigação, foi com base na pesquisa bibliográfica que se julgou pertinente a utilização da abordagem territorial para a análise do

espaço rural em Santana do Livramento. A própria compreensão sobre o rural aqui presente, bem como nossa visão sobre as hipóteses quanto ao seu “destino” e sobre o que seria um rural, de fato, dinâmico, se deu a partir da pesquisa bibliográfica, conjugada a observação empírica.

Não obstante, a pesquisa bibliográfica minuciosa conduziu, já durante os procedimentos de busca por respostas para as questões deste trabalho, à definição da forma de periodização da dinâmica da produção do espaço rural em Santana do Livramento, como parte do proceder da análise por via da abordagem territorial. A consulta a autores que, de algum modo, em seus respectivos enfoques de interesse, abordam elementos históricos e geográficos do espaço rural em Santana do Livramento, conduziu a tal periodização. Este embasamento levou em conta ainda trabalhos direcionados aos contextos nas escalas regional da Campanha Gaúcha e/ou Metade Sul e estadual, de Rio Grande do Sul, tentando dar conta da trans-multi-escalaridade, que constrói as particularidades locais.

Definida a periodização, a pesquisa bibliográfica passou a ocorrer por passos, direcionada ao aprofundamento do conhecimento das características de cada período por vez, buscando informações específicas de cada um deles. Estes conhecimentos foram colocados ainda em diálogo com as colocações de diferentes estudiosos que se dedicam ao mundo rural. No que seguiu, os conhecimentos já obtidos sobre cada período foram acrescidos daqueles obtidos de outras fontes, as quais serão vistas adiante, tais como a pesquisa a fontes de dados secundários e documentais e as pesquisas de campo.

Por fim, nas considerações finais, a pesquisa bibliográfica foi o instrumento que resultou no referencial teórico utilizado para relacionar os conhecimentos obtidos na pesquisa com a questão do desenvolvimento rural/local.

### 1.2.3 A pesquisa documental

Segundo Oliveira (2007), a pesquisa documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outros.

Para a autora, a pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica, sendo a natureza das fontes o elemento diferenciador: A pesquisa bibliográfica remete às contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. “Na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 70).

Segundo Saquet et. al. (2010), é fundamental na apreensão dos processos históricos e relacionais, que envolvem os detalhamentos necessários para uma explicação coerente do objeto de estudo, fazer este tipo de levantamento, que envolve também relatórios e registros de cartórios civis e religiosos, por exemplo.

Neste sentido, as principais fontes documentais utilizadas neste trabalho foram os jornais. Isso se desdobra, necessariamente, em reconhecer as implicações de se trabalhar com esse tipo de fonte de informação. Sobre isso, coloca Chelotti (2009) que ao trabalhar com o fato jornalístico estamos nos baseando num segundo texto, numa leitura/interpretação da realidade observada em campo por outra pessoa.

Assim, levando isso em conta, neste trabalho foram coletadas nos textos jornalísticos apenas informações mais precisas, pontuais, destinadas a ilustrar, ou mesmo dar maior visibilidade aos fatos ou fenômenos que foram analisados. Além dos jornais, também foram utilizados vídeos e fotografias sobre elementos do mundo rural em Santana do Livramento, bem como relatórios ambientais dos assentamentos instalados no município, como fontes de informações para a elucidação de cada tópico trabalhado.

#### 1.2.4 A pesquisa a fontes de dados secundários

De antemão, é importante destacar a diferença entre as fontes primárias e secundárias. Segundo Oliveira (2007), é fundamental que o pesquisador entenda o significado de cada uma destas fontes. Explica a autora que as fontes primárias são dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, ou seja, é o pesquisador que analisa. As informações coletadas em pesquisa de campo são um exemplo típico de obtenção de dados primários. Já, por fontes secundárias, compreende-se a pesquisa de dados de segunda mão, ou seja, informações que foram trabalhadas por outros estudiosos e, por isso, já são de domínio científico, o chamado estado da arte do conhecimento.

Os dados obtidos nestas fontes acrescentaram ao trabalho informações precisas sobre aspectos de relevância fundamental ao se buscar conhecer o espaço rural de Santana do Livramento em sua dinâmica histórica e em sua atualidade. Foram de interesse, neste sentido, dados como os da produção agrícola municipal, produção pecuária, estrutura fundiária, população rural, índice de Gini, incidência de pobreza, números do PIB por setor, per capita e total, índice de desenvolvimento socioeconômico (IDESE), número de assentamentos e famílias assentadas, ocupações, manifestações de movimentos sociais rurais, etc.

Foram fontes deste tipo de dados, as seguintes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), DATA LUTA/NERA – UNESP e Prefeitura Municipal de Santana do Livramento.

#### 1.2.5 A pesquisa de campo

Gomes (2011), ao tratar dos métodos e técnicas utilizadas na Antropologia, coloca que pesquisar no campo significa deslocar-se para onde está o objeto de pesquisa e usar de métodos e técnicas variados, conforme o interesse do pesquisador.

Exemplificando esta definição através de situações, diz o autor:

Um sociólogo interessado na produtividade do pequeno lavrador pouco se interessa pelo modo como ele vive, por sua visão de mundo, embora esses assuntos tenham importância na sua capacidade de produção. Interessa-lhe saber a área de plantio, as técnicas, as escolhas dos cultígenos, os resultados da produção em série histórica, etc., e, para alcançar seus objetivos, ele usa técnicas apropriadas: medição e avaliação do solo, análise dos instrumentos de trabalho, dados coletados por agências de fomento agrícola, etc. Já para o antropólogo, a subjetividade dos pesquisados e a sua própria são fundamentais para a formulação de sua compreensão da cultura (GOMES, 2011, p. 58).

Segundo, de certo modo, este mesmo entendimento e, trazendo para os domínios da Geografia, Suertegaray (2002) vê o trabalho de campo como um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo.

Para a autora, a pesquisa de campo em Geografia se constitui em um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Para a autora, neste caso o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos e sim para alimentar o processo, na medida em que desvenda as contradições, as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo.

Para esta pesquisa, em uma abordagem territorial crítica, relacional e multidimensional, o sentido da pesquisa de campo colocado acima por Suertegaray (2002) é muito claro. A compreensão do espaço rural como uma produção territorial, ou seja, sociedade e natureza relacionando-se de forma particular e historicamente condicionada em cada lugar e de maneira (i)material, coloca a esta pesquisa a



necessidade de, em campo, lançar mão de técnicas que possibilitem apreender ao máximo esta complexidade.

Sendo assim, são utilizadas as fotografias e entrevistas gravadas como forma de se obter representações da realidade vista em campo, tanto no que se refere a materialidade (elementos naturais, cultivos, habitações, estradas, maquinário, etc.) como no que tange a imaterialidade (intenções, conhecimentos, visões de mundo, identidades, etc.). Segundo Gomes (2011), fotografar é uma atividade positiva e quase sempre satisfatória no registro de eventos que, inclusive, poderão ser usados como dados na pesquisa. Do mesmo modo, para o autor, as entrevistas e histórias gravadas são uma técnica bastante produtiva, juntamente com a transcrição das falas, trabalho que, segundo o autor, não se pode deixar de fazer.

Especificamente sobre as entrevistas, Alves (2008) as distingue em livres, semi-estruturadas e estruturadas. Segue o autor:

As entrevistas podem ser abertas ou livres, semi-estruturadas, estruturadas ou mistas, a adoção delas varia de acordo com o objeto de cada geógrafo, no caso de uma pesquisa quantitativa com obtenção de dados tabulados, a melhor técnica é a entrevista estruturada com perguntas de múltiplas escolhas. A entrevista semi-estruturada intercala questionários fechados com perguntas livres, cabendo ao geógrafo escolher a melhor técnica para proceder a pesquisa (ALVES, 2008, p. 231).

Conforme o referido autor, nas pesquisas qualitativas, comuns na Geografia Humana, as entrevistas são muito pouco estruturadas, não necessitam um fraseamento e nem uma ordem rigidamente estabelecida.

Nesta linha, optamos, para este trabalho, por elaborar roteiros com perguntas livres, valorizando-se mais do que a ordem das perguntas estabelecidas no roteiro, a liberdade de o entrevistado expor o que lhe convém sobre o que foi perguntado. Entendemos como positivo quando a entrevista toma o tom de uma conversa, pois, baseando-nos em experiências anteriores em campo, foi possível perceber maior grau de naturalidade, aprofundamento e subjetividade nas informações vindas dos entrevistados, conjugados em uma maior aproximação com estes sujeitos.

Assim, definido isso, resta esclarecer que sujeitos foram entrevistados. Sendo o objeto deste estudo o espaço rural em Santana do Livramento, pesquisar em campo significa ir até este espaço em busca de conhecimento sobre sua realidade, de acordo com as perguntas que movem a pesquisa. Porém, se tratando de um

trabalho que faz a análise de uma dinâmica que é histórica, houve momentos em que a pesquisa de campo não foi uma técnica pertinente. Por exemplo: na aquisição de informações sobre os efeitos da distribuição de sesmarias na porção onde hoje se encontra Santana do Livramento, ao que parece, não há no campo uma possibilidade rica de aquisição de informações. Por isso, nesta parte, a pesquisa bibliográfica e as fontes documentais são mais indicadas e foram, por isso, as utilizadas.

Por outro lado, no que se refere ao período a partir da segunda metade do século XX, os atores que se territorializam no espaço rural em Santana do Livramento, a exemplo das famílias assentadas, estão lá presentes, a princípio disponíveis para contar suas histórias, tornando o campo uma possibilidade muito rica. Em suma, tendo sempre em mente as técnicas disponíveis para atingir os objetivos deste trabalho, é lançada mão a umas ou a outras delas de acordo com a pertinência em cada momento da pesquisa. E, mesmo imerso em campo, houve casos em que o trabalho foi somente de observação e registro fotográfico, e outros, também de entrevistas.

No que se refere especificamente às entrevistas, o ponto de partida para a elaboração dos roteiros foi sempre os objetivos do trabalho. As perguntas, portanto, foram elaboradas sempre no sentido de compreender o rural em Livramento, tendo em vista sua configuração histórica baseada no domínio da grande propriedade e a presença recente dos assentamentos da reforma agrária. Neste sentido, tendo em vista as limitações de tempo, bem como as grandes distâncias no interior do município e a diversidade de agentes que produzem, vivem e pensam o espaço rural local, foram selecionados informantes qualificados para a realização das entrevistas.

Deste modo, foram aplicados roteiros junto a representantes dos seguintes agentes:

- 1) De entidades do poder executivo municipal ligadas diretamente ao rural, a saber: Secretaria da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Assuntos Agrários e a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (duas entrevistas, uma em cada secretaria);
- 2) Do sindicato patronal (uma entrevista, no próprio sindicato);

- 3) De moradores de tradicionais vilas rurais de Santana do Livramento (duas entrevistas, na vila Palomas);
- 4) De famílias assentadas (dez entrevistas, nos PA's Nova Santa Rita, Coqueiro, Fidel Castro, Sepé Tiarajú III, Liberdade no Futuro)
- 5) Do MST (uma entrevista, com Coordenador Regional do MST, no assentamento Nova Santa Rita);
- 6) Da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), responsável pela assistência técnica nos assentamentos da reforma agrária (uma entrevista, junto à sede da entidade);

### 1.2.6 Organização das informações

Pós-colhidas todas as informações, a última etapa de realização do trabalho correspondeu à sua organização. Neste sentido foram feitas as transcrições das falas de entrevistados, produção de quadros, tabelas e mapas e organização do acervo fotográfico. Todos estes elementos foram então alocados posteriormente no texto dissertativo à medida que este foi sendo construído, formalizando o conhecimento produzido.

## **2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO RURAL**

Em obra já clássica, de 1978, intitulada “Cultura, Sociedade Rural e Sociedade Urbana no Brasil”, Maria Isaura de Queiroz já destacava o impasse que se põe a quem interessa ater suas pesquisas ao “rural” ou mesmo ao “urbano”. Dizia a autora que um dos problemas que se colocam aos pesquisadores é o da sua definição. “Não se trata de uma delimitação fácil [...] (1978, p. 47)”. Hoje, já na segunda década do século XXI, o impasse e o debate sobre a definição do rural, bem como sobre seu destino, não só continuam como se acirram.

Inserindo-nos neste contexto, sabemos que qualquer proposição de diferentes pesquisadores envolvidos neste debate possui limites e é alvo de críticas. No entanto, consideramos coerente que previamente seja definido o entendimento, ou ao menos discutido diferentes perspectivas de compreensão, daquilo que se pretende pesquisar. Então, se o intuito aqui é estudar uma porção particular do

espaço rural, antes disso devemos levar em conta a problematização e o debate existente em torno de seu significado. Além disso, consideramos importante também a elaboração de uma contextualização, que embase previamente o caso que se pretende estudar.

Neste sentido, Rogério Haesbaert (2004) é quem nos dá um bom conselho:

é muito importante esclarecer, de início, as principais linhas teórico-conceituais em que a expressão é ou pode ser utilizada, sem em hipótese alguma pretender impor a conceituação à problemática, mas mostrando sempre a diferenciação e transformação do conceito em função das questões priorizadas (HAESBAERT, 2004, p. 36).

Mesmo que o autor esteja, no trecho acima, se referindo à categoria território e não à “rural”, o alerta cabe do mesmo modo. Trata-se de uma questão que não é só de tornar claro o argumento construído ao longo de um trabalho, mas mais simples do que isso, tornar mais claro e compreensível o que realmente foi o objeto de estudo.

É, pois, considerando esta questão, que, neste capítulo tentamos, primeiro tecer considerações sobre o debate existente em torno do tema ruralidade, sobretudo quanto as hipóteses sobre “destinos” do rural. Depois, considerando este debate, trazemos perspectivas de compreensão do espaço rural propostas por autores que, entre todos os consultados em nossa pesquisa, mais nos identificamos com sua argumentação. Por último, em prévia à nossa análise do caso de Santana do Livramento, discutimos o contexto mais amplo no qual o espaço rural no município está inserido, ou seja, o da realidade do espaço rural brasileiro, suas transformações e permanências históricas.

## **2.1 Um pouco do debate sobre o “destino do rural”**

No início deste texto dissertativo já destacamos nossa não concordância com a ideia de tratar as transformações que o rural vem sofrendo no âmbito do capitalismo globalizado e do meio técnico-científico-informacional como um processo de urbanização do campo. Deste modo, sentimos a necessidade de, antes de tudo, fazer uma passagem, mesmo que breve, por este debate em torno do futuro do rural, para melhor esclarecermos esta colocação.

Nas últimas décadas, diversos autores brasileiros tem se empenhado em utilizar, bem como elaborar novas compreensões e também nomenclaturas para se referir ao rural como tema de investigação. Para fins didáticos, podemos dividir esta diversidade em duas vertentes básicas, sendo que, para discuti-las, utilizaremos como referências principais a explicação de dois destes autores brasileiros: Maria de Nazareth Wanderley e José Eli da Veiga.

Assim, iniciamos com Wanderley (2001). A autora explana que o fim do isolamento entre as cidades e o meio rural é frequentemente expresso através do conceito de continuum rural-urbano. Com o avanço da urbanização e com a industrialização da agricultura, a partir da segunda metade do século XX, muitos autores passaram a perceber que cidade e campo haviam ampliado seu contato e suas trocas e, por isso, concordaram que a delimitação nítida entre os dois espaços se tornou cada vez mais difícil. Assim, no lugar de contraste entre rural e urbano, haveria níveis ou diferenças de intensidade, que poderiam ir da metrópole em um extremo à “natureza” em outro, por exemplo. Enfim, um continuum rural-urbano.

Neste sentido, Wanderley (2001) explica que mesmo entre os autores concordantes com o conceito do continuum, existem duas correntes principais. A primeira privilegia o polo urbano como o dominante. Dele partiria o progresso e os valores dominantes que se impõem ao conjunto da sociedade. Conforme a autora, em última instância esta vertente aponta para um processo de homogeneização, em que o extremo rural do continuum se reduziria sob o domínio do polo urbano até o ponto em que a própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana, chegaria ao fim.

Já a segunda vertente apontada por Wanderley (2001) considera o continuum rural-urbano como uma relação que aproxima e integra dois polos extremos, sem, no entanto, significar a supressão de um polo sob o domínio de outro. Destaca a autora que nesta vertente, a hipótese central é de que o continuum se desenha entre dois polos, o urbano e o rural, que são distintos entre si e que vivem um intenso processo de mudanças em suas relações. Mas que, no entanto, mesmo ressaltando-se as crescentes semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois polos e, por isso, não representam o fim do rural.

Assim, filiando-se ela mesma a esta segunda vertente, Wanderley (2001) define seu entendimento sobre a ruralidade utilizando a expressão “mundo rural”.

Trata-se de um termo que consideramos muito pertinente, pois expressa de imediato a noção de que o rural não é um “apêndice” do urbano ou mesmo um “resíduo”, com tendências ao desaparecimento. Ao utilizar a palavra “mundo” para se referir ao rural, compreendemos que a autora já dá uma boa noção de que existe uma gama de características do rural que lhe é própria e que o identifica, mesmo sabendo de sua conexão com o universo à sua volta.

Na explicação de José Eli da Veiga (2006) o autor menciona a origem destas duas vertentes contrárias sobre o destino da ruralidade. Diz o autor: “mesmo que não tenham plena consciência, todos os que pesquisam sobre a ruralidade estão sob a influência de uma das duas hipóteses extremas sobre seu destino: a de completa urbanização ou a de um renascimento rural (p.333)”.

A hipótese da completa urbanização a que se refere Veiga foi lançada pelo filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, em trabalho de 1970. Para Lefebvre, a completa urbanização corresponderia à sociedade urbana, ou seja, a sociedade pós-industrial, “aquela que nasce da industrialização e a sucede” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 16). Quando escreveu, Lefebvre a tratou como algo que estaria em processo. Algo “hoje virtual, amanhã real (p. 15)”, sendo um indicativo de que estaríamos caminhando nesta direção, a proliferação do que o autor chama de “tecido urbano” sobre o campo, definido por uma gama de manifestações do predomínio do urbano sobre o rural. Deste tecido urbano fariam parte, por exemplo, uma segunda residência no meio rural, uma rodovia ou mesmo um supermercado em pleno campo, e não necessariamente o adensamento de construções características da cidade, conforme explica o autor no que segue:

Estas palavras, "o tecido urbano", não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo...Mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, ele poupa somente as regiões estagnadas ou arruinadas, devotadas à "natureza" (LEFEBVRE, 1999, p. 17).

Levada a cabo, esta hipótese estaria anunciando o fim do rural como realidade distinta do urbano. Chegaríamos a um ponto em que o tecido urbano ocuparia todos os espaços e aquilo que um dia foi um rural espacial e socialmente distinto, se tornaria parte da sociedade urbana. Este seria, em última instância, o resultado do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo, como

se refere Ianni (1997), generalizando e enraizando formas de sociabilidade, instituições, padrões, valores e ideais que expressam a urbanização do mundo.

Entre os autores brasileiros que se alinham a esta hipótese, talvez o principal seja o agrônomo José Graziano da Silva. Para o autor et. al. (2002), estamos diante de um “novo rural brasileiro”, caracterizado pelo surgimento, a partir dos anos 1980, de uma nova conformação deste meio, composta por três grandes grupos de atividades, sendo eles: 1) o caracterizado por uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; 2) o definido por um conjunto de atividades não agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços e; 3) o identificado por um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercado.

Para Graziano da Silva, este “novo rural” identificado pelo citado conjunto de novas atividades expressa um movimento sem volta, uma iminente e irreversível urbanização do campo, aos moldes da hipótese de Lefebvre. Segundo o autor, estas transformações são a expressão da forte influência das atividades urbanas, que adentram o rural. É o “transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.1)”. Para Graziano da Silva, é uma questão de tempo para que o rural seja superado pelo urbano.

Em outra ponta da discussão, estão os autores que se apoiam na hipótese do renascimento rural. Esta hipótese, contrária à de Lefebvre, foi lançada pelo geógrafo e sociólogo Bernard Kayser, em trabalho de 1972, e continuada em trabalhos posteriores do autor, nos anos 1990. Como explica Veiga (2004), Kayser verificou uma mudança de tendência demográfica nos espaços rurais da maioria dos países industriais no decorrer dos anos 1970. Kayser observou que depois de décadas de declínio, a curva da população rural havia anunciado uma retomada de crescimento. Ou seja, o êxodo rural estaria dando lugar a um movimento, ainda de difícil quantificação, de retorno da população urbana ao campo. A partir daí, conforme explica Carneiro (2008), Kayser constatou uma revitalização social e econômica recente de áreas ou localidades rurais. Estas teriam deixado de ter sua dinâmica centrada na atividade agrícola, mas nem por isso passaram a se confundir com as realidades urbanas. Seria, então, o que o autor chamou de “renascimento rural”.

No Brasil, ou melhor, para a interpretação do rural brasileiro, se alinham com os argumentos de Kayser autores como Maria José Carneiro e Maria de Nazareth Wanderley. A primeira (2008) argumenta que é precipitada a conclusão de que as transformações que vem ocorrendo significam a urbanização do campo. Carneiro (2008) enfatiza que mesmo em uma posição de subordinação e complementaridade ao urbano, o rural não estaria necessariamente em um processo de descaracterização, de dissolução do agrário e transformação uniformizadora das condições de vida no campo. Ao contrário, a aproximação entre o rural e o urbano poderia suscitar a reemergência de sociabilidade e identidades tidas como rurais.

Nesta mesma linha, está a já citada Maria de Nazareth Wanderley (2001). Para ela, mesmo ressaltando-se as crescentes semelhanças e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não destroem suas particularidades e, por conseguinte, não representam o fim do rural. Falando especificamente do caso brasileiro, a autora (2004) afirma que as transformações resultantes dos processos sociais mais globais, como a urbanização, a industrialização e a modernização da agricultura, mesmo sendo profundas e significativas, não se traduziram por nenhuma “uniformização” da sociedade que provocasse o fim das particularidades dos espaços rurais e da população que neles vive.

Para a autora, “a modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local, etc. (WANDERLEY, 2004, p. 82)”. A título de exemplo, para a autora, a crescente busca pelos espaços rurais para a moradia e lazer, bem como os assentamentos, resultado de um processo de reivindicação da ruralidade, expressam sim uma transformação deste meio, mas não uma supressão do rural pelo avanço da urbanização. Pelo contrário, trata-se de um retorno ao rural.

Assim, estamos diante de, basicamente, duas perspectivas que diversos autores levantam sobre o futuro do rural. Uma analisa suas transformações como parte de um processo de urbanização do campo em curso, e a outra analisa estas transformações como um processo de renascimento rural. Ao que parece estas perspectivas dependem, sobretudo, da forma com que cada autor ou vertente de



pensamento entende o espaço rural, o que, inclusive, muitas vezes não fica explícito. Além disso, é interessante considerar ainda o que coloca, de forma muito pertinente Veiga (2004, p. 20) ao dizer que “as hipóteses de Lefebvre e Kayser também atribuíam apenas um destino à ruralidade. E o que a fase mais recente da globalização parece estar indicando é que a ruralidade terá diversos destinos”.

Neste sentido, tomando como exemplo aquilo que Haesbaert (2004) coloca sobre aqueles que professavam o fim dos territórios sem nem ao menos definir como entendem o conceito, destacamos, em primeiro lugar, que tomar partido sobre o futuro da ruralidade se torna algo perigoso, especialmente se não estiver claro na argumentação o que se entende por ruralidade, espaço rural ou simplesmente rural. Além disso, como já dissemos desde o início, há de se superar aquela ideia parcial do rural restrito cristalizado na agricultura e na vida agrária.

É nesta perspectiva que Veiga (2004, p. 19) se manifesta sobre a hipótese de Lefebvre da completa urbanização, dizendo que

a única maneira de entender que um pensador tão brilhante quanto Lefebvre tenha sido levado a incorrer em tamanho engano, certamente está ligada ao vício de se resumir o rural ao agrário. Havia muitas razões no início dos anos 1970 para se prever o inexorável desaparecimento do tipo de sociedade agrária que ele tão bem conheceu e analisou em sua fase de sociólogo rural. Mas a ruralidade nunca se resumiu às relações sociais ligadas às atividades agropecuárias, mesmo na curta fase histórica em que esse setor econômico foi dominante nos territórios extra-urbanos.

É bem verdade que se analisarmos o rural como puramente agrícola ou agrário, é facilmente aceitável a ideia de urbanização do campo no Brasil, dada a grande diminuição do emprego agrícola que vem ocorrendo junto com o movimento inverso de aumento do emprego em atividades não agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 2001). De fato, no processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, o rural vem se tornando menos agrário. No entanto, há de se ponderar se isso significa, de fato, um caminho que ruma para a sua dissolução, tendo em vista, sobretudo, que uma das grandes pendências para o desenvolvimento rural no Brasil é a resolução de uma “questão agrária”, como frisaremos adiante.

É possível problematizar, por isso, que os próprios limites do modelo produtivista de industrialização da agricultura e da industrialização/urbanização, estatuído em uma estrutura fundiária extremamente desigual, tem gerado dinâmicas que modificam, mas não necessariamente suprimindo, e sim, reiterando qualidades

do espaço rural como meio específico. Isso, não só enquanto novo rural descolado das atividades agrícolas, mas enquanto rural agrário, que reafirma uma cultura camponesa de cultivo da terra, a exemplo dos movimentos camponeses.

Assim, tendo em vista as considerações trazidas para discussão até aqui, partimos no item a seguir para a reunião das considerações que nos levam ao entendimento do espaço rural como um meio específico que permanece e que deve ser entendido para além do setorial-agrícola.

## **2.2 Uma compreensão: o rural permanece e é territorial**

Tendo em vista a permanência de considerável população vivendo no campo e outra gama enorme que vem reivindicando a ruralidade e, mais ainda, sabendo que grande parte desta população ainda vive em condições de vida precárias, nossa perspectiva de entendimento da ruralidade, antes de tudo, deve ir contra qualquer entendimento que lance esta população ao fatalismo da pura e simples supressão demográfica (êxodo), cultural, econômica e política. Pelo contrário, há a necessidade de se compreender o rural de forma que este possa ser visto como um portador de alternativas para a diminuição das desigualdades, combate à pobreza e melhoria da qualidade de vida dos próprios habitantes do campo e para os da cidade.

Cabe destacar o pensamento de Wanderley (2004), quando fala da importância de assegurar a cidadania do homem do campo, no campo. Diz a autora que a intenção é de que o brasileiro não precise deixar o campo para que seja reconhecido como cidadão pleno, e que sua permanência seja a expressão de uma escolha livre, pessoal e renovável, a partir de condições favoráveis de possibilidades econômicas, sociais e culturais.

Nesta mesma perspectiva, é das ideias de Abramoway (2000, p. 6) que partimos na exposição de nosso entendimento do espaço rural. Destaca Abramoway (2000, p. 6): “a ruralidade é um conceito de natureza territorial e não-setorial e o mesmo se aplica à noção de urbano”. Trata-se, sucintamente, de uma compreensão que procura superar concepções que reduzam a definição de urbano à simples presença da indústria, por exemplo, e a de campo pela presença da agricultura ou, do contrário, seu declínio pela diminuição do peso da agricultura nos territórios

rurais. Esta máxima é utilizada pelo autor para se referir ao fato de que a variável espacial é fundamental na definição daquilo que é rural. Sendo agrícola ou não agrícola, o rural se define por suas especificidades espaciais, a exemplo do grande peso dos elementos naturais na vida cotidiana e da baixa densidade demográfica ou alta dispersão populacional que caracteriza estes espaços, além de suas características de comunicação com as cidades.

Deste modo, para Abramoway (2000), o rural é multissetorial, sendo a variável espacial o que o define e individualiza. Para o autor, inclusive, “a abordagem espacial e o pressuposto da multissetorialidade do meio rural permitem que não se suponha, mesmo nas nações mais desenvolvidas, que o campo tenha se urbanizado (p. 6)”.

José Eli da Veiga é outro autor que trabalha nesta perspectiva. Para ele,

nada pode ser mais rural que as escassas áreas de natureza intocada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas pelas megalópoles. É por isso que se considera a pressão antrópica como o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios (VEIGA, 2002, p. 33).

Dadas suas devidas especificidades, autoras como Maria de Nazareth Wanderley e Martha Inês Medeiros Marques também vão ao encontro desta concepção do rural e acrescentam ainda mais alguns atributos. Para Marques (2002, p. 109)

O espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa.

Estão presentes nesta definição de Marques os mesmos pontos colocados por Abramoway, como a multiplicidade de usos (ou funções, que podem ser expressos em múltiplos setores), e a referência espacial expressa na relação particular entre sociedade e natureza. No entanto, a autora acrescenta de forma mais clara, além da referência a um espaço físico específico, a referência política, identitária e cultural específica, quando fala em “inscrição local ou territorialidade intensa”.

É neste sentido que, a nosso ver, Wanderley (2001) contempla uma definição mais completa, ambiental e social, ao entender que o espaço rural se define como um espaço específico, compreendido em dupla face: 1) enquanto espaço físico, ou seja, materialidade, construída socialmente a partir da ocupação do território, da definição de uma estrutura de posse (estrutura fundiária) e dos usos da terra e de outros recursos naturais, como a água, seja para a conservação, como paisagens naturais e/ou como paisagens construídas; 2) como lugar de referência identitária e como suporte de modos de vida particulares, ou seja, de onde se vê e se vive o mundo de modo peculiar; onde, na condição de “homem rural”, os indivíduos experimentam ou reivindicam a cidadania e sua inserção na sociedade nacional.

Utilizando-se de outras palavras, em trabalho de 2009, Wanderley define o espaço rural também pela predominância daquilo que ela chama de “espaços não construídos” (predominância da natureza) e pela condição de pequeno aglomerado, com baixa densidade demográfica, onde predominam as relações de proximidade, indo ao encontro dos demais autores citados. Conforme a autora pode-se estabelecer esta definição pelo fato de que, assim como no espaço urbano, no rural existem funções específicas que criam e valorizam atributos específicos.

Wanderley (2009) lembra ainda que a efetivação destas funções interessa não apenas à população rural, constituindo-se também em serviços que o mundo rural tem a oferecer ao conjunto da sociedade. Em síntese, pode-se dizer que Wanderley percebe o mundo rural de forma (i)material, dinâmica e nas múltiplas dimensões das relações sociais (econômica, política, cultural, ambiental). Entendimento este, a guisa do qual, o mundo rural não pode ser visto apenas como lugar de produção agrícola.

Nesta perspectiva, segundo Wanderley (2004) interessa dar especial destaque a três dimensões do mundo rural que, segundo ela, são centrais e indissociáveis, especialmente ao se almejar um processo de desenvolvimento do meio rural de forma sustentável.

- 1) Dimensão econômica, sobretudo no que se refere ao emprego e a renda. Nesta dimensão, segundo a autora, é importante considerar a crise dos setores tradicionais e as possibilidades representadas pelos novos setores emergentes, como o é o turismo e a habitação no meio rural, por exemplo.

- 2) Dimensão sócio-política. Segundo a autora, esta nos remete as questões ligadas à vida política, às condições de vida, à sociabilidade e à construção de identidades no meio rural. A vida política diz respeito à cidadania, ao poder local e às políticas públicas. As condições de vida remetem a estudos sobre pobreza rural e estratégias de reprodução dos habitantes neste meio. A sociabilidade inclui os modos de vida, as relações do meio rural com o meio urbano e a construção das identidades sociais (cultura, identidade local, gênero e geração, etc).
- 3) Dimensão sócio-cultural-ambiental, que engloba todos os aspectos referentes às relações sociedade-natureza e à construção/reprodução do patrimônio cultural e natural em nível local.

Assim, traçadas estas considerações e definições, procuramos, no próximo item, a partir deste entendimento sobre o mundo rural, realizar uma prévia de nossa análise do espaço rural produzido em Santana do Livramento através de considerações a cerca da realidade brasileira.

### **2.3 Avaliando o cenário brasileiro**

Para fixar alguns conhecimentos chave sobre a ruralidade no Brasil, mas também para refletir sobre as hipóteses quanto ao seu futuro colocadas no início deste capítulo, torna-se interessante uma incursão, mesmo que breve, sobre a trajetória e as transformações recentes deste meio. De antemão, cabe destacar que, por mais que os diversos autores diverjam sobre o futuro da ruralidade, de modo geral, há um consenso sobre algumas “pendências históricas” e também sobre as transformações que o meio rural vem sofrendo no Brasil.

Neste sentido, tecemos neste item, considerações sobre estas transformações recentes, especialmente aquelas detectadas a partir da segunda metade do século XX. De outro lado, analisamos também permanências históricas, a partir da base fundiária e agrária da ruralidade brasileira inaugurada com os portugueses. Tentamos observar características gerais do espaço rural brasileiro, as

quais, perpassando a diversidade de realidades que o compõem, constituem o que poderíamos chamar de “questão rural” no Brasil.

Nesta perspectiva, partimos da colocação de Wanderley (2009), dizendo que, grosso modo, desde o início da colonização lusa até as primeiras décadas do século XX, o que se estabeleceu no Brasil foi uma “civilização agrária”. Trata-se de uma denominação que sintetiza algumas características gerais que perduraram e foram de caráter dominante até o referido período. Queiroz (1978), por exemplo, expõe algumas dessas características. Para a autora, este é um tipo de sociedade em que, existindo já a cidade como centro político-administrativo, esta é, por outro lado, inteiramente dominada e delimitada pelo campo já que este é o espaço produtor, do qual a cidade depende para o seu abastecimento. Em outras palavras, o campo domina a cidade, embora esta o organize e seja seu centro administrativo. A dominação é demográfica e econômica, ou seja, a maior parte da população vive no campo, onde se sobressai a produção agrícola, que ocupa a maior parte dos grupos e dos indivíduos. A sociedade é agrária pelo fato das relações sociais se darem predominantemente em torno da produção agropecuária.

Eram, pois, estas as características da sociedade nascida da colonização lusa e que se manteve até o início do século XX, na qual o espaço rural teve papel proeminente. Neste período, Wanderley (2009) enfatiza duas características fundamentais, importantes, inclusive, para compreendermos a “questão agrária” que é ainda pendente no Brasil e, cuja resolução, consideramos indispensável quando o intuito é o desenvolvimento rural. As características colocadas pela autora são as seguintes: 1) o poder local exercido por uma elite, vinculada à propriedade concentrada da terra e 2) o tratamento desqualificador que esta elite mantinha em relação aos não proprietários. Exceto em algumas regiões onde o próprio povoamento foi baseado em pequenas propriedades, a exemplo do norte do Rio Grande do Sul, colonizado principalmente por imigrantes alemães e italianos, o que se produziu foi este tipo de “civilização agrária”, erguida da extrema concentração fundiária, que carrega em si características marcantes como o coronelismo, o clientelismo, a exploração, o trabalho escravo, a subserviência e o atraso político e econômico.

Neste período, segundo Wanderley (2009, p. 62),

se a elite latifundiária se sentia, frequentemente, acima da lei, na medida em que a lei se confundia com o próprio poder local, os não proprietários eram ignorados como sujeitos de direitos, as políticas para o meio rural pouco levavam em conta a melhoria de suas condições materiais de vida e nem sequer eram reconhecidos como trabalhadores.

Neste sentido, um primeiro ponto chave na compreensão do rural brasileiro é a origem excludente e desigual deste espaço, originado em uma “sociedade agrária”, da qual herdamos diversos problemas. Portanto, para pensar o rural brasileiro, podemos dizer que temos uma “questão agrária” pendente. Sua origem é a própria apropriação desigual da terra feita pela colonização portuguesa. Nas palavras de Graziano da Silva (1980, p. 7), a propriedade fundiária constituiu o elemento fundamental que separou os trabalhadores dos meios de produção na agricultura brasileira. Ou, como bem frisa Fernandes (1999), desde as capitâneas hereditárias até os latifúndios modernos, a estrutura fundiária brasileira vem sendo mantida entre os mais altos índices de concentração do mundo. Esta característica é uma das permanências históricas que é decisiva na atualidade. Ao longo dos anos, vemos não só a manutenção desta concentração, mas a sua intensificação, como resultado da exploração e das desigualdades geradas pelas políticas inerentes ao próprio sistema socioeconômico (FERNANDES, 1999).

Foi conservando esta estrutura marcada pela exclusão e desigualdade que se produziu, já nas primeiras décadas do século XX, intensas transformações na economia brasileira que geraram a transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbana. Isso se deu, conservando em seu meio rural, talvez, alguns dos aspectos mais negativos da sociedade agrária antecessora. Por este motivo, estas transformações ficaram conhecidas como “modernização conservadora”.

O fato é que, como afirma Fontoura (2004), a partir dos anos 1930, iniciam-se as bases para a industrialização brasileira, lideradas por Getúlio Vargas, através da construção de uma aliança entre a burguesia industrial nascente e a oligarquia rural. Foi dado início a uma política de investimentos na industrialização que incorporou o ideal da modernidade forjado nos referenciais dos ditos “países desenvolvidos” (VERDUM, 2005). A partir destes anos a produção industrial nacional toma grande impulso, bem como a movimentação da população rural em direção às cidades, o que foi motivado também, pela regulamentação do trabalho urbano feita por Vargas.

Ao mesmo tempo, ao buscar a consolidação de uma política para tornar o país um grande exportador de produtos agrícolas de interesse ao mercado consumidor externo, o Estado estabeleceu uma abertura crescente aos investimentos internacionais. Assim, ocorre o aumento de recursos financeiros disponíveis, a ampliação do modelo de concentração de terras para a produção agroexportadora, o crescimento da matriz produtiva industrial e um concomitante fluxo migratório de grandes proporções, sobretudo para a região sudeste (VERDUM, 2005). Inicia-se um processo de acelerada urbanização que vai mudando progressivamente a tradicional condição de “civilização agrária” no Brasil, conforme explica Graziano da Silva (1980, p. 8):

O período que se estende de 1933 a 1955 marca uma nova fase de transição da economia brasileira. Nesse período, o setor industrial vai-se consolidando paulatinamente e o centro das atividades econômicas começa vagarosamente a se deslocar do setor cafeeiro - exportador. A indústria gradativamente vai assumindo o comando do processo de acumulação de capital: o país vai deixando de ser "eminente agrícola" (como alguns ainda creem ser a sua "vocação histórica").

Como bem destaca Wanderley (2009, p. 62), “a questão que se coloca, neste novo contexto,   como compreender os processos de reprodu o do mundo rural não mais sob a égide da civiliza o agrária, mas inserido em uma sociedade urbano-industrial”. A partir da década de 1960, com os governos militares, esse processo não são continua como também se intensifica, sendo o Estatuto da Terra, de 1964, o instrumento que o formaliza, funcionando, nas palavras de Fontoura (2004), como um “Plano Diretor” da efetiva incorpora o do rural   lógica do Brasil urbano-industrial.

Sucintamente, o objetivo era que a agricultura respondesse às necessidades da industrializa o e, para isso, era necessário algumas medidas, como explica Graziano da Silva (1980), que demandaram ao campo: a) um aumento da oferta de matérias-primas e alimentos para o mercado interno sem comprometer o setor exportador que gerava divisas para o processo de industrializa o, via substitui o das importa es e, b) uma conexão ao circuito global da economia, não apenas como comprador de bens de consumo industriais, mas também através de uma verdadeira industrializa o da agricultura, tendo em vista que esta passou a



demandar quantidades crescentes de insumos e máquinas geradas pelo próprio setor industrial (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

Deste modo, a subordinação da agricultura aos interesses da industrialização brasileira, chamado de “modernização da agricultura” ou “industrialização da agricultura”, ou mesmo “urbanização do campo”, ocorreu, ao menos a partir da década de 60, através da introdução do chamado pacote tecnológico da “Revolução Verde”. Este pacote, conforme explica Hespanhol, R. A. (2008), consistiu na adoção de uma série de inovações tecnológicas na produção agrícola, com destaque para três elementos: a) melhoramento genético de espécies vegetais e rebanhos; b) utilização de fertilizantes químicos; e c) a mecanização das atividades agrícolas.

Através da tríplice aliança formada pelo Estado e capitais nacionais e internacionais, esse padrão foi amplamente incentivado e difundido. O crédito subsidiado por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural e os investimentos maciços em pesquisa e extensão direcionada a este modelo são exemplos de ações que se somaram neste processo. Tratou-se de uma política restrita ao apoio à produção, sobretudo aos setores ligados aos complexos agroindustriais, fornecendo matéria prima ou voltados à exportação, sendo, por isso de caráter setorial e produtivista (HESPANHOL, R. A., 2008).

Segundo Arl (2008, p. 158),

a Revolução Verde foi o último grande projeto para o desenvolvimento rural no país. Foram mais de 20 anos de investimentos públicos, envolvendo volumosas somas de crédito subsidiado e vinculado à compra de insumos (agrotóxicos, sementes, máquinas, adubos, etc.), pesquisa e extensão rural, além de milionária campanha de propaganda e convencimento.

Como resultado disso, de acordo com Verdum (2005), este modelo de desenvolvimento produz, entre as décadas de 1970 e 1980, o que se reconhece hoje como sendo o período do “milagre brasileiro”. Conforme o autor, sua justificativa é encontrada ao se verificar que nesse período a economia brasileira encontra-se como sendo a oitava do mundo, mesmo que se desconsidere qualquer tipo de preocupação ambiental, assim como em relação à exclusão social crescente.

Nas palavras de Arl (2008, p. 159), “nesse período houve grande crescimento econômico, porém concentrado nas mãos de poucos. Pregava-se a ideia de que é preciso fazer o bolo crescer para depois repartir”. Ocorreu, conforme o autor, que a grande massa, até então 70% residente no campo, foi lançada à cidade, sendo a inflexão registrada no censo de 1970 (WANDERLEY, 2009). O êxodo foi estimulado, pois a indústria precisava de gente para trabalhar. Adaptou-se a educação para os jovens trabalhar na cidade, os investimentos em áreas básicas como saúde educação e saneamento foram feitos na cidade e, ideologicamente, associou-se a vida no campo ao atraso e à ignorância, planejando-se para o campo, uma condição em que menos pessoas produzissem mais. Destaca Arl (2008), que inicialmente este foi um plano que parecia dar certo. No entanto, aos poucos a cidade já não absorvia mais o êxodo rural.

Assim, se mostrando excludente e destruidor, este que se tem como o modelo responsável pela urbanização do campo (industrialização da agricultura), teve grande participação na atual crise social-ambiental que se estende do campo para as cidades, tornando claros seus limites. São exemplos, a erosão de ecossistemas, expulsão dos pequenos produtores do campo, migração, inchaço e favelização nas cidades e grandes desigualdades regionais, para citar apenas alguns dos problemas. Por isso, os problemas e insuficiências gerados e a crescente insustentabilidade desse modelo resultou em uma série de eventos, obras e alertas que já vem despertando a comunidade científica e a opinião pública sobre a necessidade de novas perspectivas desde os últimos 40 anos (COSTABEBER E CAPORAL, 2003). Deste modo, já no final da década de 70, conforme coloca Veras (2005, p. 24), “o cenário socioeconômico indicava o início da crise do modelo de industrialização e da modernização na agricultura, fruto de sua incapacidade em promover desenvolvimento sem exclusão social”.

É assim que, a nosso ver, nasce um novo rural no Brasil. Não um novo rural que expressa a urbanização do campo, mas um rural que sofre redefinições diante das transformações no curso do modo de produção capitalista, tendo em vista que não é um mundo isolado. No entanto, neste mesmo contexto, mantém e tem revalorizados atributos particulares oriundos, sobretudo, dos limites do próprio desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade.

Eis dois indicativos importantes:

1. Degradação das condições de vida nos grandes centros urbanos e, de forma geral, nas cidades, e a procura pelo meio rural: trata-se da procura crescente por formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade. Conforme segue nas palavras de Carneiro (1998, p. 56):

Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e com a vida no campo. A sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida dos grandes centros. O contato com a natureza é, então, realçado por um sistema de valores alternativos, neo-ruralista e antiprodutivista. O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos "purificadores" do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo como opção de residência.

2. Resposta dos excluídos do processo de modernização da agricultura e também da própria vida urbana, reivindicando a permanência, o retorno ou mesmo o primeiro acesso à ruralidade: esta resposta se dá, sobretudo, através das experiências de luta no campo feitas por diversos movimentos sociais (MARQUES, 2002). Há os movimentos que têm buscado formas para permanecer na terra, afirmando sua territorialidade. Conforme Marques, estes sujeitos sociais, a exemplo dos Seringueiros no Acre e as Quebradeiras de Coco no Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí, têm lutado por seu reconhecimento, chegando em certos casos a obter mudanças na legislação. Há também, uma forte e eficaz demanda pela terra, que se traduz hoje pela emergência de um setor de assentamentos de reforma agrária (WANDERLEY, 2000). Trata-se de uma reivindicação da ruralidade feita tanto por aqueles trabalhadores rurais que no processo de modernização da agricultura foram excluídos e expropriados, como também por aqueles inseridos precariamente nas cidades, desempregados e demais pobres urbanos que veem no acesso à terra uma possibilidade de melhoria da qualidade de vida. Conforme Wanderley (2000), uma das principais

consequências destes movimentos é a revalorização do meio rural como lugar de trabalho e de vida. Afirma a autora:

Esta "ruralidade" da agricultura familiar, que povoa o campo e anima sua vida social, se opõe, ao mesmo tempo, à relação absenteísta, despovoadora e predatória do espaço rural, praticada pela agricultura latifundiária, à visão "urbanocentrada" dominante na sociedade e à percepção do meio rural sem agricultores (WANDERLEY, 2000, p. 36).

Assim, há, no mínimo, significativas evidências de que o rural permanece, sobretudo devido a estas dinâmicas, surgidas especialmente dos próprios limites do modelo produtivista da agricultura e de industrialização-urbanização do país. No entanto, é possível observar também outros motivos/dinâmicas que permitem levantar um prévio questionamento da ideia de fim do rural e/ou urbanização do campo.

Um exemplo é a própria seletividade socioespacial do modelo produtivista enquanto reprodução do capital. Cabe destacar, neste sentido, o que coloca Delgado (1985) ao dizer que este processo de modernização se produz com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais e regiões econômicas. Não se tratando, por isso, de um processo que homogeneíza o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira. Isso significa que tradicionais formas de espaço rural permanecem diante da não inserção deste modelo.

Outro exemplo é a forma relativa como ocorreu a urbanização de boa parte da população, pois muitos pequenos municípios, apesar de delimitarem oficialmente uma área urbana, permanecem eminentemente rurais. Podemos citar especialmente as colocações de José Eli da Veiga e Maria de Nazareth Wanderley e Martha Inez Medeiros Marques, ao situarem os pequenos municípios como parte integrante do mundo rural. Nos dados oficiais, chegamos, conforme o censo 2010, do IBGE, à maior taxa de urbanização da história, como mostram o Gráfico 1 e o trecho de reportagem a seguir:

**Urbanização atinge a maior taxa da história, mostra Censo**

A população urbana do Brasil representa 84,4% do total, de acordo com o Censo de 2010, divulgado nesta sexta-feira. A taxa é a maior da série histórica, iniciada em 1960 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 29/04/2011).

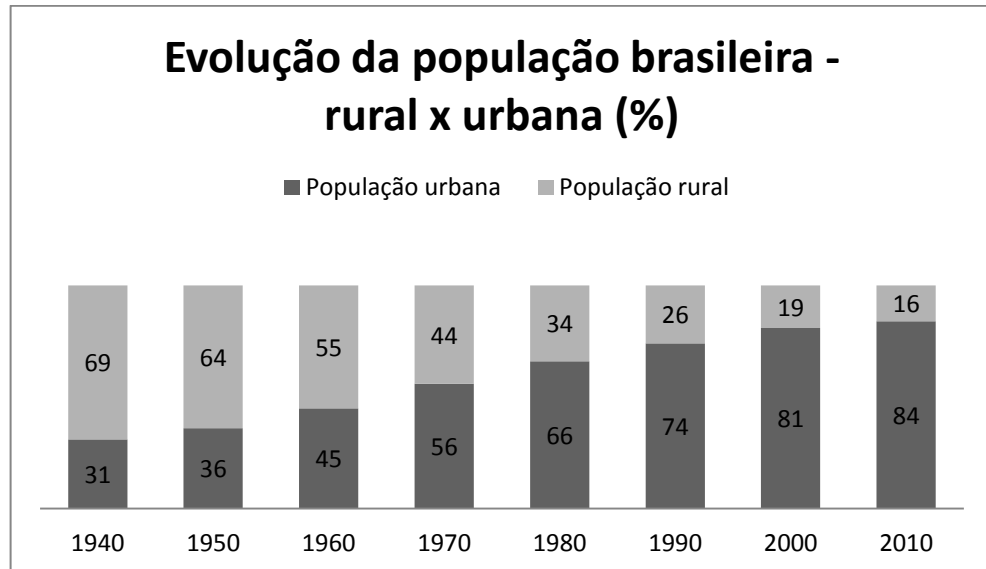


Gráfico 1 – População rural x população urbana no Brasil (1940 – 2010).

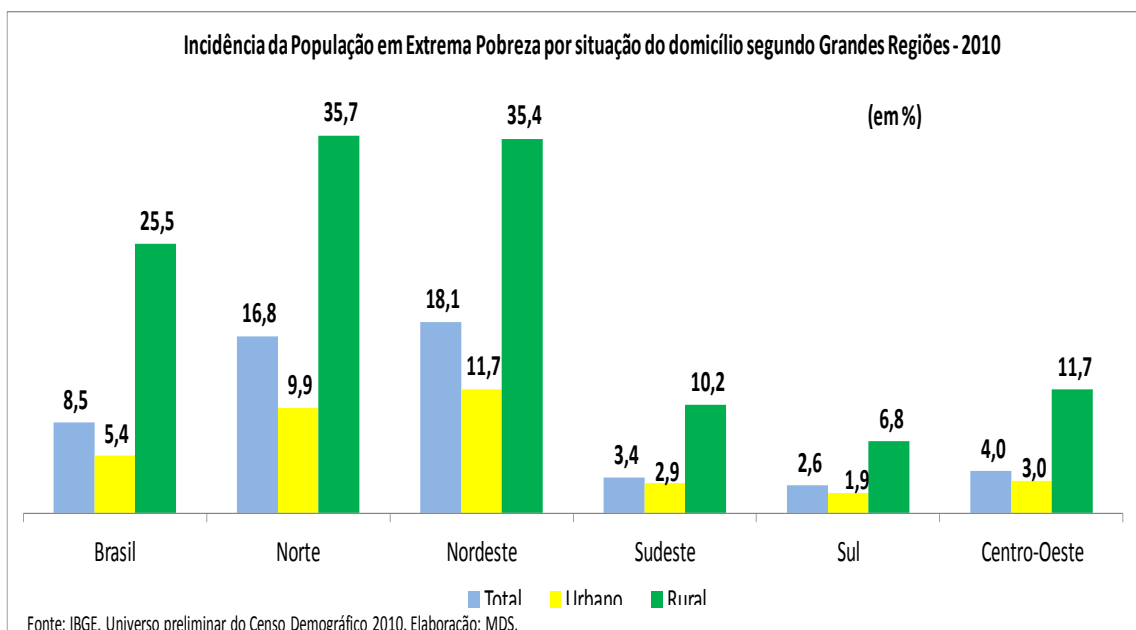
Org: Do autor

Fonte: (IBGE)

No entanto, como bem destaca Wanderley (2004), apesar da configuração de um “sistema de cidades”, a capacidade de vivenciar a experiência urbana é desigualmente distribuída. Conforme a autora, “na verdade, esse caráter urbano, irradia-se a partir dos centros metropolitanos, nos quais sua presença é indiscutível, gerando um quadro de diferenciação entre áreas que recebem, em maior ou menor grau, a influência do modo de vida urbano”. Há de se destacar que no Brasil é adotado o critério político-administrativo de delimitação entre rural e urbano. Isto significa que é considerada urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). Para Marques (2002), nesta classificação, o espaço rural corresponde a aquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características. Trata-se de uma definição que tende a superestimar a urbanização brasileira. Como destaca Veiga (2002), este critério leva a classificar como área urbana sedes de municípios muito pequenas, algumas com população inferior a 2.000 habitantes, o que seria ainda pior no caso de algumas sedes distritais. Para o autor, esta distorção nos levaria a denominar de cidade o que na realidade seriam aldeias, povoados e vilas e por este motivo classifica como “aberrante” o modo como é oficialmente delimitado o rural e o urbano no Brasil.

Assim, nos processos de modernização da agricultura e de paulatina urbanização, o rural permanece, primeiramente, pela própria seletividade da reprodução do capital no campo. Em segundo lugar, o próprio processo de urbanização, erguido no intenso êxodo rural, não foi algo absoluto, sendo que grande parte dos municípios no interior do país vivenciam uma experiência urbana relativa. Delimitam uma área urbana, mas permanecem em uma vida nitidamente rural. Por outro lado, o rural permanece também pela via da resistência, tanto por parte da própria população rural ao êxodo, como também da população urbana à degradação da vida na cidade, evidenciando os limites do modelo de desenvolvimento convencional.

No entanto, este rural que permanece está longe de atingir qualquer nível de paridade social em relação ao urbano, como afirmamos anteriormente, em consonância com Wanderley (2001). A pobreza rural é proporcionalmente muito maior que a urbana. Conforme Brasil (2011), o contingente de pessoas em extrema pobreza no Brasil totaliza 16,27 milhões de pessoas, o que representa 8,5% da população total. Destes, embora apenas 15,6% da população brasileira resida em áreas delimitadas como rurais, dentre as pessoas em extrema pobreza, elas representam pouco menos da metade (46,7%). A outra parte (53,3%) situa-se em áreas urbanas, onde reside a maior parte da população – 84,4% (Gráfico 2).



**Gráfico 2 – População em extrema pobreza (rural x urbana – 2010)**  
MDS (2011)

É justamente por isso que pensar o desenvolvimento rural requer em primeiro lugar aceitar que este espaço permanece e não é nenhum resíduo lançado ao fatalismo, para daí sim se pensar em estratégias de melhoria da qualidade de vida neste meio.

Além disso, é importante frisar que estas continuidades e descontinuidades que propiciam a permanência do rural enquanto meio específico, não significam que o modelo produtivista convencional da revolução verde tenha perdido força ou recuado. Pelo contrário, embora tenham ficado explícitos seus limites, trata-se de um modelo que se expande e continua espalhando a lógica produtivista bem como seus já conhecidos custos ambientais e sociais, sendo, inclusive, a permanência desta enorme disparidade social entre população rural e urbana, também um reflexo disso. Como frisa Wanderley (2000), a perda da vitalidade social nos espaços rurais onde predominam as grandes culturas é um dos tipos básicos existentes ao se propor uma tipologia dos espaços rurais brasileiros. Destaca Hespanhol, R. A (2008) que as commodities agrícolas, como a soja, a cana-de-açúcar e a laranja, que são produzidas em larga escala, continuam usando amplamente o modelo convencional de produção, pautado na intensa utilização de máquinas, implementos, insumos químicos e toda a “parafernália tecnológica colocada à disposição da agricultura pelas empresas multinacionais que operam em âmbito global (p. 121)”.

Na atualidade, inclusive, este paradigma se “maquia” à medida que mantém esta mesma lógica geradora dos problemas relatados. Hoje, o nome deste modelo é “Agronegócio”, exaltado pela competitividade conseguida internacionalmente, mesmo sendo claros os ônus ambientais e sociais associados, conforme argumenta Fernandes (2008, p.48)

Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema plantation, em que grandes propriedades foram utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por adaptações e modificações tecnológicas, territorializando-se, aumentando a produtividade e intensificando a exploração da terra e do homem.

Conforme o autor, trata-se de uma imagem construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, modernizando-a. Dando relevância à sua produtividade, mediante a utilização de “novas tecnologias” e o “aumento da produção de riqueza”, este “slogan”, agronegócio, tenta ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente da agricultura capitalista. Para o autor, o processo de exploração e dominação continua presente, pois a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. Para Fernandes, se o latifúndio exclui pela improdutividade, o agronegócio exclui pela intensa produtividade (FERNANDES, 2008, p. 48).

Assim, já finalizando esta parte, há de se destacar ainda que todos estas nuances ocorrem, especialmente no Brasil, dada sua diversidade, em “um mosaico de formas e de cores em que se impõem as culturas”, como bem destacou Kayser (2000) apud Carneiro (2008, p. 12) para o caso europeu. Esta colocação leva inclusive à necessidade de se compreender os diversos espaços rurais em suas particularidades, aos moldes do que sugere Wanderley (2000) sobre a elaboração de uma tipologia dos espaços rurais no Brasil. Nesta acepção, conforme a autora (2009) há de se considerar que, se por um lado, as transformações observadas no meio rural brasileiro são, antes de tudo, o efeito no plano local dos processos mais gerais da sociedade, de outro, esses processos devem ser compreendidos em suas particularidades e contingências construídas neste nível local ao longo da história da sociedade brasileira. Além disso, este olhar que a autora chama de “externo” e unifocal, não pode deixar de considerar uma dinâmica que se origina internamente nos espaços rurais locais, como resultado da capacidade de iniciativa, adaptação e resistência da própria população do campo.

Apropriando-nos destas considerações realizadas até aqui, passamos, no capítulo seguinte, ao estudo de caso propriamente dito sobre a dinâmica do espaço rural em Santana do Livramento. Entre os vários aspectos que compõem a “questão rural” brasileira, tratada até aqui, queremos dar destaque, em nosso estudo de caso, a dois deles. Assim, analisamos, de um lado, características do rural produzido nos séculos de reprodução de uma estrutura fundiária concentrada, apresentada no município desde a privatização da terra, no início do século XIX. De outro lado, analisamos o rural produzido nos assentamentos da reforma agrária, presentes desde o início dos anos 1990.



Como já dito, consideramos este tipo de trabalho, de conhecimento do real a partir de sua historicidade, um aporte muito pertinente e, por isso, foi a opção para esta dissertação ao tentarmos entender a complexidade que se mostra hoje no espaço rural em Santana do Livramento. A título de exemplo, entre os aportes teórico-metodológicos que tem como característica este tipo de abordagem podem ser citadas categorias como a “formação sócio-espacial” e, especificamente nos estudos ligados à agricultura, os “sistemas agrários”, cada um com suas devidas ênfases e aspectos de maior interesse.

A formação sócio-espacial, preconizada inicialmente por Milton Santos, é considerada por Corrêa (1995) como um paradigma que contém e está contido nos conceitos chave da Geografia, utilizados de modo operacional nas análises desta ciência, a exemplo de natureza, ambiente, lugar e território. Conforme o autor, o mérito deste “meta-conceito” como chama, está no fato de se explicar teoricamente que uma sociedade só se concretiza através de seu espaço e que, por outro lado, o espaço só é compreensível através da sociedade. Trata-se de um aporte que vai ao encontro, portanto, a compreensão presente neste trabalho.

A abordagem através dos sistemas agrários é definida por Mazoyer e Roudart (1997) como um instrumento intelectual que permite compreender a complexidade de formas de agricultura através da análise da sua organização e do seu funcionamento. Conforme estes autores, este conceito permite também classificar as diversas formas de agricultura identificáveis no passado ou hoje observáveis num número limitado de sistemas, caracterizados, cada um, por um gênero de organização e de funcionamento. Seguem ainda os autores:

Cada sistema agrário é a expressão teórica de um tipo de agricultura, historicamente constituído e geograficamente localizado, composto de um ecossistema cultivado característico e de um sistema social produtivo definido, permitindo este explorar duradouramente a fertilidade do ecossistema cultivado correspondente (MAZOYER; ROUDART, 1997, p. 43).

Especificamente em nossa pesquisa, entendendo que o rural é territorial, isto é, um espaço que embora tendo como fator fundamental a terra, ou o espaço físico, possui atributos ou especificidades de ordem multidimensional que levam a analisá-

lo menos pelo sistema produtivo agrícola em si, e mais pelos atores e relações que produzem território. Assim, procedemos aos moldes do que sugere Saquet (2008):

é importante que o estudo do território, ou dos territórios, ocorra considerando o **processo histórico**, centrado na periodização dos elementos e momentos mais significativos e na análise dos principais agentes produtores do território e das principais mudanças territoriais; os **tempos coexistentes** (tempos lento e rápido) e a articulação de escalas de análise, no processo de apropriação e produção do espaço geográfico, com suas devidas adaptações/contextualizações. Este é um bom caminho para a compreensão das múltiplas formas e dos conteúdos do próprio tempo, do espaço e do território (SAQUET, 2008, p. 49. Grifo do autor).

É nesta perspectiva que, nos próximos capítulos, procuramos esmiuçar as características do espaço rural produzido historicamente em Santana do Livramento.

### **3 TERRAS DE NINGUÉM? TERRITÓRIOS E ELEMENTOS DA RURALIDADE PRODUZIDOS ANTES DA PROPRIEDADE PRIVADA**

As sesmarias, como será visto adiante, representaram as bases da privatização da terra na Campanha Gaúcha. Através destas concessões, foi sendo organizada uma estrutura fundiária altamente concentrada, estabelecendo as bases das próprias características dos espaços rurais na região. No entanto, apesar de trazermos este marco histórico como ponto de partida, consideramos pertinente levar em conta aquilo que havia antes, tendo em vista que elementos fundamentais na compreensão deste espaço são anteriores à privatização da terra, a exemplo do próprio Pampa, do gado e do gaúcho e até mesmo das estâncias. Dito de outro modo, queremos saber que efeitos a propriedade privada concentrada da terra produziu historicamente. Assim, se a base da privatização foram as sesmarias, precisamos elucidar o que as precedeu para compreender seus efeitos já desde sua gênese.

Neste sentido, iniciamos tecendo algumas considerações sobre a própria ocupação da área da Campanha Gaúcha conforme a historiografia sul-riograndense. Uma primeira constatação, mencionada por Paniágua (2013), é de que

no discurso historiográfico luso-brasileiro há uma tendência em colocar a expansão luso-brasileira na Campanha Gaúcha, a distribuição de sesmarias e a constituição das estâncias no século XIX, como elementos civilizadores deste espaço. Considera-se, neste caso, que até a “conquista” lusa da Campanha, este era um grande espaço vazio, uma “terra selvagem” ou “terras de ninguém”, servindo somente como ponto de atração e fricção entre espanhóis e portugueses. Sob esta perspectiva, nega-se ou subestima-se qualquer outra organização econômica, política e cultural nesta área. As outras formas de ocupação que não as organizadas pela colonização lusa são tidas como inferiores ou incapazes de consolidar padrões sociais duradouros (PANIÁGUA, 2013).

Conforme Paniágua, “esta percepção do espaço oeste do Rio Grande do Sul visa única e exclusivamente justificar a expansão e ocupação lusitana do litoral para o interior [...] (2013, p. 28)”. Este que era o discurso dos próprios colonizadores na devida época é hoje ainda bastante repetido na historiografia. Em muitos casos, inclusive, ao passo que se admite uma herança aborígine, muitas vezes o período anterior à presença lusa na Campanha é seccionado com parte não integrante ou pouco significativa da formação histórica (ou sócio-espacial) do Rio Grande do Sul. Neste sentido, muitas vezes são reiterados na literatura atual, termos pejorativos sobre essa população os quais eram utilizados pelos colonizadores na época para justificar a necessidade de “civilização”, a exemplo do que segue:

Com uma alimentação escassa de variedade devido à sua preguiça, eles tinham que ir a campo carnear rezes ou trazê-las ao pé das toldarias; esta carne, geralmente de cervos (veado), era mal assada para consumir (POTOKO, 2012, p. 7).

Neste trecho de uma obra dedicada à história de Santana do Livramento, ao tratar especificamente das características da população aborígine, o autor, sem tecer comentários ou críticas, transcreve uma descrição feita por um antigo observador, Dr. Leandro, sobre os Charruas, da qual se utilizou inicialmente Ivo Caggiani (1952). Em outro trecho, o autor reproduz também a ideia de “terras de ninguém”. Diz Potoko (2012) que “inicialmente as terras em que se encontra o município de Sant’Ana do Livramento eram terras de ninguém, de difícil acesso e

pouco povoadas”. Estes trechos reproduzem, portanto, uma visão depreciativa do elemento aborígine na formação sócio-espacial da Campanha, e representa a reprodução pura e simples do discurso do colonizador, dos primórdios da ocupação europeia na atual Santana do Livramento.

Assim, queremos destacar neste item, de um lado, o importante papel das sociedades anteriores à privatização da terra na produção de feições chave do espaço rural em Santana do Livramento. E, de outro lado, queremos preparar terreno para, no próximo capítulo, destacar os efeitos sofridos por estes mesmos grupos a partir da apropriação lusa do espaço da Campanha.

### **3.1 Paisagem, toponímias, palavras e símbolos: a Santana como território aborígine**

Quando o exército luso-brasileiro, em 1811, anexa o espaço correspondente à atual Santana do Livramento aos seus domínios, já havia se produzido uma milenar, diversa e significativa trama territorial. De acordo com Cruz e Guadagnin (2010), embora exista certa incerteza referente ao período da vinda dos primeiros grupos humanos ao atual Bioma Pampa, pode-se considerar que esta chegada torna-se significativa por volta de 12.000 anos antes do presente (AP), na transição do pleistoceno para o holoceno. Portanto, já havia um tempo no mínimo razoável em que este espaço vinha sendo produzido antes da chegada dos europeus.

Existia, conforme classifica Queiroz (1978), uma sociedade tribal. Aquela em que inexiste a divergência rural-urbana, em que os grupos sociais são de pequena envergadura, em que a divisão social do trabalho é fraca e em que não existe a concentração urbana. Tratava-se, como classifica a referida autora, de uma sociedade das relações face a face, profundamente permeadas de afetividade e na qual cada pequeno grupo e mesmo cada família cuidava de sua subsistência e formava uma unidade independente. Eram as populações destacadas pela etnologia, pela antropologia, como se refere Lefebvre (1999 [1970]). “Os primeiros grupos humanos (coletores, pescadores, caçadores, talvez pastores) que marcaram e nomearam o espaço (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 20)”. Os que primeiro o

exploraram balizando-o. Aqueles que “indicaram os lugares nomeados, as topias fundamentais”. “Topologia e grade espacial que, mais tarde, os camponeses, sedentarizados, aperfeiçoaram (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 20)”.

Conforme Klein (2012), desde o instante em que ingressaram os primeiros povoadores do Pampa, foi através da relação estabelecida com as condições climáticas de cada momento, bem como com recursos econômicos e de exploração disponíveis em cada época que estes povos se diversificaram e as culturas passaram por processos que as tornaram mais complexas. E, ao passarem por isso, nas diferentes relações estabelecidas com o meio, estas culturas foram moldadas e também moldaram este meio. Elas tiveram, portanto, um papel fundamental na própria produção da paisagem pampiana, tão identificadora do rural na Campanha Gaúcha.

É neste sentido que Cruz e Guadagnin (2010), ao elaborarem uma história ambiental do Pampa, são enfáticos ao afirmarem que “a paisagem aberta é herança do clima e do ser humano, que maneja estes campos há 12000 anos”. Conforme os autores, as populações aborígenes, anteriores à chegada de qualquer europeu neste espaço, geraram, através da caça com a utilização do fogo, regimes de perturbações na biota que possibilitaram a manutenção da paisagem aberta em um clima que daria suporte a uma paisagem florestal (CRUZ; GUADAGNIN, 2010).

Além disso, os distintos estratos culturais que ao longo do tempo foram se formando no Pampa, não se superpuseram em estado de absoluta pureza. Isso se sucedeu com intenso contato, intercâmbio e mescla. Houve, então, em consequência, um vaivém espacial e uma osmose temporal de traços materiais e imateriais (VIDART, 2010). Nas palavras de Vidart (2010, p. 48), “se produjo una inevitable mestización de cuerpos y un enriquecedor diálogo de almas. Se aculturaron entre si, trocaron utensílios, técnicas y costumbres”. Em consequência disso, quando os europeus chegaram<sup>4</sup> existia uma longa história de combates, contactos pacíficos e interações sociais.

Assim, segundo Klein (2012) quando da chegada dos europeus, como produto de um longo processo que envolveu sucessivos estratos culturais e ondas de povoamento, o Pampa estava povoado por um complexo de grupos étnicos. Eles haviam moldado e sido moldados pelo Pampa e pelos seus próprios contatos entre

---

<sup>4</sup> Os primeiros europeus a se estabelecerem no atual Rio Grande do Sul, particularmente, no Pampa, foram os espanhóis, na figura dos jesuítas que fundaram as reduções do Tape, em 1626.

si. Destaca Klein, que alguns eram agricultores que pouco antes da “conquista” europeia haviam emigrado da Amazônia (agricultores inferiores – guaranis). No entanto, os habitantes de maior permanência eram principalmente caçadores-coletores (principalmente os Charrua).

Vidart (2010) especifica três raças habitantes do Pampa quando da chegada dos europeus: a “amazónida”, a “láguida” e a “pámpida” além de algumas populações mestiças. Os “amazónidos” corresponderiam aos guaranis, do grupo linguístico tupi, que em sua expansão até o Pampa teriam ocupado principalmente o atual norte do Uruguai e Metade Sul do Rio Grande do Sul. Os “láguidos”, que teriam certa proximidade com os “pámpidos”, ocupavam a parte litorânea do Pampa uruguaio, incluindo a região da laguna dos patos no atual Rio Grande do Sul. Era maioria, no entanto, os “pámpidos”, caçadores/coletores/pescadores representados pela macroetnia charrua que compreendia os charrua propriamente ditos, os bohane, os minuano e os guenoa (para alguns autores guenoa e minuano seriam a mesma parcialidade, sendo minuano a denominação dada pelos europeus aos guenoa). Na macroetnia charrua estariam ainda os Yaros, porém há autores que os atribuam origem Kaingang (“láguida”).

Os “pámpidos”, pampianos ou charrua (charrua, minuano, bohane) viviam como nômades pelo Pampa no atual Uruguai, mesopotâmia argentina e sul do Brasil. De acordo com Becker (2003), o território dos charrua se estendia pela antiga Banda Oriental do Uruguai, em área que corresponde aos departamentos de Tacuarembó, Rivera, Artigas, Salto e Paysandu, além de uma considerável parte do sudoeste do Rio Grande do Sul (Campanha Gaúcha), incluindo a atual Santana do Livramento, sendo o limite setentrional definido pelos rios Jacuí e Ibicuí. Chegaram a ocupar regiões que hoje correspondem às províncias argentinas de Entre Ríos, Santa Fé e Corrientes. No que se refere à porção que compreende a atual Santana do Livramento, com base nestas referências, pode-se dizer que este espaço seria território charrua e guarani na época da chegada do europeu. Por isso, estas etnias habitantes do Pampa podem ser descritas como as que deixaram maior legado na produção (i)material do espaço rural em Santana do Livramento.

Os Charrua, equipados com um repertório lítico patagônico, com instrumentos típicos dos caçadores superiores – arcos e flechas, lanças, porretes e boleadeiras e rompe-cabeças, formavam grupos compostos por poucas famílias (KLEIN, 2012). Conforme González e Pérez (2000), a boleadeira

(posteriormente herdada pelo gaúcho) era seu principal instrumento de caça. Alimentavam-se da carne de animais do Pampa como veado, ema, capivara, tatu e ratão do banhado, também de pequenos roedores, aves e peixes, além de plantas nativas. Para a produção de suas vestimentas, abrigos e utensílios aproveitavam-se do couro e de outras partes desses animais, além de utilizarem adornos nasais (brincos) e tatuagens. “Usaban el característico manto de piel adornado en la parte externa con pinturas geometricas [...] (GONZÁLEZ; PÉREZ, 2000, p. 153)”.

No inverno usavam uma espécie de poncho primitivo, denominado Quillapí, feito de peles de animais do pampa. No verão andavam normalmente desnudos (KLEIN, 2012). Para abrigo construía tendas feitas de esteiras de junco próximo aos lugares de onde retiravam alimentos. Ao lado das tendas faziam fogo onde assavam a carne atravessando-as com varas de madeira verde (VIDART, 2010), o que provavelmente legou ao gaúcho o “costume tipicamente gaúcho” do fogo de chão e do churrasco assado no espeto.

Nesta trajetória, especialmente ao entrar em contato com os europeus e, ao passo que foram sendo desterritorializados e mesmo dizimados, os charrua deixaram um significativo legado. Marcaram sua presença, sua integração e os trajetos na paisagem. Através de artefatos líticos, deixaram os testemunhos do seu legado técnico-cultural (SUERTEGARAY; PIRES DA SILVA, 2009). Armas de caça boleadeira e lança, do mesmo modo são heranças que, embora não tenham mais um uso efetivo no espaço rural, adquiriram valor simbólico. As boleadeiras até pouco tempo eram usadas para derrubar o gado no campo (KERN, 1994). A lança foi arma importante nas revoluções no Uruguai e no Brasil e teriam sido usadas pela última vez durante a Revolução Federalista de 1923 pelas tropas do caudilho federalista Honório Lemes, conforme aparece no trecho de Telles (2002, p. 120):

A revolução de 1923 foi a última guerra verdadeiramente gaúcha, ela fechou a trindade de lutas internas de gaúchos contra gaúchos. Com Honório, o Rio Grande viu desfilar os últimos centauros lanceiros da **velha escola de guerra charrua**. Foi com eles, pelas suas areentas estradas e coxilhas que se deram as derradeiras cargas de lança e entreveiros de arma branca, idênticas aos farrapos de 35 e aos federalistas de 93.

Também são exemplos deste legado, algumas palavras e denominações ainda hoje usadas no Pampa. A própria palavra pampa tem origem na língua quíchua, de origem andina, falada pelos primeiros povoadores e significa campo aberto, planura (SUERTEGARAY; PIRES DA SILVA, 2009). Do mesmo modo, a palavra gaúcho, ou gaucho em espanhol, tem como origem mais aceita a língua quíchua e seria uma derivação da palavra guacho, que significa órfão e é utilizada atualmente na Campanha referindo-se aos terneiros órfãos que são alimentados próximo às casas nas estâncias. Há ainda outras palavras de origem quíchua de amplo uso ainda hoje na região pampiana, como china, guaiaca, guasca e cusco. A palavra mate, amplamente utilizada na Campanha, na Argentina e no Uruguai referindo-se ao chimarrão, tem origem quíchua, através do vocábulo *matí*, significando "cuia, recipiente" e designando a cabaça na qual até hoje se bebe a infusão de erva-mate. O termo "porongo", que nomeia a planta que fornece a cuia usada para beber o mate também vem do quíchua, significando "vaso de barro com o gargalo estreito e comprido".

Já a presença dos guarani corresponde a expansão tardia de grupos oriundos de ambiente de florestas, os tupi-guarani, às latitudes pampianas, ingressando na região no século XVI, pouco antes dos europeus. É, portanto, uma presença recente, porém não menos significativa na produção de feições características do rural na Campanha. O hábito de tomar mate adquirido pelos pampianos teria sido influência guarani, porém, teria sido aderido por intermédio dos espanhóis. Sua língua, o tupi, converteu-se em língua geral falada entre os diferentes grupos indígenas que viviam no Pampa, incluindo os charrua, o que demonstra sua grande influência. Muitas das palavras utilizadas hoje no linguajar campeiro e, de modo mais amplo, no Rio Grande do Sul, são de origem tupi, como, por exemplo, "tchê", que vem de "Che" e significa uma relação de pertencimento (meu, minha), Capincho (usado principalmente na Campanha para referir-se à capivara), além de outras como xirú, guaieca, guri, etc.

Em Santana do Livramento muitas localidades, distritos, rios, etc. mantêm a denominação dada pelos indígenas na língua tupi. Assim é também com animais e plantas do Pampa e com muitas expressões utilizadas no linguajar campeiro e, de modo mais amplo, no Rio Grande do Sul. São exemplos em Livramento o 2º Distrito do Upamaroti (de *ypá* + *moroty*: "lagoa clara"), 3º Distrito do Ibicuí (de *iby* + *cui*:



“terra de areia”), 7º Distrito do Cati (bem, bastante, muito), Rio Ibirapuitã (de ibirá + puitã: “madeira vermelha”). A Figura 3 mostra a divisão político administrativa do território municipal.

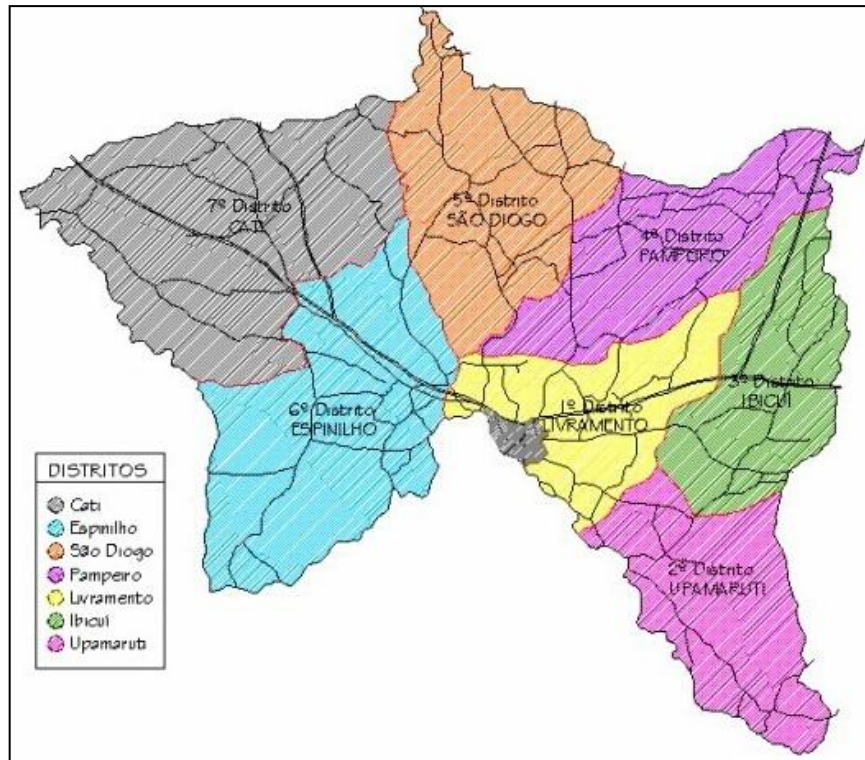


Figura 3 – Divisão político-administrativa do município de Santana do Livramento: a toponímia tupi-guarani presente na contemporaneidade

Fonte: Santana do Livramento (2006)

Podemos compreender que em uma dinâmica de continuidades e descontinuidades, inerentes ao processo histórico de constituição do espaço rural de Santana do Livramento, estão presentes traços materiais e imateriais de um passado indígena, expressos nas falas, nas práticas, na paisagem e nos traços identitários. O legado indígena está, portanto, no espaço rural, o que é compartilhado também a nível regional.

### **3.2 O gado e o gaúcho: a atual Santana do Livramento como “vacaria”**

As primeiras ocupações europeias no atual Rio Grande do Sul se inserem em um contexto de ampla disputa entre Espanha e Portugal por territórios na América do Sul. Foram jesuítas espanhóis (coroa espanhola) os primeiros europeus a se estabelecerem em terras gaúchas, vindos do atual Paraguai em fuga dos bandeirantes paulistas (coroa portuguesa) os quais procuravam principalmente índios para escravizar. Estes jesuítas se estabeleceram na parte noroeste do atual estado, fundaram as reduções do Tape, em 1626, estendendo sua abrangência por uma vasta área (PESAVENTO, 1994), não alcançando, no entanto, o espaço correspondente à atual Santana do Livramento.

Porém, esta ocupação representa importante fato na compreensão do espaço rural do atual município. Afirmamos isso pelo fato principal de que estes jesuítas trouxeram consigo não só indígenas guarani, mas também o gado, lançando assim o secular pilar da ruralidade na Campanha Gaúcha: a pecuária bovina. Neste sentido, o primeiro reflexo da chegada dos europeus na América, sentido no espaço da atual Santana do Livramento, se produziu a partir da introdução do gado.

As missões do Tape faziam parte dos 30 povos missionários que se estendiam por uma vasta área que engloba porções dos atuais Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai. Todas estas missões faziam parte do sistema colonial espanhol e eram criadas pela necessidade de manutenção do território, utilizando-se para isso, da fundação de agrupamentos indígenas dentro dos princípios cristãos, que impunham ao índio uma doutrina, conforme destaca Colvero (2004).

No ano de 1634, oito anos após a fundação das reduções do Tape, foi introduzido o gado na região, tornando-se a maior fonte de subsistência e renda para as reduções platinas e sociedade ibérica (UESLER, 2011). Por isso, além das próprias reduções, foram estes jesuítas do Tape que estabeleceram no Rio Grande do Sul as primeiras estâncias, com o intuito de armazenar o gado. De acordo com César (2005), as estâncias jesuíticas eram criatórios naturais, indivisos, sem nenhum cuidado especial com o gado, de onde as aldeias jesuíticas tiravam seu sustento. Eram grandes áreas onde o gado se distribuía, e onde grupos de índios, acompanhados de um missionário, levantavam um arranchamento junto ao local escolhido para juntar o gado. Estas estâncias não tinham nenhum objetivo mercantil

e nenhuma relação comercial, sendo o gado caçado e abatido apenas para alimentar índios e missionários.

A Figura 4, a seguir, mostra a abrangência das missões nesta que é conhecida como a primeira fase missioneira no Rio Grande do Sul. A porção de terras onde se localiza a atual Santana do Livramento não continha reduções e nem estâncias neste primeiro momento. Por isso, presume-se que os charrua, bem como os guarani, que habitavam este espaço conseguiram manter sua territorialidade por mais tempo. Índios pampianos (macroetnia charrua) e guaranis não aldeados coexistiam entre guerras e contatos pacíficos, fazendo deste seu território.

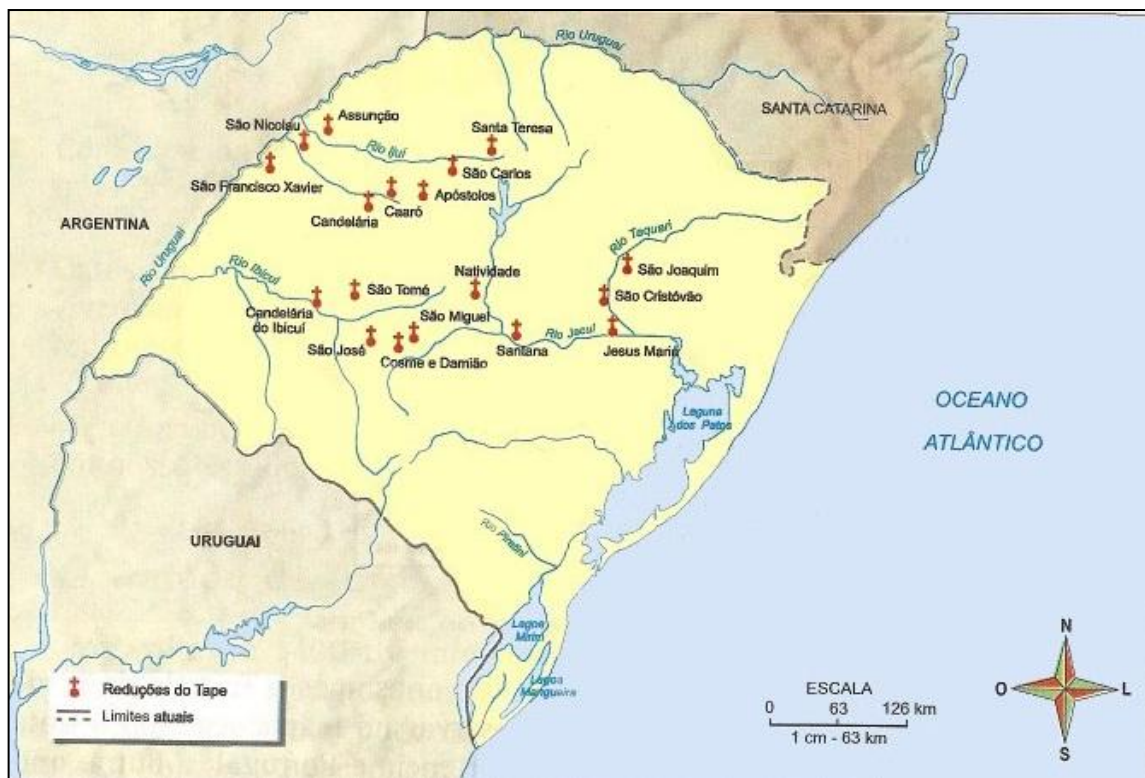


Figura 4 – Reduções do Tape: localizavam-se do centro para o norte do atual estado  
Adaptado de Albuquerque (1991).

Mesmo não abrangendo a porção de terras onde se situa Santana do Livramento, a constituição destas ocupações foi importante não só para o espaço rural em Santana do Livramento, como para toda a região da Campanha Gaúcha. Foram estas reduções do Tape as responsáveis pela introdução e dispersão do gado pelo Pampa, a maior expressão do espaço rural na região até os dias de hoje e elemento fundamental na construção e manutenção da paisagem pampiana. Portanto, os reflexos da territorialização europeia através dos jesuítas e,

particularmente, da introdução do gado, desencadearam significativas transformações no território indígena desta região, com metamorfoses que vão desde o ambiente, passando pela cultura e pela economia até as relações políticas entre as diferentes tribos.

O fato é que no final da década de 1630 e início da década de 1640, pouco mais de 10 anos após a fundação, os jesuítas se viram obrigados a abandonar as missões do Tape, devido às constantes invasões dos bandeirantes que procuravam ouro, pedras preciosas e índios para escravizar. Eles fugiram para a margem ocidental do rio Uruguai (atual Argentina) deixando o gado bovino que criavam nas reduções e estâncias (ALBORNOZ, 2000). Este gado, solto, dispendo de condições de mobilidade, sem a interferência de predadores, se difundiu instintivamente para o sul, onde encontrou abundância de água e pasto, reproduzindo-se rapidamente e formando a reserva de gado conhecida como “Vacaria Del Mar”, que se espalhava pela metade sul do atual território do Rio Grande do Sul e pelo Uruguai, incluindo a porção do espaço correspondente a atual Santana do Livramento (ALBORNOZ, 2000; CHELOTTI, 2005).

Para se ter uma ideia da proporção deste evento, Cruz e Guadagnin (2010) citam relatos de viajantes que, em 1700, pouco mais de meio século após o abandono do gado, estimavam quarenta e oito milhões de cabeças. Em suas expedições pelo Pampa relatavam estouros de tropa que duravam muitas horas. Segundo os autores, pode-se, assim, imaginar que logo após a disseminação do gado bovino e equino sobre os campos, sem que houvessem predadores especializados e com ampla abundância de alimentos, houve um crescimento exponencial do número de cabeças.

Neste contexto, uma primeira grande transformação pode ser associada aos processos ecológicos, com repercussão na paisagem. Conforme Cruz e Guadagnin (2010), em consequência da superpopulação de gado, a paisagem dominada por campos altos de hemicriptófitas adaptadas ao fogo, estabilizada havia cerca de 7600 anos, iniciou um novo ciclo de transformações. Para os autores citados, o crescimento populacional acelerado das populações de gado bovino e equino, associado ainda ao fogo utilizado pelos índios para caça, deve ter causado uma

grande pressão sobre as espécies. Por isso, acreditam os autores que tenha ocorrido uma grande perda de cobertura vegetal.

Além disso, para Cruz e Guadagnin (2010), gradualmente as espécies geófitas, que dominavam os campos no final do Pleistoceno, antes da chegada do ser humano ao Pampa, foram novamente se disseminando e permitindo a existência de uma cobertura vegetal contínua e resistente à seca, ao pisoteio e pastoreio. Inicia-se, portanto, um novo processo de ajuste e adaptação do ambiente às novas condições, aproximando-se das características da paisagem pampiana atual. É importante, inclusive o detalhe de que este fato, representado pelo manejo humano do Pampa, permitiu sua manutenção como vegetação campestre e paisagem aberta, tendo em vista que nesta época, se não houvesse manejo humano, uma grande proporção do Pampa seria coberta por florestas (CRUZ; GUADAGNIN, 2010). Explicam os autores:

A dominância da vegetação campestre é mantida por um processo de manejo que implica em um sistema de perturbações que provoca regressão no processo de sucessão que, se não houvesse manejo, levaria a uma substituição do bioma Pampa pelo bioma Mata Atlântica, com ritmos diferenciados, dada a heterogeneidade de solos que ocorre na região (CRUZ; GUADAGNIN, 2010, p. 167).

Não obstante, as dimensões econômica, política e cultural da territorialidade aborígine também sofreram profundas transformações, pois neste cenário, os indígenas conhecem e domam os cavalos, passam a se alimentar da carne vacum e também da cavalariça. Com o domínio exímio do cavalo, mudam suas táticas de guerra e redobram os choques armados com os demais índios. Como destaca Vidart (2010, p.50):

En definitiva, el dominio de caballo instauro la conquista veloz del espacio, redobla la movilidad nomádica, y gracias a la buena alimentación proporcionada por la ganadería cimarrona, lanza al combate renovadas generaciones de musculosos y bien comidos jinetes que por largos y terribles decênios le amargarán la vida a los españoles, portugueses, misioneros y criollos.

Assim, em um primeiro momento, as mudanças causadas pela inserção do gado vacum e cavalari pelos jesuítas, foram favoráveis aos índios pampianos e guaranis destas regiões mais afastadas, como o era a área correspondente a atual Santana do Livramento. Inclusive com aumento demográfico destas tribos (VIDART, 2010), que mudaram muitos de seus costumes, inserindo o gado vivo (transporte), bem como sua carne, o couro e o sebo como elementos fundamentais em seu cotidiano.

No entanto, o desenvolvimento desta enorme reserva de gado logo despertou o interesse de diversos outros atores que se inseriam nesta grande zona de fronteira. A extração de couro e sebo para venda nos centros coloniais do Prata e da Colônia do Brasil atraiu e agregou aos charrua e guarani não aldeados, os índios cristãos remanescentes das reduções do Tape, portugueses, aventureiros castelhanos e mestiços (ALBORNOZ, 2000). Configurou-se, então, um ambiente propício para as trocas (econômicas e culturais), bem como para a mestiçagem entre diferentes grupos e indivíduos, além dos conflitos entre eles.

Assim, por exemplo, os charrua e guarani, em contato com europeus que também se aventuravam na caça ao gado e extração do couro adquirem hábitos como: o de consumir destilados, fumar e mascar tabaco (VIDART, 2010); recobrir suas tendas ou toldos ou “tolderias” com couro de gado; adotar o laço nas caçadas do gado, bem como a faca e as pontas de metal para suas lanças e flechas; utilizar o poncho, o chiripá e o chapéu “pança de burro”, influenciados pelos espanhóis; e estes, por sua vez passam, por influência dos índios, a utilizar a boleadeira. Criou-se, nesta mescla, uma forma particular de manejo do cavalo, como coloca Pi Hugarte (1998) dizendo que os gaúchos, até hoje, por herança dos charrua, movem as duas rédeas juntas para o lado que querem conduzir o cavalo, ao contrário dos europeus que movem apenas uma rédea, dependendo do lado para o qual pretendem que o cavalo vá.

Somando-se esta mudança nos usos e costumes com os processos de mestiçagem, é possível dizer que este período ajudou a consolidar a imagem do tipo social do gaúcho ou gaudério, tido como “errante”, “vagabundo do campo”, que preava o gado e vendia o couro a quem lhes pagasse mais (PESAVENTO, 1994). Um simples caçador de gado sem dono, em terras que não pertenciam a nenhuma

nação (VERÍSSIMO DA FONSECA, 1982). Ou, ainda, alguém que tinha o conceito de propriedade como algo fluído, que se sentia o dono do lugar onde estivesse (CÉSAR, 2005).

Como colocam Cruz e Guadagnin (2010), manadas de gado asselvajado (reíúno) eram caçadas (preia) por estes gaudérios, por indígenas remanescentes das missões do Tape, bem como por índios não submetidos ao controle branco (Charrua), que se utilizavam do gado para alimento, obtenção do couro para vestuário e construção dos toldos. A carne, na época, não tendo um valor econômico, era consumida no local, em quantidades necessárias à subsistência, e o restante, deixado a apodrecer no campo (PESAVENTO, 1994). Este pode ser considerado como o primeiro ciclo da pecuária do Rio Grande do Sul, que é conhecido como o período da courama (VIEIRA; RANGEL, 1993).

No entanto, além destes atores que, por sua conta, caçavam o gado, foram atraídos para esta região, onde hoje se localiza Livramento, os missioneiros (índios e jesuítas) do lado ocidental do rio Uruguai. Conforme Uesler (2011), os jesuítas expulsos da margem esquerda do rio Uruguai (missões do Tape), e instalados na outra margem (missões da atual Argentina), possuíam espias (índios missioneiros) que acampavam pela Campanha. Por isso, destaca o autor, citando Reichel e Gutfreind (1996), que os vaqueiros, na figura dos índios missioneiros ou dos próprios jesuítas, iniciaram a preia ao gado chimarrão na Campanha por volta do ano de 1657. Para estes missioneiros, no entanto, não se tratava somente de extrair o couro e o sebo para comércio como o era para portugueses, espanhóis, índios pampianos e gaudérios, pois, como destaca Paniágua (2013), para eles as vacarias representavam reservas de gado essenciais para o seu abastecimento (das reduções). Ao mesmo tempo, uma atividade de recolhimento do gado envolvia um grande contingente de mão-de-obra em sua realização, exigindo perícia e técnica dos vaqueiros, pois o trabalho era prolongado e arriscado. Esta árdua atividade de tropear o gado das vacarias da Campanha até as reduções ocidentais é detalhada por Paniágua (2013, p. 38), que, citando J. Cardiel, diz:

as vacarias para recolhimento do gado por parte dos missioneiros caracterizavam-se da seguinte maneira: “vão 50 ou 60 índios com 5 ou 6 cavalos cada um. Põem ele num alto uma pequena manada de bois, ou

vacas mansas, para serem vistos das selvagens (chimarronas), e à pequena distância as rodeiam ou as acurralam 30 ou 40 homens para a sua guarda. Entremeadas com essas, as chimarronas seguem as mansas, fazendo-se à noite grandes fogos em torno para que aquelas não disparem. Assim, em dois ou três meses, conseguem pegar e trazer a seus Povos, de distâncias consideráveis, 6000 ou mais cabeças.

Inclusive, foram destas dificuldades de recolhimento e transporte do gado, decorrentes das distâncias e também do perigo iminente representado pelos índios pampianos, que emergiram as primeiras estâncias jesuíticas na região da atual Santana do Livramento, a partir da segunda metade do século XVII, por volta de 1660. Explica Paniágua que havia a necessidade de encurtar as distâncias com locais permanentes que facilitassem essa atividade com o gado e garantissem o abastecimento destes Povos. Foi especificamente o povo de Yapeyú, o mais meridional dos 30 povos das missões (cuja redução localizava-se na atual Argentina), que teve a iniciativa de estabelecer a primeira estância na Banda Oriental do Uruguai. Já nesta primeira fundação, por volta de 1660, parte da atual área de Santana do Livramento passa a ser parte da grande estância de Yapeyú.

Foi a partir destas primeiras iniciativas missioneiras de fundação de estâncias, associada a outros fatores, como “tensões internas e pressões externas (PANIÁGUA, 2013)”, que ocorreu o incentivo a expansão missioneira na região da atual Santana do Livramento. Destaca-se que, no início do século XVIII a maioria dos povos missioneiros, alguns orientais, outros ocidentais, já mantinham estâncias na Campanha.

Com o desenvolvimento desta atividade pecuária em um ambiente propício, não demorou para que se acirrassem o interesse, a disputa e o cerco ibérico sobre a região platina, especialmente sobre à Banda Oriental. Expressão disso é a fundação, por portugueses em 1680, da Colônia do Santíssimo Sacramento. Em contrapartida, em 1682, os jesuítas fundaram novas reduções na região do Tape, em favor da Coroa espanhola, o que deu origem aos Sete Povos das Missões.

Na Campanha Gaúcha, o reflexo disso foi a fundação de novas estâncias missioneiras espanholas, pois os jesuítas previam o escasseamento do recurso ganadeiro, tendo em vista que portugueses também passaram a fazer pressão com sua demanda. No final de século XVII e ao longo do século XVIII são fundadas



novas estâncias na Campanha, não só por parte dos missioneiros de Yapeyú, mas também por iniciativa das novas missões dos Sete Povos orientais, sendo exemplo a estância de São Borja, pertencente à redução de mesmo nome, que correspondia à boa parte do atual território de Santana do Livramento e era lindeira à estância de Yapeyú. Como explica Farinatti (2010, p. 63 - 64),

no século XVIII, a área que, na centúria seguinte, viria a ser a Campanha Rio-grandense, estava incluída em uma vasta região que pertencia à jurisdição reivindicada pelos 30 Povos das missões jesuítico-guaranis. Esses 30 povos estendiam-se pelas margens dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Nas áreas a leste deste último rio ficavam, ao norte do rio Ibicuí, os Sete Povos Orientais e, ao sul, onde hoje se localiza a Campanha Rio-grandense, estavam situadas as estâncias pecuárias pertencentes aos Povos. Além de abrigar essas estâncias, aquela região continuava a ser palmilhada por grupos indígenas charruas e minuanos, refratários à cristianização e que sobreviviam ora fazendo aliança, ora entrando em conflito com as diferentes frentes coloniais.

Entre continuidades e rupturas, a partir da fundação das estâncias jesuíticas, consideramos que se inicia uma nova fase na construção, do que é hoje o espaço rural de Santana do Livramento. Com estas estâncias, Santana do Livramento torna-se território missioneiro, mesmo que coexistindo com as outras territorialidades, de charruas e gaudérios, por exemplo. Como veremos no próximo item, estas estâncias vão lançar as bases da organização das estâncias privadas originadas nas sesmarias luso-brasileiras. Como destaca Paniágua (2013, p. 43), “a estância colonial missioneira, portanto, foi um estágio intermediário para a estância capitalista que se consolidou no século XIX”.

### **3.3 As primeiras estâncias: a atual Santana como território missioneiro**

Como já dito, foi o povo de Yapeyú que teve a iniciativa de fundar as primeiras estâncias na região da atual Santana do Livramento, sendo que, sua projeção efetiva sobre a Campanha, se deu a partir da metade do século XVII. Paniágua (2013) cita os dois fatores que considera os principais motivadores da sucessiva fundação de estância pelos yapeyuanos na atual Campanha Gaúcha: 1)

conflitos pela posse do gado da margem ocidental do Uruguai (onde ficava a redução) com as cidades de Santa Fé e Corrientes; e 2) a ação da Colônia do Sacramento sobre as vacarias Del Mar e de São Gabriel.

Em princípio, de acordo com Moraes (2006), Yapeyú formou uma estância de gado na Banda Oriental, junto ao rio Quaraí, já em 1659, inclusive com capatazes que a geriam. Esta afirmação é feita também por Porto (1954, p. 324) apud Paniágua (2013), do seguinte modo:

Foi no ano de 1660, mais ou menos, depois de ter sido descoberta a Vacaria do Mar, que os japejuanos fundaram na Banda Oriental, em território fronteiro à seu povo, uma grande estância, que teve inicialmente por limites os rios Ibicuí, Uruguai, Quaraí e Ibirapuitã. Mais tarde, essa estância estendia-se até o rio Queguai, aproveitando assim as vacas que constituíam a vacaria do Rio Negro, proveniente das que eram deixadas por esses rincões em várias ocasiões, em que o gado era levado para as estâncias.

Este território yapeyuano corresponde a diversos municípios brasileiros e uruguaios atuais. No Rio Grande do Sul fizeram parte deste território estancieiro Uruguiana, Quaraí, Alegrete, Santana do Livramento e Rosário do Sul. Dos departamentos uruguaios, fizeram parte os de Artigas, Salto, Paysandú, Rio Negro, Tacuarembó e Rivera. Especificamente o atual município de Santana do Livramento não foi na totalidade de sua atual área parte da estância de Yapeyú. Como o limite oriental desta estância era o rio Ibirapuitã, podemos dizer que mais ou menos metade do atual território de Livramento, especificamente sua porção oeste, fez parte de tal estância. Já a atual parte leste do município abrigava toldos dos charrua inicialmente, e após a fundação dos Sete Povos das Missões, em 1682, passou a fazer parte da estância do Povo de São Borja, fundado em 1690. A Figura 5 mostra, grosso modo, as delimitações das estâncias jesuíticas na Campanha Oriental.

Deste novo cenário, é possível perceber, em um primeiro momento, que este novo território foi se construindo sobre múltiplos territórios dos demais que viviam das vacarias. Por isso, este processo de expansão territorial do povo de Yapeyú sobre o espaço da atual Campanha Gaúcha não ocorreu pacificamente, tendo em vista que ali se encontravam todos os outros atores que neste espaço mantinham

algum interesse, especialmente as parcialidades da macroetnia Charrua, cuja própria história, para Kern (1994), é a história de constantes reações aos invasores de seus territórios. Como bem frisa Paniágua (2013), não se tratava somente da luta pela posse do gado, se tratava de uma luta, sobretudo, pela reprodução de modos de vida, de territorialidades.

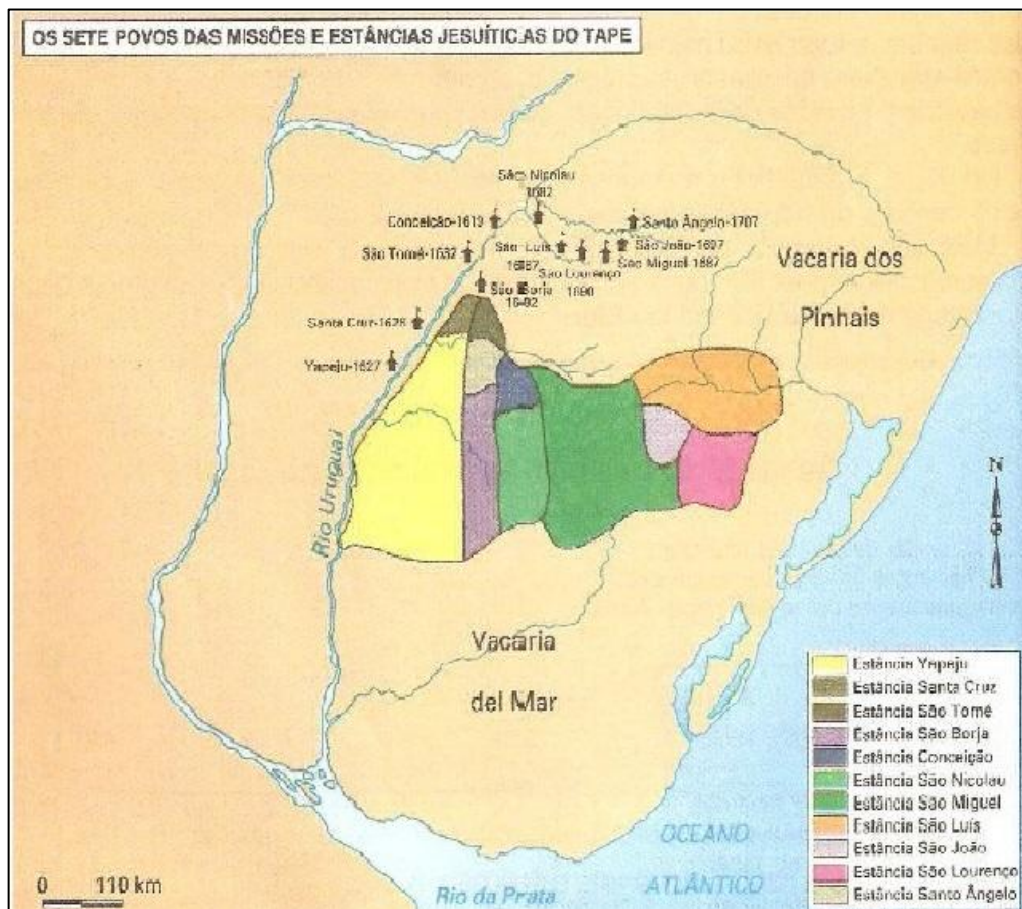


Figura 5 – Estâncias missioneiras na Campanha  
Adaptado de Moure (1994).

Além disso, conforme defende Paniágua (2013), apesar dos conflitos no contexto desta expansão missioneira sobre outros territórios/territorialidade da Campanha, a nova estrutura representada pela estância coletiva jesuítica não foi excludente em relação aos demais. Diz o autor, que ela permitiu que os demais grupos, de índios pampianos, “gaúchos/gaudérios/changadores/tropeiros”, particulares espanhóis e portugueses, subsistissem paralelamente neste espaço, apesar dos conflitos. Isso possibilitou, para o autor, inclusive, a manutenção de

contatos constantes que engendrou nestes grupos, aspectos em comum como liberdade e mobilidade ao longo da Campanha, sedimentando, nas palavras do autor, “uma memória espacial”. Foi mantido um espaço em comum que possibilitou a sua reprodução social.

Conforme Paniágua (2013) os conflitos que os guarani-missioneiros enfrentaram deram-se em três frentes constantes de intensidade variada, mas não totalmente isoladas entre si, sendo elas: com os “índios infiéis”, como eram denominados os índios do Pampa não catequizados (macroetnia charrua), com os portugueses e com os espanhóis. Destaca o autor que estes conflitos, especialmente com os ditos “índios infiéis”, demarcaram todo o século XVII e o XVIII não impedindo, no entanto, a expansão e fundação de novas estâncias pelos guarani-missioneiros de Yapeyú na Campanha, que já desdobravam em quatro suas estâncias na desembocadura do rio Quarai, em 1704, como lembra Farinatti (2007).

As estâncias representavam a possibilidade de tratamento e amansamento de rebanhos, aumentando, por isso, seu valor comercial, seja no rio da Prata ou entre os próprios Povos missioneiros. A produtividade expressava-se na quantidade, ou seja, na produção de excedentes e na variedade, viabilizando um comércio expressivo (PANIÁGUA, 2013). Assim, já no final do século XVII havia se consolidado na atual Santana do Livramento as primeiras estâncias de sua história.

Nestas ações de povoamento, os jesuítas espanhóis dominaram uma vasta faixa de terra rio-grandense, muito mais ampla do que a modernamente chamada região missioneira, desde as florestas do rio Uruguai, pela margem esquerda, abrangendo todo o planalto médio e a campanha, até ao sul dos municípios de Rosário do Sul e Santana do Livramento, podemos considerar, portanto, como postos avançados do domínio espanhol (MURADÁS, 2008, p. 155).

Estes estabelecimentos tiveram papel fundamental, pois ergueram as bases (i)materiais das estâncias privadas posteriores e de modo geral da paisagem rural e no modo de vida que tradicionalmente identifica a Campanha Gaúcha.

Inclusive, a título de exemplo destas “estâncias matrizes”, Moraes (2006) ao tratar em seu trabalho da ocupação e povoamento do Uruguai, fala destas ocupações jesuíticas para refutar a tese predominante no discurso historiográfico

daquele país de que a ocupação do norte do atual Uruguai foi tardia. Destaca Moraes a importância da constituição das estâncias de Yapeyú nesta região, lançando as bases da tradicional paisagem agrária da Campanha, conforme segue nas palavras da autora:

Con el despliegue ganadero del pueblo de Yapeyú al oriente del río no sólo comenzó la ocupación de un territorio que hoy es casi la mitad de la república uruguaya, si no que comenzó la formación de un paisaje agrario organizado en torno a una forma sistemática de explotación ganadera de la cual sabemos poco, pero lo suficiente para despejar de entrada la imagen de unos arrees esporádicos y desordenados de tropas semi-salvajes, sin significación histórica posterior (MORAES, 2006, p. 12).

Como exemplo, podemos citar alguns elementos importantes:

- a) Em primeiro lugar a introdução de diversas espécies vegetais, geradoras de formas características da paisagem cultural pampiana posterior. É o que nos mostra Uesler (2011) ao dizer que eram introduzidas algumas espécies de vegetais adaptados ao clima continental, como o Umbú, os palmares, bem como as figueiras, que indicam tanto os antigos itinerários das vacarias como os pontos de descanso e abrigo, os quais, como destaca Paniágua (2013), foram os locais a partir de onde se desenvolveram as estâncias missioneiras.
- b) Em segundo lugar, foram as estâncias jesuíticas que estabeleceram os principais elementos, objetos e ações, formas e relações, cuja imagem se consolidou na estância privada oitocentista. Foi na estância missioneira que se estabeleceu a estrutura básica formada por sede, postos, galpões, currais ou mangueiras, que poderiam ser cercadas de pedra, e poteiros, além das capelas. A Figura 6 mostra ícones da paisagem rural atual pampiana cuja presença e utilidade foi lançada pelas estâncias missioneiras.

A sede era o local de residência de um Padre e um irmão (UESLER, 2011). Os postos, conforme Uesler (2011) foram criados a partir da necessidade de melhor cuidar do gado e vigiar estas enormes extensões de terras, havendo vários em cada

estância, onde viviam diversas famílias de indígenas cristãos. Diz o autor, que cada estância teria de 15 a 25 postos, havendo cinco ou mais rodeios de gado em cada posto, além de habitações (ranchos), capelas e hortas para a subsistência do grupo. Especificamente na estância de São Borja, correspondente à parte da atual Santana do Livramento, diz Bruxel (1987, p. 82) apud Uesler (2011, p. 57), que “[...] havia umas quinze capelas de posteiros. Com umas dez famílias por capela, esta estância contaria com algumas centenas de pessoas”. As capelas, que sempre estiveram constantes na fundação de postos e estâncias missionárias evidenciavam o caráter evangelizador jesuíta, representando “uma certa transferência do centro irradiador, a redução, para esses locais (PANIÁGUA, 2013, p. 41)”.



Figura 6 – O umbú e a cerca de pedra: dois ícones da paisagem rural pampiana sob a linha divisória entre Brasil e Uruguai, no 6º Distrito do Espinilho, em Livramento  
Autor: Andrés Alvaro Rodriguez.  
Fonte: Panoramio.com

A criação do gado equino, bovino e ovino era feita separadamente, através da delimitação de invernadas, feitas de barreiras naturais. Para isso, a própria localização das estâncias não era aleatória. Como bem explica Paniágua (2013),

geralmente esses locais apresentavam-se em forma de ferradura. “Tratava-se de uma grande área cercada por rios com uma única saída terrestre, denominada de “rincón”, possibilitando manter, controlar e preservar o gado (p. 41)”. O autor dá ainda dois exemplos de estâncias yapeyuanas com estas características, uma delas localizada em área correspondente ao atual município de Santana do Livramento. Trata-se da estância “Santa Ana de Yapeyú”, localizada próximo às nascentes do rio Ibirapuitã, no atual 6º Distrito de Santana do Livramento e que levava o atual primeiro nome do município.

Inclusive, sobre a estância Santa Ana de Yapeyú, não podemos nos furtar de mencionar que o fato de este nome coincidir com o nome atual do município é no mínimo curioso, tendo em vista que de acordo com o que colocam os historiadores, principalmente Ivo Caggiani, a denominação Santa Ana foi designada ao município bom tempo depois, e não consta nenhuma referência ao antigo estabelecimento yapeyano. Poderá ser o atual nome do município uma referência à antiga estância yapeyuana?

Observamos, portanto, a fidelidade com que se relacionam os elementos característicos destas estâncias missioneiras com suas subsequentes luso-brasileiras. Há de se citar ainda, além da mencionada estrutura material, os indivíduos que trabalhavam nesta estrutura. Por exemplo, do mesmo modo que na posterior estância oitocentista, o trabalho envolvia mão de obra especializada e constante (PANIÁGUA, 2013). Assim, havia já a figura do capataz, coordenando o conjunto das atividades realizadas com o gado, além do vaqueiro (peão ancestral), sendo considerada, conforme Uesler (2011), uma das primeiras entre as diversas classes em que se dividia a organização social das Missões.

Nesta perspectiva, tendo em vista estas colocações, fica clara a enorme importância das estâncias missioneiras para a constituição da tradicional estância oitocentista, cujas características ainda são tão presentes em Santana do Livramento. Sobre isso, as palavras de Paniágua não poderiam ser mais pertinentes. Segue o autor:

A toponímia “estância” não pode ser vista sob o ângulo de mero legado missioneiro-espanhol que apenas ficou como característica de um tempo perdido, como pretende Trindade (1985). A estância portuguesa do séc XIX, para que fosse viável economicamente, apoiou-se em um conjunto de técnicas e tecnologias produzidas essencialmente nas estâncias missioneiras. Os portugueses, quando chegaram na área da Campanha, em

1801, não poderiam produzir estes elementos em um curto espaço de tempo. O guarani-missioneiro e todo o seu aparato cultural e social foi uma das saídas para essa situação técnica. Foi um dos elos de ligação, transferindo um conjunto de experiências de mais de um século e meio de atividades com o gado, alicerçado no período colonial, os séculos XVII e XVIII (PANIÁGUA, 2013, p. 94).

Assim, tendo em vista a considerável quantidade de atributos pré-sesmarias evidenciados neste capítulo, se torna fácil refutar o discurso que coloca a Campanha como “terras de ninguém” até a conquista luso-brasileira no início do século XIX. Havia 12000 anos que Pampa e Homem se moldavam mutuamente. Pampa, gado, gaúcho, estância, palavras-chave na compreensão da ruralidade na Campanha, são produto pré-sesmaria. Por isso, é justamente nos efeitos da territorialização luso-brasileira e das subsequentes concessões, as quais lançaram as bases da privatização destes elementos (terra, gado, estâncias), que queremos nos deter no próximo capítulo.

Portanto, analisamos características produzidas no espaço rural em Santana do Livramento a partir do prelúdio de sua apropriação privada, representado pelas sesmarias, responsáveis pela formação da grande propriedade na Campanha e pela configuração de uma alta concentração fundiária. Dito de outro modo, analisamos o espaço rural produzido em Santana do Livramento no território da grande propriedade patronal durante a primeira metade do século XIX.

#### **4 O RURAL PRODUZIDO NO TERRITÓRIO DA GRANDE PROPRIEDADE PATRONAL I: “O PRINCÍPIO”**

Como foi possível ver no capítulo anterior, importantes feições do espaço rural em Santana do Livramento foram produzidas no período pré-propriedade privada ou pré-colonização luso-brasileira. No entanto, ainda no século XVII, a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, por portugueses, e dos Sete Povos das Missões, em 1682, por espanhóis, já havia anunciado o acirramento da disputa entre as coroas ibéricas pelas terras e pelo gado do Prata, especialmente da Banda Oriental.



Na primeira metade do século XVIII, expressão desta disputa foi o avanço da colonização portuguesa, a partir do leste do Rio Grande do Sul, e da colonização espanhola, a partir do sul do Uruguai. Os espanhóis, com o intuito de isolar a Colônia do Sacramento do restante do território português, fundaram Montevideú, em 1726 e incentivaram o povoamento do interior do atual Uruguai a partir do sul, distribuindo terras de forma condicionada ao desenvolvimento da produção e à fidelidade à Coroa espanhola. Os portugueses, por sua vez, distribuíram, em 1732, as primeiras sesmarias no Rio Grande do Sul, a partir do leste, e em 1737 já haviam fundado o atual município de Rio Grande, na época como um forte. A Figura 7 mostra a expansão das estâncias portuguesas e espanholas diante do território das estâncias missioneiras nesta primeira metade do século XVIII.

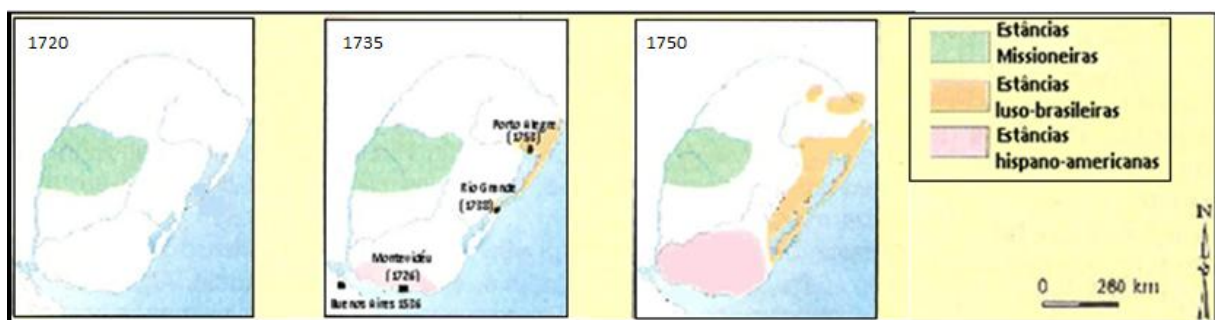


Figura 7 – Evolução da área territorial das estâncias missioneiras, espanholas e portuguesas na Banda Oriental na primeira metade do século XVIII  
Adaptado de Moure (1994)

Na segunda metade do século XVIII tem destaque os tratados de limites entre Portugal e Espanha, especialmente o de Madri (1750) e o de Santo Ildefonso (1777), demonstrativos dos litígios e das tentativas de acordo entre as duas coroas em relação aos domínios dos dois países nesta região. Através destes tratados, a linha de Tordesilhas foi sendo paulatinamente substituída pela posse dos territórios efetivamente ocupados (*uti possidetis*), representando significativo ganho para Portugal no atual Rio Grande do Sul. Se pelo Tratado de Tordesilhas toda a Banda Oriental, incluindo o atual Rio Grande do Sul, era da Espanha, com estes dois novos tratados foram reconhecidas as posses que Portugal vinha tomando nesta região.

Neste contexto, aos poucos o território missioneiro foi sendo estrangulado pelo avanço conflituoso das duas coroas ibéricas. Os reflexos do Tratado de Madri,

que estabelecia a permuta entre a Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões iniciaram o processo de desterritorialização missioneira. Pelo tratado, a região dos Sete Povos passaria a ser território português, ficando estabelecido que os guarani-missioneiros e os jesuítas deveriam deixar as reduções e partirem para a outra margem do rio Uruguai. No entanto, houve forte resistência jesuítico-guarani, estourando a “Guerra Guaranítica”, cujo resultado foi o enfraquecimento do sistema econômico e político missioneiro, após sofrer grandes massacres por exércitos portugueses e espanhóis. Em 1768, os jesuítas foram expulsos das colônias espanholas, por serem considerados opositores do Estado, e as Missões passaram à administração laica, que não tinha o apoio dos guarani-missioneiros, aumentando ainda mais o desgaste deste sistema. Em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso devolve os Sete Povos aos espanhóis e a administração laica que já se produzia em povos como o de Yapeyú passa a ocorrer também nas Missões orientais, no entanto, com baixa aceitação dos guarani.

Tudo isso propiciou o avanço português na Campanha Gaúcha. A partir de Santo Ildefonso, lentamente houve a apropriação do atual território do estado pelos lusos, para oeste, nas Missões, e para sul, em direção ao rio Jaguarão (MURADÁS, 2008). Particularmente em 1801, houve um fato determinante na expansão portuguesa para a Campanha. A Espanha, por pressão francesa, declarou guerra a Portugal<sup>5</sup>. Como resultado disso, se por um lado Portugal foi invadido por exércitos franco-espanhóis, por outro, esta guerra desencadeou o afloramento das pretensões que os portugueses tinham desde o tratado de Madri, de anexar os Sete Povos, no atual Rio Grande do Sul (MURADÁS, 2008).

Como destaca Farinatti (2007), a resposta dos moradores do Rio Grande à invasão de Portugal e tomada da praça de Olivença, foi a intensificação das hostilidades aos castelhanos na zona de fronteira. Conforme o autor, tropas regulares e milicianas atacaram as guardas espanholas, ao mesmo tempo em que grupos de particulares investiam contra as Missões Orientais, praticando saques e

---

<sup>5</sup> Trata-se da “Guerra das Laranjas”, um curto episódio militar ocorrido entre Portugal e Espanha, situado em um contexto de disputa entre França e Inglaterra pela hegemonia no plano internacional. A França de Napoleão contava com a aliança espanhola. Já Portugal mantinha uma política externa de neutralidade, sendo pressionado por França e Espanha a romper com a Inglaterra, demandando inclusive que Portugal fechasse seus portos aos ingleses. Portugal, no entanto, contestou às pressões, e a Espanha, então, declarou guerra.

arreadas de gado, tomando a frente, deste modo, na expansão territorial lusa para oeste em direção ao Rio Uruguai (MURADÁS, 2008), como detalha Farinatti:

Os portugueses tomaram, entre outros locais, a vila de Batovi, já deserta quando de sua chegada. Esse posto lhes deu ampla possibilidade de acesso aos gados da região ao sul do rio Ibicuí. Nesse contexto, dois pequenos grupos formados por milicianos e voluntários adentraram no território dos Sete Povos das Missões. O primeiro, liderado por Maneco Pedroso, tomou a Guarda de San Martín e abriu o caminho nas defesas missioneiras. O segundo, comandado por Borges do Canto, tomou o povo de São Miguel, com a ajuda dos próprios guaranis, desgostosos com a administração espanhola desde a expulsão dos jesuítas (FARINATTI, 2007, p. 63-64).

Assim, tendo sua tarefa facilitada pelo desgaste das relações entre índios missioneiros e espanhóis, ao final desta curta guerra, ainda em 1801, os exércitos portugueses atingiram seu objetivo e o território do Brasil no Rio Grande do Sul se expandiu até a linha que compreende os rios Uruguai – Ibicuí – Santa Maria – Jaguarão – Lagoa Mirim e, em linha seca, até Aceguá (MURADÁS, 2008). Após este episódio, conhecido na historiografia como “A Conquista das Missões”, do atual Rio Grande do Sul, somente a região dos atuais municípios de Santana do Livramento, Rosário do Sul, Alegrete, Uruguiana e Quaraí, ainda continuou sob domínio espanhol. No entanto, deste episódio, interessa o fato de que a partir desta conquista, transpondo os limites do rio Ibicuí, muitos luso-brasileiros passaram a constituir assentamentos ao sul, até o rio Quaraí, ocupando as terras deste distrito onde se localiza a atual Santana do Livramento, como expõe Farinatti (2007, p. 64):

Os portugueses conservaram o domínio da região dos Sete Povos e, em 1804, um convênio foi firmado entre os dois Impérios, estabelecendo uma fronteira provisória demarcada através dos rios Ibicuí, Santa Maria, Jaguarão, lagoa Mirim, São Miguel e Chuí. Os luso-brasileiros não apenas consolidaram suas posições nos Sete Povos, como também transpuseram o Ibicuí rumo ao sul e começaram a estabelecer estâncias no local. Por volta de 1810, muitos deles já estavam assentados na região onde viria a surgir o município de Alegrete, entre os rios Ibicuí e Quaraí, quando os processos revolucionários de independência começaram a sacudir o Prata.

Podemos dizer então, que a partir da conquista das Missões, em 1801, e do consequente traçado de novos limites entre os domínios português e espanhol no

atual Rio Grande do Sul, foi possibilitada a transposição pelos portugueses para sul, ocorrendo os primeiros assentamentos de militares, súditos da coroa portuguesa, em um território que oficialmente ainda era espanhol. Os luso-brasileiros passaram, portanto, a desenvolver a pecuária na região de Santana do Livramento antes mesmo da anexação deste espaço ao domínio do império português. Na Figura 8 é possível observar a desarticulação do território missioneiro na Campanha e a territorialização portuguesa entre 1770 e 1810.

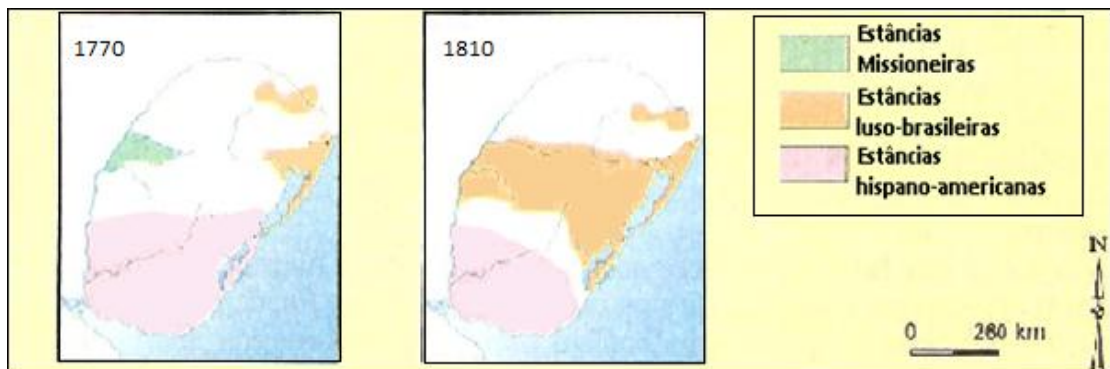


Figura 8 – Evolução da área territorial das estâncias missioneiras, espanholas e portuguesas na Banda Oriental na segunda metade do século XVIII  
Adaptado de Moure (1994)

No entanto, foi em 1811 que este espaço do atual município foi efetivamente conquistado pelos portugueses e passou, nos anos seguintes, a ser pela primeira vez, efetivamente povoado por desígnio da Coroa Portuguesa, através da distribuição de sesmarias. A partir daí, é erguida uma nova ordem, agora assentada na propriedade privada da terra e do gado, concentrada nas mãos de uma restrita minoria. É estabelecido, com as sesmarias, o território da grande propriedade patronal, cujo rural aí produzido foi um dos nossos interesses de pesquisa. Com base na compreensão territorial de Raffestin (2010), é possível dizer que com a territorialização de novos atores neste espaço a partir das sesmarias, se especializaram na porção local do Pampa, novos sistemas de intenções, novas técnicas e novos trabalhos que vão dar, não sem conflitos, novas características econômicas, políticas e culturais, bem como gerar novas transformações no ambiente natural, entre rupturas e continuidades.

Os itens que formam este capítulo expressam os elementos e momentos que consideramos, a partir de nossa pesquisa, mais expressivos no que diz respeito à construção das características deste espaço rural produzido no território da grande propriedade. Neste sentido, a primeira parte versa sobre o contexto em que se deu a territorialização luso-brasileira em Santana do Livramento e a forma como se deu a ocupação inicial deste espaço. A segunda parte trata do momento imediatamente subsequente, que corresponde à distribuição de sesmarias, a partir de 1814. A terceira parte procura analisar o território da grande propriedade patronal durante a primeira metade do século XIX, contexto este em que se estruturam as estâncias e, ao mesmo tempo, ocorre os principais conflitos envolvendo as fronteiras e principalmente o interesse dos estancieiros-militares. A quarta analisa este território no contexto da segunda metade do século XIX, em que ocorrem as bases para a inserção capitalista, através da Lei de Terras de 1850 e do processo de cercamento dos campos. A quinta parte é dedicada à análise deste espaço na primeira metade do século XX, diante das novas condições propiciadas pela industrialização da carne e da lã, com o saladeiro, primeiro, e com o frigorífico e com o lanifício, depois. A sexta parte observa as transformações ocasionadas pela crise da pecuária, de um lado, e da modernização da agricultura, de outro, a partir da segunda metade do século XX.

#### **4.1 A territorialização luso-brasileira em Santana do Livramento**

Apesar de nesta região de Santana do Livramento muitos súditos da Coroa portuguesa já terem estabelecido os primeiros assentamentos após a conquista das Missões, em 1801, foi somente alguns anos depois, mais precisamente em 1811, que é germinado o domínio luso-brasileiro no atual município. Isso se deu em um contexto em que pelo menos dois aspectos foram determinantes: de um lado, a família Real havia vindo para o Brasil<sup>6</sup>, e de outro, as lutas de independência das

---

<sup>6</sup> Tudo começa em 1806, quando a França de Napoleão Bonaparte impõe o chamado bloqueio continental à Inglaterra, no âmbito de uma grande disputa entre os dois países pela hegemonia mundial. O bloqueio continental proibia os países europeus de comercializarem com a Inglaterra, sob pena de ataque aos que não cumprissem tal ordem. Portugal, no entanto, manteve-se fiel à Inglaterra e, em consequência, teve seu território invadido novamente (como em 1801) pelas forças de

colônias espanholas<sup>7</sup> começavam a sacudir o Prata. Isso quer dizer que, se até então a disputa no Prata se dava entre as duas Coroas ibéricas, agora, entravam em cena repúblicas independentes em gestação (Argentina e Uruguai), também disputando este espaço. Paralelo a isso, os interesses portugueses no sul do Brasil passavam a ser acompanhados mais de perto já que a família Real agora governava do Brasil e havia o elevado de colônia à parte do “Reino de Portugal, Brasil e Algarves”.

No âmbito dos movimentos de independência da América espanhola, especificamente as províncias que constituíam o antigo Vice-Reinado do Prata, também trataram de proclamar sua independência, a exemplo da nova república das “Províncias Unidas do Rio da Prata (futura Argentina). Neste contexto, é em uma operação militar portuguesa de socorro ao último governador fiel à Espanha ainda não deposto pelas revoluções, que ocorre a ocupação militar lusa na atual Santana do Livramento, germinando a colonização portuguesa no espaço do atual município. Ocorreu que o governador de Montevidéu se manteve fiel à Espanha diante da insurgência revolucionária e recorreu a ajuda militar lusa para controlar as revoltas internas na Banda Oriental, tanto as que almejavam sua independência, quanto as que queriam anexá-la à recém independente Buenos Aires (Províncias Unidas do Rio da Prata). O reino de Portugal, Brasil e Algarves, acatando ao pedido do governador de Montevidéu e motivado também pela precaução de que as insurgências do Prata não se desdobrassem em território luso, enviou exército.

Sobre isso, segue Farinatti (2007, p. 64):

---

Napoleão. A família Real, antecipando-se a isso transferiu a monarquia portuguesa para o Brasil, em 1808, o que repercutiu em primeira instância, na preservação da dinastia e, por conseguinte, em maior agilidade na defesa dos interesses lusos no sul do Brasil frente à Espanha. Com a corte no Brasil, este deixa de ser colônia e passa a constituir o Reino de Portugal, Brasil e Algarves (MURADÁS, 2008).

<sup>7</sup> Durante passagem das tropas de Napoleão pela Espanha rumo a Portugal, o Rei espanhol Fernando VII é preso e o trono é entregue ao irmão de Napoleão, José Bonaparte. O povo espanhol, assim como as colônias espanholas na América, no entanto, não obedeciam ao rei francês. Neste contexto, somando-se esta situação de enfraquecimento da metrópole com outros fatores como a difusão de ideias iluministas e o exemplo da Revolução Francesa e da Independência dos Estados Unidos, foi gerada nas colônias espanholas da América uma situação favorável à insurgência de movimentos de independência.

O temor de que as desordens chegassem também às possessões lusas incentivaram a Coroa a planejar uma ofensiva em socorro da última autoridade hispano-colonial no Prata, o governador Francisco Javier Elío, sitiado em Montevidéu. Foi assim que o autodenominado “Exército Pacificador”, comandado pelo General Dom Diogo de Souza, Governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, invadiu a Banda Oriental em 1811.

Inicialmente, Portugal organizou um “Exército de Observação”. Este exército dividiu-se em duas partes, uma comandada pelo Marechal Manoel Marques de Souza, que acampou nos cerros próximos a Bagé, e outro sob as ordens do General Joaquim Xavier Curado, que se estabeleceu às margens do Rio Ibirapuitã (atual Santana do Livramento) cujo acampamento recebeu a denominação de “São Diogo” (CAGGIANI, 1983).

Neste ponto, aspecto de interesse é que, como os meios de mobilidade eram muito precários e difíceis, esses acampamentos militares como os da campanha de 1811-12 ficavam muito tempo em um mesmo local. Quando eram levantados deixavam muitas vezes remanescentes dos seus ocupantes. Tanto, que esse acampamento de tropas, às margens do Rio Ibirapuitã, chegou a ser chamado de “Cidade de São Diogo”, podendo-se, inclusive, dizer que foi uma semente do povoamento da região e conseqüentemente de Santana do Livramento. Atualmente, o local onde foi levantado o acampamento São Diogo é parte do 5º Distrito de Santana do Livramento, o qual conserva o nome do acampamento (ver Figura 3).

Em maio de 1811, o governador de Montevidéu, sitiado pelo argentino Rondeau e por tropas orientais de Gervásio Artigas, solicitou socorro a D. João VI que, de pronto, determinou a invasão da Banda Oriental pelo Exército de Observação, agora transformado em Exército de Pacificação da Banda Oriental. Em junho daquele ano o “Exército Pacificador” iniciou a marcha militar para Montevidéu. No entanto, conforme Farinatti (2007), naquele mesmo ano, o Vice-Rei Elío firmou um tratado com Buenos Aires e solicitou a retirada das tropas luso-brasileiras da Banda Oriental, o que aconteceu somente em agosto de 1812.

Segundo Muradás (2008), a consequência deste evento foi a incorporação da “parte que faltava” na constituição territorial atual do Rio Grande do Sul. Em ações combinadas do Exército Pacificador em Paysandu (Uruguai) e nos acampamentos São Diogo e São Borja, foi anexado pelos portugueses o chamado Distrito de Entre-Rios, (atuais municípios de Santana do Livramento, Rosário do Sul, Quaraí, Alegrete

e Uruguaiana), que até então se encontrava ocupado por seguidores de Artigas e “pertencia” à Espanha.

Podemos então compreender que a campanha do Exército Pacificador de 1811-12, não só anexou o espaço correspondente à atual Santana do Livramento ao domínio luso-brasileiro como também germinou o povoamento luso deste espaço através do acampamento São Diogo, primeiro, e das sesmarias posteriormente, nos moldes do que já havia se estabelecido em outras regiões da província anteriormente.

No entanto, queremos dar especial relevo ao choque estabelecido a partir daí entre estes novos atores sintagmáticos, com novos sistemas de intenções, e os antigos atores que havia tempos faziam deste seu território de vida, já que, como vimos, este não era um “espaço vazio” ou “terra de ninguém”. Nas palavras de Farinatti (2007, p. 61),

aquela estava longe de ser uma “terra de ninguém”. Tribos de indígenas charruas e minuanos faziam daqueles campos a sua morada. Tinham se tornado destros no manejo do cavalo, arrebanhavam gado e estabeleciam relações que podiam passar do enfrentamento ao comércio com os assentamentos portugueses, a leste, guaranis, ao norte/oeste e espanhóis, ao sul. Da mesma forma, havia mais de século que os guaranis missionários utilizavam a região para o estabelecimento de suas estâncias. Não se tratava simplesmente de arrear gado. Além disso, eles organizavam postos para amansar as reses e estabelecer o processo de criação.

Deste modo, não pudemos nos restringir a tratar tal conquista luso-brasileira como um “princípio nobre de Santana do Livramento”, originado da “defesa da pátria”, a exemplo do que se costuma colocar sobre o acampamento São Diogo. Se há este lado, é preciso observar também o caráter excludente e desterritorializante com que esta apropriação ocorreu já de início. Golin (2002) é quem mostra este fato ao dizer que durante a entrada do Exército Pacificador, uma de suas divisões, formada por aproximadamente oitocentos homens de cavalaria, foi empregada na guarnição da fronteira designada pelo rio Quaraí e na polícia do território adjacente. Conforme o autor, este contingente militar “fez a faxina” do que poderia significar a presença espanhola e hispano-platina na região e expeliu dali os diversos ranchos de gaúchos que ali viviam, como os grupos de minuanos e charruas situados próximos à serra do Jarau.



É preciso observar, do mesmo modo, que a motivação de defender a pátria se produzia não só pela virtude do patriotismo, mas também, e talvez principalmente, pelo interesse particular, já que terra e gado eram os principais meios de acumulação de poder e riqueza e, ao menos entre as principais patentes militares, a conquista territorial significaria uma futura concessão de sesmaria. Vejamos o que coloca Farinatti:

O “Exército Pacificador” submeteu populações designadas como volantes e também reduziu a presença de indígenas charruas e minuanos, conseguindo tornar firme a ocupação até a margem direita do rio Quarai, onde hoje está a linha de fronteira entre Brasil e Uruguai. A ocupação estável da região foi estimulada, foram realizadas enormes arriadas de gado e sesmarias foram distribuídas. Assim, o avanço territorial também vinha ao encontro do interesse dos rio-grandenses engajados na campanha militar de 1811-12 (FARINATTI, 2007, p. 65).

Assim, justamente por esta não ser de modo algum uma “terra de ninguém”, como tentamos evidenciar no capítulo anterior, a apropriação privada de vários elementos que vinham sendo produzidos anteriormente, como o próprio Pampa, o gado e a estrutura (i)material das estâncias, gerou reações, resistências, contestações, embora em meio à inevitável desterritorialização vivida por aquela imensa maioria que ficou alijada deste que sempre foi o seu espaço de vida. Assim, como bem frisa Osório, este processo de apropriação ocorreu “de forma conflituosa e desigual, sendo que os ocupantes primitivos destes campos, tidos como “intrusos”, foram sendo sistematicamente varridos na medida em que os donatários estabeleciam-se, monopolizando a terra e os rebanhos (OSÓRIO, 1990)”.

#### **4.2 As sesmarias: o princípio de um espaço rural desigual**

Ele era sesmeiro, sargento-mor. Ele era dos Dragões de Rio Pardo. O governo dava, assim, para o pessoal que estava trabalhando para o exército, se destacava, coisa assim, dava uma área. Ele recebia aquilo com o compromisso de povoar ali, povoar e ocupar, se não ele perderia aquilo ali não é? Não era só dado de graça. Nós estamos na sétima geração. A sede ali está sempre na família [...]. A área era muito maior, depois vai dividindo, claro, os herdeiros vão se subdividindo. Uma bisavó minha que refez um pouco da estância antiga, comprou duns irmãos dela, claro, bem menor do que era antes não é? Imagina, seis léguas de sesmaria era muito chão não é? (ENTREVISTADO REPRESENTANTE DO SINDICATO PATRONAL, 2012).

O depoimento acima é de um representante da Associação e do Sindicato Patronal de Santana do Livramento. Este entrevistado em nossa pesquisa é um pecuarista, descendente de um sesmeiro. Suas palavras expressam, em prévia, pelo menos dois aspectos importantes que queremos analisar nestes capítulos 4 e 5. Primeiro, as características da origem da grande propriedade patronal, através de sesmarias distribuídas, sobretudo, a militares engajados na defesa da fronteira. E, em segundo lugar, a capacidade de reprodução da grande propriedade diante do fracionamento hereditário, o que demandou diferentes estratégias de reprodução por parte dos proprietários ao longo do tempo.

A consolidação da ocupação luso-brasileira na atual Santana do Livramento foi se efetivar somente com a distribuição das primeiras sesmarias na região, algum tempo após a campanha militar de 1811-12, precisamente a partir de 1814 (ALBORNOZ, 2000). Segundo Muradás (2008, p. 153), nesta área recém-conquistada, entre os rios Ibicuí e Quaraí, foram principalmente os militares que participaram da campanha do Exército Pacificador, além de alguns outros súditos da Coroa, que as receberam, com o dever de desenvolver a criação de gado e também de defender a fronteira dos castelhanos, tornando-se, conforme o autor, “cada estância uma célula militar”.

Essas concessões estabeleceram a base jurídica da propriedade privada neste espaço (PANIÁGUA, 2013), como destaca Farinatti:

A história da instalação das grandes estâncias, na primeira metade do século XIX, é a história da instituição de uma ordem assentada na propriedade privada da terra e do gado sobre um espaço onde antes havia a propriedade comunal missioneira ou das tribos nômades charruas e minuanos, e também a atividade difusa das arreadas e retirada do couro por bandos de changadores (FARINATTI, 2009, p. 69).

No entanto, é importante destacar que se trata do estabelecimento da propriedade privada, porém mediante condições. É o que explica Garcia (2005), dizendo que, no regime de sesmarias, vigente no Brasil até 1822, inexistia a propriedade absoluta da terra. A Coroa transferia ao sesmeiro o seu usufruto condicionado ao cumprimento de algumas exigências, como a posse, o cultivo, a medição e a demarcação. Juridicamente, não se tratava, portanto, da propriedade plena, como a que seria inaugurada posteriormente pela Lei de Terras de 1850. Era

uma propriedade condicionada, mas que, no entanto, não deixava de se tratar de propriedade privada (OSÓRIO, 1990, p. 64).

Porém, em relação a outras regiões do Brasil, cuja ocupação se deu por interesse na inserção mercantilista no mercado internacional, no Rio Grande do Sul, particularmente na Campanha, houve uma particularidade fundamental. A ocupação territorial luso-brasileira se deu principalmente por motivos geopolíticos, diante da disputa territorial com a Espanha, primeiro, e com os países platinos, depois (HEIDRICH, 2008). Deste modo, se em outras regiões à concessão e a manutenção da posse de sesmarias estavam condicionadas, principalmente, à ocupação produtiva e delimitação, no Rio Grande do Sul, a referida concessão estava condicionada, sobretudo, à defesa militar do território para a Coroa.

Assim, como destaca Albornoz (2000), foram as sesmarias que fixaram ao solo os estancieiros/militares na atual Santana do Livramento, com a condição de, além de defender seus próprios interesses, defender também os da pátria, formando com escravos, peões e demais agregados, uma unidade militarizada, que garantia a posse da terra. As sesmarias, depois de distribuídas, deveriam ser defendidas dos inimigos espanhóis e, mais tarde, dos uruguaios e argentinos. Não se tratava, portanto, de uma simples premiação por serviços prestados ao exército.

A área correspondente a uma sesmaria, que vigorava quando de sua distribuição na Campanha, havia sido estabelecida em Portugal, via Carta Régia, em 1697, sendo importada para o Brasil (COSTA, 1988). Sua dimensão correspondia a uma légua por três de fundos, o equivalente a 13.068 hectares ou 150 quadras de campo. Para se ter uma ideia desta dimensão, podemos fazer a avaliação de que com pouco mais de 50 concessões, a atual área de Santana do Livramento, que é de 695.000 hectares, diga-se de passagem, a segunda maior do Rio Grande do Sul, já estaria completamente apropriada na época, o que, de fato, foi algo muito próximo disso. Caggiani (1983) cita pelo menos 30 pessoas, entre militares e outros súditos da Coroa, que receberam sesmarias em 1814. Nos anos seguintes novas sesmarias foram concedidas no atual município. Isso nos permite deduzir que já no início da década de 20 do século XIX, quando o regime de concessões de sesmarias foi extinto, já eram escassas as terras devolutas na área correspondente à atual Santana do Livramento. Esta enorme concentração da propriedade da terra se mostra ainda mais evidente ao considerarmos que, na prática, a dimensão estabelecida formalmente para uma sesmaria não era fidedignamente seguida,

tendo em vista, por exemplo, que várias concessões eram feitas a membros de uma mesma família (PANIÁGUA, 2013).

Além disso, há de se destacar que outras vias, que não as sesmarias, também propiciaram, já desde muito cedo, o aumento da concentração fundiária, sendo exemplos: o matrimônio como estratégia de acumulação de riqueza (terra e gado); a violência expressa na coação de proprietários pobres à venda de suas terras; a apropriação pura e simples de campos; a fraude documental (grilagem). Isso significa que a concentração fundiária desde muito cedo foi eficientemente reproduzida, possibilitando sua manutenção e mesmo sua intensificação, podendo ter se tornado ainda maior do que aquela cuja dimensão das sesmarias potencialmente implicaria.

Paniágua (2013) dá, inclusive, bons exemplos destes processos. Um deles, abaixo, expressa a acumulação de riqueza a partir do casamento, em área que abrangia parte da atual Santana do Livramento:

Em 1816, o cirurgião-mor Joaquim dos Santos Prado Lima recebeu inicialmente uma légua de frente por três de fundos. Essa área aumentou consideravelmente, a partir do momento em que seu filho, Joaquim dos Santos Prado Lima, incorporou parte dos campos do alferes Francisco Luiz de Magalhães [sesmeiro em Santana do Livramento, na Coxilha de Haedo, conforme Caggiani (1983)], pois se casou com sua filha, Francisca Bernardina e também teria comprado mais terras. Esses campos partiam do arroio Capivari, desciam a coxilha de Santana em direção ao rio Quaraí, ocupando uma parcela do antigo território do povo de Yapeyú. Conforme Pont, esses campos corresponderam aproximadamente a nove léguas (PANIÁGUA, 2013, p. 85).

É possível perceber, portanto, que a concentração fundiária extrema produzida a partir desta apropriação lusa da Campanha não se deve exclusivamente às sesmarias. As fontes analisadas no trabalho de Garcia (2005) mostram isso claramente. Indicaram outros elementos que teriam contribuído para esta desigual apropriação da terra na região, sendo, a violência praticada pelos grandes proprietários, e a fraude documental, os dois exemplos principais. A partir desta condição inicial, de sesmeiro e militar, “defensor da fronteira”, muitos se utilizavam de seu poder para aumentar suas terras, valendo-se da violência e da fraude, muitas vezes. Sobre isso, Paniágua cita uma passagem de Saint-Hilaire, descrevendo indignadamente tal prática na Campanha:

Já passei por três estâncias pertencentes ao Marechal Chagas, e, entre chácaras e estâncias possui ele oito na província de Missões, calculando-se em 24 léguas a extensão do terreno que podem ocupar. Todas essas terras foram compradas, porém, a preços baixos e, a acreditar-se na voz do povo, foi o medo que por mais de vez obrigou os proprietários a vendê-las. Admitindo-se mesmo nunca tenha sido empregada a coação, é preciso reconhecer-se ser escandaloso um comandante de província tornar-se, durante seu governo, possuidor de tamanha extensão de terrenos, enquanto deixava seus administrados em completo abandono (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 138 apud PANIÁGUA, 2013, p. 86).

A fraude documental, tanto para o recebimento de sesmarias quanto para a apropriação de terras devolutas foi, do mesmo modo, um importante mecanismo de acumulação de terras. Christillino (2010) dedica um capítulo de sua tese a análise desta prática. No item intitulado “Uma elite grileira”, o autor afirma que o grilo de terras na fronteira do Rio Grande Sul se deu principalmente na extrapolação das dimensões de uma sesmaria, sendo que os concessionários se valeram de vários artifícios para se apropriarem de áreas superiores a três léguas (extensão legal da sesmaria).

Assim, há de se dar a devida centralidade nesta análise, ao fato de que, como bem coloca Garcia (2005), se a apropriação da terra na região da Campanha Gaúcha, por via destes vários mecanismos, lícitos e ilícitos, se deu na forma da grande propriedade, amplos setores da população foram alijados deste processo já em sua gênese. Paniágua (2013) dá ênfase ao fato de que a partir deste processo de conquista e ocupação portuguesa sobre a Campanha, distinguiram-se dois grupos sociais diametralmente opostos: o de proprietários e o de não proprietários. Os primeiros detinham os principais bens de produção, a terra e o gado. E, os segundos, que representavam a grande maioria da população, correspondiam aos que ficaram à margem desse processo de privatização. Entre esses se encontravam os grupos Guarani e os da macroetnia Charrua (PANIÁGUA, 2013, p. 105), que, como foi visto, ali já viviam. Podemos afirmar, deste modo, em consonância com a afirmação de Garcia (2005), que a existência de produtores rurais “sem-terra” remonta à própria origem da propriedade privada na forma do latifúndio, sendo ambos, os sem-terra e o latifúndio, decorrentes de um processo profundamente desigual, e muitas vezes violento, de apropriação da terra na Campanha.

Diante daquele status quo, já na época houve as primeiras constatações e, principalmente, questionamentos, contestações desta estrutura, não só fundiária,

como produtiva, classificando-a como excludente. Paniágua (2013) cita, por exemplo, as críticas de observadores viajantes na época, como Saint-Hilaire e Isabelle, além de um relatório provincial de 1850, elaborado pelo tenente-general Francisco José de Souza Soares de Andréa, detectando a precariedade das estâncias e propondo medidas.

Conforme Paniágua, o referido relatório apontava a existência de muitas terras na Província de São Pedro sem produção, as quais deveriam ser distribuídas em áreas menores para um maior número de pessoas, com o intuito de aumentar a produtividade da pecuária e diminuir a concentração fundiária. As sesmarias deveriam ser taxadas por cada légua quadrada de campo, com cobrança em dobro para quem possuísse mais do que duas léguas. Para aqueles criadores sem título de propriedade, se concederia terras de acordo com o número de cabeças e de trabalhadores, sejam livres ou escravos. Tratava-se, portanto, mudanças consideráveis na estrutura fundiária e agrária, mas que, porém, não se realizaram na prática. Nas palavras do autor: “sem dúvida, tratava-se de uma proposta de forte matiz liberal, numa espécie de ensaio modernizador para o campo, mas que não consegui materializar-se (PANIÁGUA, 2013, p. 97)”.

A presença dos grandes estabelecimentos e com grande especialização na pecuária era característica marcante da Campanha rio-grandense a partir das primeiras décadas do século XIX, sendo uma pequena elite estancieira a ocupante das principais posições da hierarquia socioeconômica (FARINATTI, 2010). Em Santana do Livramento, Christillino (2010) mostra que, na década de 1850, apenas seis criadores possuíam mais do que 4 mil cabeças de gado vacum, evidenciando que a figura típica do estancieiro, rico e independente economicamente era restrita a um pequeno grupo. Entre estes poucos membros desta elite estancieira figurava, nesta época, o nome de David Canabarro, um dos principais chefes políticos da fronteira. Sobre a dimensão de suas posses, segue Christillino (2010),

David Canabarro e seu irmão e sócio, João Martins, aparecem na relação de 1858 como proprietários do maior rebanho bovino de Santana do Livramento. Possuíam em torno de 8.600 animais vacuns e um rebanho cavalari e muar que ultrapassava os 2.500 animais, proporcionando-lhe, anualmente, cerca de 370 crias equinas e 190 muares. O rebanho ovino desses criadores também era significativo, produzia cerca de 1200 crias por ano. [...] os rebanhos de David Canabarro e João Martins estavam

concentrados numa extensão total de 9 léguas e meia de campo, o equivalente, aproximadamente, a 41 mil hectares (CHRISTILLINO, 2010, p. 107).

As grandes estâncias, portanto, apesar de não serem muitas, ocupavam a imensa maior parte da área destinada à pecuária e continham a infinita maioria dos rebanhos. Além disso, era onde vivia a maior parte da população. A grande massa vivia no campo e dependia do estancieiro durante o século XIX. Segundo Albornoz (2000), falando especificamente de Livramento, não sendo ainda cercados os campos, o subemprego era recorrente, com famílias vivendo agregadas dentro das propriedades e trabalhando sazonalmente.

No entanto, é importante destacar, que já nos primeiros tempos desta nova ordem assentada na propriedade privada, este espaço rural não era formado somente por grandes propriedades com base na sesmaria. A pequena e média propriedade já estava presente nas primeiras décadas após a conquista luso-brasileira, como esclarece Garcia (2005, p. 41):

já nas primeiras décadas de ocupação da região, este mundo rural, longe de ser monolítico e comportar exclusivamente as grandes propriedades, revelava uma diversidade social além do universo da estância. Inúmeros pequenos e médios estabelecimentos recortavam a paisagem agrária da região. Muitos eram ainda os produtores que se estabeleceram sobre terra alheia.

Há de se destacar que, em se tratando de propriedades inseridas em uma condição fronteira em disputa, a própria dinâmica de afirmação desta propriedade “exigia dos concessionários e posseiros a constituição de sólidas redes de relações sociais e, para isso, era fundamental que eles distribuíssem e reconhecessem áreas menores aos seus “protegidos”, nas bordas de suas estâncias (CHRISTILLINO, 2010, p. 106)”.

Uma amostragem da estrutura fundiária de Santana do Livramento em meados da década de 1850, organizado por Christillino (2010), a partir de registros paroquiais de terras da então Freguesia, mostra a predominância de propriedades de até 50 hectares já naquela época, quando havia pouco mais de 30 anos da distribuição das primeiras sesmarias no atual município. Do total de registros de

propriedades da Freguesia que declararam a extensão das terras, 35,4% eram de até 50 hectares. Conforme o autor, assim como no caso das sesmarias, que foram distribuídas com a preocupação de povoamento e ocupação do território, a quantidade de propriedades de até 50 hectares também expressa esta preocupação. Explica Christillino que estas pequenas propriedades referem-se principalmente a chácaras próximas à vila de Santana do Livramento, concedidas por subdelegados e juízes de paz com o intuito de fortalecer o povoado situado na linha de fronteira.

Outra faixa de dimensão com significativo número de registros foi a de propriedades entre 1.000 e 5.000 hectares, as quais o autor considera como médias. Foram 33% do total de propriedades registradas as que se situavam nesta faixa, as quais, explica Christillino (2010), correspondiam ao fracionamento das sesmarias, seja por sucessão ou por venda. No entanto, o que mais chama atenção é justamente a extrema concentração fundiária. Do total de declarantes, apenas 14,08%, o que correspondente a 29 propriedades, possuíam mais do que 10.000 hectares. No entanto, estas propriedades correspondiam, supondo uma média de 12.000 hectares por propriedade, a metade da área do município. Porém, sabemos que esta média que supomos é um tanto tímida, o que nos permite deduzir ainda mais do que 50% da área de Santana concentrada entre poucos proprietários, basta ver a anteriormente citada dimensão das propriedades e rebanhos de David Canabarro e sócio.

Assim, em suma, como destaca Farinatti (2007), apesar do indiscutível protagonismo dos grandes estancieiros, eles não eram os únicos a desempenharem a atividade pecuária. Conforme o autor, um considerável número de pequenos e médios produtores, com ou sem a posse jurídica da terra, encontravam, também, seu espaço. Neste sentido, Farinatti (2010, p. 68-69) fala de uma estrutura social na Campanha no século XIX bem mais complexa daquilo que se apontava tradicionalmente:

[...] sua estrutura social estava longe das formas pelas quais vinha tradicionalmente sendo descrita. Uma pequena elite de grandes estancieiros ocupava, sim, as posições cimeiras da hierarquia sócio-econômica. Porém, ao lado deles, havia uma miríade de médios e pequenos criadores de gado e, em menor escala, também lavradores. Eles produziam a partir de variadas formas de acesso à terra (posse, propriedade, arrendamento, produção “a favor” nos campos onde estavam agregados) e, muitas vezes, era das famílias desses pequenos produtores que saíam os peões para o trabalho nas estâncias. Esses peões, porém, não estavam sozinhos. Ao lado deles, os escravos tinham grande importância no costeiro do gado, principalmente nas



grandes estâncias, além de trabalharem em diversas outras atividades (BELL, 1998; ZARTH, 2002; GARCIA, 2005; FARINATTI, 2010; LEIPNITZ, 2010).

Assim, a partir da discussão apresentada neste item, podemos ponderar alguns pontos importantes na compreensão do rural produzido neste universo que se estabeleceu a partir da privatização da terra e do gado em uma estrutura altamente concentrada. Alguns destes pontos já até bastante conhecidos, outros nem tanto. Em primeiro lugar, as sesmarias fixaram as bases de um rural desigual, deixando à margem a maior parte da população. Em segundo lugar, relativizando a primeira ponderação, esta concentração fundiária não se produziu somente pelas sesmarias. Estratégias mais complexas do que a simples compra, como o matrimônio, além de outras menos “nobres” como a violência e a grilagem também foram importantes formas de acumulação de patrimônio e geração de desigualdade.

Um terceiro ponto é o fato de que apesar destas eficientes formas de concentração fundiária, o espaço rural da Campanha e, de modo particular, de Santana do Livramento, desde muito cedo, não foi um “mosaico de grandes propriedades”. As pequenas e médias também estavam presentes e eram maioria em número, além de haver uma série de pequenos criadores de gado sem posse jurídica da terra. Como implicação deste terceiro ponto, surge um quarto: A composição social desta região não pode ser resumida à dicotomia estancieiro-peão, tradicionalmente apontada pela historiografia (GARCIA, 2005). Outros compunham essa sociedade, como escravos e grande quantidade de homens livres pobres que não eram necessariamente peões. Enfim, uma complexidade muito maior. Por último, resta apontar que não são “questões de hoje”, nem o latifúndio, nem a existência de “sem terra” e, nem tampouco, a constatação e contestação desta realidade excludente.

No próximo item deste capítulo analisamos o mundo rural produzido no território da grande propriedade durante a primeira metade do século XIX. Coube esta delimitação devido a alguns elementos e momentos que, a nosso ver, individualizam este período em relação à segunda metade daquele século. Entre estes elementos estão justamente os conflitos de fronteira, que condicionaram a definição de uma série de feições deste espaço.

### 4.3 A primeira metade do século XIX: uma origem militar, mercantil e escravista

São Gregório consolidou o fortim do campeador Canabarro. Assentado no topo de um morro em forma de tabuleiro — mais alto que uma coxilha, a superfície plana como uma pista de aterrissar —, o casarão domina a paisagem. Ninguém se aproximava do lugar, não importava de que lado viesse, mesmo rastejando entre os chircais ou se escondendo nos ocos dos ninhos das emas, sem que fosse percebido por sentinelas [...]. O atual guardião da Estância São Gregório, José Carlos Alves Simões, o Juca, 76 anos, mostra o quanto Canabarro era prevenido. Ao redor do casarão, mandou que os escravos erguessem muros de pedra, em alguns trechos com quase três metros de altura. Seteiras, dispostas estrategicamente nas muradas, permitiam que atiradores repelisses eventuais invasores. As aberturas eram cônicas: afunilavam para o lado de fora, para dificultar a ação do inimigo. — Estamos como na copa de um chapéu. Aqui se tem uma visão de tudo a cerca de 1,5 quilômetro de distância — compara Juca, descendente de Canabarro [...]. A paisagem da Estância São Gregório quase não mudou nos últimos 150 anos. É possível avistar movimentos furtivos dos guaraxains, também chamados de zorro, nas matas ou sobre os mangueirões de pedras. Arredios, logo tornam a desaparecer (JORNAL ZERO HORA, 15/09/2012).

A origem no par exploração da pecuária/fortim de defesa está em muitas características atuais de propriedades rurais antigas em Santana do Livramento. Aliás, a paisagem constituída ao longo do século XIX é ainda muito presente no município. É exemplo a estância São Gregório, adquirida em 1846 por David Canabarro, famoso líder farroupilha. A estância conserva muitos dos aspectos da época (Figura 9). A área, embora menor, mantém a pecuária extensiva como principal atividade e o gado ainda é costeado na mangueira de pedra construída por escravos. O proprietário é um descendente de Canabarro e a sede da estância é a mesma, conservando muito da arquitetura original, que inclui cercas de pedra, em uma paisagem típica de uma estância tradicional da fronteira.

A localização de sua sede, estratégica, no alto de um cerro<sup>8</sup>, testemunha sua função militar ancestral. Na estância, após o final da Revolução Farroupilha, em 1845, David Canabarro residia, desenvolvia a pecuária extensiva e mantinha uma guarda militar, um comando que ficou conhecido como “Recreio”. Nesta época, devido ao seu profundo conhecimento da região, onde havia feito suas manobras

---

<sup>8</sup> Significa “morro”, em espanhol. Em vários municípios da Campanha é utilizada esta denominação “emprestada” dos uruguaios.

militares e onde era proprietário de sesmaria desde 1836, Canabarro foi nomeado encarregado pela guarda da fronteira contra eventuais invasões vindas do Uruguai.



Figura 9 – Sede da estância São Gregório

Autor: Lauro Alves

Fonte: Zero Hora (15/09/2012)

A paisagem da estância São Gregório nos coloca diante de uma característica chave do espaço rural na primeira metade do século XIX: seu forte caráter militar. Atributo este que foi responsável pela definição de uma série de feições deste espaço, incluindo a própria reprodução da estrutura fundiária caracterizada pela alta concentração da propriedade da terra, inaugurada pelas sesmarias. A guerra e a concentração fundiária andaram juntas e deram a cara do espaço rural em Santana do Livramento, sobretudo nesta primeira metade do século XIX, quando os conflitos de fronteira foram mais intensos e contínuos. Por isso, é possível afirmar que a produção deste espaço tem ligação direta com a consolidação das fronteiras entre Portugal e Espanha em um primeiro momento, e entre Brasil e Uruguai depois (CHELOTTI, 2005).

É fato que o território da grande propriedade patronal se construiu sobre uma produção mais antiga, a estância missioneira. A estrutura (i)material da estância luso-brasileira “aproveitou” elementos oriundos do pioneirismo missioneiro na

criação do gado. Os luso-brasileiros, além de se apropriarem das antigas terras e rebanhos dos missioneiros, utilizaram-se de sua força de trabalho, técnicas, conhecimentos e mantiveram toponímias e delimitações. Paniágua (2013) cita, inclusive, que na terceira década do século XIX ainda permaneciam algumas estâncias missioneiras na Campanha. Em uma proporção estritamente menor e precária, mantiveram-se reminiscências da antiga organização missioneira, por exemplo, na tecelagem, na agricultura e, principalmente, na lida com o gado e doma de cavalos. Ocorreu deste modo, o que refere Saquet (2008), sobre os processos territoriais de TDR, onde o novo é produzido sobre o velho mantendo-o em algumas de suas características, dinâmica esta inerente ao movimento do real.

No entanto, a territorialização luso-brasileira produziu neste espaço um território da grande propriedade patronal, definindo novas feições sobre aquelas anteriores, que expressavam os novos sistemas de intenções destes novos atores sintagmáticos.

Vejamos o que coloca Farinatti (2007, p. 139):

O influxo mercantil condicionava fortemente a própria estrutura interna daquelas unidades produtivas, com seus rincões, senzalas, galpões, postos, currais e mangueiras. Porém, a racionalidade mercantil era apenas uma entre outras lógicas que condicionavam a reprodução daquela realidade sócio-econômica [...] A hierarquia social e a economia sofreram, também, fortes influências de aspectos como a militarização, os vínculos e estratégias familiares, as alianças, os reiterados processos de negociação e coação que permeavam as relações sociais e animavam aquela sociedade. A própria estrutura das unidades produtivas se construía na confluência desses elementos.

Deste modo, se antes as estâncias missioneiras destinavam-se basicamente ao abastecimento das reduções, agora a estância era movida pelo caráter mercantilista, principalmente através do comércio com as charqueadas. Do mesmo modo, se antes se tratavam de “estâncias coletivas”, agora se tratavam de estâncias privadas, que demandavam enquanto estruturas produtivas e ao mesmo tempo células militares de defesa do território de um Estado, além do trabalho livre, a mão de obra escrava.

#### 4.3.1 “Gigolôs de vaca”? um espaço organizado a partir do interesse mercantil

“Durante muito tempo o gaúcho foi gigolô de vaca”. Esta frase atribuída a João Batista Figueiredo, um dos presidentes da república durante a ditadura militar, expressa uma imagem que até hoje é reproduzida sobre a pecuária do Rio Grande do Sul, particularmente da Campanha. É uma representação na qual esta seria uma atividade que demanda pouco trabalho, bastando ter a terra e o gado para que o mesmo se reproduza naturalmente e o proprietário obtenha lucro mercantil.

Desde sua constituição, a reprodução da estância se deu através da venda do gado *vacum* no mercado. No caso de Livramento, a venda era feita para as charqueadas de Pelotas, primeiramente, e Uruguaiana e Bagé mais tarde, já que o município foi ter sua primeira charqueada somente no início do século XX. Havia também outros negócios no âmbito da pecuária que, unanimemente a principal atividade das estâncias, não se restringia ao gado *vacum*. Os gados equino, ovino e muar também faziam parte das criações e eram também comercializados, como explica Farinatti, no trecho abaixo.

A criação de muares, destinados à feira de Sorocaba, esteve presente, declinando ao longo do século. O contrário se deu com os ovinos, que tenderam a estar mais presentes após 1860, quando os mercados para a lã começavam a encorpar-se. Assim como no caso da pecuária missioneira, e também no caso da pecuária platina, os cavaleiros marcavam presença principalmente para a montaria, para o pastoreio das reses bovinas, e para a produção de mulas. Além disso, alguns estancieiros vendiam para o exército, naquele século onde o estado de guerra era crônico (FARINATTI, 2010, p. 71).

Além disso, ao contrário do que se aponta tradicionalmente na historiografia, havia nas estâncias a prática da agricultura. Autores como Zarth (2002), Garcia (2005) e Farinatti (2007), através da análise de inventários post-mortem de estancieiros do século XIX apontam a presença recorrente de utensílios e mão-de-obra relacionada a agricultura, como escravos designados “roceiros” e bois lavradores, o que evidencia a prática da agricultura nas estâncias. Esta atividade, no entanto, teria uma diversidade de graus de importância nos diferentes estabelecimentos e regiões, podendo servir somente para o provimento de alimentos

aos próprios trabalhadores escravos e livres, como também para a venda de excedente.

Tratando-se especificamente da principal atividade, a de criação de gado vacum, alguns pontos merecem destaque. Conforme Ribeiro (2009), não havia na estância, o estímulo para a busca do progresso técnico nem para o investimento no setor produtivo, sendo, por isso, a grande área e quantidade de cabeças o que definia a renda obtida no mercado, o que levava muitos estancieiros a investir na compra de terras e gado. Como descreve Fontoura (2004), uma estância com uma sesmaria tinha por volta de 10.000 cabeças de gado, 1 capataz e 10 peões. Tratava-se de um sistema extensivo de criação, com pouca mão de obra e de baixo investimento.

A questão é que este gado vacum das estâncias da Campanha abastecia as charqueadas. Estas por sua vez eram subsidiárias à economia das plantations no sudeste, sendo o charque destinado à alimentação da força de trabalho das plantações. Neste sentido, os preços pagos ao charque não poderiam comprometer a lucratividade das plantations. Em contrapartida, nas charqueadas, o preço pago pelo gado das estâncias não poderia comprometer sua lucratividade. Tratava-se, portanto, de um sistema em que os custos eram transferidos das atividades consideradas de maior importância para as subsidiárias (FONTOURA, 2000).

Por isso, não sendo incentivados ao progresso técnico devido a não garantia de retorno, os estancieiros tinham como alternativa de ganhos a aposta em grandes áreas de criação com grandes rebanhos. Como destaca Farinatti (2007, p. 65), “a produção pecuária era feita em bases extensivas, tendo necessidade de constante incorporação de fatores produtivos, como a terra e o próprio gado, para se expandir”.

A título de exemplo, o caso de David Canabarro poderia ser uma expressão desta busca de ganho na renda através do investimento em novas áreas ao invés do progresso técnico. É o que evidencia as várias aquisições de terras feitas por ele em Livramento: Em 1834 adquiriu a primeira propriedade, a Estância da Alegria. Em 1846 comprou a sesmaria de São Gregório. Em 1849 adquiriu área contígua a sesmaria de São Gregório, denominada sesmaria de São João, conhecida como estância São João do Umbu. E, em 1858, compra mais terras divisas com a sesmaria de São Gregório. Quase todas estas compras feitas em parceria com

familiares. Diante desta expansão baseada na acumulação de terras, ocorria um baixo aproveitamento na Campanha, com lotação média de mais de três hectares por animal (CHRISTILLINO, 2010).

A necessidade de novas terras e gado está intimamente relacionada também à expansão luso-brasileira ao norte do Rio Negro, na Banda Oriental, e por isso, está também estreitamente ligada aos diversos conflitos de fronteira que se desenrolaram no século XIX. É importante destacar ainda que, como frisa Pesavento (1994), este capitalismo mercantil agropecuário, em parte, não tinha custo monetário de aquisição da terra, pelo processo de concessão e herança, e nem de reprodução, tendo em vista a reprodução natural do gado, o que colocava os donos de muitas cabeças, especialmente ventres, em uma condição vantajosa.

Deste modo, é possível inferir que, de fato, a pecuária extensiva, de baixa lotação e produtividade foi característica marcante durante o século XIX, sendo a acumulação de terra e gado a base da acumulação de riqueza, em detrimento da produtividade. No entanto, é importante destacar que o fato de esta pecuária ser de caráter extensivo não significa que o trabalho fosse escasso. Conforme Farinatti (2010), não cabe mais retomar a velha ideia segundo a qual a pecuária tradicional consistiu em um sistema de produção quase natural, que pouco ou nada modificou o meio ambiente ou os âmbitos social, econômico e institucional da região da Campanha. Isso não foi o caso, nem da pecuária missioneira do século XVIII, e menos ainda do sistema de criação de gado luso-brasileiro tradicional do século seguinte. Nas palavras de Ribeiro (2009, p. 105), “embora a natureza fosse favorável à criação de gado bovino, não se tratava de uma atividade contemplativa”. O autor, citando Freitas (1993), afirma que:

Embora o tempo de produção natural superasse em muito o tempo de produção social, o boi “não trabalhado” pelo Homem (caçado, amansado, marcado, castrado, cuidado) nada valia. Era necessário trabalho para agregar valor à mercadoria. O trabalho era constante e cansativo. Destacam-se como atividades principais os rodeios, as castrações, as marcações e as tropeadas para a venda (2009, p. 105).

Deste modo, é principalmente a partir destas últimas afirmações sobre o trabalho de agregação de valor à mercadoria mediante o costeio do gado que pode

ser desconstruída a representação segundo a qual a pecuária da Campanha era uma atividade de “gigolôs de vaca”. Ao contrário, talvez nunca tenha sido. Sobretudo no que tange ao trabalho. Por isso mesmo, quem sabe o termo encontrasse maior sentido se fizesse referência à exploração a que eram submetidos os subalternos pelos estancieiros.

Em decorrência do trabalho, e da agregação de valor de acordo com a domesticação, diminuiu muito ao longo do século XIX o número de animais vacuns totalmente selvagens, sendo provável que já não fossem significativos na década de 1830, conforme Farinatti (2010). Além disso, este trabalho demandava uma determinada organização dos objetos. Por exemplo, as estâncias eram divididas em grandes poteiros onde era internado o gado, com poucas subdivisões no campo. Perto da casa, havia mangueiras para manejo do gado, muitas das quais feitas de pedra, onde mais tarde foi anexado o brete (FONTOURA, 2000).

Deste modo, apesar de não incentivar ao incremento técnico e reiterar uma pecuária extensiva, o estímulo do mercado de gado em pé para as charqueadas e, de modo indireto, o impulso da demanda de charque nos portos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, influenciavam de forma efetiva a moldagem da organização das estâncias (FARINATTI, 2010). A racionalidade produtiva dos estabelecimentos expressava as características desta demanda. Por isso, para organizá-los adequadamente para que cumprissem este fim, “a chave unificadora das técnicas empregadas no pastoreio parece ter sido o controle e a regulação de diferentes níveis de domesticação dos animais (FARINATTI, 2010, p. 72)”. Neste sentido, dar “costeio”, como se refere à população da Campanha, significa obter algum grau de domesticação do gado, no sentido da proteção, nutrição e reprodução. Dependendo do “grau” de domesticação, os habitantes da Campanha atribuíam nomenclaturas aos animais, como “mansos”, “xucros” e “alçados”.

Por isso, nesta tarefa de domesticação para, sobretudo, agregar valor à mercadoria, aprimorada neste período da primeira metade do século XIX, se definiram atividades que atravessaram aquele século e o século XX e ainda fazem parte do universo da pecuária na Campanha, como os rodeios, as marcações e castrações e as domas de cavalos.



Os rodeios, como destaca Farinatti, assumiam um duplo significado. Se referiam a um local, e também a uma atividade.

Por um lado, designava os locais específicos, dentro das estâncias, onde eram reunidos os gados que estavam aquerenciados em suas redondezas. Ao mesmo tempo, fazer ou parar “rodeio” queria dizer partir com um número suficiente de trabalhadores e reunir, no lugar de mesmo nome, todo o gado que pastava nos arredores daquele local. Nessas ocasiões, o gado era reconhecido, contado e podiam-se realizar curas em feridas e bicheiras (2009, p. 75 – 76).

A marcação (Figura 10) consistia em queimar o couro do gado com um ferro em brasa que levava a forma da “marca” do dono, geralmente correspondente às suas iniciais. A marca era o anúncio da propriedade, especialmente naquele momento em que os campos não eram cercados. A castração (Figura 11) consistia na retirada dos “culhões” (testículos) dos touros, transformando-os em bois, com o intuito de torná-los mais mansos e de fácil engorde para o abate. Estes dois trabalhos eram realizadas principalmente no outono e no inverno, mas também no início da primavera, para que as feridas geradas por essas atividades cicatrizassem e para evitar que os insetos, comuns no verão, depositassem ali suas larvas, gerando bicheiras<sup>9</sup> (FARINATTI, 2010).

Ambas as atividades eram as que exigiam um incremento mais significativo de trabalhadores, representando os picos estacionais de demanda de mão de obra nas propriedades pastoris. Este fato, inclusive, pode estar associado ao tom de festejo que ao longo do tempo foi tomando esta prática, reunindo amigos e vizinhos que ajudam nos procedimentos, tendo em vista que a mão de obra foi ficando escassa ao longo do século XIX e principalmente no século XX.

Sendo a maior parte do manejo do gado nas estâncias feito a cavalo, outra atividade extremamente valorizada era a doma dos cavalos. Tanto o ofício de domador quanto o cavalo domado tinham maior valor no mercado. Conforme Farinatti (2010, p. 79),

---

<sup>9</sup> Infestações por larvas de insetos como as moscas, gerando infecções.

enquanto a diferença de preços, presentes na amostra de inventários trabalhada, entre os bovinos xucros e os mansos oscila entre 10 e 20%, a doma poderia elevar em até 300% o preço dos animais cavalares [...] Os peões domadores eram melhor remunerados e os escravos que exerciam essa função eram mais valorizados. A doma era uma atividade que envolvia sério risco, implicava em grande agregação de valor ao animal e beneficiava-se do grande prestígio que a destreza nas lides campeiras gozava no contexto daquela cultura.



Figura 10 – Preso no brete, o terneiro é marcado na Estância Pitangueira

Org: do ator

Fonte: Trabalho de campo.

Além destas atividades fundamentais na inserção mercantilista da grande propriedade patronal, várias outras faziam parte do cotidiano das estâncias. Segundo Pont (1983), naquele ambiente cultural, para ser um verdadeiro gaúcho era preciso se aperfeiçoar nas lides campeiras. Era preciso saber

carnear, laçar, bolear, pialar, domar, trançar, ou pelo menos consertar uma trança – para o que se exigia que soubesse lonquear, tirar bons tentos de uma lonca, sovar as cordas e os látégos, cortar um bom par de rédeas, trançar bombas e anéis, fazer os botões de uma menea ou de um filador e finalmente saber tosar (PONT, 1983, p. 275).



Figura 11 - Como no início do século XIX, o terneiro é imobilizado por vários homens e castrado na ponta da faca na Estância Pitangueira

Org: do autor.

Fonte: trabalho de campo.

Assim, é possível observar, que a partir de uma demanda iniciada com as charqueadas desde as primeiras décadas do século XIX, se produziram uma série de práticas e formas de organização das estâncias que, inclusive, ainda hoje marcam presença no universo da pecuária na Campanha. Elas acabaram se tornando feições de um modo de vida, aspectos de uma cultura popular, passada naturalmente de pai pra filho. Os séculos de pecuária extensiva moldaram o Pampa e o Homem, geraram formas particulares de conduzir o trabalho, como bem destaca Ribeiro (2009). Produziram modos de vida bastante característicos, traços importantes da identidade presente no rural da Campanha e particularmente de Santana do Livramento.

Técnicas particulares de manejo do gado nas estâncias que foram se desenvolvendo ao longo do tempo, hoje se mantêm em muitos aspectos, definindo-se como marcas da cultura rural local. Marcação, domas, castrações mantêm técnicas características que vem perpassando as gerações, apesar das rupturas e contradições ocorridas no curso da inserção capitalista da grande propriedade, como veremos adiante. Mas o fato é que estas características do trabalho são aspectos

capazes de colocar em cheque qualquer visão da pecuária tradicional na Campanha como uma atividade quase natural, com pouca intervenção e escasso trabalho. Tendo em vista os exemplos apresentados, é possível observar que este território da grande propriedade, apesar calcado em uma pecuária extensiva, era organizado segundo a demanda mercantil, que exigia trabalho.

Assim, se o termo *gigolô* carrega em si uma ideia de exploração, no caso da pecuária da Campanha, esta exploração não se deu pelo não trabalho e pela reprodução natural do gado, como normalmente se associa ao se referir ao “*gigolô de vaca*”. Se o termo *gigolô* pode ter algum sentido naquele universo da pecuária na Campanha, certamente este é encontrado na exploração da mão de obra na grande propriedade, baseada na subserviência dos trabalhadores escravos e livres.

#### 4.3.2 “Entre a lida e a peleia”: um espaço militarizado

Além da inserção mercantilista da estância, outro elemento foi determinante nas principais características deste espaço rural na primeira metade do século XIX: sua militarização. Como já mencionado, havia, grosso modo, dois interesses congruentes que determinaram estas características. No sentido mais amplo, estavam os interesses da Coroa, na conquista e manutenção do território diante dos castelhanos. No sentido mais estrito, estavam os interesses particulares dos que se engajavam militarmente junto ao interesse Real. Deste modo, como representantes do poder do Estado, os militares/milicianos se impuseram pela força e coerção na conquista do território (PANIÁGUA, 2013) e, em contrapartida, receberam os títulos de sesmarias, apropriando-se da terra e do gado, com a condição de que permanecessem constantemente articulados em armas em favor do Império.

Conforme Heidrich (2000), esta associação originou uma singular categoria social: o militar/estancieiro. Dualidade esta, que se desdobrava na própria estância, dedicada à produção pastoril e ao mesmo tempo constituindo fortim de defesa, bem como nos subalternos, ou seja, escravos e homens livres, que eram ora peões ou empregados em outras atividades, ora soldados. Como destaca Fontoura (2000, p. 204),

a constante peleia com os castelhanos fez com que estancieiros e peões lutassem lado a lado em defesa da estância, muito embora quem sempre garantiu a sua continuidade nestes tempos de muitas mortes, foram as mulheres. No retorno dos conflitos, a hierarquia militar se reproduzia na fazenda, garantindo a estabilidade nas relações de um sistema de produção praticamente autossuficiente.

Por isso, para Heidrich (2000), esta condição inicial está estreitamente ligada a formação de uma oligarquia, pois os comandantes militares ocupavam uma posição chave diante das necessidades militares do Estado. Como coloca Christillino (2010), o Estado dependia dos milicianos rio-grandenses na defesa do território, e, por isso, os mesmos, desde cedo, obtiveram grande poder de barganha perante a Coroa. Isso os legou grande poder, o que se refletia numa significativa autonomia da estância e do município frente ao estado (PANIÁGUA, 2013). Sendo os guardiões do Estado, os líderes militares eram também os ocupantes dos principais cargos públicos. Os gestores do aparato estatal em formação. Os chefes militares eram, por exemplo, os responsáveis pelo encaminhamento de novas concessões de sesmarias, o que os dava enorme autonomia e liberdade de ação. Tinham, portanto, o controle político e militar, o que “assegurava à oligarquia a manutenção da estrutura produtiva, a garantia dos interesses ligados à grande propriedade e à relação de produção escravista (HEIDRICH, 2000, p. 58)”.

Neste contexto, para Heidrich (2000), a apropriação da terra consistiu no próprio recurso de garantia de poder, a possibilidade de realização da dominação social. O estancieiro serviu-se da terra para a criação extensiva de gado e também para a aquisição de soldados nos conflitos de fronteira, já que, diante da desigual apropriação, ampla camada da população vivia “arranchada”<sup>10</sup> de favor em suas propriedades. Deste modo, como argumenta o autor, o estancieiro procurava acumular mais terras e, ao mesmo tempo, as defendia militarmente, sendo a própria propriedade da terra o que lhe permitia agregar também os combatentes. Conforme Farinatti (2007), os habitantes da Fronteira iam à luta em troca de proteção, o que possibilitava ao comandante, conseguir homens em armas. Por sua vez, estes combatentes transformavam-se no que o autor chama de “cabedal social” com o qual os comandantes faziam-se importantes para o governo imperial na defesa do território.

---

<sup>10</sup> Vivendo de favor, agregada.

Os estancieiros/militares eram defensores do primeiro e do segundo território (FERNANDES, 2008), ou seja, do território de governança do Estado e o de sua propriedade particular. Assim, quando os castelhanos insurgiam almejando este território, como na guerra da Cisplatina e na guerra Contra Oribe e Rosas, a defesa dos interesses do Império, se tornava a defesa de seus próprios interesses. Internamente, do mesmo modo, os estancieiros se voltaram contra o próprio império quando se acharam prejudicados, a exemplo da Guerra Farroupilha. O fato é que se constituiu, nas palavras de Heidrich (2000), um poder doméstico, de característica senhorial, descentralizado em relação à Coroa, mediante o esquema de distribuição de terras, e enriquecido pela exploração do trabalho de escravos e demais subordinados. Se na fase de conquista a atividade econômica e social esteve subordinada de forma total e imediata aos interesses e ao poder da Coroa e do Estado português, no decorrer da ocupação, o Poder Real viu-se obrigado a reconhecer a autoridade local dos chefes militares (HEIDRICH, 2000).

Distribuídas as primeiras sesmarias em 1814 e constituídas, então, as estâncias, sua manutenção enquanto propriedade e o desempenho de seu papel enquanto fortaleza de defesa foi colocada a prova já em 1825, quando a Província Cisplatina, recém conquistada pelo Brasil, é declarada, por Buenos Aires, reintegrada às Províncias Unidas do Prata. Diante disso, o Império do Brasil declarou guerra ao governo de Buenos Aires, desencadeando a deflagração da Guerra da Cisplatina.

Na Campanha e, particularmente em Santana do Livramento, para os estancieiros, servir ao Império enquanto militares era também defender seus interesses, já que boa parte dos estancieiros tinha terras na província Cisplatina e perdê-las significaria perder boa parte de seus negócios. Muitos militares, súditos da coroa luso-brasileira, haviam começado a estabelecer estâncias na Banda Oriental, principalmente ao norte do Rio Negro, desde a Conquista das Missões em 1801. Durante a Guerra (1825-1828), muitos estancieiros rio-grandenses tiveram suas terras e gado no Uruguai confiscados, além de sofrer saques e assassinatos, ocorridos em ambos os lados da fronteira. Esta expansão brasileira para sul estava sim relacionada às estratégias geopolíticas brasileiras, no entanto, representava agregação de novas terras e gado pelos estancieiros e a conseqüente ampliação de seus negócios.

Em 1828, o Uruguai tornou-se independente e a fronteira brasileira recuou novamente, estabelecendo-se, mesmo não sendo ponto pacífico, “que o limite nacional no sudoeste ficaria marcado pelo rio Quarai e daí em uma fronteira seca que passaria pela paróquia de Santana do Livramento (FARINATTI, 2010, p. 67)”. Conforme Pesavento (1994), para o Rio Grande do Sul, a perda da província Cisplatina significou a perda do gado uruguaio, que deixou de ser conduzido (legalmente) para as charqueadas brasileiras. No entanto, como bem colocam Souza e Prado (2004), a imigração brasileira no Uruguai continuou, e apesar de proibida pelo governo uruguaio, ocorreu sem grandes problemas, devido a alianças entre caudilhos uruguaio e líderes rio-grandenses, inclusive com ajudas mútuas relacionadas, por exemplo, a vínculos de parentesco.

Assim, mesmo com a Independência do Uruguai, o movimento que já vinha ocorrendo desde o início do século XIX, de avanço e ocupação pacífica de brasileiros neste país continuou. Estancieiros da Campanha continuavam a constituir estâncias no norte do Uruguai, contrabandeando tropas para as charqueadas brasileiras, principalmente de Pelotas, prejudicando os estabelecimentos saladeiris uruguaio. Segundo Souza e Prado (2004), os estancieiros brasileiros entendiam o tráfico do gado entre o Uruguai e o Rio Grande como algo fundamental para o abastecimento das charqueadas rio-grandenses. Já as autoridades uruguaias entendiam a passagem de gado pela fronteira como contrabando.

Por isso, é possível dizer que com a Independência do Uruguai e, ao mesmo tempo, a permanência dos brasileiros em território uruguaio, criando gado e levando para as charqueadas brasileiras, que se torna mais efetivo o contrabando, prática que atravessaria o século seguinte e viraria uma característica marcante no espaço rural fronteiro, tanto entre os proprietários, quanto para os excluídos em sua resistência de reproduzir sua vida diante de uma ordem desigual. Presente hoje no imaginário do rural santanense e da fronteira, o contrabando é retratado também na poesia:

Fronteira seca donde o marco ronda a linha/ E égua madrinha ao cruzar  
bate campana/ De Masoller a Punta Upamaroty/ Se estendem "asi" rastros  
de tropas, Sant'Ana/ Fronteira seca donde a vida do chibeiro/ Abraça a sorte  
no rumo do contrabando/ E algum "cuatrero matrero de policia"/ Não se  
anuncia e ao trote largo vai cruzando [...] (ROGÉRIO ÁVILA).

Com a perda da Cisplatina, muitos rio-grandenses se encontraram prejudicados pelo Império, devido, não só a falta de proteção da concorrência com o charque platino, mas também por não terem suas propriedades no Estado Oriental protegidas dos saques e confiscações do governo uruguaio, suscitando, conforme Pesavento (1994) a eclosão de ideais federativos e republicanos, além da insatisfação das oligarquias regionais.

Nesse contexto, teve início em 1835 a Revolução Farroupilha, pois as oligarquias gaúchas sentiam-se excluídas perante o restante do Império (PESAVENTO, 1994). No Uruguai, do mesmo modo, a partir de 1839, Blancos e Colorados peleavam tramando a ferro e fogo o futuro daquela república, na chamada Guerra Grande. Os estancieiros rio-grandenses, com interesses dos dois lados da fronteira envolviam-se diretamente.

Após a Revolução Farroupilha, com a economia do Rio Grande abalada, os estancieiros tiveram de recorrer aos seus gados no Uruguai. “A debilitada economia rio-grandense, que necessitou lançar mão de seus gados “estocados” no país vizinho, encontrou o Uruguai afundado em uma guerra civil e abasteceu-se do gado disponível nas propriedades rurais (FLORES, 2007, p. 15)”. No entanto, em 1848 viria a reação do presidente uruguaio Oribe, que proibiu a travessia de gado para o Rio Grande. Os estancieiros rio-grandenses, no entanto, precisavam de algum modo compensar as perdas causadas pela Guerra Farroupilha e, ainda, pelo tal embargo do presidente uruguaio. Iniciam-se as práticas que ficaram conhecidas como califórnicas. Tratava-se de milícias comandadas por estancieiros rio-grandenses, reunidas para adentrar a Banda Oriental, aprender gados e saquear propriedades (FLORES, 2007).

O Uruguai continuava em plena Guerra Grande. Se o presidente Uruguaio Oribe, responsável pelo embargo, era Blanco, a intervenção do Império do Brasil no conflito entre estes e os colorados só poderia vir em favor dos últimos. Nota-se que a inserção brasileira na guerra civil uruguaia esteve diretamente relacionada aos interesses dos estancieiros rio-grandenses com terras e gado no Uruguai. Ao final, em 1851, a intervenção do Império do Brasil colocou no poder os colorados. Esta



campanha, que deu fim a Guerra Grande, para a historiografia brasileira, corresponde a primeira parte da Guerra do Prata ou guerra Contra Oribe e Rosas.

Se a intervenção do Brasil colocou no poder os colorados, em contrapartida, os tratados que deram fim a guerra civil geraram benefícios ao Brasil e, particularmente aos estancieiros rio-grandenses. Em outras palavras, foram dadas “condições legais para que os estancieiros do Rio Grande continuassem a utilizar a região ao norte do Rio Negro como invernada para as charqueadas gaúchas”:

Questão importante foi o Tratado de 12 de outubro de 1851 ao final da Guerra Grande, que marcou uma grande mudança na prática do comércio ilícito, à medida que, o gado bovino, até então o grande motivo do contrabando na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, obtém a liberação de seu comércio com o Uruguai (FLORES, 2007, p. 15).

Segundo Souza e Prado (2004), é neste período que boa parte do território uruguaio, principalmente ao norte do Rio Negro, passa às mãos de estancieiros rio-grandenses. Este fato tem sido colocado por alguns autores, entre os quais os citados anteriormente, como um imperialismo brasileiro sob o Uruguai. Com o Uruguai arrasado pelos anos de guerra civil, o preço das terras caiu e os estancieiros brasileiros, entre outros, serviram-se da fácil aquisição. Em Livramento, toma-se como exemplo, o inventário post-mortem analisado por Mattos (2010), do Major Francisco Maciel de Oliveira, abastado estancieiro nesta época, que mostra além de seus enormes rebanhos no município, 1053 rezes invernadas no Uruguai.

Além destes benefícios aos interesses dos estancieiros rio-grandenses no Uruguai, os tratados que findaram a Guerra Grande em 1851 definiram os limites entre a província do Rio Grande e o Uruguai tal como são hoje. Já em 1853 iniciaram-se os trabalhos de demarcação, feita por uma comissão binacional. A comissão chegou à Livramento somente em 1855, quando começaram a ser construídos os marcos que hoje serpenteiam os campos desta fronteira e são ícones da paisagem rural em Santana do Livramento (Figura 12).



Figura 12 – Marco de limite da fronteira no Distrito do Espinilho

Autor: Rafael Caggiani

Fonte: panoramio.com

É importante frisar que a intervenção brasileira na Guerra Grande em 1851, ao mesmo tempo em que representou o atendimento aos interesses de brasileiros proprietários de terras no Uruguai, assegurou a manutenção do Uruguai enquanto país e, em nível de Império do Brasil, a hegemonia na América do Sul ao impedir uma provável anexação do Uruguai pela Argentina.

No entanto, para que isso se confirmasse, faltava diluir as pretensões de Rosas, que continuava em pé na Argentina. Por isso, em continuidade a intervenção no Uruguai, o exército brasileiro se direcionou a Argentina, iniciando o que se pode chamar de segunda parte da Guerra do Prata ou Guerra Contra Oribe e Rosas. Somaram-se os interesses do Império, pela hegemonia da América do Sul, dos colorados, recém-empossados no Uruguai, e das províncias argentinas de Entre-Rios, Santa Fé e Corrientes, contrárias à política centralista de Rosas em Buenos Aires.

O objetivo era derrubar Rosas, contendo as pretensões argentinas em relação ao Uruguai. Do ponto de vista dos caudilhos rio-grandenses, novamente estavam sendo defendidos seus interesses, pois possuíam terras no Uruguai e, mantendo-se no poder os colorados, empossados com a ajuda do Império, mantinham-se os tratados que os beneficiavam. Travados os combates, a guerra culminou com a queda de Rosas e com a consequente confirmação da hegemonia do Brasil na América do Sul. Internamente, ao Brasil, esta guerra representou a estabilidade em relação à província do Rio Grande, pois com o Império agindo em conformidade com os interesses dos estancieiros, ganhou a partir daí novamente o seu apoio e lealdade.

Assim, é possível inferir que no centro das motivações do caráter militar deste espaço rural e destas guerras estavam as questões fronteiriças e, obviamente, em nível local, o interesse dos estancieiros. Isso gerou, entre outros efeitos, a continuidade da paisagem agrária e da própria dinâmica do espaço rural entre o norte do Uruguai e a Campanha. Além disso, claramente estes conflitos geraram uma grave crise na pecuária da Campanha. Estas criações sofriam, por vezes, consideráveis reduções com a demanda das guerras, ou mesmo em roubos ou assaltos associados aos conflitos, apesar de haver, por outro lado, a possibilidade de negócios, principalmente do gado cavalariço. No entanto, em geral, estancieiros eram chefes militares e seus subordinados, soldados. Como poderia haver uma completa dedicação à produção pecuária diante da constante vigília? A seguir um exemplo:

A prática voraz de recrutamentos arrancava seguidamente trabalhadores às lides produtivas. Sem trabalhos de marcação e castração, perdia-se o controle da produção anual. Sem operações de manejo regular, o gado ia-se desacostumando ao costeiro e tornando-se mais bravo (FARINATTI, 2010, p. 77).

Conforme Paniáguas (2013) até a década de 1830, as estâncias luso-brasileiras prosperaram, no entanto, com a Guerra Farroupilha, ocorreu uma desarticulação da produção pecuária sulina. Conforme o autor, em 1848 era traçado

um perfil deplorável das estâncias da Campanha, estando a grande maioria abandonada. O gado estava alçado, abandonado, havia se tornado selvagem.

#### 4.3.3 Um espaço de subserviência e escravidão: “o testemunho do Ibicuí da Armada”

Como se refere Paniágua (2013), a apropriação militar da terra, sua privatização e a dos rebanhos, a ascensão de uma classe social restrita, que dominava toda a estrutura administrativa, política, econômica e judicial local, se impôs, deixando à margem a maior parte da população que ali vivia desde antes. Deste modo, o lugar destes sujeitos sociais nesta nova estrutura passou a ser outro, muito diferente daquele de seus antigos territórios de reprodução da vida. Não só os guarani-missioneiros como os demais, gaúchos/gaudérios, índios pampianos, luso-brasileiros e espanhóis, se viram, não sem resistência, na dependência e subordinação ao estancieiro. Entre negociações verticais, fugas, deserções, violência e morte, estes sujeitos sociais foram sendo inseridos, ora trabalhando nas estâncias, ora constituindo tropas nas muitas guerras envolvendo questões de fronteiras e emancipações políticas. Quando, ao resistirem, representaram ameaça às estâncias, foram perseguidos, presos ou mesmo mortos (KERN, 1994).

Particularmente estes conflitos que caracterizaram esta primeira metade do século XIX, sempre envolvendo as elites estancieiras e seus subordinados, protegidos, agregados, etc, acabaram por aumentar as disparidades sociais na fronteira. Durante e após cada um destes contextos de guerra, se de um lado estancieiros, tinham garantida a propriedade da terra e acumulavam honrarias militares, de outro, peões-soldados eram mantidos com possibilidades restritas de acesso a ela e sem receber nada pela sua participação nas guerras, a não ser o “reconhecimento como herói”.

À medida que o tipo rude do gaúcho era elevado a herói, aguerrido, figura por excelência do Pampa, suas condições de vida iam se distinguindo cada vez mais da dos estancieiros/militares, os quais, detentores do poder político e econômico na fronteira, tinham o envolvimento nestas constantes guerras direta ou indiretamente

ligado aos seus interesses. Enquanto se forjava uma identidade capaz de um discurso aglutinador de diferentes camadas da sociedade, se aprofundavam as desigualdades:

A recompensa do peão soldado foi o título de herói, que materialmente nada significava, mas que “recompensava” os guerreiros com a ilusão de que a posteridade não os esqueceria. Isto é o que Gonzaga (1980: 118) denomina de “a implantação do mito”, sendo o gaúcho peão considerado como herói. Surge, e fica preservado até atualidade o gaúcho como um termo de significado honroso. A guerra, entretanto, aumentou mais a distância socioeconômica entre o mundo dos proprietários e os não proprietários (RIBEIRO, 2009, p. 111).

A disparidade entre proprietários e não proprietários alimentava uma condição de dependência que, por sua vez, alimentava um sistema caudilhesco. Como destaca Albornoz, “a cada cinco anos rebentava uma revolução num dos lados da fronteira, especialmente do lado uruguaio: lá iam os gaúchos lutar sem saber porquê (ALBORNOZ, 2000, p. 37) [...]”, seguindo o estancieiro do qual eram dependentes. Como destaca Farinatti (2007, p. 370), “a condição de ser proprietário das terras onde estava instalada uma família de agregados, sem dúvida, era um instrumento poderoso para que se estabelecesse uma relação de dependência e subordinação”.

A esta ampla camada da população que ficou alijada do processo de apropriação privada da terra e do gado, se somaram os escravos negros, trazidos pelos estancieiros para compor a estrutura das estâncias. Ainda na primeira metade do século XIX eles já representavam grande parcela dos trabalhadores das estâncias (FARINATTI, 2007). Muitos deles eram campeiros, participando de todas as atividades necessárias a criação de gado, mas existiam também, os roceiros, carpinteiros, cozinheiros, etc.

Especificamente nas estâncias em Santana do Livramento, Mattos (2010) destaca que as grandes extensões de terra e a criação de gado, que predominavam na paisagem econômica santanense, demandavam além de uma mão de obra livre e sazonal, significativos plantéis de escravos campeiros, roceiros e domésticos. A autora, inclusive, demonstra nuances da escravidão nas estâncias do município. Em um inventário por ela analisado, datado de 1860, correspondente ao estancieiro, militar e político de Santana do Livramento Francisco Maciel de Oliveira, consta um plantel de 25 escravos, que desempenhavam funções diversas. No entanto, destes

25, sete estavam fugidos no “Estado Oriental”, o que demonstra não só a resistência dos negros, como também o “cruzar a fronteira” como um elemento endêmico de resistência, típico de fronteira, como já apontou Paniágua (2013).

Inclusive, têm origem nas fugas de escravos das estâncias de municípios da Campanha, bem como de suas deserções nas diversas guerras de fronteira, muitas das áreas quilombolas da região. É este o caso do quilombo do Ibicuí da Armada, localizado no 3º Distrito do Ibicuí (ver Figura 3) em Santana do Livramento. Segundo Mattos (2010), que entrevistou uma egressa da comunidade e hoje residente em Porto Alegre, as terras deste local foram ocupadas por negros por serem devolutas, existindo inclusive os registros cartoriais das mesmas.

Conforme a autora, os negros vinham fugidos de outros municípios e acabaram tornando-se roceiros cultivando feijão, milho e batata, dando origem ao quilombo. A existência da escravidão nas grandes estâncias e a formação da parentela a partir das relações entre livres e escravos, deu origem às famílias Maciel, Xavier, Vaqueiro e Bragança, cujos descendentes hoje formam a comunidade quilombola do Ibicuí da Armada. Tal comunidade, hoje, como em sua origem, se configura como um típico território camponês da Campanha, dedicado à pecuária extensiva (Figura 13), com a qual trabalhavam os escravos campeiros, muitos dos quais, em fuga, deram origem ao quilombo.

Assim, a partir do exposto neste item, é possível afirmar que este espaço rural produzido na grande estância pastoril na primeira metade do século XIX, foi um espaço, sobretudo, de construção e consolidação dos interesses de uma restrita elite, que se legitimava perante o império pela capacidade de defender o território, e perante a população, pelo poder associado à propriedade da terra. Neste espaço de domínio de poucos, inserido na economia mercantil através da venda do gado para as charqueadas, se produziu grande parte dos elementos que compõe ainda hoje a grande propriedade pastoril e de modo mais amplo, o mundo rural em Santana do Livramento. De outro lado, por desigual e fortemente hierarquizado, este espaço definiu-se com uma face perversa de dominação, escravidão, subserviência e exploração, cujos efeitos atravessaram os séculos.



Figura 13 - Membro da comunidade do Ibicuí da Armada lidando com o gado na mangueira

Autor: Tadeu Vilani

Fonte: nuestramirada.org

No próximo capítulo observamos mudanças e permanências do espaço rural na grande propriedade patronal a partir do momento em que consideramos terem sido lançadas as bases de sua inserção capitalista: a Lei de Terras de 1850, responsável pelo estabelecimento legal da propriedade privada. A partir deste marco, procuramos discutir cada fase desta inserção, até a contemporaneidade.

## **5 O RURAL PRODUZIDO NO TERRITÓRIO DA GRANDE PROPRIEDADE PATRONAL II: O CAPITALISMO NO CAMPO**

A partir da Lei de Terras, que tornou a terra mercadoria, foram lançadas as bases, neste caso, jurídicas, da inserção da grande propriedade patronal no modo de produção capitalista. Deste modo, a partir deste marco, ao longo deste capítulo analisamos o rural da grande propriedade nesta trajetória de inserção capitalista, destacando aqueles que identificamos como os principais elementos e momentos deste processo, a saber: os efeitos da própria Lei de Terras; o cercamento dos campos no final do século XIX; a inserção em uma demanda industrial moderna de capital internacional, no início do século XX; as sucessivas crises e a inserção da

lavoura moderna, na segunda metade do mesmo século; e a complexidade atual, em que se delineia um estágio crítico de dinâmicas que foram ao longo do tempo se tornando marcantes na grande propriedade, e exemplo do esvaziamento do campo e da supressão do Pampa.

### **5.1 A segunda metade do Século XIX: bases jurídicas e materiais para o avanço capitalista na campanha**

As características do território da grande propriedade patronal produzidas na primeira metade do século XIX foram reiteradas ao longo da maior parte dos Oitocentos (FARINATTI, 2010). A pecuária extensiva, realizada em campos nativos, cujo produto mercantil era principalmente o gado conduzido em pé para as charqueadas continuou sendo característica marcante deste território. A organização produtiva destas propriedades baseada basicamente na domesticação do gado, e envolvendo técnicas, utensílios e ofícios característicos também continuaram presentes. Os sistemas de objetos e ações, as formas e relações e, portanto, a própria paisagem deste território teve seus principais traços reiterados ao longo daquele século.

No entanto, a partir da segunda metade dos Oitocentos, uma série de elementos foi responsável, de um lado, pela reiteração de algumas características e, de outro, pela transformação deste espaço paulatinamente. Os itens deste subcapítulo correspondem justamente a cada um destes elementos, que identificamos como os de maior impacto.

#### **5.1.1 “Donde vai ladrão de vaca?”: Lei de Terras, exclusão e resistência**

A Lei de Terras, de 1850, pode ser vista como um primeiro elemento, neste caso, jurídico, que reiterou alguns aspectos e condicionou transformações no território da grande propriedade no contexto pastoril da Campanha Gaúcha na segunda metade do século XIX. Neste sentido, analisamos neste item o contexto em que esta lei foi promulgada e, principalmente, seus efeitos sobre este território.

O Brasil havia proibido o tráfico negreiro, através da Lei Eusébio de Queiroz, no mesmo ano de 1850. Deste modo, apesar de na prática o tráfico ter continuado



ilegalmente, foram anunciadas com esta lei, progressivas dificuldades de se continuar o processo produtivo baseado na mão de obra escrava, principalmente nas lavouras de café do sudeste, baseadas, sobretudo, no trabalho cativo. Inclusive, o período entre 1850 e 1888 (ano da Lei Áurea), demarca a decadência do sistema latifundiário escravista (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

Neste sentido, surge, desde a proibição do tráfico negreiro, a necessidade de se conseguir oferta de trabalhadores livres para suprir esta lacuna na força de trabalho nas grandes propriedades. Por isso, como coloca Graziano da Silva (1980), é sintomático que no mesmo ano da proibição do tráfico negreiro se crie uma nova legislação, a Lei de Terras, estabelecendo que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra e venda, e que o governo destinaria os rendimentos obtidos nessas transações para financiar a vinda de colonos da Europa. Vejamos o que diz a própria lei:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem.

Art. 19. O producto dos direitos de Chancellaria e da venda das terras, de que tratam os arts. 11 e 14 será exclusivamente applicado: 1º, á ulterior medição das terras devolutas e 2º, a importação de colonos livres, conforme o artigo precedente (BRASIL, 1850)

Sendo uma lei do mesmo ano daquela que proibiu o tráfico negreiro e, dispondo ela, que os recursos oriundos da venda das terras devolutas seriam empregados na importação de trabalhadores livres, fica evidente que o objetivo era de manter o padrão de exploração da força de trabalho, mesmo com a crise do cativo. O intuito era, antes de tudo, não comprometer a reprodução da grande propriedade, mesmo diante do colapso da mão de obra escrava.

Além disso, ao estabelecer a compra como única forma de acesso à propriedade da terra, uma legião de brasileiros pobres habitantes do campo se somaria a esta força de trabalho disponível, tendo em vista que não teriam dinheiro para comprar terras e seriam obrigados a vender sua força de trabalho. Nas palavras de Graziano da Silva, “matavam-se, assim, dois coelhos com uma só cajadada. De um lado, restringia-se o acesso às terras (devolutas ou não) apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las. De outro, criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista (1980, p. 8)”. Como explica Graziano da Silva (1980, p. 8),

enquanto a mão-de-obra era escrava, o latifúndio podia até conviver com terras de "acesso relativamente livre". Mas quando a mão de obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer que se houvesse homem “livre” com terra “livre”, ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 8).

Assim, ocorreu que a Lei de Terras transformou a terra em propriedade privada e em mercadoria. Após a compra, a propriedade seria absoluta, não estaria mais condicionada a nenhum “porém” por parte da Coroa, como o era no caso das sesmarias. Além disso, para as terras apropriadas antes de tal lei, era previsto o seu reconhecimento ou legitimação, fossem elas fruto de sesmarias ou outras concessões do governo, bem como de posses simples. Vejamos o que dizia a lei:

Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com princípios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionário, ou do quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas.

Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente [...] (BRASIL, 1850).

No entanto, a aplicação desta lei não foi automática e nem mesmo homogênea nas diferentes províncias do Império, bem como no interior de cada uma

delas (GARCIA, 2005). Particularmente na província do Rio Grande, havia uma questão importante: o Império dependia dos exércitos de milicianos rio-grandenses para a defesa do território. Deste modo, a Lei de Terras não poderia tomar o teor de uma ofensiva contrária aos interesses dos estancieiros, pois isso poderia colocar o seu apoio ao império, que era fundamental, em cheque (CHRISTILLINO, 2010). Assim, a aplicação da Lei na Campanha, e de modo mais amplo, na província, se deu em conformidade com seus interesses e em seu benefício. Por exemplo, eram os chefes militares de fronteira que encaminhavam as legitimações de posses e revalidações de sesmarias, e o governador da província tinha o poder deliberativo.

Como resultado disso, apesar de prever a legitimação de propriedade tanto de concessionários de sesmarias quanto de posseiros, na Campanha, resumidamente esta lei significou benefícios para os grandes estancieiros e, de outro lado, representou um passo adiante no processo de exclusão da população camponesa do acesso a terra e a manutenção dos níveis de desigualdade e dependência já característicos. Como se refere Farinatti (2010), naquele novo momento, as melhores chances de reprodução na Campanha pertenciam aos que conseguiram empreender uma acumulação fundiária nas décadas iniciais do século XIX (entre 1820-40), por meios monetários ou não e, neste caso, tratava-se dos grandes estancieiros. Estes viram seu patrimônio valorizado, pois, tornando-se mercadoria, a terra teve seu valor aumentado. Conforme Garcia (2005), o preço da terra aumentou 800% na Campanha entre 1830 e 1870. Isso fez com que a terra se tornasse a maior fatia do patrimônio das famílias mais abastadas, o que, com era de se esperar, gerou um aumento do controle e vigilância, bem como a diminuição da tolerância com “agregados”, “arranchados” e “intrusos”.

De outro lado, os principais prejudicados foram os camponeses pobres. O reconhecimento das posses anteriores à lei previa uma série de procedimentos, como demarcação e medição da propriedade, o que dificultou sua legitimação para os camponeses, tendo em vista que estes desconheciam ou não tinham recursos financeiros para efetuar tais procedimentos. Conforme Zarth,

os camponeses pobres não tinham recursos para medir as terras a que teriam direito legalmente por serem posseiros. Não tinham certamente condições de pagar ao agrimensor os serviços, e nem de encaminhar a solicitação junto às autoridades governamentais, que cobravam, por menos

que fosse, uma quantia em selos, pela tramitação e pela legalização dos processos. Em caso de alguma contestação, a contratação de um advogado seria impossível (1997, p. 63).

Conforme o referido autor, foi assim que, se aproveitando dessas condições dos camponeses, os usurpadores, geralmente já proprietários de terras, dispendo de condições financeiras e também de alguma influência, requeriam as terras às instâncias superiores e tornavam-se proprietários, em detrimento dos posseiros. Deste modo, como destaca Garcia (2005, p. 8), “essa conjuntura acirrou a disputa pela terra, e diferentes foram as estratégias adotadas por cada grupo social, de acordo com suas possibilidades, frente a um universo rural em rápida transformação”. Conforme a autora ocorre, a partir daí, um aumento dos conflitos judiciais. Nestes os autores dos processos se referem aos réus como arranchados, inquilinos ou agregados, que tentam garantir suas posses, se autointitulando posseiros.

A autora cita a nítida diferença deste novo contexto aberto pela Lei de Terras em relação ao período anterior, da primeira metade do século XIX. Se antes do aprofundamento da crise do trabalho escravo e do advento desta lei, muitos produtores “sem-terra” podiam estabelecer-se em terras públicas ou contar com a “tolerância” dos proprietários de terras para exercer a pecuária, neste novo contexto, este quadro foi sendo alterado gradativamente. Conforme Garcia (2005), com a terra valorizada e tornando-se um patrimônio significativo, não é de se admirar que esta tolerância com “arranchados” diminuísse e a disputa com aqueles que se intitulassem posseiros aumentasse. Os destinos dos camponeses da Campanha foram diversos nesta conjuntura pós Lei de Terras. Houve aqueles que tiveram suas posses reconhecidas, com a ajuda dos estancieiros, por reconhecimento aos serviços prestados. Houve outros que se mantiveram na mesma situação de agregados uma vez que não reivindicam posse e nem tampouco foram agraciados com terras pelos estancieiros. Garcia (2005) destaca que com a valorização monetária das terras os grandes estancieiros reduziram o número de agregados em suas propriedades.

Assim, é possível perceber que, a partir da aplicação da Lei de Terras, as possibilidades de reprodução de forma autônoma ficaram restritas para os camponeses da Campanha. Foi um legítimo processo de proletarização dos

camponeses, que passaram a dispor somente de sua força de trabalho. Os que perderam processos judiciais de posses e aqueles que simplesmente não foram mais tolerados como agregados tornaram-se mão de obra disponível, de reserva. No entanto, a atividade extensiva das grandes estâncias não demandava tamanho contingente de mão de obra. Deste modo, diante da evidente condição de “sem terra” e “sem trabalho”, sua resistência não foi só pela via judicial, cuja análise é feita por Garcia (2005). Estes camponeses resistiam pela via desorganizada da violência e da criminalidade, expressa em crimes típicos da Campanha, como o abigeato e o contrabando (PANIÁGUA, 2013).

Havia uma cultura popular, uma memória coletiva da população da Campanha, construída nos séculos XVII e XVIII, de intensa mobilidade pelo Pampa e de acesso livre ao gado. Esta liberdade foi sendo ceifada ao longo da apropriação e consolidação da propriedade privada concentrada. Como afirma Paniágua (2013), os crimes de fronteira (abigeato, contrabando, atos violentos) se tratavam de uma resistência à ordem capitalista consagrada com a Lei de Terras. Torronteguy (1994, p. 57) referenda ao afirmar que “a violência dos poderosos gerou a violência do banditismo de fronteira”. Segundo Garcia (2005), em seu estudo no caso de Alegrete, foi principalmente a partir da segunda metade do século XIX que a população rural da Campanha se viu forçada a enfrentar as difíceis consequências da apropriação desigual da terra, tendo em vista que muitos não eram mais tolerados nas grandes propriedades.

No entanto, conforme a referida autora, “o ápice deste processo conflituoso será o cercamento dos campos, quando os conflitos de terra multiplicam-se aceleradamente (2005, p. 112)”. No próximo item, analisamos o contexto e os efeitos da inserção deste novo elemento no território da grande propriedade patronal.

#### 5.1.2 O cercamento dos campos: o início da desterritorialização do gaúcho

Se a Lei de Terras estabeleceu a base jurídica da propriedade privada, o cercamento dos campos estabeleceu a base material. Como enfatiza Garcia (2005, p. 112), a cerca “é a linha reta, o limite que não é acidental [...]”. Ao tornar preciso o

que antes era impreciso, e ao impor a linha reta e milimétrica no lugar da suntuosidade dos matos e rios, o alambrado desencadeia uma nova conjuntura na região [...]”.

Na Campanha Gaúcha, o processo de cercamento dos campos teve início de forma incipiente a partir de 1870, na maioria dos casos através de cercas de pedra (GARCIA, 2005). Estas, diga-se de passagem, hoje, não só ainda existem como continuam, em muitos casos, servindo à função para a qual foram construídas e constituem ícones da paisagem rural na Campanha. Em Santana do Livramento as cercas de pedra estão presentes, sobretudo na parte oeste do município, onde predominam os solos basálticos, rasos e pedregosos, associados à formação geológica Serra, a exemplo do exposto na Figura 14. Na parte leste do município, de solo arenoso, provavelmente as cercas, antes do alambrado, eram feitas de outros materiais e técnicas, como valos, ou cercas vivas de caraguatá, tuna, entre outros (RIBEIRO, 2009). O cercamento com aramado chegou mais tarde, a partir dos anos finais do século XIX (CÉSAR, 2005). Particularmente em Santana do Livramento, sua implantação tornou mais generalizada após a chegada da ferrovia que ligava Rivera à Montevideu, em 1892, por onde, segundo Albornoz (2000), chegava entre outros muitos utensílios, o arame.



Figura 14 – Cerca de pedra no Distrito do Espinilho  
Autor: José Newton Canabarro  
Fonte: panoramio.com

Todas as tentativas de delimitação das propriedades, seja através da pedra ou do arame, foram reflexos da Lei de Terras que, regulamentou a propriedade privada, valorizando o preço da terra. Cada “palmo de chão” passou a ser valorizado como nunca. A cerca é, antes de tudo, uma afirmação da propriedade.

Para compreender este fenômeno e seus efeitos no território da grande propriedade na Campanha e, de modo particular, em Santana do Livramento, achamos pertinente considerar o caso uruguaio em razão da presença de propriedades rurais de brasileiros à época dos cercamentos. Localizadas, sobretudo ao norte do rio Negro, constituíam uma paisagem rural contínua, o que possibilitou uma relação entre o processo no Uruguai e na Campanha Gaúcha, resguardadas algumas diferenças.

Neste sentido, destacamos o artigo de Benjamin Nahúm (1968), que analisa o processo de cercamento dos campos no Uruguai. O autor destaca duas motivações básicas que levaram os estancieiros a cercar suas propriedades: a) o exercício pleno da propriedade da terra; e b) o maior controle da domesticação do gado, favorecendo a mestiçagem. Segue o autor:

Por primera vez, el cerco delimitaba perfectamente la tierra que cada uno poseía, afirmándola en manos de sus poseedores para siempre, y cristalizando de hecho la estructura de la propiedad ya existente. Los propietarios quedaban como dueños absolutos de un bien que había sido hasta cierto punto colectivo, porque lo usaban además los linderos con poca tierra y mucho ganado. También iba a permitir la cruce controlada de los ganados, en procura de animales más precoces, de más carne, de mejor calidad, que eran los que empezaban a pedir los exigentes mercados europeos. Con los novillos criollos no se podía responder a esa mayor exigencia de calidad, y el único camino que quedaba era la cruce, para lo que se hacían necesarios los potreros (espacios cercados dentro de la estancia), donde se llevaría a cabo el perfeccionamiento de nuestra ganadería bovina (NAHÚM, 1968, p. 62).

No entanto, explica o autor, que enquanto a primeira motivação, associada à afirmação da propriedade, mobilizou a imensa maioria dos proprietários de terras a cercarem suas propriedades, a segunda motivação, relacionada a melhoria do processo produtivo da pecuária, não encontrou adeptos entre todos os estancieiros. O autor distingue dois perfis de pecuaristas: os progressistas e os tradicionais.

Os progressistas eram principalmente estrangeiros, sobretudo europeus, que haviam comprado terras no contexto do final da Guerra Grande, no Uruguai. Estes foram os responsáveis pela fundação da Associação Rural do Uruguai e pelo incremento técnico na pecuária do país (cria sistemática de ovinos, mestiçagem do gado e cercamento dos campos), se localizavam próximos de Montevideú, ligados ao porto, pois sua produção de carne se destinava à exportação para a Europa.

Os tradicionais eram avessos ao risco e não incorporaram nenhum incremento técnico à pecuária. Eram pecuaristas extensivos, em campos não cercados e com poucas divisões, que viviam do lucro mercantil. Dedicavam sua pecuária ao comércio com os saladeiros do Uruguai e com as charqueadas brasileiras. Localizavam-se predominantemente no norte do Uruguai e possuíam perfil semelhante ao dos pecuaristas da Campanha Gaúcha.

Conforme Nahúm (1968), o cercamento dos campos foi a primeiro empreendimento que teve plena aceitação nestes dois grupos, no entanto, com significados distintos.

El cercamiento delimitaba la propiedad y la aseguraba; beneficiaba así a todos los estancieros, progresistas o tradicionalistas. Estos últimos pudieron oponerse a todos los adelantos predicados por la Asociación Rural - el ovino, el mestizaje, las praderas artificiales - porque implicaban un riesgo; pero al alambramiento no se opusieron porque significaba lo contrario: asegurar, no arriesgar; consolidar, no lanzarse a una aventura. Apoyado así por ellos, que eran la inmensa mayoría del país rural, el alambrado fue un hecho (NAHÚM, 1968, p. 66).

Deste modo, sucintamente é possível perceber que, enquanto para os estancieros progressistas o cercamento representou melhorias no manejo do gado, facilitou a mestiçagem e o incremento com pastagens, para os conservadores representou segurança. As diferenças entre esses dois perfis de pecuaristas parecem advir da natureza de seus negócios uma vez que enquanto um atendia a uma demanda exigente, o outro trabalhava para uma demanda sem exigência de padrões de qualidade, sem riscos.

Fazendo uma transposição desta análise para o caso da Campanha, fica evidente que entre os pecuaristas da região, a motivação de cercar as propriedades advinha da necessidade de sua afirmação, de segurança. Dito de outro modo, assim como no norte do Uruguai, onde a maior parte dos estancieros se enquadrava como conservadores, pecuaristas tradicionais, avessos ao risco, na Campanha Gaúcha,



com as mesmas características, o cercamento dos campos pode ter também se inserido mais pela segurança que representava e menos pelo sentido da modernização da pecuária. Essa afirmação vai ao encontro, inclusive, com o que coloca Albornoz (2000, p. 63) ao falar especificamente de Livramento: “o aramado quando chegou, não representou melhorias no processo produtivo [...]”. Conforme a autora, além da pecuária ser uma atividade de pouca capitalização, sem nenhuma atividade transformadora, não havia uma mentalidade empresarial (tal qual aquela dos pecuaristas progressistas do sul do Uruguai). Os estancieros de Livramento “[...] preocupavam-se em aplicar seus recursos na compra de mais terra, despreocupando-se da implementação de técnicas pecuárias modernas. Havia na fronteira uma mentalidade pré-capitalista, com costumes patriarcais [...] (ALBORNOZ, 2000, p. 70)”.

As inovações que o cercamento dos campos trouxe aos fazendeiros ditos progressistas do sul do Uruguai, como a mestiçagem do gado, só se inseriram nas estâncias da Campanha a partir da demanda internacional inaugurada pelos frigoríficos no início do século XX. Mas pode ter seu início nos últimos anos do século XIX, com a chegada da ferrovia Montevideu – Rivera. Cabe apontar sobre o cercamento dos campos na Campanha que, se a Lei de Terras legitimou a propriedade privada, a cerca de arame a tornou menos violável. Ela fixou claramente o limite da propriedade de cada um, algo fundamental em um período no qual a indefinição dos limites era a regra e as disputas resultantes desta indefinição eram muitas (NAHÚM, 1968).

Porém, de outro lado, queremos apontar as consequências, talvez as mais significativas deste fenômeno, e que causaram as maiores transformações neste território: suas consequências sociais. Vejamos o que diz Nahúm (1968) para o caso uruguaio:

El alambre determinó una menor necesidad de mano de obra, la consiguiente expulsión de la estancia de peones y agregados, la formación de núcleos suburbanos y rurales ("pueblos de ratas") que los congregaban; en suma, la definitiva marginalización de la población pobre de la campaña y el inicio de la desaparición del gaucho (NAHÚM, 1968, p. 62).

O cercamento dos campos representou economia para os estancieros no que se refere à mão de obra. Foi dispensado o pessoal encarregado de serviços como recorrer o campo e parar rodeio. Os estouros de tropa e dispersão dos animais por

motivo de secas foram durante muito tempo um dos principais problemas enfrentados pelos estancieiros (NAHÚM, 1968), o que exigia mão de obra para “campear” o gado desaparecido, nas chamadas “reculutas” (FARINATTI, 2010). Com a cerca, isso mudou radicalmente. “Salía más barato alambrar que perder cientos de animales que se alejaban em busca de aguadas (NAHÚM, 1968)”. Enfim, era preciso agora, menos peões, menos agregados, menos cavalos, etc, pois não havia mais como o gado escapar, nem se misturar ao de outros proprietários, e nem se perder. Especialmente a figura do posteiro, que, de certo modo, fazia “papel de cerca” nos limites das estâncias, vigiando-a, foi sistematicamente desaparecendo (FONTOURA, 2000). Além disso, se antes, o interior das propriedades era o caminho por onde passava a população pobre da Campanha em busca de trabalho sazonal, os chamados “andantes”, muitas vezes abatendo animais, o cercamento eliminou este infortúnio aos estancieiros. “Desde este punto de vista, el cerco significó ponerle puertas al campo, custodiarlo mejor, asegurar los bienes que contenía (NAHÚM, 1968, p. 65).

Conforme Fontoura (2000), este fato torna dispensável uma grande quantidade de pessoas que viviam nos limites das propriedades, como posteiros e outros agregados, tendo como consequência imediata a favelização nas cidades e o surgimento do “índio vago”, que rodava os caminhos sem ter onde se estabelecer. Sobre isso no caso uruguaio, diz Nahúm (1968, p. 74) que

a medida que avanzaba la década de 1870 y con ella el cercamiento, los peones, agregados y puesteros iban quedando fuera de las estancias y arrastrando su miseria por los lindes o los precoces "rancheríos" y suburbios en lós pueblos del interior, multiplicándose los artículos de La Revista de la Asociación Rural ante el fenómeno, en expresión de asombro, pena, compasión algunas veces, pero sobre todo, temor.

Em Santana do Livramento, destaca Albornoz (2000), que tampouco na cidade havia empregos e “uma população pobre e miserável arranchava-se pelos caminhos, sem mais futuro que o roubo ou o contrabando, para os que tivessem sorte (ALBORNOS, 2000, p. 63)”. Iniciou-se aí um processo de êxodo rural que vai se intensificar a partir dos primeiros anos do século XX com a chegada da indústria do saladeiro, primeiro, e da frigorífica, depois. Para a autora era gritante a

quantidade de população marginalizada na Campanha e no norte do Uruguai nesta época.

Deste modo, ocorreu uma distinção cada maior entre do mundo dos grandes proprietários, de um lado, e o daqueles que ficaram de fora dos campos cercados, de outro (TORRONTEGUY, 1994). Tornava-se nítido, aos poucos, a construção de um espaço rural socialmente vazio, na acepção de Wanderley (2001). Inclusive, nesta época, os próprios estancieiros passam a mudar-se para as cidades (FONTOURA, 2000), dando início a algo que a autora citada coloca como uma das principais características do universo da grande propriedade patronal: o absentismo. Passa a ser eliminada a partir daí a relação mais próxima do estancieiro com o capataz e os demais empregados (FONTOURA, 2000). Foi o início do fim de um modelo que Queiroz (1977) chamou de “estância patriarcal”, que se definia, sobretudo, como modo de vida, em que o estancieiro, capataz, peões e demais agregados, formavam um grupo relativamente coeso, no qual havia, inclusive, vínculos de parentesco. Foi o início do fim daquele espaço rural como espaço de vida, e sua consolidação como mero campo de investimento e reserva de valor (WANDERLEY, 2001). Nas palavras de Ribeiro (2009), é o avanço do capitalismo nas estâncias.

No próximo item analisamos aquele que identificamos como um novo período do espaço rural produzido no território da grande propriedade patronal. Trata-se da primeira metade do século XX, caracterizada e individualizada por nós, por ser uma fase em que as transformações neste espaço passam a ser orientadas, sobretudo por mudanças no mercado para o qual as estâncias estavam voltadas. Se antes, o destino era as charqueadas, agora, nos primeiros anos do século XX, se inserem, no próprio município, a indústria saladeiril, primeiro, e depois a frigorífica e lanífera.

## **5.2 A primeira metade do século XX: um território sob a demanda industrial moderna**

Na virada do século, as estâncias de Santana do Livramento continuavam com sua reprodução baseada no comércio de tropas com as charqueadas de outros

municípios gaúchos. Pelotas já havia se transformado na “Princesa do Sul”, a principal cidade do Rio Grande do Sul, com as indústrias do charque (PESAVENTO, 1994). Bagé passava também a receber as tropas da Campanha com a instalação da sua primeira charqueada em 1897. Uruguiana já tinha pequenas charqueadas desde 1864. Em 1894, Quaraí teve seu saladeiro, passando a disputar com Uruguiana o gado de Santana do Livramento. Tanto Rivera, quanto Livramento ainda não possuíam nenhuma charqueada. Rivera mandava seus rebanhos principalmente para Paysandu e Tacuarembó, e Livramento para Pelotas e para municípios da Campanha que já possuíam charqueadas. Quando havia vantagens e possibilidades para o contrabando, estancieiros dos dois lados da fronteira o faziam (ALBORNOZ, 2000).

Como produto dos sucessivos processos de desterritorialização a que a população da Campanha foi submetida, nestes primeiros anos do século XX a miséria caracterizava o campo e as cidades da fronteira. Inclusive, muitos intelectuais da época culpavam esta situação de pobreza pelo fato de as frequentes revoluções iniciarem na zona de fronteira, pois miseráveis eram facilmente recrutados a medida que não tinham o nada a perder (ALBORNOZ, 2000).

É neste contexto que, em 1904, uma soma de fatores permitiu a instalação da primeira indústria saladeiril em Santana do Livramento. Foi assim que se desenhou uma grande mudança na fronteira Santana do Livramento – Rivera e conseqüentemente em seu espaço rural: a instalação do saladeiro Anaya – Irigoyen, que vai ser o prelúdio da territorialização do capital internacional através da indústria frigorífica.

### 5.2.1 O território da grande propriedade e a indústria saladeiril

A condição de “fronteira seca”, quase indivisa, entre Livramento e Rivera, onde os fatos de um lado repercutiam diretamente no outro, foi um dos fatores responsáveis pela chegada do primeiro saladeiro de Santana do Livramento. Os industriais saladeiristas, uruguaios de Montevideú, Pedro Irigoyen e Francisco Anaya, eram do Partido Nacional (Blancos) e sentiram-se ameaçados quando o colorado José Batlle ganhou as eleições para presidente da república e, por isso, trouxeram seus estabelecimentos para Santana (ALBORNOZ, 2000). Como Rivera era reduto dos Blancos e Livramento era uma continuação do domínio dos lenços

brancos e, tendo as taxas de entrada do charque uruguaio no Brasil aumentado visando proteger o charque gaúcho, valia a pena se instalar em Livramento.

Soma-se a isso, o fato de que a fronteira estava sendo beneficiada pela instalação da ferrovia que ligava Montevideu e Rivera. Esta, devido à instalação do saladeiro de Anaya - Irigoyen, rapidamente teve um trecho estendido até este estabelecimento saladeiril em Santana do Livramento, ligando-o ao porto de Montevideu. Enquanto isso, do lado brasileiro, as condições de logística entre a Campanha e o porto de Rio Grande continuavam muito precárias e, por isso, este período ficou marcado pela forte influência platina em Santana do Livramento.

Em 1904 a “Charqueada Livramento” estava pronta, constituindo um complexo industrial no qual além do charque, se produzia velas e sabão. “As rendas do município pularam de 119 contos de réis em 1902, para 190 contos em 1905. Em 1907 o saladeiro já era a segunda maior firma do Rio Grande do Sul em valor de produção, contando com 410 trabalhadores (ALBORNOZ, 2000, p. 69)”. Em 1911 Livramento já tinha quatro grandes charqueadas, constituindo-se no segundo maior centro de abate do estado, atrás apenas de Bagé.

Neste contexto, Santana do Livramento urbanizava-se. As demandas de bens, serviços e pessoas associadas a este crescimento industrial, somadas ao processo de êxodo rural que já vinha ocorrendo, geraram um rápido processo de urbanização. Com o crescimento econômico, o comércio vitalizou-se, havia muitos assalariados, e vários setores da sociedade se capitalizaram (ALBORNOZ, 2000). No entanto a maior parte da população ainda vivia no campo, porém em um paulatino processo de desvalorização e sazonalização do trabalho, e por fim, de expulsão dos camponeses da campanha. Provavelmente, muitos nem sequer eram dispensados das estâncias, apenas faziam opção pelo trabalho nas charqueadas. Outros - como já vinha ocorrendo desde o cercamento dos campos - não tinham escolha, eram dispensados das estâncias e tampouco eram absorvidos pelo mercado de trabalho na indústria, que, embora crescente, ainda era restrito.

Enquanto este processo de progressivo esvaziamento do campo se procedia, o território da grande propriedade dispunha cada vez mais de objetos, transformando e tecnificando cada vez mais a paisagem rural da fronteira. Conforme Albornoz (2000), os estancieiros capitalizaram-se, pois eles eram os detentores da matéria-prima para a indústria e, por isso, foram indiretamente, eles mesmos os

responsáveis pela atração dos investidores industriais para o município, embora não tenham se movimentado e exercido influência alguma no processo. Sua capitalização se deu especialmente no sentido da valorização de sua matéria prima, tendo em vista que agora não era mais necessário o deslocamento até municípios vizinhos, como Bagé, Pelotas, Uruguaiana ou Quaraí.

Deste modo, dispondo de recursos, os estancieiros passaram a investir em beneficiamentos nas estâncias, o que foi propiciado também pela proximidade com o sul do Uruguai e com a Argentina, via ferrovia (ALBORNOZ, 2000). É, portanto, a partir daí, que aos poucos vão sendo inseridos na paisagem rural produzida no território da grande propriedade em Santana do Livramento, elementos cuja presença hoje já é quase naturalizada pela população, como os bosques de árvores exóticas, principalmente o eucalipto, os açudes, os banheiros sanitários, as pastagens artificiais, e as raças europeias de gado, para refinamento e melhoramento genético (FARINATTI, 2010). Com o aramado, as estâncias vão sendo cada vez mais divididas em poteiros, aumentando o controle sobre a domesticação do gado, objetivando maior produtividade em menos tempo.

É neste contexto dos últimos anos do século XIX e primeiros do século XX que são introduzidas no Brasil, pela primeira vez, as principais raças europeias que compõem o rebanho gaúcho, e foram pecuaristas da Campanha os principais responsáveis por esta introdução, com importações feitas sobretudo do Uruguai, onde a prática da mestiçagem e melhoramento genético já era praticada havia mais tempo. É o caso, por exemplo, da raça Aberdeen Angus que foi introduzida no Brasil em 1906, com a compra de um touro proveniente de uma estância do Uruguai por um estancieiro de Bagé (RS). Outros exemplos são a raça Devon, introduzida por Assis Brasil, a partir do Uruguai, em 1906; e a raça Hereford, introduzida por Laurindo Brasil, de Bagé, também em 1906.

Neste cenário de transformações na Campanha, já em 1917, surge uma nova demanda de mercado para o gado das estâncias. O saladeiro Anaya-Irigoyen é vendido e o capital internacional entra em Santana do Livramento e no Brasil com a empresa estadunidense Armour e, em 1918, com a Wilson, o que vai transformar significativamente este espaço fronteiriço e, particularmente no espaço rural, vai dar continuidade, bem como intensificar as transformações que havia se iniciado na transição do século XIX para o século XX.

### 5.2.2 O território da grande propriedade e a indústria frigorífica

Consolidados no mercado estadunidense e já possuindo frigoríficos na Argentina e no Uruguai, os gigantes da carne, Armour e Wilson, viram no Pampa gaúcho uma oportunidade de expansão da sua produção. A oferta de rebanhos era abundante, a mão de obra barata, a infraestrutura favorável ao escoamento da produção (através da via férrea uruguaia), o Estado oferecia proteção e o gado produzido estava de acordo com os padrões dos frigoríficos.

A localização geográfica de Santana do Livramento foi outro fator importante na inserção dos capitais internacionais no município. Destaca Chelotti (2005, p. 56) que

a proximidade com os países do Prata possibilitava, entre outros fatores, a aglutinação de um rebanho bovino que, no decorrer dos anos, desenvolveu-se nessa região. Assim, não só o rebanho brasileiro era comercializado e industrializado pelos frigoríficos, mas também o uruguaio, devido à proximidade geográfica.

Além disso, a conjuntura da I Guerra Mundial (1914) aumentou a demanda de carne, destinada à alimentação das tropas. Assim, a carne resfriada, que exigia novilhos selecionados (característica dos rebanhos argentinos), cede lugar à carne congelada, em que se utilizavam rebanhos de qualidade inferior. Tal fato criou as condições para que os frigoríficos estrangeiros se instalassem no Brasil, onde havia rebanhos numerosos, mas não refinados (ALBORNOZ, 2000).

Cientes do interesse destas empresas em se instalar no Brasil, os estados trataram de disputá-las. Santa Catarina e Paraná, por exemplo, ofereceram quatorze anos de isenção de impostos de exportação. No entanto, o Rio Grande do Sul ofereceu a isenção de todas as taxas de exportação por um período de trinta anos. Nestas condições, o Rio Grande do Sul, juntamente com São Paulo que também ofereceu bons incentivos, venceram a concorrência.

Neste contexto, em 1917, as empresas Armour e Wilson, além de Swift e Morris, que já possuíam individualmente ou em conjunto, frigoríficos no Uruguai e na Argentina, se estabeleceram também no Brasil. No ano seguinte já eram seis frigoríficos, sendo dois deles em São Paulo e os outros quatro no Rio Grande do Sul.

Enquanto a Swift se instalou em Rio Grande e Rosário do Sul, Armour e Wilson se instalaram em Livramento.

De acordo com Albornoz (2000), no caso de Santana do Livramento não houve participação das forças vivas do município na negociação da inserção dos frigoríficos, a exemplo dos estancieiros que eram também os ocupantes dos principais cargos políticos. Destaca a autora, que foi apenas D. Pedro Irigoyen, proprietário do maior saladeiro local, quem tratou de salientar as condições favoráveis que a fronteira oferecia, procurando vender seu estabelecimento.

A territorialização destes frigoríficos transformou significativamente o espaço fronteiriço não só de Santana do Livramento – Rivera, mas de toda a região. Para Albornoz (200), os frigoríficos, principalmente o Armour, que produzia mais de 80% do valor de toda a produção industrial do município e empregava mais de 85% dos industriários, trouxe um excepcional progresso para as duas cidades da fronteira. Em 1932 Santana já era considerada o terceiro maior parque industrial do Rio Grande do Sul, liderando a matança de gado bovino no Rio Grande do Sul (25% do total). Em 1937 já existiam no município 50 indústrias, sendo, no entanto, só o Armour, responsável pela grande parte do capital oriundo do setor (89,59%) (ALBORNOZ, 2000).

Deste modo, se a indústria saladeiril já havia gerado significativos impactos no município, principalmente no que se refere ao crescimento econômico e à urbanização, com a indústria frigorífica estes impactos aumentaram vertiginosamente. Entre 1940 e 1944, foi o período de maior demanda de carne devido à Segunda Guerra Mundial, por isso, houve o maior pico de produção do frigorífico Armour. Albornoz (2000) destaca que nestes anos, Santana do Livramento teve sua população aumentada, tornando-se a quinta mais populosa do estado com 47.414 habitantes. Somando-se em conurbação a Rivera, que também tinha crescido muito, com comércio e vida noturna pujantes, formava um dos maiores centros urbanos do Rio Grande do Sul e do Uruguai (ALBORNOZ, 2000).

Os estancieiros se viram ainda mais capitalizados e, portanto, o território rural da grande propriedade patronal foi sucessivamente recebendo investimentos, incrementando sua estrutura material diante da demanda por produtividade. Como exemplifica Fontoura (2004), a “era da refrigeração” da carne implicou mudanças no tempo de abate de novilhos.



Do ciclo do couro às charqueadas, o tempo de abate ideal girava em torno dos 7 aos 8 anos, quando o animal abatido tinha a melhor relação entre espessura do couro, carcaça e gordura. A frigorificação exige um rebanho mais apurado, e o tempo de abate cai para quatro anos e meio. A introdução dos banheiros carrapaticidas em 1914, junto com outras medidas na área de sanidade animal e manejo, conseguem diminuir o tempo de abate para 3 anos, como no sistema francês Voisin, encontrando aí o limite (FONTOURA, 2004, p. 7).

Deste modo, a grande propriedade ia aos poucos se tornando um típico território de reprodução do capital, embora com muitas continuidades em relação à tradicional racionalidade, em que o investimento em mais terras e mais gado continuava sendo a tônica. Eis alguns indicativos apontados por Fontoura (2004, p. 8):

mesmo com a diminuição do tempo de produção, poucas modificações são introduzidas no sistema de produção. Ou seja, as variáveis sanidade (saúde animal), manejo (distribuição de animais e campos), genética (adequação e pureza das raças) e alimentação (melhoramento dos campos, formação de pastagens, silagens etc), não são integradas e trabalhadas de forma sistêmica.

Dito de outro modo, por um lado, proprietários de terras e de rebanhos tiveram grande impulso na produção, com incremento cada vez maior, por exemplo, de raças europeias, obtendo maior precocidade e, conseqüentemente, maior produtividade e lucro. De outro lado, em partes, a racionalidade da estância do século XIX se mantinha, estancieiros expandiam os negócios através da compra de mais terras e mais gado e o latifúndio crescia, engolindo os setores menos capitalizados. É possível que essa prática tenha, inclusive, freado os efeitos da chamada “reforma agrária natural”, por processo de sucessão, mantendo a grande propriedade.

Conforme Albornoz (2000), desde a virada do século XIX para o XX os estancieiros vinham refinando seus rebanhos, de modo que, em 1922, segundo a autora, em uma publicação de autoria de A. R. Costa (1922), foi feita uma amostragem de onze estancieiros de Santana do Livramento, e a totalidade deles criava gado bovino e ovino de raças europeias. Entre as criações bovinas estavam, por exemplo, Hereford, Durhan, Devon e Polled Angus. Entre as ovinas estavam Rambouillet, Merino, Rommey-Marsch e Lincoln. Além disso, a mesma publicação mostrava que só um, entre os onze estancieiros, não tinha seu campo dividido em poteiros com cercas de arame. Por outro lado, apenas metade destes estancieiros

possuíam banheiros carrapaticidas, o que mostra a ainda pouca difusão dos cuidados sanitários entre os pecuaristas naquela época.

Outra particularidade neste contexto foi o reforço ao “endêmico” contrabando de gado: muito gado chegava com documentação regular ao frigorífico, no entanto era trazido de Rivera e chegava a Livramento através do contrabando, com ajuda de intermediários, estendendo os benefícios da presença dos frigoríficos ao município vizinho. Como destaca Albornoz (2000, p. 114),

nota-se que Rivera participou do progresso que o Frigorífico Armour trouxe para Livramento, não apenas indiretamente, pelo incremento comercial. Os uruguaios introduziam todos os anos imenso volume de gado “em direção aos frigoríficos instalados em distintos lugares o Rio Grande do Sul, amparados por documentações ‘frias’”.

Explica ainda a referida autora, que muitos fazendeiros de Rivera e de outros departamentos do norte do Uruguai compravam terras no Brasil para que seu gado tivesse procedência legal.

Na esteira deste processo, como que em um renovado ciclo de exclusão, a indústria frigorífica representou o êxodo rural para as populações não proprietárias. Conforme Aguiar e Medeiros (2010) a intensa urbanização ocorreu concomitante ao esvaziamento do campo. Destacam as autoras citadas que “a mudança para as relações capitalistas de produção repercutiu diretamente no modo de uso da terra, resultando na expulsão de um grande contingente de trabalhadores rurais do campo para as cidades da região (p. 242)”.

De acordo com Schäffer (1993), iniciando-se com o cercamento dos campos e, intensificando-se durante o século XX com os frigoríficos, o êxodo rural tornou-se, junto com a miséria das populações rurais não proprietárias, característica marcante na região. “Ao mesmo tempo em que se firmava o latifúndio cresciam as populações deslocadas para a periferia das sedes municipais (p. 243)”. Para a autora, o “progresso” da cidade, expresso no aumento do número de prédios, no crescimento da área central, na acumulação de capitais nas mãos de algumas famílias, tinha como contraponto a ampliação de segmentos de menor renda, oriundos do êxodo rural.

Neste contexto, na década de 1940 a maior parte da população do município já vivia na cidade (56%), principalmente na periferia (SCHÄFFER, 1993). Santana do Livramento registrou a inflexão da relação população rural x população urbana três

décadas antes do país como um todo. Isto, certamente fruto da mescla de concentração fundiária e industrialização precoce do município em relação ao resto do país.

### 5.2.3 O território da grande propriedade e a indústria lanífera

No território da grande propriedade patronal, a ovinocultura sempre foi desenvolvida de forma paralela à bovinocultura de corte. Diga-se de passagem, desde as estâncias jesuíticas a criação de ovinos já estava presente, para produção de carne e lã (UESLER, 2011). Deste modo, a criação de gado ovino, assim como o bovino, é uma atividade tradicional, enraizada culturalmente na Campanha, sendo a região um dos principais celeiros nacionais.

Seu estabelecimento como exploração econômica se deu, sobretudo, a partir do início do século XX, com a valorização da lã no mercado internacional (VIANA; SILVEIRA, 2009). Diante da demanda de mercados como o europeu e dos Estados Unidos e, principalmente diante da tradição da ovinocultura em Santana do Livramento, que mantinha o município como detentor dos maiores rebanhos do estado, foi possibilitado, já em 1908, a instalação do lanifício Thomaz Albornoz, que recebia a lã dos produtores locais e vendia para Porto Alegre e Montevideú (FERNANDES, V., 2009).

Com a conjuntura da Primeira Guerra Mundial (1914), ocorreu a valorização da lã, alavancando a indústria que já se desenvolvia no município. Conforme Nocchi (2001), a entrada da lã rio-grandense nos países em conflito na Primeira Guerra Mundial aumentou a procura pelo produto, causando o aumento dos preços. A partir daí, até a década de 90, a lã teve uma importância econômica e social de grande alcance para o Rio Grande do Sul. Segundo Pereira (2007), no início, o lanifício comercializava a lã crua, enviando-a ao porto de Montevideú pela ferrovia uruguaia. Posteriormente foi inserido o processo de lavagem e, em 1962, já se fabricavam tops<sup>11</sup>, o que tornou a empresa a primeira a industrializar a lã na própria zona de produção e a primeira indústria lanífera do Rio Grande do Sul. Nestas épocas, segundo a autora, a empresa chegou a absorver 6,5 toneladas de lã bruta no ano.

---

<sup>11</sup> Novelos de lã limpa, cardada e penteada (PEREIRA, 2007).

Particularmente na década de 1940, organizou-se em Santana do Livramento a Cooperativa Santanense de Lãs, devido à forte pecuária de ovinos desenvolvida no município. Tal Cooperativa representou um importante canal de comercialização, tendo entre seus cooperados tanto os pequenos proprietários como os grandes. Constituiu-se em um complexo empresarial rural que chegou a congregar mais de 1.700 associados, com papel fundamental na comercialização da lã (NOCCHI, 2001). Segundo Nocchi (2001, p.42), sendo a única cooperativa do município, a Santanense chegou a receber 90% de toda a produção de lã das propriedades e comercializá-la no mercado interno e externo, “constituindo-se num importante instrumento para o fortalecimento da classe produtora”. Conforme o autor, a cooperativa, como acionista do Lanifício Albornoz, através da prestação de serviços para industrialização da lã desta empresa, contribuiu para que a mesma se mantivesse em funcionamento e representando grande importância para a lã brasileira e um significado expressivo para a comunidade de Santana do Livramento.

Diante destes fatos, é possível avaliar que, naquela conjuntura da primeira metade do século XX, preenchida por duas guerras mundiais, não foi só o forte mercado da indústria frigorífica o responsável pela capitalização dos estancieiros. O território da grande propriedade encontrou também forte alento no mercado da indústria lanífera.

Conforme Albornoz (2000), a própria empresa, que antes só industrializava a lã, com o desenvolvimento desta indústria, passou a adquirir cada vez mais terras no Uruguai e no Brasil no decorrer dos anos, para desenvolver a ovinocultura e a bovinocultura. Nesta conjuntura, os rebanhos foram aumentando nas estâncias e exigindo uma mão de obra mais especializada no trato de ovinos, especialmente na tosquia, o que gerou mais empregos nestes estabelecimentos (NOCCHI, 2001), apesar de sazonais. Aos proprietários, o retorno do investimento com a venda da lã, da carne<sup>12</sup> e pelegos (NOCCHI, 2001) consistia em um bom negócio.

Deste modo, é possível perceber que a grande propriedade se via fortalecida. Os estancieiros tratavam de comprar mais terras e gado, mas também incorporavam raças europeias de bovinos e ovinos de lã, refinando e aumentando a produtividade dos rebanhos. As criações fortaleciam a grande propriedade e a lã gerava mais

---

<sup>12</sup> O Armour passou a receber ovinos para abate, a partir de 1923 (ALBORNOZ, 2000).

vagas de trabalho no campo, porém, sazonalmente, durante o período da “tosquia”<sup>13</sup>.

O território da grande propriedade terminou o primeiro cinquentenário do século XX em uma situação em que sua reprodução era facilitada pela presença de um mercado garantido e próximo para seus dois principais produtos: o da ovinocultura e o da bovinocultura. No entanto, na segunda metade daquele século, uma série de fatores vão gerar significativas transformações neste território, como veremos no próximo item.

### **5.3 Da segunda metade do século XX à contemporaneidade: crises e transformações**

A segunda metade do século XX foi o cinquentenário das crises nos principais setores onde a grande propriedade historicamente havia apoiado sua reprodução, ou seja, na pecuária bovina e ovina. Através das diferentes estratégias adotadas pelos grandes proprietários diante das crises, tornou-se mais clara uma distinção entre eles, como, por exemplo, entre pecuaristas tradicionais e pecuaristas empresariais; entre aqueles que acumularam mais terra e aqueles que arrendaram ou venderam. Estas crises foram responsáveis por significativas transformações no espaço rural produzido neste território da grande propriedade, cujos efeitos se desdobram na atualidade.

#### **5.3.1 Crise da indústria frigorífica**

Apesar de tudo o que representou, aquele “status quo” de bonança estancieira no auge das matanças no Armour advinha de uma base que não tinha “raízes” e tampouco era autossustentada. Aquela realidade dependia dos mercados externos, especialmente da conjuntura da Segunda Guerra Mundial, e o “progresso” das estâncias advinha da presença de uma multinacional com pouco ou nenhum vínculo com o local. Assim, após o final da Guerra em 1945, o evidente, então, se concretizou. Sem este mercado representado pela Guerra, o principal frigorífico, o

---

<sup>13</sup> Esquila ou tosa do animal, quando se extrai a lã.

Armour, saiu em busca de lugares onde o negócio da carne fosse mais lucrativo (ALBORNOZ, 2000).

Conforme mostra o Gráfico 3, a seguir, nos dois quinquênios após o término da guerra, o número de abates foi caindo, expressando essa decadência no mercado internacional da demanda pelo tipo de produto oferecido pela Armour. Isso, somado ao aumento da concorrência devido à proliferação de frigoríficos em nível mundial, aos poucos, ocasionou as sucessivas saídas de frigoríficos do Prata.

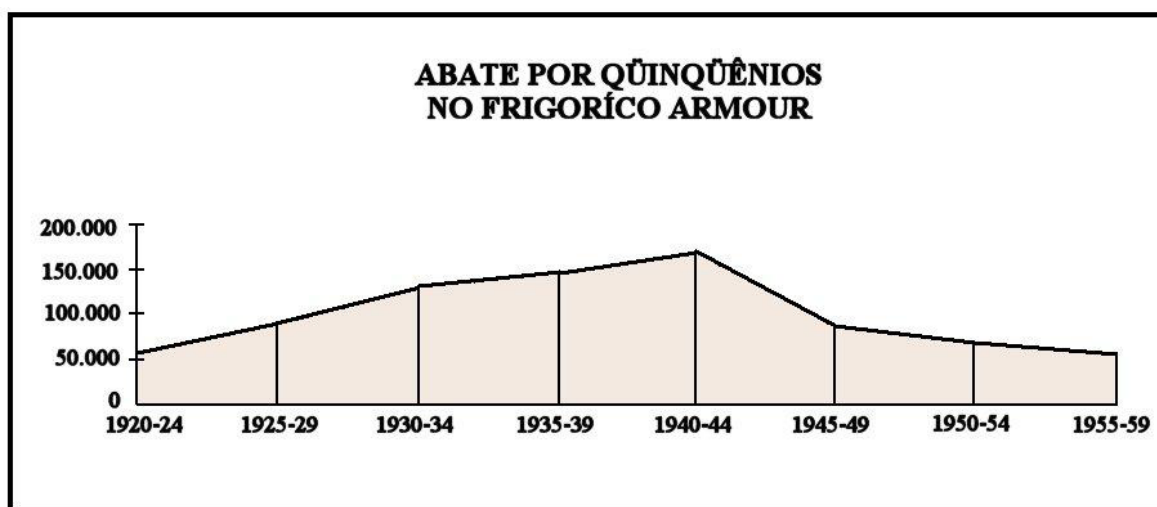


Gráfico 3 – Evolução do número de abates no frigorífico Armour por quinquênio (1920 – 1959)

Org: Albornoz (2000).  
Fonte: Albornoz (2000)

Diante destas condições, não só o Armour, mas em geral os frigoríficos instalados no Rio Grande do Sul, passaram, antes de sua efetiva saída, a adotar algumas estratégias para manter sua lucratividade diante de um contexto que não lhes era favorável. Entre estas estratégias, estava a diminuição do preço pago ao gado das estâncias (PESAVENTO, 1994). Tratava-se, em outras palavras, de transferir as perdas da indústria para os pecuaristas.

Neste sentido, para o território da grande propriedade, aquela era a crise de seu principal sustentáculo econômico. Era a decadência do principal mercado consumidor de sua matéria prima, aquele que vinha garantindo sua reprodução. Diante disso, uma alternativa para as estâncias foi a volta ao comércio com as charqueadas, que continuavam funcionando na região. No entanto, estas também utilizavam a mesma estratégia dos frigoríficos, transferindo as perdas para os

produtores diante de sua decadência que vinha ocorrendo desde o final do século XIX (PESAVENTO, 1994).

Assim, pressionados, os pecuaristas passaram a implementar medidas redutoras de custos de produção. Por isso, se no auge da capitalização das estâncias, o emprego era, sobretudo sazonal, agora, com a crise que se avizinhava para os estancieiros, surgia a necessidade de economizar com mão de obra, o que agudizou o esvaziamento do campo. Do mesmo modo, os objetos técnicos que vinham incrementando, seja as instalações, seja a base genética e os recursos forrageiros nas estâncias, os quais vinham sendo retomados com a perspectiva da indústria frigorífica, acabaram por ser reduzidos e até mesmo interrompidos (ANDREATA et. al., 2009).

É possível perceber que neste cenário de crise, muitos pecuaristas foram, de certo modo, incentivados à manutenção dos moldes tradicionais de pecuária, voltando a um patamar anterior, já que o investimento não seria recompensado na hora da venda do boi. É provável inclusive, que, diante da desistência de muitos, que colocaram suas terras à disposição para a venda e para arrendamento, foi possibilitado para aqueles que possuíam reservas de recursos, a compra de mais terras e mais gado como estratégia de manutenção da rentabilidade, mesmo com baixo preço oferecido ao boi, obtendo lucro pela quantidade, aos moldes do início do século XIX.

Mesmo assim, segundo Andreatta et. al. (2009), houve também experiências de implementação de técnicas de produção, manejo de rebanho e recursos forrageiros que permitiram a obtenção de índices técnico-produtivos satisfatórios na atividade e, por fim, a manutenção das propriedades mesmo diante da crise. Estas, no entanto, foram aleatórias. Não houve adesão de forma sistêmica, padronizada. Um exemplo neste contexto foi a inserção da inseminação artificial, que conforme o representante do sindicato patronal, entrevistado na pesquisa, teve Santana do Livramento como município pioneiro no Brasil, na década de 1960. Sendo, segundo o entrevistado, um marco para a bovinocultura. No entanto, como destaca Fontoura (2000), tampouco ganhou adesão generalizada na época.

Deste modo, a crise do mercado representado pelos frigoríficos acabou por iniciar um processo mais nítido de diferenciação entre as propriedades/produtores. As unidades de produção e/ou pecuaristas foram se tornando cada vez mais divididas entre aqueles que praticavam os moldes tradicionais e aqueles que davam

a atividade cada vez mais um caráter empresarial. Entre uns e outros destes, se constituiu ainda um gradiente de produtores que mesclavam características destas duas racionalidades, de acordo com suas possibilidades e estratégias de reprodução. Isso foi se acentuando nas décadas seguintes.

### 5.3.2 Década de 1970: crise de endividamento e inserção da lavoura moderna

Na década de 1970 ocorre, em nível de Brasil, a aplicação mais efetiva do modelo de desenvolvimento planejado pelo governo federal através do Estatuto da Terra, visto no capítulo 2. Deste modo, ocorre grande expansão do plantio de lavouras modernas, principalmente de soja. No entanto, segundo Fontoura (2000, p. 82), “a grande parte dos estancieiros não dominava os instrumentos de crédito, tinham receio de investir na agricultura e desconheciam técnicas de melhoramento dos rebanhos e das pastagens”. A inseminação artificial, por exemplo, embora conhecida dos estancieiros na década de 60, era muito pouco utilizada. Inclusive, em sua tese, a partir das entrevistas realizadas com os produtores, o autor afirma que dos recursos do crédito rural obtido pelos pecuaristas muito pouco era destinado a investimentos que aumentassem a produtividade, como divisões de poteiros, bretes, etc. Os recursos eram destinados a melhorias na casa e nos galpões, na aquisição de algum maquinário e camionetes. O autor relata inclusive que um entrevistado admitiu como prática comum no começo dos anos 70 a obtenção de recursos do crédito rural com juros anuais de 6%, e o investimento de uma parte destes recursos na poupança, que na época tinha um rendimento em torno de 12%.

O fato é que o processo de modernização da agricultura em curso não incentivava a pecuária como a agricultura. A montante, não havia tecnologia disponível no Rio Grande do Sul que aumentasse a produtividade, como o era para o pacote da “revolução verde” na agricultura. A jusante, não havia um grande mercado, como o era o de commodities agrícolas. A pecuária, portanto, continuava destinada ao abastecimento de frigoríficos, que por sua vez, em decadência, ofereciam baixos preços aos estancieiros. Diante desta baixa, e do não cumprimento de obrigações de muitos com os bancos perante as dívidas que haviam adquirido através do crédito subsidiado, ao final da década de 1970, com o fim do “milagre brasileiro”, era comum na Campanha Gaúcha, casos de perda total do patrimônio em famílias tradicionais de pecuaristas (FONTOURA, 2000). Além disso, a divisão



dos campos pelo processo de herança também influenciou para o empobrecimento de muitos estancieiros, apesar de isso ocorrer desde a formação das primeiras estâncias, sempre havendo formas encontradas pelos proprietários de minimizar o excessivo parcelamento (FONTOURA, 2000).

Por outro lado, e contraditoriamente, neste mesmo contexto, os reflexos do “sucesso” da modernização da agricultura e do crédito subsidiado em outras regiões do Rio Grande do Sul começaram a repercutir na Campanha Gaúcha, trazendo alternativas aos proprietários de terras. Diante da progressiva escassez de terras disponíveis para o cultivo de grãos nas regiões onde a modernização penetrou primeiro, passou a haver, na década de 1970, grande procura por terras na Campanha por parte de investidores, oriundos, sobretudo da metade norte do Rio Grande do Sul. Para muitos estancieiros esta era uma grande possibilidade de auferir renda diante da decadência da pecuária e, para os investidores, o negócio era bom devido ao preço baixo que pagariam pelo arrendamento. Deste modo, foi possível aos estancieiros, usufruindo da condição de proprietários de terras, obter rendimento através do arrendamento da terra para a agricultura, mas também através da venda, transferindo investimento para outros setores (CHELOTTI, 2005; FONTOURA, 2000).

Assim, na década de 1970, se inserem novos atores no espaço rural em Santana do Livramento, “os arrendatários capitalistas da terra”, que, através do plantio da lavoura moderna, sobretudo de arroz e soja, vão gerar significativas transformações no espaço rural do município (CHELOTTI, 2005), que até então se constituía em uma paisagem pastoril. Também terão importante papel na reprodução da grande propriedade, devido aos arrendamentos e compras de grandes áreas para o cultivo.

Sobre este processo Chelotti (2005, p. 60) faz a seguinte análise:

Nesse contexto, o município inseriu-se num momento importante de seu sistema produtivo, ou seja, com o processo de modernização da agricultura que ocorria no Planalto Gaúcho (noroeste), expandindo para outras regiões a agricultura moderna, inclusive para as áreas de pecuária extensiva, essas duas atividades passaram a dividir espaços substanciais, principalmente por meio do arrendamento capitalista da terra.

Nesta mesma década, conforme Flores, S. S. (2010) iniciaram-se estudos de pesquisadores da Universidade de Davis (EUA), com a participação da Universidade

Federal de Pelotas (UFPEL) e Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, que identificaram fatores físicos na região da Campanha, que favorecem a produção de uvas viníferas. Segundo a autora, estes estudos constataram que a região da Campanha, representada principalmente pelos municípios de Santana do Livramento e Bagé, apresenta o melhor conjunto de condições climáticas, pedológicas, geomorfológicas e topográficas para a produção de vinhos finos do Rio Grande do Sul. Particularmente Santana do Livramento, está situada no paralelo 31, que identifica internacionalmente regiões produtoras de vinhos finos de reputação e qualidade, em países como Argentina, África do Sul e Austrália.

A partir destas condições é que, segundo Flores S. S. (2010), Santana do Livramento protagonizou, na década de 1970, a atração de investimentos para a produção vitivinícola fora do eixo tradicional, da Serra Gaúcha. Nesta década se instala no município a empresa Almadén, que lançou seu primeiro produto na década seguinte, quando também se instala no município um grupo japonês que passa a produzir vinhos para exportação. Deste modo, iniciou-se um processo de contínuo destacamento da Campanha e especificamente do município como produtor de uvas viníferas e de vinhos de qualidade.

Neste sentido, consideramos particularmente interessante a partir do exposto no estudo de Flores S. S. (2010), uma particularidade da vitivinicultura da Campanha em relação à Serra Gaúcha: a escala de produção. Flores S. S. exemplifica que para se ter uma ideia, a Almadén possui hoje a maior área contínua de parreirais da América Latina, com 585 hectares, o que, conforme a autora, é muito superior a média das propriedades da Serra Gaúcha. Em face disso, mais de 80% da produção de viníferas está concentrada em apenas duas propriedades. Este dado nos permite colocar também a expansão da vitivinicultura para Santana do Livramento como um elemento de reprodução da grande propriedade.

Após este contexto dos anos 1970, que propiciou a expansão das lavouras para o município, estas não mais deixaram de estar presentes e nem mesmo retrocederam, salvo algumas oscilações. Pelo contrário, é possível observar uma significativa expansão da lavoura moderna não só no município, mas na Campanha Gaúcha como um todo. O Gráfico 4 mostra a evolução da área plantada com os dois principais cultivos introduzidos em Santana do Livramento.

É possível observar que nos primeiros anos da expansão da modernização da agricultura para a Campanha, o cultivo de arroz ganhou maior adesão que o de soja,

o que durou até o início da década de 2000, quando o cultivo de soja passa a ser a principal lavoura cultivada em Santana do Livramento. Esta preferência inicial pelo arroz pode estar ligada a fatores como a existência de áreas de várzea no município mais propícias para este cultivo; as décadas de experiência com o arroz, que iniciaram no Rio Grande do Sul antes da soja, nas várzeas do litoral e do vale do Jacuí; a existência da Política Estadual de Melhoramento Genético do Arroz Irrigado. Além disso, conforme Chelotti (2005), a soja teve expansão da área plantada até meados da década de 1980, quando fatores como o fim do crédito subsidiado e a não aptidão agroclimática para o cultivo em grande parte do município, fez com que a área plantada diminuísse nos anos seguintes.

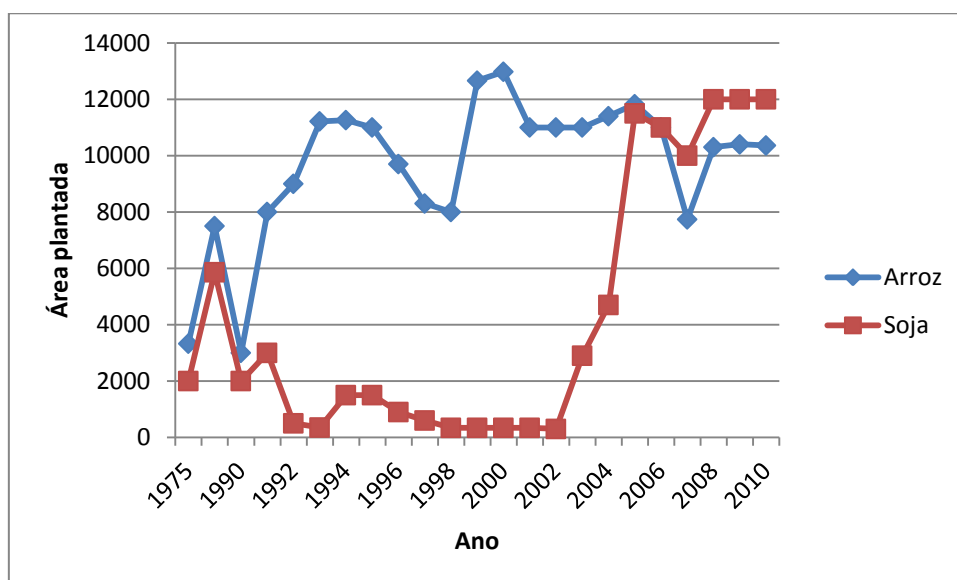


Gráfico 4 – Evolução da área plantada com arroz e soja em Santana do Livramento (1975 – 2010).

Org: do autor  
Fonte dos dados: IBGE

No entanto, da década de 2000 em diante, a área plantada de soja cresceu exponencialmente e vem, inclusive, ocupando áreas anteriormente ocupadas com arroz e pecuária. A reportagem abaixo expressa o grande vulto tomado ultimamente por esta expansão da lavoura de soja.

#### **Soja conquista espaço do arroz na Campanha Gaúcha**

Muitos produtores da região decidiram ampliar cultivo da soja. O principal motivo para aumento de área é o preço do grão. Um imenso tapete verde se estende pelas áreas de várzea na região da Campanha, no Rio Grande do Sul. O arroz, cultura que melhor se adapta a este tipo de ambiente, vem dando lugar para a soja e as plantações ocupam até as margens das rodovias. Em 2006, o

agricultor Ivan Zangrande, que veio de Erechim, no norte do estado, resolveu investir na produção de soja em **Santana do Livramento**, na fronteira do Brasil com o Uruguai. Ele espera colher cerca de 2,1 mil toneladas nesta safra em 700 hectares, 10 sacas a mais por hectare em relação ao ano passado. Como o cultivo do grão está cada vez mais rentável, o Ivan pretende ampliar os investimentos. A grande oferta de áreas para plantar e a valorização do preço do grão são alguns motivos que estão atraindo produtores de outros municípios para a região da Campanha. Segundo a Emater, **em Santana do Livramento, a área de soja passou de 12 mil para 25 mil hectares**. Nesta estimativa também estão os produtores que optaram pelo plantio da soja para fazer a rotação de cultura nas lavouras de arroz. Ricardo Soncini é um desses agricultores. Este ano, ele plantou 140 hectares de arroz e 400 de soja, mas para a próxima safra, ele pensa em aumentar a área de soja por causa da rentabilidade. "O preço praticado nos últimos dois anos está muito bom, além da rotatividade que ajuda a limpar a terra", diz. De acordo com a Conab, a área ocupada com soja cresceu 10% em todo o Rio Grande do Sul (PORTAL G1, 11/03/2013. Grifo nosso).

Conforme Pizzato (2013), que em sua dissertação de mestrado estudou causas e consequências do avanço da soja no Pampa gaúcho, esta expansão está relacionada ao momento em que puderam ser superados, sobretudo os limites físicos e histórico-culturais para o cultivo, presentes na região. Neste caso, aponta a autora que os limites físicos deixaram de ser uma barreira quando puderam ser aplicadas técnicas desenvolvidas durante a década de 1990, como o Plantio Direto. O uso desta técnica tornou áreas de difícil manejo em agricultáveis, ampliando a fronteira agrícola e, paralelo a isso, foram utilizadas sementes transgênicas. Quanto aos limites histórico-culturais, segundo Pizzato (2013), estes passaram a ser superados quando surgiram atores dispostos a investir na produção de soja em terras, que, diga-se de passagem, encontravam-se/encontram-se entre as mais baratas do estado. Estes atores são oriundos, principalmente da metade norte do Rio Grande do Sul, sobretudo do noroeste, região historicamente produtora de soja.

A partir destes fatores apontados por Pizzato (2013), é possível compreender o exponencial aumento da área plantada de soja a partir do início da década de 2000 em Santana do Livramento. Inclusive, conforme apontam entidades como a Emater, bem como diversas publicações em jornais, no ano de 2013 foi atingido o maior pico do plantio de soja na história em Santana do Livramento. Cruzando-se os dados de 2010, do IBGE, com os dados fornecidos para 2013, pela Emater, presentes na reportagem anterior, poderemos observar que a área plantada passou de 12 mil hectares em 2010, para 25 mil hectares, em 2013, o que representa um aumento de mais de 100%. Este aumento mais recente está relacionado à relativa escassez de soja no mercado internacional devido à quebra de algumas safras, o que aumentou o seu preço e também à valorização do Dólar frente ao Real.

Particularmente sobre a vitivinicultura, após o primeiro momento de introdução, o processo de evolução se estabilizou, conforme destaca Flores S. S. (2010). No entanto, a partir da década de 2000, toda a Campanha experimentou um processo de crescimento significativo da cultura, expresso no aumento da área plantada, como mostra o Gráfico 5, que expõe o caso de Santana do Livramento.

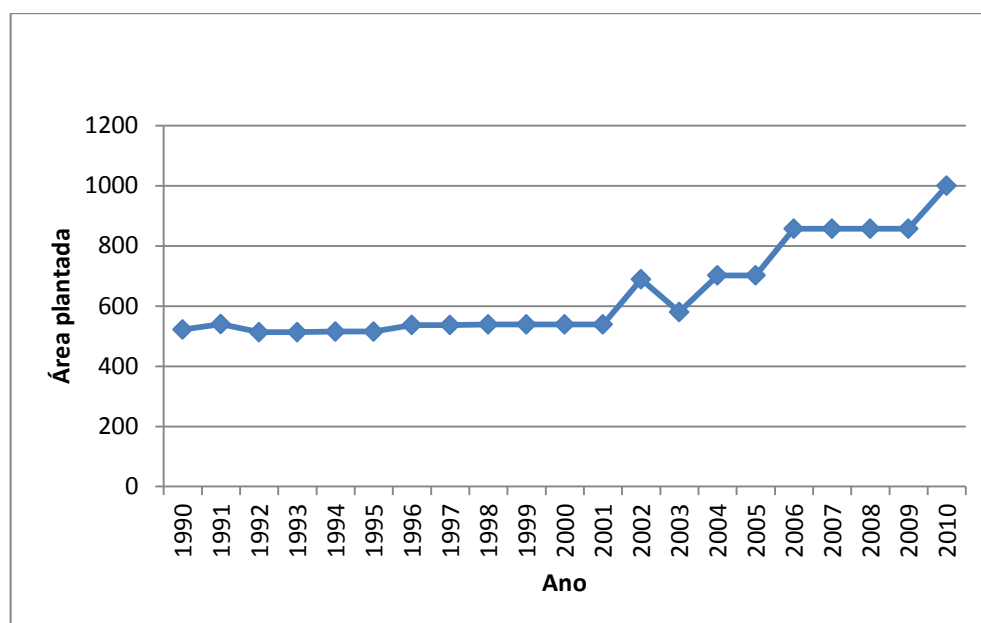


Gráfico 5 – Evolução da área plantada com uva em Santana do Livramento (1990 – 2010)

Org: do autor  
Fonte: IBGE

Conforme Flores (2010), o principal vetor de expansão da vitivinicultura na Campanha foi a expansão de vinícolas da Serra Gaúcha para a região, seja somente cultivando uvas finas, ou fomentando produtores locais, ou ainda, associando tudo isso ao processamento e produção de vinhos, através da aquisição de empreendimentos locais ou constituição de outros novos. Exemplo é a empresa Miolo, oriunda do Vale dos Vinhedos (Serra Gaúcha), que comprou recentemente a vinícola Almadén. Por sua vez, a vinícola Aliança, também da Serra, adquiriu a Livramento Vinícola, de propriedade de um grupo japonês (FLORES, S. S., 2010).

É importante destacar que esta expansão da agricultura em Santana do Livramento não ocorre de forma contínua e homogênea em todo o território municipal. Esta localização é importante pelo fato de que Santana do Livramento tem sua extensão territorial dividida, grosso modo, em duas “metades” distintas fisicamente, principalmente no que se refere aos solos. Estas duas metades, que

assim chamamos por corresponderem cada uma a cerca de 50% da área do município, historicamente condicionaram e até os dias de hoje condicionam as práticas agrícolas e outros usos do solo. A Figura 15 mostra a clara distinção entre as duas metades do município no que tange aos solos.

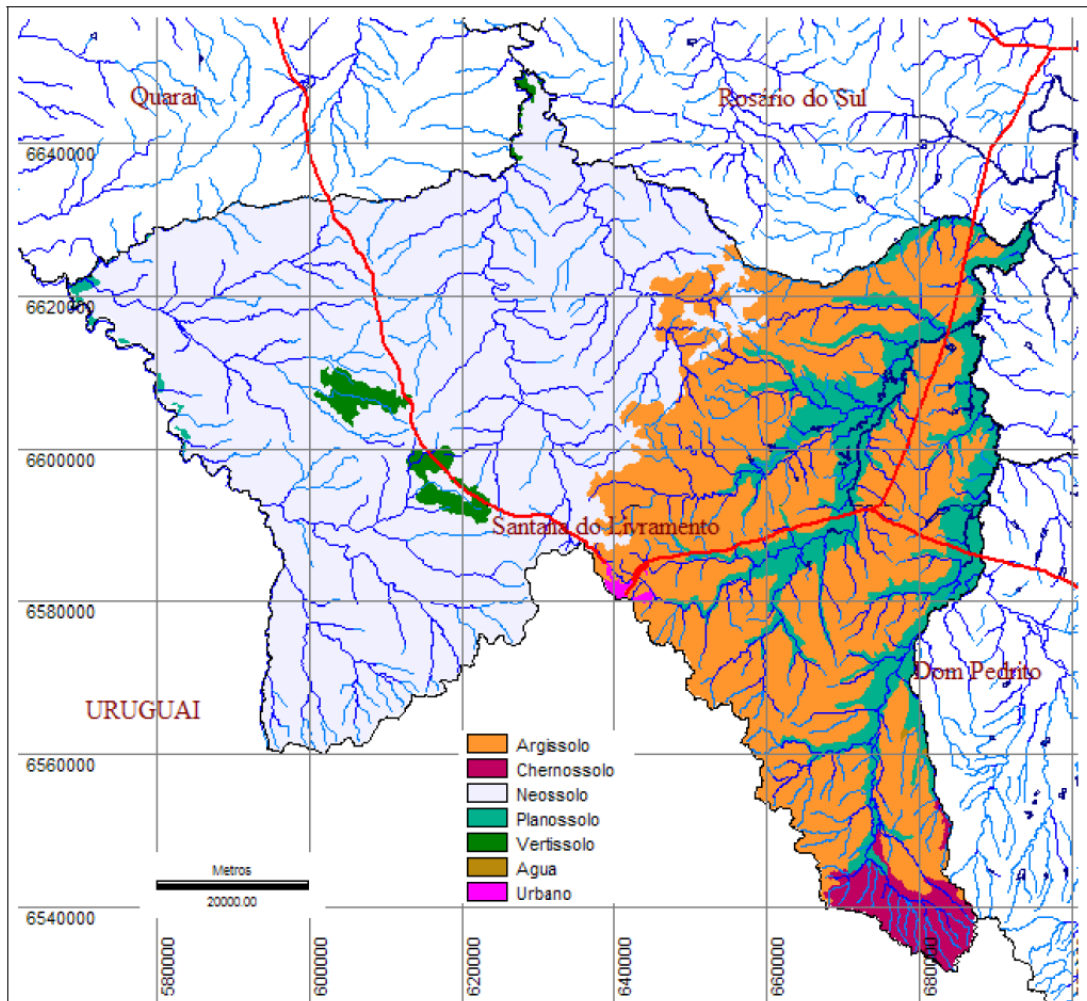


Figura 15 - Tipos de solos em Santana do Livramento

Org: IBGE (1986) modificado por INCRA (2006)

Fonte: INCRA (2006).

Na metade oeste predominam os neossolos. São solos originários basicamente de rochas basálticas, rasos e pedregosos, com baixa aptidão para a agricultura (INCRA, 2006), sendo por isso, poucas as áreas de cultivo e não extensas nesta porção. No entanto, são solos que propiciam uma pastagem nativa de alto valor forrageiro, o que garantiu séculos de pecuária extensiva, perpetuada até os dias atuais, ocupando mais de 90% desta metade do município. Esta se constitui na região da pecuária, por excelência, onde se concentram as maiores

propriedades sejam cabanhas ou estâncias. Por esta vocação para a pecuária e, ao mesmo tempo, com as sérias restrições às lavouras, esta parte oeste é a que mais conserva o Bioma Pampa no município, conforme mostra o Monitoramento feito pelo Ministério do Meio Ambiente em 2012, o que se deve também à presença da Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã nesta região do município, desde 1992. Em um relevo característico de Cuesta, chamado de Cuesta de Haedo, esta metade oeste apresenta, em geral, maior altitude se comparada à leste, com poucas matas ciliares e estreitas áreas de várzea, com campos mais “limpos” do que na metade leste. Duas são as bacias hidrográficas correspondentes a esta metade oeste: a do rio Quaraí e a do rio Ibicuí (Ibirapuitã) (INCRA, 2006).

Já na metade leste, predominam os argissolos e os planossolos, originários de rochas sedimentares, principalmente do arenito, que apresentam grande fragilidade, porém se prestam às lavouras (INCRA, 2006). Os primeiros predominam nas coxilhas e são destináveis a uma variedade maior de culturas, sendo nestes que tem se expandido o cultivo de soja. Os segundos são solos de várzea, já ocupados em boa parte pelo cultivo do arroz, mas que vem sendo substituídos também pela soja. Resumidamente, a metade leste pode ser identificada como a porção das lavouras no município.

O relevo é de baixa declividade e de menor altitude do que a metade oeste, com planícies de várzea e coxilhas levemente onduladas, ambas associadas à província geomorfológica da Depressão Periférica do Rio Grande do Sul, o que facilita a inserção de maquinário de lavouras modernas. Nesta parte leste se encontram também os morros testemunhos do recuo por erosão do front da Cuesta de Haedo, os chamados “cerros”, que constituem elementos característicos da paisagem local e são referências de localização no meio rural, dando nome a várias localidades rurais do município, especialmente desta parte leste (Figura 16).

No entanto, a pecuária extensiva continua ocupando amplos espaços desta parte, só que as pastagens nativas são de valor forrageiro menor se comparadas à metade oeste, por isso mesmo esta também é a metade em que há maior suplementação da alimentação das criações pecuárias através do plantio de pastagens. Esta parte leste é, inclusive, onde houve maior supressão do Bioma no município, na medida em que as pastagens nativas vão sendo substituídas por

lavouras, seja soja e arroz, como pastagens artificiais. Este é um ponto que não pode ser deixado de lado, pois existe uma forte supressão do Pampa a partir da expansão das lavouras em forma de grandes monoculturas. Conforme Cruz e Guadagnin (2010), estas lavouras, ao contrário dos ciclos anteriores de intervenção humana, como, por exemplo, o representado pela introdução do gado, no século XVII, a expansão das grandes lavouras substituem o Pampa por outro ecossistema. Trata-se da descaracterização do bioma, conforme explicam os autores no que segue.



Figura 16 – Paisagem pampiana no Distrito do Upamaroty em Santana do Livramento: ao fundo um morro testemunho

Org: do autor

Fonte: Trabalho de campo

Diferentemente dos ciclos anteriores, que tenderam a novos padrões de estabilidade ajustados a diferentes regimes de perturbações, este novo ciclo envolve a substituição do ecossistema de campo por outro ecossistema: o agroecossistema. É um regime de perturbação tão intenso que descaracteriza completamente o sistema de campo (CRUZ; GUADAGNIN, 2010, p. 168).

Assim, tendo em vista o exposto, é possível observar a proporção tomada pela modernização da agricultura em Santana do Livramento. Estando, sobretudo,



em sua parte leste, as monoculturas de soja e arroz, bem como de uvas viníferas, são hoje elementos característicos da paisagem rural local.

### 5.3.3 Décadas de 1980 e 1990: a maior de todas as crises

Passado o início do processo de expansão da modernização da agricultura para a Campanha, é no período dos anos 1980 e 1990 que, conforme Fontoura (2000), a pecuária mergulha na maior crise de todos os tempos, o que, segundo autor, estimulou mudanças comportamentais de muitos produtores, acentuando a diferença entre pecuaristas tradicionais e empresariais, além de gerar uma grande quantidade de falências e vendas de patrimônio.

Nos anos 1980, ocorre a reforma do Estado e a sucessiva abertura econômica, caracterizada pela instabilidade, e expressa em sucessivos planos econômicos e alta inflação. O sistema de crédito subsidiado que havia caracterizado o período anterior fica cada vez mais restrito, anunciando os traços neoliberais desta nova economia. Assim, a alta inflação, ao estimular a compra de terras para fins especulativos, aumentou a concorrência, o que dificultou a aquisição de novas terras por parte dos produtores para ampliar sua criação extensivamente. Deste modo, restringia-se a possibilidade da manutenção da lógica do século XIX, baseada em “mais terra e mais gado”, ao passo que o parcelamento da terra por herança ia diminuindo a rentabilidade obtida na criação extensiva. Do mesmo modo, a diminuição do crédito subsidiado, se por um lado preveniu novas dívidas, de outro, freou possíveis medidas favoráveis para os estancieiros a partir da aplicação deste recurso. Nestes mesmos anos, a pecuária ovina, ligada a indústria lanífera, que até então vinha mantendo níveis satisfatórios de rendimento, também entra em crise. Os altos estoques australianos de lã geraram enorme oferta, baixando o seu preço e, paralelo a isso, se inicia a comercialização de tecidos sintéticos no mercado têxtil internacional (VIANA; SILVEIRA, 2009), que aos poucos iam ganhando preferência e substituindo a lã natural.

Já, nos anos 1990, ocorrem a expansão da fronteira agrícola e a constituição do Mercosul, causando a ampliação da concorrência para a economia regional da Campanha (CHELOTTI, 2005). A partir da expansão da fronteira agrícola, a pecuária, principalmente, mas também a agricultura moderna que havia ingressado

no município nos anos 1970 passa a sofrer com a concorrência estabelecida pelos estados produtores das regiões centro-oeste e norte e mesmo de São Paulo. Como destaca Fontoura (2000, p. 134), “o rebanho zebuino de raça nelore dos estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul melhoraram em muito a qualidade da carne no tocante a maciez e sabor da mesma”. Já a partir da criação do Mercosul, em 1991, a concorrência vai se acirrando também com os países platinos, devido à facilitação das importações da carne procedente do Uruguai e da Argentina. Especificamente a pecuária ovina, já em crise, passa a enfrentar competição também com a lã platina, levando muitos produtores a desistir da atividade, ocasionando significativa redução do rebanho comercial nas décadas seguintes (Gráfico 6) e, por fim, a desestruturação da cadeia produtiva.

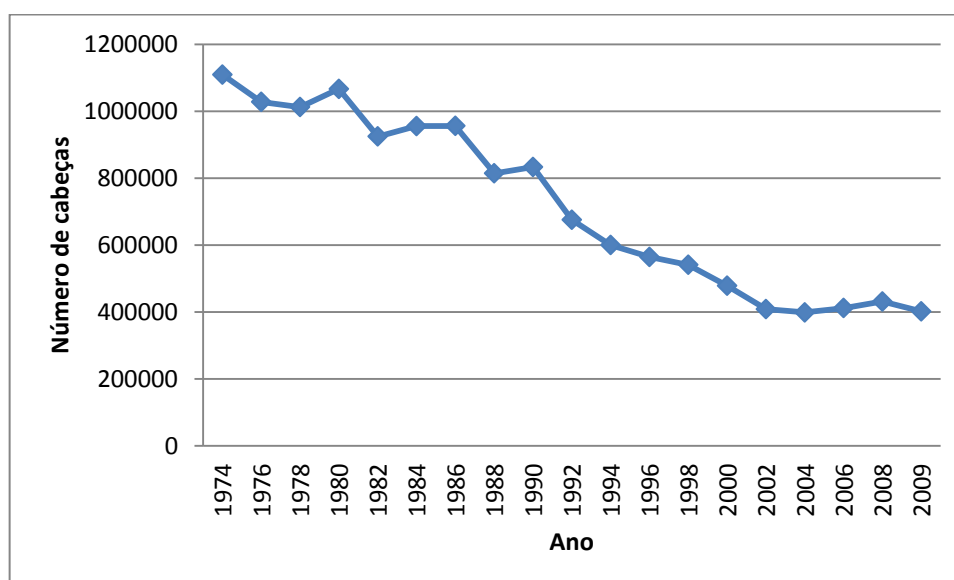


Gráfico 6 – Evolução da criação ovina em Santana do Livramento (1974 – 2009)

Org: do autor

Fonte: IBGE

Foi este o contexto em que a pecuária da Campanha entrou em sua mais forte crise. Isto, de um lado, se expressou no número de imóveis para venda e na queda do preço da terra com esse destino (FONTOURA, 2004). É neste contexto, inclusive, que em Santana do Livramento, o governo estadual irá comprar terras para fins de instalação de assentamentos da reforma agrária e, muitos proprietários de terras irão procurar o INCRA para vistorias, interessados na desapropriação, já que esta prevê indenização. Este foi o contexto que favoreceu o fato de hoje

Santana do Livramento ser o município com o maior número de assentamentos no Rio Grande do Sul. Este ponto será visto no capítulo 6.

Por outro lado, esta profunda crise provocou um ambiente favorável para que houvesse transformações na forma como produzir e se inserir no mercado, entre parte dos estancieiros. É assim que ganha corpo um novo paradigma na produção na Campanha Gaúcha, em que esta toma sistematicamente um caráter empresarial. Fontoura explica essa nova racionalidade do seguinte modo:

as variáveis sanidade, manejo, genética e alimentação passam a ser integradas e de forma sistêmica. A saúde animal passa a ser tratada de forma profilática, e os poteiros mais divididos. Os melhores campos foram destinados as matrizes e os novilhos confinados a céu aberto. O padrão genético é definido a partir do resultado desejado pelo produtor empresário. A alimentação é fornecida aos animais na forma do melhoramento dos campos, resteva de lavouras como arroz e soja, formação de pastagens e silagens (fermentação). O resultado é a melhoria dos índices de produtividade como a natalidade, mortalidade animal a diminuição do tempo de abate para dois anos (FONTOURA, 2004, p. 9).

Trata-se de uma pecuária que vai agora, diferente da pecuária tradicional, basear-se em um significativo investimento na produtividade e que vai, para isso, agir sobre as condições naturais, dependendo cada vez menos delas. Além disso, ela se calcará no planejamento do produtor para além da propriedade, demandando que este esteja permanentemente por dentro das condições de mercado. Deste modo, conforme Fontoura (2004), à montante, serão estabelecidas relações com a indústria genética, que vai propiciar animais capazes de diminuir o tempo de produção do gado bovino, ao mesmo tempo em que o produtor deve encontrar como aplicar a tecnologia de acordo. À jusante, serão estabelecidos vínculos de parceria com frigoríficos, redes de supermercados, grifes de carne, etc.

A diferença fundamental é que esta “nova pecuária” demanda um gerenciamento da estância/empresa visando o lucro, e não apenas a criação de animais. Existe agora um significativo investimento que deve ser recuperado e ampliado no final do processo produtivo. Algo que demanda também, necessariamente, novas relações de trabalho com os funcionários, com treinamento, respeito às leis trabalhistas e, inclusive, participação no crescimento da empresa (FONTOURA, 2004).

Expressão deste tipo de racionalidade empresarial são as cabanhas<sup>14</sup>, estabelecimentos modernos e especializados na pecuária, com sistemas aperfeiçoados de criação das espécies equina, ovina ou bovina, geralmente vinculados a produção de matrizes e, sobretudo, de reprodutores, com alto padrão genético e zootécnico (CHELOTTI, 2009). A Figura 17 mostra um anúncio de remate de touros das raças Angus e Brangus produzidos por cabanhas de Santana do Livramento, que juntas formam a parceira “Touros da Fronteira”. A própria existência de uma logo e de anúncios publicitários, enfim, de marketing, já indica a presença de uma outra racionalidade: a da empresa pecuária. Isto se confirma na apresentação do referido grupo que consta no seu website, onde os empresários colocam como meta a busca de aperfeiçoamento e da qualidade genética de seus animais, investindo, para isso, na qualificação de sua mão de obra, no manejo das pastagens nativas, e o melhoramento genético contínuo para os reprodutores que oferecem. E concluem: “ao promover o mercado da genética, também estaremos disseminando uma melhor produção de carne, com qualidade e padronização”.

Particularmente na pecuária ovina, além da venda de reprodutores de alto nível genético, tanto para produção de lãs como para produção de carne, há também uma alternativa que vem ganhando espaço e surge como uma perspectiva de reerguimento da criação de ovinos. Trata-se da ovinocultura de corte. Segundo Viana e Silveira (2009), em nível de Brasil, a produção de carne se tornou o principal objetivo da ovinocultura, sendo que os preços pagos ao produtor tem se elevado, tornando a atividade atraente e rentável. O mercado consumidor tem crescido muito no Brasil, sendo que atualmente, para suprir a demanda, o Brasil importa carne ovina, visto que a oferta de carne ainda é insuficiente no próprio país. Conforme o autor, as importações são feitas, sobretudo do Uruguai e são na maioria de cortes com osso, congelados e resfriados, além de cortes desossados. A carne é destinada aos grandes centros consumidores, das regiões sul e sudeste, competindo diretamente em preços com produtos locais. Segundo Viana, a entrada desta carne é beneficiada pela valorização cambial existente no Brasil nos últimos anos, o que propicia ao país importar a carne a preços mais competitivos, além de obter menores custos de logística.

---

<sup>14</sup> Do espanhol, cabaña.

9º Leilão

**TOUROS**

DA

ANGUS BRANGUS

**FRONTEIRA**

Sant'Ana do Livramento-RS

**22 de outubro** às 18 horas

Parque de Exposições da Rural de Livramento

FRETE SUBSIDIADO

**100 VENTRES ANGUS E BRANGUS**

**80 TOUROS ANGUS E BRANGUS**

AML Agropecuária Santa Inês Cantagalo Diamante

São Miguel do Sarandy Planalto Santa Rita PAP Rollin Acauan

Barragem Silêncio São Izabelino Sossigo

Vita Sanga TORTUGA Veterinária Sant'Ana Acatak SUPRA

Informações, Acesse: [www.tourosdafrenteira.com.br](http://www.tourosdafrenteira.com.br)

BALSALO 55 - 3241 2000 TORTUGA 55 - 3242 4961 | 55 - 9989 2041 Acatak 53 - 3028 1400 SUPRA

Figura 17 – Divulgação de remate de reprodutores por cabanhas de Santana do Livramento

Fonte: [tourosdafrenteira.com.br](http://tourosdafrenteira.com.br)

Particularmente Santana do Livramento, apesar da crise ocorrida no mercado da lã a partir da década de 1990, continua com um significativo rebanho ovino, diga-se de passagem, o maior do Brasil, com quatrocentas mil cabeças (IBGE). Esta pecuária segue, no município, estas duas linhas, da lã e da carne. Especificamente sobre a lã, destaca o representante do Sindicato Rural local, que apesar de não ter o mercado de antes, a lã natural em alguns aspectos é insubstituível, o que mantém a atividade estabilizada após a grande queda. Por se tratar de um mercado que é internacional, esta atividade está sujeita a oscilações, a exemplo da crise recente na Europa, que causou uma baixa no mercado para a lã de Santana do Livramento. No entanto, conforme o entrevistado, esta ainda é uma importante atividade para os produtores locais.

Por outro lado, é a ovinocultura de corte que tem crescido mais. Há inclusive um frigorífico de ovinos no município que produz além dos cortes ovinos, produtos

industrializados, como linguíça, espetinhos, Pamplona e almôndega, todos de cordeiro. Trata-se de uma grife de carne, destinada a um nicho específico de mercado. Uma expressão, portanto, do que Graziano da Silva (2001) chamou de o novo rural brasileiro, onde além do agronegócio de commodities e das atividades não agrícolas, como a própria indústria, a busca de “fatias de mercado” é uma expressão.

Assim, especificamente no âmbito da pecuária, como produto de um processo de diferenciação ocorrido, sobretudo ao longo da segunda metade do século XX, o território da grande propriedade patronal em Santana do Livramento forma hoje um mosaico de “tipos” de propriedade. Umas mais tradicionais, de baixo investimento e baixa rentabilidade, e outras empresariais, com maior grau de investimento, intervenção nas condições naturais oferecidas inicialmente, obtenção de maior produtividade e conseqüentemente maior lucro. O que de fato deve ser superado é a imagem pura e simples da Campanha como “a região da pecuária extensiva”, apesar de esta ainda ser predominante. A realidade atual, diversa e complexa, não permite mais este tipo de estigmatização, basta observar não só a diversidade encontrada na própria pecuária, mas, sobretudo, as novas experiências que vão cada vez mais ganhando espaço, como as lavouras modernas, principalmente da soja, bem como os assentamentos.

Porém, de fato, a pecuária ainda é a principal atividade do meio rural em Santana do Livramento. Conforme Jeanice Jung de Andrade (2010), que estudou em, sua tese, os valores e as motivações no processo de tomada de decisão dos produtores rurais de Santana do Livramento, tanto entre os grandes, como entre os médios e pequenos produtores do município, a atividade predominante e a principal fonte de sustento das propriedades ainda é a pecuária de corte e de caráter extensivo. O presidente do Sindicato Rural de Santana do Livramento, em seu depoimento para nossa pesquisa, quando indagado sobre o traçado de um perfil sucinto do meio rural em Santana do Livramento, afirmou:

[...] ainda tem muita gente criando por tradição. Que o pai era criador, o avô era criador, mas sem procurar muita alternativa e sem ver muito, também, a rentabilidade do negócio”. Claro, cada um procura ter uma boa receita, mas tem muita gente, muito produtor que está no meio rural por tradição. Porque gosta. Sem botar em primeiro lugar a rentabilidade, quando deveria ser o contrário. Se a pessoa não está vendo rentabilidade naquilo, teria que dar

lugar pra outro, ou então tentar alterar a sua produção, não é? Tentar outros investimentos. A gente vê que tem muita terra ociosa aqui pra agricultura, que eles aproveitam para a pecuária, vamos dizer, a pecuária dá menos retorno. A agricultura daria muito mais resultado. As vezes é por falta de iniciativa ou de conhecimento do produtor, o proprietário ali, e as vezes é por falta de infraestrutura, de logística, não tem estrada, não tem uma cooperativa de comercialização, não tem gente treinada para trabalhar na agricultura. Então, está na pecuária porque o campo já estava com pecuária [...] (ENTREVISTADO REPRESENTANTE DO SINDICATO PATRONAL, 2012).

O estudo de Andrade (2010) mostrou que não são somente os valores econômicos que influenciam na tomada de decisão dos produtores, mas também os intrínsecos como a satisfação de trabalhar na atividade rural, muito alicerçada na cultura, nos hábitos adquiridos pelos produtores ao longo das gerações.

Inclusive, como evidenciou Fontoura (2000), é muito comum na Campanha Gaúcha a compra de terras e a prática da pecuária por profissionais liberais, a exemplo de médicos, advogados e donos de cartórios, que passam a ter na atividade uma prática quase que lúdica, um hobby. Os entrevistados pelo autor, de uma forma geral, admitiram que atualmente transferem rendimentos da atividade principal para a pecuária e gerenciam o “negócio” como bons representantes da pecuária tradicional. No entanto, há de se destacar que muitos destes profissionais liberais diversificam seus capitais na atividade pecuária, se tornando empresários rurais. Outro ponto interessante é o apontado por um estudo elaborado em conjunto do SEBRAE/RS, SENAR/RS e FARSUL (2005), mostrando que entre os bovinocultores de corte, não só da Campanha, mas de todo o Rio Grande do Sul, os principais desejos de investimento são a compra de mais terra e mais gado. Exatamente as mesmas estratégias dos estancieiros do século XIX. O mesmo estudo mostra que os motivos da prática da pecuária são principalmente a tradição, satisfação e segurança.

Deste modo, como reflexo destas várias vias de manutenção da atividade pecuária bovina, não houve, como foi no caso dos ovinos, uma redução drástica no rebanho no município nas décadas seguintes (Gráfico 7).

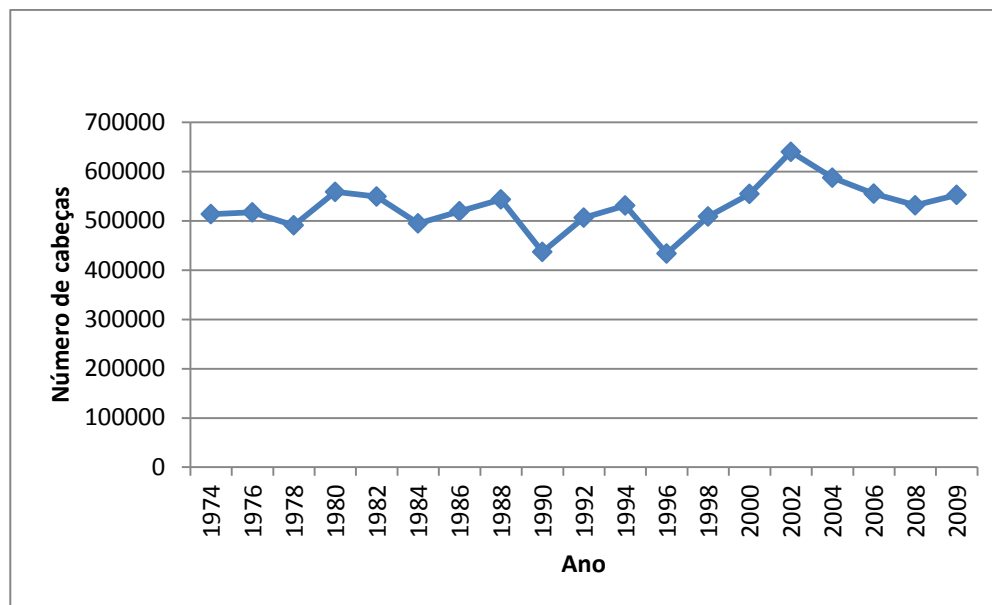


Gráfico 7 – Evolução do rebanho bovino em Santana do Livramento (1974 – 2009)

Org: Do autor

Fonte: IBGE

Em face da desistência de uns, outros que foram se inserindo deram continuidade a atividade. Muitos, obtendo capitais oriundos de outras fontes conseguem manter a lógica de “mais terras e mais gado”, continuando satisfatoriamente na atividade pecuária. Outros, mesmo afetados pelo parcelamento das terras, continuam, com a rentabilidade cada vez mais comprometida, mas apegados na tradição e na satisfação que a atividade proporciona. Outros, como legítimos empresários, obtêm significativa produtividade e margens de lucros. Enfim, uma grande complexidade, que por fim, mantém a pecuária bovina em papel de destaque. O Gráfico 7 mostra que, salvo em duas baixas nos períodos de maior crise, nos anos 1990 e 1996, o rebanho bovino em Santana do Livramento se manteve estável, diga-se de passagem, entre os maiores do estado.

Inclusive, esta relativa estabilidade do efetivo bovino, não só no município, mas na Campanha, evidencia uma outra questão: o aumento da lotação nos campos, tendo em vista que muitas áreas anteriormente destinadas à pecuária estão sendo substituídas por lavouras. Isso indica um aumento do potencial de supressão do Pampa também na pecuária. Conforme Cruz e Guadagnin (2010), se de um lado o efetivo pecuário de bovinos na região da Campanha, se estabilizou, a produção de grãos se expandiu, exatamente como mostramos neste capítulo. Deste modo, para



os autores, estes dados sugerem um aumento de lotação de gado nos remanescentes de campo nativo que para ser mantido, há um aumento das pastagens cultivadas e da introdução de espécies exóticas em plantio direto sobre campo nativo (“melhoramento de campo”). Inclusive, lembram os autores que uma destas espécies, o capim-anonni<sup>15</sup>, introduzido na década de 1950, tem mostrado grande potencial invasor sobre campos nativos, gerando perda de qualidade forrageira e de biodiversidade.

#### 5.3.4 Reprodução da concentração fundiária e êxodo rural: um espaço rural socialmente vazio

Aqui não é mais o campo tampouco será cidade/ Aqui se levantam ranchos na boca dos arrabaldes/ Nem o silêncio do campo nem o estrondo da cidade/ Só a voz dum rasguido-doble num rádio às duas da tarde

Rancheiro de fim de mundo erguido sobre uma linha/ E uma sorte que no fundo nem mesmo Deus advinha/ Aqui um bolicho de tábua sortido à canha e mais nada/ Abre quando o sol destapa e não cerra de madrugada

Há um gaitero paroquiano que faz da canha o sustento/ Borracho faz quase um ano dormindo sobre o instrumento/ E um relampiado que grita "toque um tango arabalero"/ Que hable de amor e desdicha, de traición y desespero

O gaitero se incorpora soltando acorde e poeira/ E acalma o tremor dos dedos com a cachaça brasileira/ E o som vai ganhando as ruas mormaço de tarde clara/ Vem se infiltrando nos pátios pelas cercas de taquara

E neste espelho se enxerga o povo dos arrabaldes/ Quem deixou de ser do campo pra nunca ser da cidade/ Aqui um bolicho de taboa sortido à canha e mais nada/ Abre quando o sol destapa e não cerra de madrugada

Os versos acima, do poeta santanense Sérgio Pereira de Carvalho, satirizam a condição a que sucessivas gerações de camponeses foram lançadas na Campanha. Esta poesia serviria tanto para a virada do século XIX e início do século XX como para a atualidade. Trata-se de um aspecto colocado por Wanderley (2001), como próprio das regiões de domínio da grande propriedade patronal: o esvaziamento do campo concomitantemente à favelização na cidade. O poema acima mostra, do seu jeito, particularidades deste fenômeno na Campanha, com personagens, sons, paisagens, típicos de uma cultura particular, a do camponês da

<sup>15</sup> Espécie exótica de gramínea, originária da África do Sul. No Brasil, é considerada praga, sobretudo no Rio Grande do Sul, onde teve maior proliferação.

Campanha desterritorializado, entregue às amarguras da precariedade da periferia da cidade.

A reportagem a seguir, de Zero Hora, condiz com o poema acima como se tivesse servido de base para a composição dos versos. Em 02 de agosto de 2012 o referido jornal publicava a terceira reportagem da série “O Rio Grande Indigente”, em que era mostrado um caso de Santana do Livramento, expressando que aquele conhecido movimento de expulsão do homem do campo, eternizado na “Trilogia do Gaúcho a Pé”, de Cyro Martins, continua atual:

**A face gaúcha da miséria: municípios do Sul sofrem com a pobreza urbana**

A opulência rural do passado se transformou em miséria urbana no pampa. As cidades que um século atrás tiravam de suas estâncias e charqueadas metade da riqueza gaúcha agora vivem na penúria, com periferias pejudadas de pobres [...]. Muitos dos favelados da atualidade são os centauros do pampa de outrora, caso de Santo Vitorino Rodrigues, 54 anos, que trocou a vida dedicada às lides campeiras por uma maloca na periferia de Santana do Livramento. Circula de bombacha pela favela e vê sua tesoura de esquila enferrujar, há três anos sem uso. — Fui capataz, domador, esquilador. Cuidei de 1,7 mil ovelhas e de 800 reses, só eu e os cachorros, lá no Ibicuí da Armada. Quando o serviço no campo ficou escasso, vim para a cidade, mas aqui não tem trabalho. Agora é o Bolsa-Família e as “changas” dos guris — diz ele, referindo-se aos biscates dos filhos. Rodrigues vive com a mulher, Terezinha Xavier, 53 anos, e seis filhos em uma casa de chão batido e paredes feitas de pedaços de pau, de lata e de plástico. Móveis quebrados, sem porta, de madeira apodrecida, servem para demarcar as divisões internas. Panos nos paredes contêm a água que entra nos dias de chuva. Para acender ou apagar a luz, é preciso girar a lâmpada. A família recebe R\$ 160 de Bolsa-Família. O resto que entra é das “changas”. Para Rodrigues, elas só aparecem do outro lado da fronteira, no Uruguai (JORNAL ZERO HORA, 02/08/2012).

As versões do poema e da reportagem correspondem à face do destino, ou seja, do desfecho de uma história de contínuas levadas de famílias que aos poucos foram deixando o campo diante de constantes crises da pecuária, de um lado, e de sua substituição pela lavoura mecanizada, de outro. No entanto, queremos observar aqui, a face que se definiu em seu lugar de origem, que só poderia ser a da constituição de um espaço rural socialmente vazio. Entre as décadas de 1970 e 1990 houve um rápido processo de diminuição da população rural no município, exatamente nos períodos de crise da pecuária, quando muitos venderam suas terras, e outros muitos se viram desempregados, obrigados a deixarem o campo, onde eram agregados. Este também corresponde ao período de inserção da lavoura moderna no município, atividade reconhecidamente substituidora da mão de obra

humana pelas máquinas. Como resultado disso, o município adentrou a década de 1990 com uma população rural de apenas 6.695 habitantes, vivendo na segunda maior área municipal do estado, constituindo verdadeiros vazios demográficos. A Figura 18 mostra o grande “deserto social” que é hoje a maior parte da área do município de Santana do Livramento.

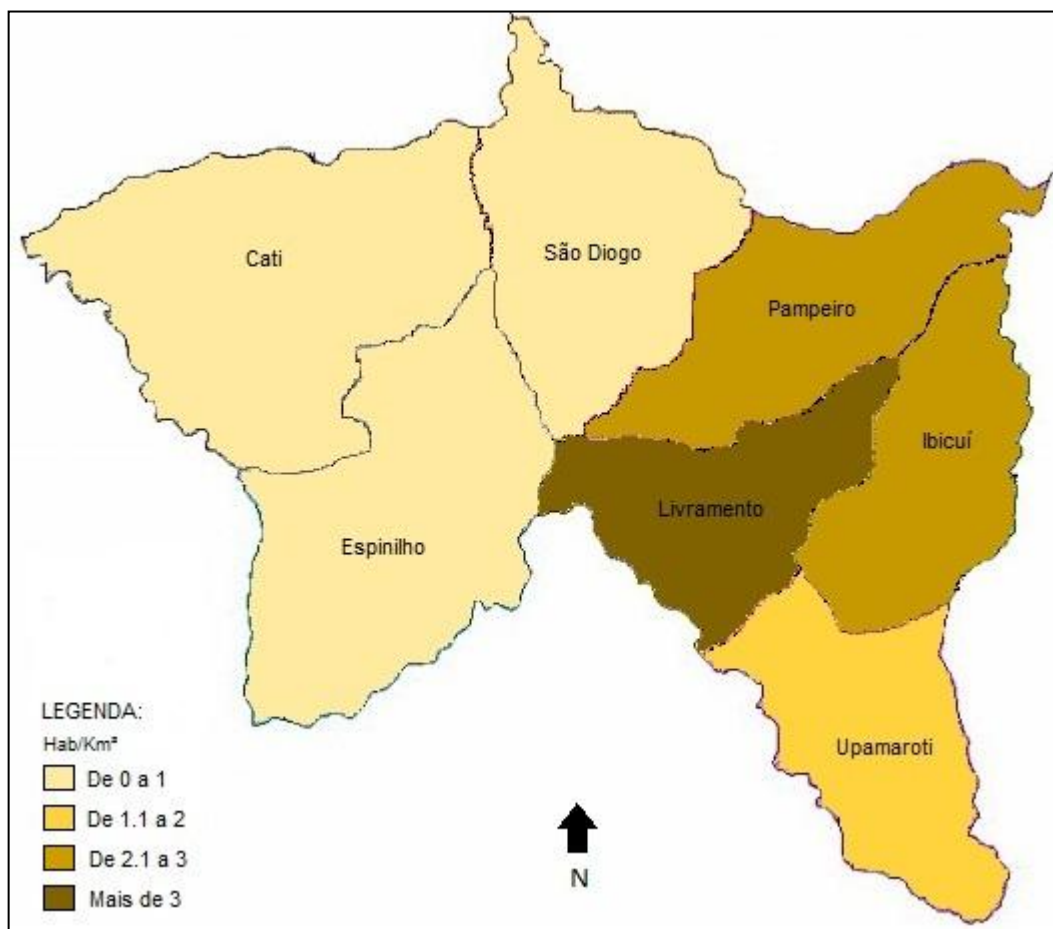


Figura 18 – Densidade demográfica dos Distritos de Santana do Livramento

Org: do autor

Fonte: IBGE, Censo 2010.

É possível perceber que os distritos da parte oeste do município são os que apresentam a menor densidade demográfica, com destaque para o Distrito do Cati, com densidade de apenas 0,05 habitantes por Km<sup>2</sup>. Como já dito, esta é a região de domínio da pecuária, o que evidencia a grande dispensa de mão de obra por esta atividade. De outro lado, a parte leste é relativamente mais povoada. No entanto, nada muito diferente. Nestes Distritos do leste estão localizados os assentamentos

da reforma agrária, bem como algumas das principais vilas rurais, como Pampeiro e São Leandro, o que de certo modo explica a maior densidade em relação à parte oeste. Esta realidade, evidenciada no último censo demográfico do IBGE, de 2010, é resultado de contínuos ciclos de exclusão de trabalhadores das estâncias, bem como de vendas e arrendamentos de pequenas, médias e grandes propriedades descapitalizadas diante das crises, que vão sendo progressivamente engolidas pelos setores mais dinâmicos economicamente, reproduzindo a concentração fundiária. A Tabela 1 mostra que a concentração fundiária no município permanece.

Grande Propriedade		Média Propriedade		Pequena Propriedade		Minifúndio	
Imóveis	Área (Ha)	Imóveis	Área (Ha)	Imóveis	Área (Ha)	Imóveis	Área (Ha)
406	387.689,00	599	132.960,40	904	51.158,80	67	1.759,20

Tabela 1 – Número de imóveis e área ocupada por tamanho de propriedade em Santana do Livramento

Org: Do autor

Fonte: INCRA

Conforme INCRA (2005) são 3.554 imóveis rurais no município, totalizando 590.289,60 hectares. As grandes propriedades representam apenas 11,4% do total destes imóveis, porém ocupam 65,7% da área. As médias propriedades somam 16,85% dos prédios e 22,52% da área. As pequenas são a maioria em número, representando 25,43% do total, mas ocupando apenas 8,66% da área. Já os minifúndios somam 1,88% das propriedades e ocupam um pequena área que representa 0,29% do total do município.

Deste modo, este movimento de esvaziamento do campo reflete a progressiva substituição de territórios de vida por territórios de investimento, ou seja, por territórios do agronegócio. De um lado, as grandes propriedades de pecuária extensiva ao mesmo tempo em que preservam tradicionais paisagens, expulsam o Homem, por demandar baixa mão de obra. De outro lado, a agricultura moderna que homogeneiza a paisagem e substitui o Pampa por lavoura, também dispensa o Homem pela produtividade do maquinário. Deste modo, a sina da grande propriedade se produz por ambos os lados, pelo tradicional e pelo moderno,

tornando este espaço, cada um do seu modo, um mero campo de investimento, onde o camponês não tem lugar. Um legítimo espaço de exclusão.

No capítulo seguinte analisamos a produção de outro rural, de presença recente em Santana do Livramento: O rural do território dos assentamentos da reforma agrária.

## **6 O RURAL PRODUZIDO NO CONTRAPONTO: O TERRITÓRIO CAMPONÊS DOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA**

Os assentamentos da reforma agrária representam o contraponto a aquilo que a grande propriedade patronal e a concentração fundiária a ela associada representaram historicamente. Dizemos isso, antes de tudo, pelo fato de que os assentamentos são fruto da luta de um movimento que tem entre suas bandeiras justamente o estabelecimento de um limite máximo ao tamanho da propriedade da terra no Brasil, como forma de garantir sua utilização social e racional. O contraponto se dá, portanto, inicialmente, pelo fato de o assentamento se concretizar a partir da reivindicação daqueles que veem a grande propriedade como algo nocivo ao desenvolvimento socioambiental no país e que, em grande parte, sofreram isso na pele.

É interessante, neste sentido, para iniciar este capítulo, trazer a comparação feita por Bernardo Mançano Fernandes (2008), entre o território do agronegócio e o território camponês. Para o autor, trata-se de duas classes e de dois territórios distintos, que não cabem um no outro. São organizados de formas distintas, a partir de relações sociais também distintas. Fazem, em outras palavras, o referido contraponto um ao outro. O Quadro 1, a seguir, estabelece um paralelo a partir desta distinção feita por Fernandes (2008).

<b>Território do agronegócio</b>	<b>Território camponês</b>
Produção de mercadorias	Produção primeiramente para existência
Monocultura em grande escala	Policultura em pequena escala

Trabalho predominantemente assalariado	Trabalho predominantemente familiar
Mecanização, insumos químicos, sementes transgênicas	Baixa mecanização, com base na biodiversidade, sem uso de agrotóxicos
Paisagem homogênea	Paisagem heterogênea
Pouca presença de pessoas	Grande presença de pessoas

Quadro 1 – Distinções entre o território camponês e o território do agronegócio, conforme Fernandes (2008)

Org: do autor  
Fonte Fernandes (2008)

Em nossa análise do capítulo anterior, sobre o rural produzido no território da grande propriedade patronal, as características atribuídas por Fernandes aos territórios do agronegócio e expostas no Quadro 1 já ficaram muito evidentes. Como vimos, desde o estabelecimento das estâncias luso-brasileiras até as mais recentes estratégias de reprodução da grande propriedade, seu motor foi a produção de mercadorias em grande escala. Primeiro o gado, depois também o arroz, a soja e as uvas e vinhos, para citar os principais, ficando a produção de autoconsumo em segundo plano. Nestas grandes propriedades, ao longo do século XIX, vários episódios foram favorecendo a dissolução de formas autônomas de produção voltadas ao auto sustento.

O trabalho do escravo e do agregado “de favor” foi sendo gradativamente substituído pelo trabalho assalariado, rarefeito e sazonal, primeiro na própria pecuária, depois também na lavoura, onde as máquinas dispensam grande parte do trabalho humano. O tipo social lido por Chelotti (2009) como o “camponês da campanha”, ou simplesmente o gaúcho, historicamente subordinado, de modo geral, ao grande proprietário de terras, foi e continua sendo sistematicamente varrido. Seja na pecuária, seja na lavoura, paulatinamente foi se consolidando a monocultura de grande escala, expressando, nestes territórios, de um lado, a decadência do rural como espaço de reprodução da vida e, de outro, sua consolidação como campo de investimento.

As pessoas foram expelidas à quase inevitável precariedade da periferia da(s) cidade(s) e os proprietários foram residir na cidade. No campo ficaram apenas alguns remanescentes, que em meio às suas velhas paisagens pampianas,

convivem cada vez mais com manchas homogêneas das lavouras, os tratores e os imponentes pivôs. Em suma, o tradicional território da grande propriedade patronal foi se consolidando como um território do agronegócio.

Neste capítulo, expomos nossa análise do outro tipo de território colocado por Fernandes, o território camponês, que, desde o início dos anos 1990 vem sendo construído em Santana do Livramento. Para isso, ao contrário do que fizemos nos capítulos anteriores, neste não nos baseamos em periodização. Por se tratar de um período recente e curto, não dispomos os itens que compõem o capítulo como “momentos” deste território camponês, apesar de ser mantida certa ordem cronológica. Assim, no primeiro item analisamos o processo de territorialização dos assentamentos, observando os contextos multiescalares que o propiciaram, dando atenção à luta pela terra, à conquista de assentamentos e a conflitualidade com o território da grande propriedade patronal. No segundo item observamos “que rural”, de fato, é produzido neste território e, sobretudo, o que há nele de contraponto ou não em relação ao rural da grande propriedade e do agronegócio, tentando analisar experiências positivas e limites enfrentados pelos camponeses nesta trajetória.

## **6.1 O processo de territorialização dos assentamentos**

### **6.1.1 Considerações sobre a relação entre modernização da agricultura, desterritorialização camponesa e gênese do MST**

Para compreender a (re)territorialização das centenas de famílias de agricultores assentadas em Santana do Livramento e seu impacto na dinâmica do mundo rural no município, consideramos necessário, em uma abordagem multiescalar, considerar os influxos, ou seja, as influências extra-locais que contribuíram para este processo. Nesta perspectiva, podemos dizer que os capitais nacional e internacional, bem como o Estado, tiveram influência direta na instalação de assentamentos na Campanha Gaúcha e, especialmente em Santana do

Livramento, assim como foi também com a inserção da lavoura moderna no município, conforme visto anteriormente.

Consideramos que, se de um lado a modernização da agricultura no Brasil (Revolução Verde), intensificada a partir dos anos 1970, teve como reflexo em Santana do Livramento a inserção das lavouras do arroz e da soja, reproduzindo a grande propriedade e o êxodo rural, de outro, este mesmo fato teve íntima ligação com o processo contrário, ou seja, de repovoamento do campo no município, iniciado a partir do início da década de 1990, com a instalação dos assentamentos. Dizemos isso pelo fato de que foi principalmente ela, a modernização da agricultura, a responsável pelo nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) cuja luta resultou na maior parte dos assentamentos espalhados pelo Brasil, especialmente no caso do Rio Grande do Sul.

O fato é que, como afirma Buth e Corrêa (2006), esta modernização tecnológica conservadora das atividades agropecuárias ocorrida no Brasil neste contexto dos governos militares, foi responsável, de um lado, por considerável aumento de produtividade no que diz respeito às monoculturas de exportação e, de outro, pelo aumento da concentração da terra e da renda, ampliação da divisão do trabalho, intensificação das desigualdades sociais, do desemprego e do agravamento da degradação ambiental.

Como efeito, milhares de colonos, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários de terras se viram forçados ao êxodo, se deslocando tanto para as novas regiões de fronteira agrícola no centro-oeste e norte, quanto para os centros urbanos industrializados (HESPANHOL, 2008). Nas palavras de Medeiros (2012, p. 467), “surgiram milhares de famílias sem terra e, como consequência direta de todo este processo de exclusão política e social, aumentou a violência e os conflitos no campo brasileiro”. Ficando desempregados ao serem substituídos por máquinas nas atividades agrícolas e não sendo absorvidos pelo mercado de trabalho urbano, milhares de trabalhadores rurais passaram a se organizar em movimentos sociais de luta pela terra, que passaram a pressionar o Estado por reforma agrária (HESPANHOL, 2008). Entre estes movimentos, é preciso dar especial destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).



Destacamos aqui o MST pelo fato de ser este o Movimento com a atuação mais expressiva no Rio Grande do Sul e o responsável pela conquista da maior parte dos assentamentos no estado, o que se repete em Santana do Livramento. Segundo Fernandes (1999), a gênese do MST aconteceu no interior das lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado entre os anos de 1979 e 1985, em um contexto em que o modelo de desenvolvimento agropecuário adotado pelo Estado durante os governos militares causou profundas transformações no campo. Foi neste ínterim, em um conjunto de momentos e ações de trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, no Mato Grosso do Sul e em São Paulo (reunidos, formaram o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul), que se iniciou a gênese do MST e seu processo de gestação (FERNANDES, 1999), com a reunião e articulação das primeiras experiências de ocupações de terra, bem como as reuniões e os encontros.

Estes eventos proporcionaram, em 1984, o nascimento do MST, fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu Primeiro Encontro Nacional, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no estado do Paraná. Nesta ocasião, estabeleceu-se como objetivo central do Movimento, lutar pela terra, pela reforma agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores e, como sua principal estratégia de luta, as ocupações e formação de acampamentos para pressionar o Estado.

É, pois, a partir daí que o MST gradativamente torna-se nacional e se territorializa no território brasileiro, de forma paralela à modernização conservadora da agricultura, a partir da qual os seus, agora integrantes, haviam sido excluídos. Como afirma Medeiros (2012, p. 468),

O MST se territorializou, assim como a modernização da agricultura. Mas, diferente dessa modernização em manchas caracterizadas por seus espaços especializados e cada vez mais tecnificados, a territorialização do MST vai acontecendo ocupação por ocupação, assentamento por assentamento, em um processo contínuo de construção do espaço e de socialização política, territorializando aqueles que foram desterritorializados.

### 6.1.2 A atuação do MST no Rio Grande do Sul e a instalação de assentamentos

No Rio Grande do Sul, inicialmente a luta do MST se concentrou na Metade Norte do estado, região em que historicamente predominou a pequena propriedade e na qual a modernização da agricultura penetrou gerando um número de trabalhadores excluídos expressivo. Como especifica Medeiros (2007), estes camponeses foram desterritorializados quando a modernização da agricultura chegou no Planalto Gaúcho e a soja ocupou seu espaço de sobrevivência.

Destaca a autora (2004, p. 147) que

estes colonos (camponeses) lá chegaram no final do século XIX e princípio do século XX, como pioneiros desbravando terras, abrindo clareiras nas matas, sobrevivendo num mundo para muitos deles desconhecido, construíram cidades e desenvolveram regiões. Eles não desistiram quando a modernização da agricultura chegou ao Planalto Gaúcho e a soja ocupou seu espaço de sobrevivência. Procuraram novas alternativas, alguns partindo para outras áreas distantes levando sua tradição e sua experiência camponesa, outros sendo atraídos pela cidade que hoje os expulsa. Mas houve aqueles que ficaram e que não desistiram diante da dificuldade, diante da luta pelo seu direito de ter acesso à terra. Eles se organizaram, reivindicaram, resistiram e venceram. Eles criaram o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MST.

Esta região, por isso, pode ser vista como o berço do MST. Trata-se de uma região historicamente marcada pela territorialização de colonos que ao passar dos anos foram desterritorializados pela impossibilidade de reprodução social e diante do avanço da modernização conservadora (CHELOTTI, 2009).

Talvez o exemplo mais significativo da luta do MST pela terra na Metade Norte, sua região de gestação, seja a ocupação, em 1985, da fazenda Anoni, estabelecimento de cerca de 10.000 hectares, localizado no município de Nonoai. Lá, 1.500 famílias, somando um total de 8.000 pessoas acamparam, tendo como objetivo pressionar pelo assentamento das famílias. Esta experiência está expressa na fala de um entrevistada em nossa pesquisa, atualmente assentada no PA Fidel Castro em Santana do Livramento, que viveu no histórico acampamento da Anoni quando ainda era criança, nos primeiros momentos de vida do MST:

Meu pai foi acampar na Anoni em oitenta e cinco [...]. Quando começou o MST, começou com a Anoni, com meu pai, em oitenta e cinco. Vinte e nove de outubro de oitenta e cinco. Foi a primeira ocupação na Anoni [...] Nós mos da região de Redentora. Era uma terra onde os índios eles moravam ali, a maioria das terras eram deles, daí nós plantávamos na área dos índios. Meu pai tinha um hectare de terra que era da minha avó. E aí nós fomos acampar. Ficamos na Anoni 1 ano e 8 meses. Daí o meu pai ganhou terra em Jari, Tupanciretã [...]. Hoje o meu pai já faleceu, mas nós demos muito valor pra aquela terra, por causa da luta que ele teve. [...] Muita coisa teve. A brigada, teve morte, teve...”Bah”, muitas pessoas perderam a vida na luta. Inclusive aquela mulher, a Roseli. O Frei Sérgio aquele foi uma cara que apanhou muito, sabe? Teve outro cara lá, também, que eles mataram [...] Então, nós tivemos muita luta na Anoni. Como nós éramos crianças, única pessoa que eles ainda respeitavam era nós crianças. Quando vinha aquele monte de brigadiano [...] muitas vezes nós fomos lá entregar flor pra eles, pedindo paz, sabe? [...] Quando eles vinham à cavalo, nós deitávamos assim no asfalto, quente como hoje assim, pra eles não passarem por cima (ENTREVISTADA DO PA FIDEL CASTRO, 2012).

Em 1986, ano seguinte da ocupação da Anoni, foi liberado o plantio na fazenda. No entanto, como destaca Chelotti (2009), como eram muitas famílias acampadas, nem todas conseguiram um lote. É, então, a partir daí que o MST passa a agir em outras regiões do estado. Primeiramente na região central (1987/1988) e, depois, nas regiões metropolitana e Campanha (início dos anos 1990).

Nesta trajetória, a territorialização da luta pela terra nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul tem como expressão os assentamentos conquistados. Primeiramente, próximos às áreas onde os trabalhadores rurais foram expropriados, em municípios como Ronda Alta, Passo Fundo, etc. (CHELOTTI, 2003) e depois em outras regiões do estado, na medida em que foram escasseando grandes propriedades a serem adquiridas nesta região de gestação do Movimento. Esta reorientação da luta do MST teve como resultado a conquista de assentamentos em municípios da região central, como Cruz Alta, Júlio de Castilhos e Tupanciretã, no decorrer da década de 1980 e, mais tarde, nas décadas de 1990 e 2000, em municípios da região metropolitana e, especialmente, da Campanha, como Santana do Livramento, Bagé, Hulha Negra, dentro outros, que historicamente apresentam uma estrutura fundiária caracterizada pela concentração da propriedade da terra.

A Figura 19, a seguir, mostra a distribuição dos assentamentos por mesorregião do Rio grande do Sul, fruto de uma trajetória de décadas de luta pela terra de milhares de trabalhadores rurais.

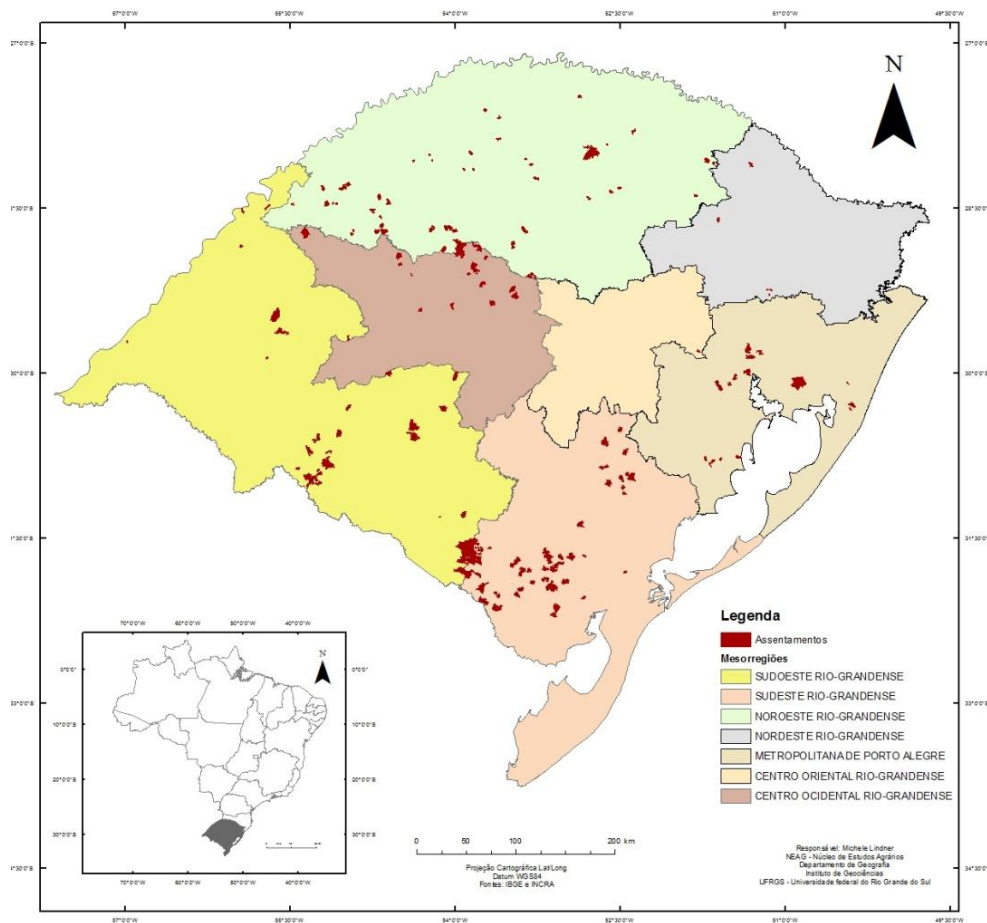


Figura 19 – Distribuição dos assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Sul Org: Michele Lindner  
Fonte: Acervo de Michele Lindner

### 6.1.3 A luta pela terra e os assentamentos na Campanha Gaúcha

Ao adentrar da década de 1990, especificamente no ano de 1991, o MST realiza uma ocupação na Campanha Gaúcha, no município de Bagé, marcando uma nova reorientação de suas ações e iniciando a penetração da luta pela terra nesta região onde se concentra a grande propriedade no Rio Grande do Sul. Conforme destaca Chelotti (2009, p. 142) “na medida em que os anos avançaram, proporcionalmente, ocorreu um deslocamento nas ocupações de terra, concentrando-se definitivamente na porção centro-sul do estado”.

Assim, segundo o autor citado, as dezenas de assentamentos rurais existentes na região foram conquistas pontuais do movimento no “coração” do latifúndio gaúcho, possibilitando a territorialização da luta pela terra (CHELOTTI, 2009, p.137). Alguns fatores têm destaque como causa desses deslocamentos das ações do MST em direção a Campanha, sendo exemplos: a crescente dificuldade de localização de imóveis desapropriáveis em outras áreas do Rio Grande do Sul; os debates entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) sobre os índices de lotação da pecuária e, também, a institucionalização da Campanha Gaúcha como área prioritária para a reforma agrária, por parte do governo do estado (1999 – 2002) (CHELOTTI, 2009).

Neste sentido, como destaca Chelotti (2003), citando Navarro, Moraes e Menezes (1999), a forte atuação do MST na Campanha Gaúcha esteve relacionada à presença de grandes propriedades rurais e ao questionamento dos seus índices de produtividade. Neste sentido, a Campanha passou, a partir do início da década de 1990, a representar para o MST um espaço para a realização de ações de pressão com a finalidade de agilizar a Reforma Agrária no Rio Grande do Sul.

Como efeito disso, hoje a Campanha Gaúcha concentra grande número de assentamentos, refletindo o deslocamento geográfico das pressões do Movimento, que forçou o Estado, seja na esfera estadual ou federal, a criar mecanismos de contenção dessas reivindicações. Por isso, coloca Medeiros (2007) que hoje é, pois, neste espaço fronteiro do Rio Grande do Sul que os agricultores assentados buscam uma nova identificação, formando raízes para uma mesma identidade. Estes pequenos produtores vem se reterritorializando na Campanha Gaúcha através de novas formas produtivo-econômicas, culturais, políticas e de organização com o ambiente, provocando transformações no território. Eles estão reunidos em torno de um sentimento comum que é a nova gestão para este que agora é seu território (MEDEIROS, 2007).

Conforme a autora ocorre que, com a criação de assentamentos na região, o MST se territorializa em uma área que historicamente foi domínio do latifúndio pecuarista gaúcho. Este fato colocou e ainda coloca estes assentados em uma situação que se reflete significativamente na forma como orientam e organizam suas

vidas, pois necessitam de todo um processo de readaptação a um espaço que para eles era até então desconhecido. Neste novo lugar, muitos dos cultivos e das técnicas que herdaram de seus antepassados e que desenvolviam nas áreas de origem tem de ser abandonados ou repensados (MEDEIROS, 2006). Por isso, as famílias se empenham na procura por soluções para estes problemas, principalmente no que se refere a necessidade de construir uma nova identidade com o lugar onde foram assentadas (MEDEIROS, 2012).

Com isso, para Medeiros (2007), a concentração de assentamentos nos municípios que constituem a Campanha, é o agente de toda uma reconfiguração territorial através do desenvolvimento da agricultura familiar, da diversificação da produção, do adensamento populacional, da dinamização do comércio local, além da necessidade de uma nova infraestrutura com abertura de novos caminhos, com a instalação de escolas e de postos de saúde, naquilo que Wanderley (2000) chamou de revitalização social do espaço rural local/regional.

É importante lembrar que,

os assentamentos são formas de incorporar ao mercado fundiário, ao mercado de casas de moradia e de serviços básicos (água, esgoto, saúde, educação, etc.), ao mercado de insumos agrícolas (adubos, sementes, máquinas, etc.) largas parcelas da população até então condenadas à incerteza e à precariedade dos recursos naturais (no caso de antigos posseiros), ou, mais além, condenadas a habitarem locais precários e a estarem desprovidas de meios de usarem sua capacidade de trabalho para fazer frente às necessidades de consumo, suas e de sua família" (GARCIA JR. et al., 1999, apud WANDERLEY, 2000, p. 36).

Assim, segundo Medeiros (2007), o que se mostra é a região de domínio do latifúndio passando por um significativo processo de transformação. Trata-se, na ótica da autora, de uma nova dinâmica para uma região historicamente diferenciada no espaço sul-rio-grandense. É a agricultura familiar se reterritorializando, trazendo consigo novas formas, novas identidades, novas configurações para a paisagem bucólica da Campanha Gaúcha.

#### 6.1.4 A instalação de assentamentos em Santana do Livramento

Santana do Livramento, ao menos até 2002, conservou uma particularidade neste contexto de reorientação da luta pela terra e instalação de assentamentos na Campanha Gaúcha. Ocorreu que os 23 assentamentos instalados no município de 1992 até o citado ano, objetivaram a contenção de conflitos que ocorriam em outros municípios do Rio Grande do Sul, como Bagé, Jóia e Júlio de Castilhos (CHELOTTI, 2003). Dito de outro modo, os assentamentos instalados em Santana do Livramento entre 1992 e 2002 não foram precedidos por conflitos fundiários, ocupações, acampamentos, etc. no próprio município. As compras e desapropriações realizadas pelo INCRA e/ou pelo Governo Estadual até 2002 procuraram assentar famílias contendo conflitos em outros municípios, como Bagé, onde houve várias ações do MST. Isso se torna de fato uma particularidade, especialmente ao se levar em conta que em 90% das áreas desapropriadas entre 1992 e 2003 no Brasil foram, antes disso, realizadas ocupações de terra por movimentos camponeses (FERNANDES, 2009).

Neste sentido, o fato é que Santana do Livramento, em linhas gerais, apresentou condições favoráveis à instalação de assentamentos, se comparado com outros da Campanha Gaúcha. Pois, além de dispor de terras adequadas ao desenvolvimento da agricultura familiar, sobretudo em sua parte leste, não apresentou grande resistência por parte dos fazendeiros, ao menos nesta primeira década (1992 – 2002). Inclusive, muitos proprietários se interessaram em negociar suas terras para fins de reforma agrária ou mesmo em ter suas terras vistoriadas pelo INCRA para fins de desapropriação, já que esta prevê indenização. Este interesse partiu principalmente daqueles proprietários descapitalizados, que foram diretamente afetados pelas sucessivas crises da pecuária, observadas no capítulo anterior.

De outro lado, é importante destacar que a ausência de maior resistência por parte dos fazendeiros não significa que não houve manifestação contrária. O sindicato patronal local, por exemplo, sempre se manifestou desfavoravelmente em relação aos assentamentos e sempre se mostrou solidário aos sindicatos de outros municípios e à FARSUL, nos locais onde os conflitos com o MST tomavam maiores proporções. Como afirma Chelotti (2013), chama a atenção o preconceito e a

discriminação por parte de setores da sociedade local, especialmente por parte dos proprietários de terra vinculados ao sindicato patronal e, inclusive, da própria prefeitura, em uma gestão específica (1997 – 2002).

No geral havia um preconceito muito grande, não é. Alguns, meio tímidos assim, de chegar e querer conhecer. Mas grande parte - isso eu não vim junto no ônibus que veio trazer - mas tinha gente que só faltava se esconder do pessoal que estava vindo, não é. Era um pessoal "estranho". E isso era fomentado. Tinha gente que tinham uma opinião não a favor e nem contra, desconheciam e não formavam uma opinião, mas que começaram a formar uma opinião negativa depois de algumas ações do executivo municipal, de ir pra rádio e fazer um escândalo e promover uma questão de intimidar as famílias que estavam chegando. E aí, quando acontecia alguma coisa negativa nos assentamentos aquilo era potencializado de uma forma muito grande assim, pras pessoas formarem uma opinião negativa a respeito dos assentados. Mas especificamente o assentamento foi quebrando isso aí. (ENTREVISTADO DO PA FRUTINHAS, 2012).

Entre os anos de 1997 e 2000, houve períodos de grande atrito entre prefeitura e MST. Novos assentamentos vinham sendo criados e, conseqüentemente, o Movimento vinha atuando com mais força no município, reivindicando melhorias para os PA's. Em contrapartida, a gestão da prefeitura se mostrava extremamente arredia às ações do MST e solidária à FARSUL e aos sindicatos a ela vinculados em todo o estado. Por isso, neste período houve episódios que marcaram o processo de territorialização dos assentamentos em Santana do Livramento. Por exemplo, em 1999, o então prefeito foi acusado até mesmo de enviar funcionários da prefeitura, com recursos públicos e armados, à Júlio de Castilhos no centro do estado com o intuito de prestar solidariedade a um proprietário que teve suas terras ocupadas pelo MST.

#### **Mantida ação contra prefeito por uso de funcionários contra MST**

O ex-prefeito do município gaúcho de Santana do Livramento Glênio Pereira Lemos não obteve o pedido de habeas-corpus apresentado à Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O ex-prefeito foi condenado a quatro anos de prisão por crime de responsabilidade, devido à utilização de funcionários públicos municipais armados na "solidariedade" a uma fazenda invadida por membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no município de Júlio de Castilhos, distante cerca de 350 km de Santana do Livramento. Em 1º de julho de 1999, o então prefeito teria determinado o descolamento de três funcionários públicos armados, em uma camionete "D20" cabine dupla, pertencente e abastecida pela prefeitura, com diárias bancadas pelo município, para "prestar



solidariedade" ao proprietário da fazenda invadida, Régis Salles. (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 26/10/2004)

Ainda neste referido período e gestão municipal, houve outro episódio de grande repercussão, em que o então prefeito mandou que fossem colocadas barricadas com sacos de areia na frente da sede da prefeitura a fim de conter o MST que fazia reivindicações no local. Em 2001, ocorreu ainda outro fato, hoje considerado histórico na comunidade santanense. Foi quando o MST ocupou e bloqueou a agência local do Banco do Brasil, ocasião em que um proprietário rural e militar local impediu que os colonos arriassem a bandeira nacional para hastear em seu lugar a do MST no mastro em frente a agência. Este fato se tornou simbólico e classificado como heroico por setores da comunidade local. Um dia após o ocorrido o jornal Zero Hora publicava:

Cerca de 2,5 mil integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST invadiram e bloquearam ontem 14 agências do Banco do Brasil no Estado. Em Santana do Livramento, alguns colonos resolveram arriar a bandeira nacional da frente da agência e hastear a bandeira do MST. Mas o pecuarista e coronel reformado do Exército Carlos Fontoura, 73 anos, enfrentou os manifestantes: - Aqui não, aqui não. Esse é o símbolo nacional do nosso país. Ninguém toca. A discussão só acabou com a chegada da Brigada Militar. A bandeira permaneceu no mastro (JORNAL ZERO HORA, 28/11/2001).

Assim, podemos dizer que em Santana do Livramento, até 2002, não houve conflitos propriamente fundiários, como, por exemplo, as ocupações de terras. O que houve de fato no âmbito das lutas do MST foram reivindicações, feitas pelos já assentados, quanto a áreas chave do desenvolvimento dos assentamentos, como, por exemplo, educação, melhoria nas estradas, liberação de custeio, etc.

No entanto, a partir do ano de 2003 inicia-se um novo contexto da territorialização do MST em Santana do Livramento. Já reunindo 23 assentamentos no referido ano, o município além de concentrar muitos integrantes do MST e servir de base para organização de ações do movimento na região, passou também a ter ocupações de terras visando novas desapropriações e assentamento de famílias no próprio município, o que gerou conflitos mais diretos com fazendeiros locais e especialmente com o sindicato patronal. Como destaca Fernandes (2009, p. 181) “o

aumento de famílias assentadas significava o aumento de famílias que ocupavam terras, e vice-versa”. Conforme o autor, “a cada assentamento criado, multiplicava-se o número de sem terra realizando os trabalhos de base, criando espaços de socialização política e espacializando a luta pela terra”. Inclusive, este processo está relacionado à relativamente recente participação de habitantes do próprio município na luta pela terra e no conseqüente crescimento da presença de santanenses ou ex-habitantes de municípios vizinhos na Campanha entre os assentados. Chelotti (2013) lembra que se os primeiros assentamentos rurais foram constituídos, “quase em sua maioria, para não dizer na totalidade, de indivíduos provenientes da Metade Norte do Rio Grande do Sul, área historicamente marcada pela desterritorialização dos camponeses (p. 14)”, por outro lado, nos últimos anos, a presença de “nativos” tem aumentado nos assentamentos.

Neste novo contexto, já em 2003, Santana do Livramento foi cenário de atrito entre MST e fazendeiros, quando os primeiros organizaram acampamento em um assentamento na localidade da Faxina, próximo ao cruzamento das BR's 158 e 293.

#### **Fazendeiros acampam diante dos sem-terra no RS**

Ao estilo dos sem-terra, os fazendeiros da zona sul do Rio Grande do Sul montaram um acampamento na localidade de Passo da Faxina, a 38 quilômetros do centro de Santana do Livramento. De lá, eles controlam a movimentação de um novo aglomerado de barracas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) instalado num assentamento, a distância de 1,5 mil metros. Entre um acampamento e outro, um destacamento de 12 agentes da Brigada Militar evita aproximações e provocações. O cenário é um retrato da tensão que tomou conta da região desde que o MST começou a criar novos acampamentos, no início do mês, e os fazendeiros, preocupados com a perspectiva de invasões, decidiram monitorar todos os movimentos dos sem-terra. “Desta vez eles não vão entrar em fazenda alguma”, promete o diretor da comissão fundiária da Federação da Agricultura no Rio Grande do Sul (Farsul), Gedeão Pereira. O acampamento dos fazendeiros foi montado nesta segunda-feira. Tem poucas barracas, mas mantém pelo menos 50 pessoas no local, em sistema de rodízio estabelecido pelos sindicatos rurais de Dom Pedrito, Bagé, Santana do Livramento e Rosário do Sul (JORNAL ESTADÃO, 18/03/2003).

Em 2005, particularmente, houve uma ocupação que teve grande repercussão na mídia, inclusive nacional, na fazenda Alto Alegre, também na localidade da Faxina, hoje área de assentamento.

### **MST invade fazenda no Rio Grande do Sul**

Cerca de 700 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiram pela manhã uma propriedade rural em Santana do Livramento (RS). Eles dizem que se trata de um latifúndio improdutivo, o que é contestado pelos proprietários. De acordo com o MST, a fazenda -- que fica às margens da BR-290, entre Livramento e Rosário do Sul -- tem 920 hectares. O proprietário, Luiz Paulo Dutra, contesta essa afirmação. Diz que se trata de apenas 340 hectares e que são produtivos, com o plantio de diversas culturas e a criação de gado bovino. "O MST ocupa a fazenda por considerá-la improdutivo e para pressionar por agilidade no assentamento de famílias no Rio Grande do Sul, que está praticamente estagnado", diz nota do movimento. O proprietário entrou ontem mesmo na Justiça com pedido de reintegração de posse (FOLHA DE SÃO PAULO, 22/07/2005).

A partir destas pressões, as vistorias e desapropriações pelo INCRA voltaram a ocorrer causando certa divisão entre proprietários de terras locais. Enquanto alguns até mesmo contataram o INCRA, com interesse nas vistorias para desapropriação, outros, principalmente da parte do sindicato patronal, no mínimo se posicionaram contra. As duas reportagens abaixo, expressam estas duas formas de reação:

### **Incra realiza amanhã vistoria em propriedade rural gaúcha**

Técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) iniciam amanhã (5) mais uma vistoria em propriedade rural no Rio Grande do Sul. A área a ser vistoriada, de 865 hectares, fica no município de Santana do Livramento, na região sul do estado. Como **o pedido partiu do proprietário da fazenda, que tem interesse na vistoria**, o Incra solicitou e conseguiu autorização judicial para a realização do trabalho. (AGÊNCIA BRASIL, 04/04/2005, Grifo nosso).

### **TRF manda suspender vistoria do Incra**

O Tribunal Regional Federal gaúcho determinou a suspensão das vistorias para reforma agrária feitas pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em todas as 444 cidades do Estado (de um total de 496) que estão em estado de emergência devido à estiagem. A decisão ocorreu por liminar. Ontem, foi negado recurso impetrado pelo Incra pedindo a suspensão da liminar que proibiu as vistorias nas propriedades rurais em Santana do Livramento. A decisão ocorreu na ação movida pelo sindicato rural dessa cidade. Outros recursos do Incra pedindo a suspensão da liminar ainda serão julgados. O Sindicato Rural de Santana do Livramento alegou que os índices de produção estão afetados pela estiagem. Segundo o Incra, porém, seriam levados em consideração dados referentes também a meses anteriores - não só aos últimos 12 meses. (FOLHA DE SÃO PAULO, 07/04/2005).

Assim, entre ocupações, vistorias e resistências de fazendeiros, o resultado foi a instalação de 8 novos assentamentos, nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, totalizando os atuais 30 presentes no município. Para o INCRA, particularmente, a

concentração de assentamentos favorece o estabelecimento de um polo de desenvolvimento regional, sendo que a proximidade entre os PA's beneficia a produção e distribuição, contribuindo para consolidá-los e emancipá-los. Esta afirmação, no entanto, é bastante contestada por parte de ruralistas e lideranças políticas do município.

Entre todas estas contradições, o fato é que hoje, como já dito, Santana do Livramento concentra o maior número de assentamentos do Rio Grande do Sul. Os Gráficos 8 e 9 detalham melhor as informações desta trajetória de sua territorialização:

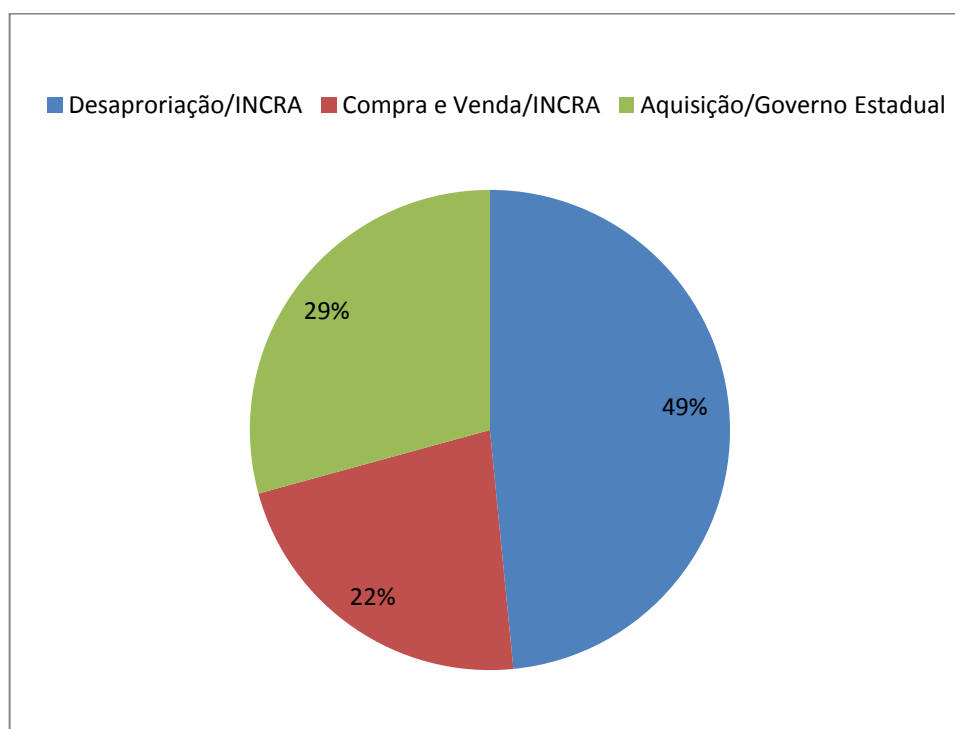


Gráfico 8 – Percentual das áreas de assentamento em Santana do Livramento por forma de obtenção/instituição responsável

Org: do autor  
Fonte: INCRA

O Gráfico 8 mostra que as áreas de assentamento foram em sua maioria criadas a partir da obtenção pelo INCRA (71%), enquanto uma menor parte (29%) corresponde a áreas adquiridas pelo Governo Estadual durante a gestão de Olívio Dutra. Há de se considerar também que houve basicamente na mesma medida

desapropriações (49%) e compras de terras (51%) para a reforma agrária, sendo que as desapropriações foram feitas pelo INCRA e as compras de terras em sua maioria pelo Governo Estadual.

É importante destacar que mesmo as áreas compradas pelo Governo Estadual, onde foram instalados os chamados PE's, houve o reconhecimento do INCRA e estes assentamentos foram inseridos, como os demais, ao grupo dos projetos da reforma agrária da instituição, fazendo parte de todos os procedimentos padrão do processo de desenvolvimento de assentamentos, que envolvem a implantação, consolidação e emancipação.

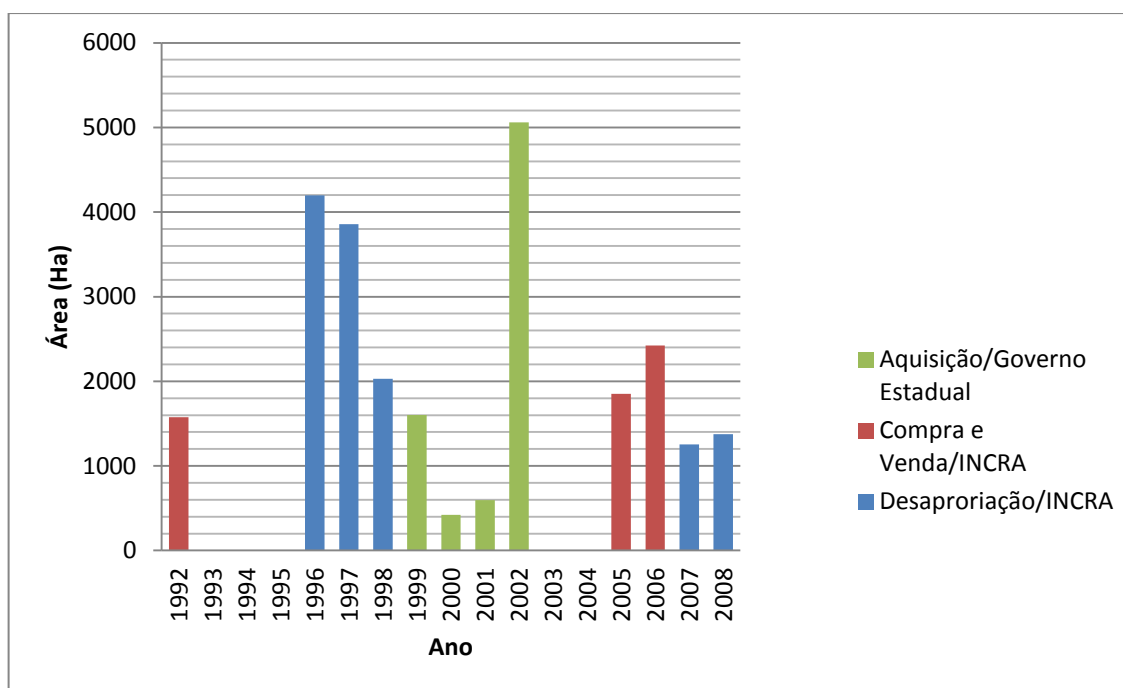


Gráfico 9 – Áreas de assentamentos criadas por forma de obtenção/instituição responsável (1992 – 2008)

Org: Do autor  
Fonte: INCRA

Ao observarmos, no Gráfico 9, a trajetória da criação de novas áreas de assentamento no município, é possível verificar que, após a instalação da primeira, em 1992, de 1577 Hectares, correspondente ao PA Liberdade no Futuro (Cerro dos Munhoz), houve um período de três anos sem que nenhuma nova área de assentamento fosse criada. A partir de 1996 inicia-se um processo contínuo de

criação de novos assentamentos que durou até 2002, ano que foi criada a maior área, de 5060 hectares, dividida em 5 assentamentos.

As desapropriações ocorridas de 1996 a 1998 correspondem ao reflexo da política de reforma agrária compensatória adotada pelo Governo FHC, que consistiu em resolver localizadamente os conflitos por terra, realizando desapropriações onde os conflitos eram intensos (FERNANDES, 2009). Assim, os assentamentos criados em 1996, 1997 e 1998, visaram a contenção de conflitos por terra no Rio Grande do Sul, especialmente na Campanha Gaúcha. Foram desapropriados nestes três anos mais de 10.000 hectares, onde foram instalados 12 PA's, totalizando 334 famílias assentadas.

O período de 1999 à 2002, corresponde ao segundo governo de FHC no plano federal. Este governo caracterizou-se pela ofensiva contra as pressões do MST, sendo que em 2000 as ocupações em todo o Brasil começaram a diminuir e em 2001 foi publicada uma medida provisória que criminalizava as pessoas que ocupassem terras. Esta medida privilegiou os grandes proprietários, na medida em que previa a condição de não desapropriação durante dois anos, em caso de ocupação, e de quatro anos em caso de reincidência (FERNANDES, 2009). Assim, com a redução das ocupações, reduziram-se as instalações de assentamentos no Brasil. Na Campanha Gaúcha isso representou a diminuição das desapropriações e instalações de assentamentos por parte do INCRA. Em Santana do Livramento, o reflexo foi a completa saída de cena do Governo Federal do âmbito da instalação de assentamentos.

No entanto, este mesmo período corresponde no Governo Estadual, à gestão de Olívio Dutra, que privilegiou a Campanha Gaúcha para a instalação de novos assentamentos, como uma política de desenvolvimento regional. Neste contexto, foram adquiridos pelo Governo Estadual mais de 7500 hectares em Livramento, onde foram instalados 9 assentamentos, totalizando mais 254 famílias assentadas.

Em 2003 e 2004, apesar de não terem sido instaladas novas áreas de assentamento, iniciou-se um novo período da reforma agrária no município, como já dito. Se o Governo Estadual sai de cena no Rio Grande do Sul com a sucessão de Olívio Dutra por Germano Rigotto, o Governo Federal volta à cena, com a eleição de Lula na presidência. Em 2003 o governo apresentou o Plano Nacional de Reforma Agrária, com meta de assentar 400 mil famílias por meio de desapropriações e 130 mil famílias por meio de crédito fundiário (FERNANDES, 2009). Neste sentido, em

Livramento foram realizadas vistorias, desapropriações e compra de terras que resultaram na instalação de oito novos assentamentos entre 2005 e 2008, em mais de 6900 hectares, com 266 famílias assentadas. A Tabela 2, a seguir, resume esta trajetória, desde 1992 até 2008, ano da instalação do último assentamento.

Ano	Assentamentos criados	Número de assentamentos criados	Famílias assentadas
1992	PA Liberdade no Futuro (Cerro dos Munhoz)	1	62
1996	PA Apolo	5	34
	PA São Joaquim		40
	PA Santo Ângelo		16
	PA Bom Será		26
	PA Coqueiro		31
1997	PA Jupira/São Leopoldo	5	45
	PA Recanto		23
	PA Posto Novo		21
	PA Santa Rita II		22
	PA Frutinhas		20
1998	PA Capivara	2	22
	PA Pampeiro		44
1999	PE União Rodeiense	2	17
	PE Nova Esperança		43
2000	PE Esperança da Fronteira	1	21
2001	PE Nova Madureira	1	22
2002	PE Rincão da Querência	5	4
	PE Torrão		21
	PE Paraíso II		7
	PE Roseli Nunes		57
	PE Conquista do Cerro da Liberdade		72
2005	PA Leonel Brizola	2	13
	PA Fidel Castro		57
2006	PA 31 de Março	4	12
	PA Sepé Tiarajú III		41
	PA São João II		33
	PA Herdeiros de Oziel		39
2007	PA Banhado Grande II	1	11
2008	PA Ibicuí	1	60
-	-	<b>Total: 30</b>	<b>Total: 936</b>

Tabela 2 – Assentamentos e famílias assentadas em Santana do Livramento (1992 – 2008)

Org: Do autor

Fonte: INCRA

No item seguinte expomos nossa análise das características do espaço rural produzido ao longo desta trajetória de territorialização dos assentamentos, até a contemporaneidade.

## 6.2 A ruralidade dos assentamentos

### 6.2.1 Um rural povoado

Uma das questões que foram centrais em nossa pesquisa foi a análise da trajetória e da dinâmica do mundo rural em Santana do Livramento enquanto um espaço de vida. Por isso, a população rural, bem como o papel da grande propriedade patronal nos processos de des-re-territorialização desta população foram foco de nossa análise. Sendo assim, uma das questões que mais chama a atenção nos territórios camponeses, especialmente no caso de Santana do Livramento, é a sua revitalização social.

Há no município, um movimento recente da curva da população rural, conforme mostra o Gráfico 10, a seguir:

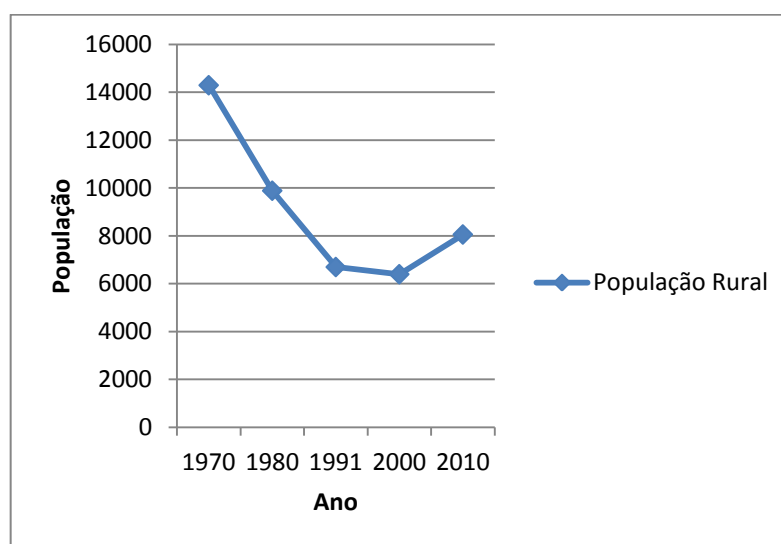


Gráfico 10 – Evolução da população rural em Santana do Livramento (1970 – 2010)

Org: Do autor

Fonte: IBGE

Da década de 1970 até 1991, ocorreu uma brusca queda do número de habitantes do campo. Isso, fruto daquilo que vimos no capítulo anterior, contexto em



que ocorrem sucessivas crises da pecuária e a modernização da agricultura, produzindo uma verdadeira “cadeia alimentar fundiária” que se realiza a partir da distinção entre setores mais capitalizados e menos capitalizados, onde os primeiros vão engolindo os segundos, reproduzindo a estrutura fundiária concentrada da terra.

No entanto, é possível perceber que entre 1991 e 2000, o ritmo do esvaziamento do campo apresentou considerável diminuição e, entre 2000 e 2010, enfim, a população rural passou a crescer. Estes dados nos permitiram inferir que, passageiro ou não, o fato é que algo de novo está ocorrendo no mundo rural santanense. Algo que, inclusive, não é compartilhado por municípios vizinhos como Dom Pedrito, Rosário do Sul, Quaraí e Alegrete que continuam em um processo de esvaziamento do campo, mesmo que em ritmo mais lento nas últimas duas décadas. Neste sentido, perguntamos o que, de fato, mudaria tanto em Santana do Livramento, em apenas duas décadas, a tendência de esvaziamento do campo, que, como visto, vinha ocorrendo desde o seu cercamento, ainda no século XIX?

É importante destacar, que este fato não significa que ninguém mais tenha sido “expulso” do campo no município durante estes 10 últimos anos. Pelo contrário, como foi visto, a dinâmica da agricultura moderna continua e se expande paralela à manutenção da forma tradicional de pecuária extensiva em grandes propriedades patronais, representando a continuidade da lógica que gerou quase dois séculos de esvaziamento e constituição de vazios sociais no campo. Mas o fato é que existe uma nova dinâmica populacional presente no mundo rural em Santana do Livramento que vai contra a tendência até então evidenciada.

Nesta perspectiva, é importante recapitular o contexto brasileiro visto no capítulo 2, em que diversos autores identificam algumas frentes que parecem, em geral, ser as responsáveis pela diminuição do decréscimo da população rural verificada no Brasil a partir dos anos 1980 e, inclusive, pela retomada de seu crescimento em algumas regiões e municípios do país, como é o caso de Livramento. Por exemplo, parcela da população urbana tem procurado o rural como residência em busca da melhoria da qualidade de vida, através de contatos mais diretos e intensos com a natureza, e através do aprofundamento de relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre os habitantes do campo (WANDERLEY, 2001). Além disso, em muitos casos o meio rural pode se constituir

como um polo de atração para pessoas originárias das cidades por outros motivos, como é o caso muito citado dos quadros técnicos das próprias indústrias ou firmas prestadoras de serviços que se instalam no meio rural (WANDERLEY, 2001).

Por outro lado, como destaca Wanderley (2000), a forte e efetiva demanda por terra, realizada pelos movimentos sociais rurais, fez surgir na reforma agrária um setor de assentamentos, que reflete o resultado de uma demanda pela permanência na zona rural ou retomo a terra. Conforme a autora, essa "ruralidade" destes agricultores familiares assentados povoa o campo e anima a vida social, opondo-se ao absenteísmo praticado pela agricultura latifundiária que esvazia e depreda o meio rural. Ainda para Wanderley (2000, p. 36), "a eles corresponde uma "situação" de reconstrução das bases de uma vida social local, através da retomada da experiência da coletividade local". Segundo Medeiros, L. S. (2000), a criação dos assentamentos afeta a demografia, em especial quando envolve a vinda de uma população "de fora" do município ou da região, ou quando representam algum deslocamento de populações urbanas para áreas rurais, resultando em aumento populacional ou mudança na relação população rural/população urbana.

Em Santana do Livramento, é, pois, evidente que é este o caso. Sem desconsiderar o peso das outras dinâmicas, não há dúvidas de que o grande evento capaz deste incipiente processo de repovoamento do campo é a instalação de assentamentos. Este parece ser também o único diferencial mais significativo neste sentido entre Santana do Livramento e os municípios vizinhos. São três assentamentos em Alegrete, três em Dom Pedrito e um em Rosários do Sul, enquanto Santana do Livramento já conta com 30 assentamentos, onde vivem cerca de 1000 famílias.

Isso se torna mais claro se observarmos que o processo de instalação de assentamentos no município se inicia em 1992 e se estende até o ano de 2008 (Tabela 2), ou seja, no mesmo período em que ocorre, primeiro, a diminuição do ritmo do decréscimo da população rural (1991 – 2000) e depois a retomada do seu crescimento (2000 – 2010). Entre 1991 e 2000 foram assentadas 487 famílias, o que corresponde a mais ou menos 1500 pessoas. Como resultado, neste período, a curva da evolução da população rural do município já indicou uma diminuição do decréscimo do número de habitantes. Já entre 2000 e 2010 foram assentadas mais

449 famílias, o que corresponde a provavelmente mais 1500 pessoas. O resultado foi, então, o crescimento da população rural registrado no Gráfico 9.

Santana do Livramento concentra o maior número de assentamentos do Rio Grande do Sul, como já dito. Neles estas famílias de agricultores estabeleceram uma nova vida, criando e recriando seus espaços (CHELOTTI, 2003).

É a partir deste processo que estes novos atores produzem a revitalização social do mundo rural em Santana do Livramento, que até então vinha em um longo processo de esvaziamento. As expressões econômicas, políticas, culturais e ambientais de sua territorialização são, a nosso ver, o que nos permite avaliar de que forma se dá a construção deste novo mundo rural no município. Como destaca Medeiros (2007, s/p)

entre erros e acertos uma nova territorialidade vai sendo construída. Muitos abandonam, desistem, vão para outros lugares, mas há aqueles que ficam, resistem e começam a construir um território onde as marcas de sua história vão sendo fixadas como marcos de sua identidade.

### 6.2.2 Um rural reformado?

Apesar de estes 30 assentamentos ocuparem uma área significativa, é questionável o seu papel enquanto reforma agrária no sentido de desconcentração da estrutura fundiária. Chelotti (2003; 2009) e Aguiar (2011) argumentam nesta direção. Aguiar observa que, na Campanha, como um todo, não houve grande impacto sobre a distribuição de terras, mesmo que a maioria dos assentamentos tenham sido implantados via desapropriação, que se constitui no mecanismo com maior capacidade de impacto sobre a estrutura fundiária.

Chelotti, referindo-se aos assentamentos instalados até 2002, constatou que os mesmos não estavam sendo instalados em áreas de grandes propriedades. Para o autor, até aquele momento a grande propriedade, que concentra historicamente a terra na região, pelo menos no município de Santana do Livramento, não parecia estar sendo transformada em “áreas reformadas” de assentamento. Conforme Chelotti (2003), o que ocorria de fato até aquele momento, era uma desestruturação

da cadeia produtiva da pecuária extensiva, que afetou diretamente a média propriedade do município, deixando os proprietários em condições desfavoráveis para a sua manutenção em um processo produtivo dinâmico, o que levou a desapropriações e vendas desta fração de propriedades, como também expomos no capítulo anterior.

Neste sentido, consideramos interessante levar em conta as definições oficiais de pequena, média e grande propriedade, para compreendermos melhor tanto a estrutura fundiária apresentada em Santana do Livramento, quanto o impacto dos assentamentos nesta estrutura. A Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, em seu Artigo 4º, estabelece as seguintes definições:

Art. 4º Para os efeitos desta lei, conceituam-se:

I - Imóvel Rural - o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial;

II - Pequena Propriedade - o imóvel rural:

a) de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;

III - Média Propriedade - o imóvel rural:

a) de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;

Parágrafo único. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e a média propriedade rural, desde que o seu proprietário não possua outra propriedade rural (BRASIL, 1993).

Se tomarmos por base a definição acima, estaremos entendendo a grande propriedade como aquela superior a 15 módulos fiscais. Como o módulo fiscal em Santana do Livramento é de 28 hectares, uma propriedade de 420 Ha já é considerada grande e, por isso, passível de desapropriação caso não cumpra sua função social. Sob esta perspectiva, podemos dizer que a grande maioria dos assentamentos de Santana do Livramento foi instalada em grandes propriedades, conforme dá uma dimensão o Gráfico 11.

Apenas 5 médias propriedades e nenhuma pequena foram adquiridas e destinadas à reforma agrária, e através da compra, tendo em vista que pequenas e médias não podem ser desapropriadas. Apenas uma propriedade com área 240 hectares e, portanto, média, foi desapropriada. Trata-se da Estância Dom Camilo II, que só foi declarada de interesse social para a reforma agrária pelo fato do dono possuir outra propriedade, nos termos da lei referida acima. Todas as demais (25), que foram compradas ou desapropriadas, se tratavam de grandes propriedades. A

média de área das propriedades onde foram instalados os assentamentos é de 875 hectares.

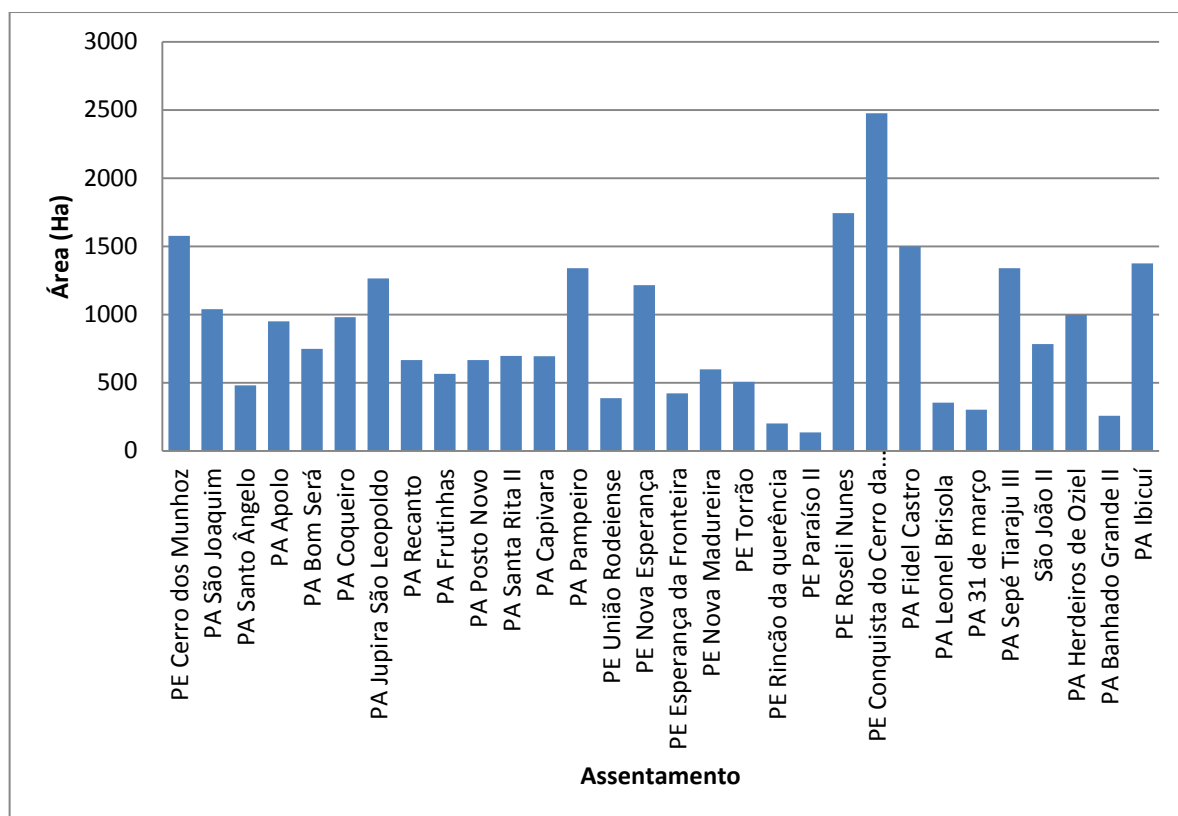


Gráfico 11 – Área do assentamentos de Santana do Livramento

Org: Do autor

Fonte: INCRA

Deste modo, entendemos que as áreas de assentamentos se tornam de fato “áreas reformadas”, na medida em que ocorre a substituição de uma grande propriedade de um único dono, ou alguns poucos, por dezenas de lotes com dezenas de famílias vivendo e trabalhando. Além disso, o sentido de “área reformada” a nosso ver deve perpassar o âmbito da desconcentração fundiária e considerar os inúmeros aspectos, econômicos, políticos, culturais e ambientais que são “reformados”.

No entanto, é preciso considerar que, de fato, a lógica mais coerente com o objetivo de uma reforma agrária no sentido da redistribuição fundiária estaria na desapropriação das maiores propriedades. No entanto, são justamente elas as que se inserem em uma maior dinamicidade e produtividade. São as grandes

propriedades que passaram a modernizar e se inserir em um processo de modernização da agricultura e da própria pecuária, por isso dificilmente são afetadas.

Assim, pode-se inferir que a revitalização demográfica e social do espaço rural em Santana do Livramento não ocorre impactando significativamente a grande propriedade e a concentração fundiária característica do município. Este repovoamento se dá paralelo à continuidade e até mesmo expansão da grande propriedade. São dois mundos rurais coexistentes. O índice de Gini da estrutura fundiária do município em 2011, de 0,753, evidencia a continuidade da concentração fundiária entre as maiores do estado, junto com a maioria dos municípios da Metade Sul.

Apesar disso, como já dito, a reforma se produz em outras dimensões. Não sem dificuldades e desafios, como diz Wanderley (2000), toma forma uma realidade nova em que ocorre o resgate ou, dito de outro modo, a reterritorialização de agricultores familiares excluídos pelo modelo capitalista (MEDEIROS, 2012). O retorno dessas famílias assentadas à atividade produtiva recupera sua dignidade através, principalmente, da produção de alimentos, o que é uma resposta à sociedade (MEDEIROS, 2012). Como frisa Abramoway (2000), por maiores que sejam os problemas das famílias hoje assentadas no Brasil, são bastante expressivas, e em todas as regiões, as experiências em que o acesso à terra foi, de fato, a premissa para a melhoria de suas condições de vida.

Além das melhorias para os próprios assentados ocorrem importantes transformações nos locais onde se instalam, como bem mostram os consolidados estudos de Sérgio Leite. Para o autor, a possibilidade da transformação de um amplo setor de “excluídos” em sujeitos políticos, ou seja, em novos atores em cena, se traduz por si só em um impacto importante. Só que, além disso, mesmo carentes de incentivo, os assentamentos afetam o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária, etc. com efeitos sobre sua capacidade de se firmar como um interlocutor de peso no plano local/regional (LEITE, 2003). Wanderley (2000) ainda destaca que a disseminação de assentamentos permite recuperar as forças sociais para o desenvolvimento que existem na agricultura familiar até então desperdiçadas, na medida em que estes se tornam uma “sementeira de agricultores familiares”.

Medeiros L. S. (2001) aponta também que a presença dos assentamentos tende a gerar um aumento na pressão das demandas em equipamentos sociais, o que coloca os assentamentos numa relação direta com as autoridades públicas (locais, estaduais, federais). Por isso, para a autora, a instalação de assentamentos tende a desencadear processos de reorganização local e de disputa política, alimentando tanto argumentos dos defensores da reforma agrária, que destacam os seus resultados positivos, quanto os de seus opositores, que ressaltam a precariedade e instabilidade das novas unidades.

Por todos estes motivos é que dizemos que os assentamentos promovem a revitalização social do mundo rural, a sua dinamização. Quando falamos em revitalização, não falamos só em melhorias, e nem tampouco somente em crescimento demográfico, mas em dificuldades, demandas, perspectivas, potencialidades, limites, enfim, todos os aspectos comuns em um espaço socialmente vivo. Ao mesmo tempo, falamos em revitalização em uma perspectiva otimista porque entendemos que é nos espaços rurais socialmente vivos que o desenvolvimento rural se coloca como um horizonte possível. Nesta perspectiva, concordamos com Wanderley (2000) quando diz que a reforma agrária é um componente essencial do desenvolvimento rural no Brasil.

### 6.2.3 Um rural socialmente diverso: quem são os “colonos”?

Em sua grande maioria, as famílias assentadas são oriundas da Metade Norte do estado, especialmente da chamada Mesorregião Noroeste, onde, como foi visto, “tudo começou” para o MST. As origens mais comuns dos assentados são de municípios como Redentora, Palmeira das Missões, Constantina, Ronda Alta, Nonoai, Rodeio Bonito, Entre Rios do Sul, Erechim, Trindade do Sul, Carazinho, Frederico Westphalen, Planalto, Joia, Guarani das Missões, São Miguel das Missões e Cruz Alta.

Mais recentemente, e em escala bem menor, como fruto das reorientações da luta pela terra e dos trabalhos de base do MST nas diferentes regiões do estado, há também assentados da Mesorregião Central, de municípios como Santa Maria e

Tupanciretã, da Metropolitana de Porto Alegre, de municípios como Viamão e Eldorado do Sul e da própria Campanha, de Uruguaiana, São Gabriel, Rosário do Sul e mesmo Santana do Livramento.

Conforme Chelotti (2013) a partir de informação de um dirigente regional do MST, até o ano de 1996 não existiam nos assentamentos de Santana do Livramento indivíduos da própria região. No entanto, em função das ações de base realizadas pelo Movimento nos municípios circunvizinhos, indivíduos da própria região passaram a ingressar no MST. Por isso, passaram a ser assentadas famílias “nativas”, não só no ato da instalação de novos assentamentos, mas também a partir da evasão e rotatividade de assentamentos mais antigos, na qual assentados de outras regiões saem e no lugar deles são assentadas famílias da região. É interessante destacar neste ponto que, como na Campanha nunca houve movimentos de luta pela terra organizados pelos camponeses locais, foi apenas com a reorientação da luta do MST para a região e, de modo mais específico, através dos trabalhos de base do Movimento, que camponeses da Campanha, radicados nas periferias, pode reivindicar o retorno à ruralidade. O MST vem tendo papel fundamental também na reterritorialização do gaúcho, e não só do colono. Além disso, há os casos em que os próprios trabalhadores das estâncias desapropriadas, que são em geral naturais do próprio município ou da região, receberam um lote.

Nesta heterogeneidade de origens, Chelotti (2009) identifica o encontro de duas identidades territoriais distintas, o camponês da campanha e o camponês da colônia. Mesmo compreendendo a multiplicidade de influências culturais no âmbito da globalização o autor acredita que ocorra a manutenção de determinados elementos e características identitárias destes dois tipos humanos, justamente por se tratarem de “sociedades agrárias”, nos termos de Queiroz (1972), ou seja, com fortes laços com a tradição camponesa. Em outras palavras, para o autor, mesmo que tal diferenciação, polarizada em duas identidades, tenha que ser relativizada em função da integração territorial promovida pelo avanço das relações capitalistas no campo, é possível identificar que alguns elementos socioculturais são mantidos pelos camponeses, tendo em vista que o próprio avanço capitalista sobre o campo não foi um processo homogêneo.



Os traços identitários do camponês da colônia seriam os predominantes nos assentamentos, não só de Livramento, mas da Campanha como um todo. Sua origem está na política de colonização instituída ainda no período do Império, iniciada na terceira década do século XIX, que visava ocupar os espaços considerados ainda vazios e fomentar a produção de alimentos para consumo interno no Brasil, e que resultou na ocupação das áreas de mata (Bioma Mata Atlântica) do norte do Rio Grande do Sul por imigrantes alemães e italianos.

São traços identificados com o ambiente de solos basálticos do planalto rio-grandense, em geral propícios à uma agricultura diversificada, e com a paisagem marcada pela presença de escarpas e vales abruptos, de horizontes estreitos diante da presença da mata e do relevo de alta declividade. Trata-se, associado a isso, de uma identidade caracterizada pela conservação de um modo de vida calcado na agricultura diversificada, envolvendo a criação de pequenos animais, além da pecuária leiteira. Caracteriza-se também por uma vida comunitária intensa, organizada em função principalmente da religiosidade, com fortes laços de proximidade e parentesco originados da distribuição dos lotes coloniais em pequenas áreas por família e pelo grande isolamento das comunidades desde o início das colônias. Em termos gerais podemos falar nos assentados que compartilham desta identidade da colônia como camponeses policultores de origem ítalo-germânica.

Em menor escala e de ocorrência mais recente nos assentamentos estão presentes também os traços da identidade territorial identificada por Chelotti (2009) como sendo a do camponês da Campanha. Sua origem está na própria constituição do tipo humano identificado como o gaúcho, a partir da mestiçagem entre lusos, espanhóis e índios, ocorrida de forma paralela à constituição da tradicional paisagem pastoril no Pampa, originada da introdução do gado, no século XVII. Como a trajetória do rural na Campanha se produziu em um ambiente de disputa de fronteira entre luso-brasileiros e espanhóis, os traços identitários do camponês da campanha foram sendo construídos principalmente por estas etnias. Além destas, os negros que em pouco tempo se tornaram a principal mão de obra das estâncias, os índios e os mestiços também tiveram grande influência. Trata-se de uma identidade territorial identificada com a paisagem aberta do Pampa e com as lides da pecuária de corte extensiva especialmente de bovinos e ovinos. Constitui-se também em um

modo de vida que envolve um grande número de utensílios que compõe indumentária e instrumentos típicos, como a bombacha, o tirador, as esporas, o laço e o próprio cavalo.

Além destes dois traços identitários apontados por Chelotti, há ainda a presença entre os assentados de outro, digamos, perfil, que não se enquadra em nenhuma destas identidades territoriais, trata-se dos assentados de origem urbana. A presença deste perfil, que já foi constatada e abordada em artigo específico por Lindner e Medeiros (2012), vem crescendo nos assentamentos, como destaca as autoras. No entanto, há de destacar que se há aqueles que são camponeses, mas que, porém, em algum momento recorreram, espontânea ou forçadamente, à tentativa de reprodução na cidade. Mas há também aqueles que nasceram e trabalharam toda vida na cidade, muitas vezes até tendo raízes camponesas, sendo filhos, netos ou bisnetos de camponeses, “herdeiros do êxodo rural”, mas em geral sem nenhuma ou pouca vivência no meio rural. Em geral, a motivação destes cidadãos em ingressar na luta pela terra é a fuga da pobreza urbana e a busca por melhor qualidade de vida no campo, “trabalhando para si próprio”, “naquilo que é seu”. Como destacam Lindner e Medeiros (2012), há muito a luta pela terra deixou de ser exclusividade de camponeses expulsos de suas terras e de proprietários de minifúndios lutando pela sua sobrevivência no campo. “A pobreza urbana se junta à luta pela terra em busca de melhorias na qualidade de vida e reflete o retorno da valorização da vida camponesa, através da representação de uma alternativa de reterritorialização para pessoas que de alguma forma se sentiram excluídas nas cidades (p. 12)”.

Assim, até o capítulo anterior, expomos, pelo viés da dinâmica da população rural e da influência da grande propriedade, características do mundo rural em Santana do Livramento enquanto “ambiente social” construído historicamente. Vimos que vazio demográfico, grande propriedade, pecuária extensiva, arroz e soja são ícones identificadores deste ambiente. É, pois, com estas características que se depararam os assentados em sua reterritorialização. Porém, não menos importantes são as condições do ambiente físico no qual os assentamentos foram instalados, que é certamente um condicionante fundamental no processo de (re)territorialização.

#### 6.2.4 “Manchas” camponesas no Pampa: onde fica o mundo rural dos assentamentos?

Os assentamentos ocupam uma área de 26.257 hectares de terras, o que para Santana do Livramento, que tem a segunda maior área do Rio Grande do Sul, com 695.035 Hectares, equivale a apenas 4,6% de sua área total. No entanto, nesta área relativamente pequena, vivem perto de 1.000 famílias, o que representa provavelmente metade da população rural do município, que é de 8.054 habitantes.

Podemos dizer que esta população que, como foi visto, é bastante heterogênea, com origens e histórias de vida particulares, foi assentada, em sua totalidade, em um ambiente específico, para a maioria estranho, que podemos identificar, de forma geral, a partir das características do Bioma Pampa. Trata-se de um bioma formado por um mosaico, identificado principalmente pela paisagem aberta campestre, com características muito particulares de espécies microbianas, vegetais e animais, bem como de “tipos humanos”, diferenciadas especialmente em comparação com a Metade Norte, correspondente ao Bioma Mata Atlântica, de onde vem a grande maioria dos assentados.

O mosaico que caracteriza o Bioma Pampa, conforme Silva (2010) é formado por um complexo conjunto de ecossistemas que inclui, além das tradicionais áreas campestres, ou seja, de vegetação rasteira, as matas de galeria, areais, banhados, capões de mata nativa, cerros-testemunhos, serras, áreas de recarga e ou de descarga de aquíferos subterrâneos, matas aluviais, rios e sangas e afloramentos rochosos. De forma sucinta, são condições interconectas de clima (insolação, temperatura, ventos, umidade, etc.), pedologia, geologia, geomorfologia, hidrologia, micro-organismos, animais e vegetais, enfim, fatores bióticos e abióticos inter-relacionados, inclusos aí os séculos de ação antrópica, que geram as particularidades do Bioma. É um ambiente em que, como visto nos capítulos anteriores, desenvolveu-se uma pecuária extensiva que foi a base econômica, política e cultural do Rio Grande do Sul e, mais recentemente, uma lavoura empresarial, principalmente do arroz e da soja, que gerou significativas transformações e, inclusive, considerável supressão do Bioma.

Considerando estas condições gerais citadas e a diversidade de situações encontradas no Pampa, é oportuno dar maior detalhamento às características do local específico em que foram instalados os assentamentos de Santana do Livramento. Nesta perspectiva, podemos dizer que os PA's não estão dispostos por toda a extensão do município. Eles foram instalados em uma porção específica, em sua “metade leste”, como chamamos no capítulo anterior, onde também estão as monoculturas da lavoura moderna. A Figura 20 mostra a localização dos assentamentos.

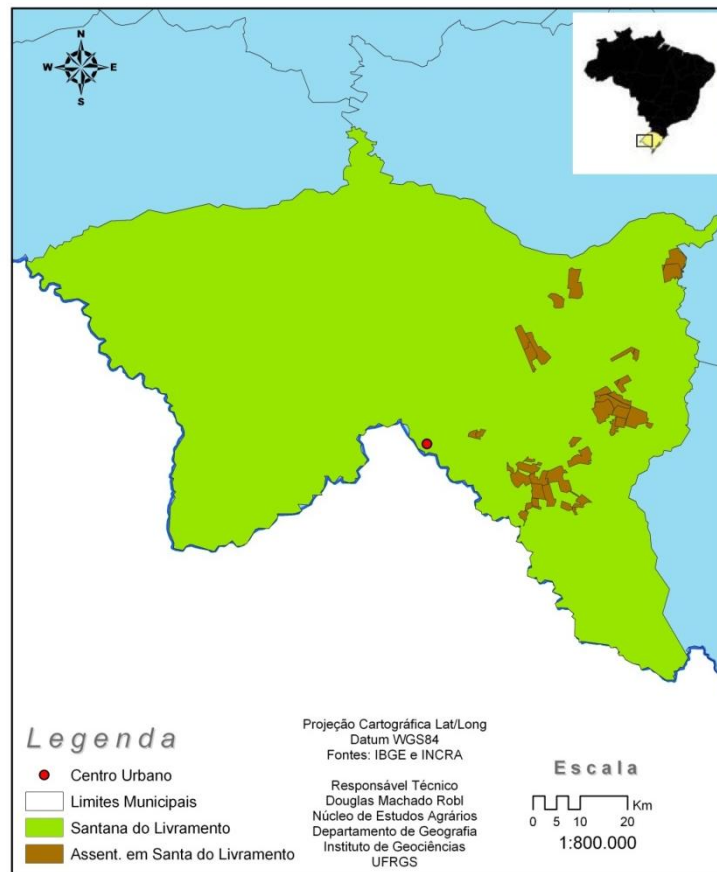


Figura 20 – Localização dos assentamentos no município de Santana do Livramento  
Org: Douglas Machado Robl  
Fonte: Acervo do autor

É possível observar que os assentamentos localizam-se na porção leste do município, onde predominam os solos arenosos e os terrenos de várzea, mais próprios para agricultura, como visto no capítulo anterior. Este é um fator determinante, pois, se tratando de agricultores familiares, a instalação de

assentamentos em áreas agricultáveis é uma condição básica, determinante no processo de reterritorialização. É, pois, nesta porção particular do Pampa, em meio ao vazio demográfico de médias e grandes propriedades de pecuária extensiva e de lavouras de arroz e de soja, entre a várzea, a coxilha e os cerros, que foram instalados os assentamentos.

Há de se considerar ainda as condições de distância e acessibilidade entre os assentamentos e a cidade. Em geral, há grande distância, que é, inclusive, absoluta e também relativa. Absoluta no sentido de que a maior parte dos PA's situa-se a mais de 20 km da área urbana, chegando a mais de 70 km nos assentamentos mais distantes. E, relativa no que diz respeito às condições de transporte e das estradas, que são bastante precárias, constituindo-se, inclusive, em uma das maiores reivindicações dos assentados, devido, principalmente a questão do escoamento da produção dos PA's, como será mais bem evidenciado adiante. Há assentamentos que distam 70 km da cidade, mas que, no entanto, situam-se à beira da BR 158, o que implica em menos de uma hora de viagem, como é o caso dos PA's São Joaquim e Coqueiro. Em outros casos, no entanto, apesar de assentamentos situarem-se entre 20 e 30 km da cidade, o trajeto costuma levar até 2 horas.

As condições locais de clima também são de grande relevância, especialmente ao se tratar de agricultores familiares. Neste sentido, Santana do Livramento, e em geral a Campanha apresentam especificidades consideráveis em relação a outras regiões do estado, como o noroeste, por exemplo. Em geral, os verões são mais quentes e os invernos mais frios, com sensação térmica de frio potencializada pelo vento constante que caracteriza as planuras do Pampa. Além disso, há períodos característicos de déficit hídrico, especialmente nos meses que correspondem ao fim da primavera e ao verão.

Assim, nestas condições, temos descritos os dois elementos primordiais de um território a ser construído a partir do assentamento das famílias de agricultores: o "chão" e a população (os colonos) (SANTOS, 2002). A partir deste quadro que reúne a heterogeneidade de origens e histórias de vida dos assentados, em sua grande maioria vinda de fora do município, e um espaço físico específico onde eles receberam os lotes, é que passaram a se constituir as tramas de relações no âmbito

da E-P-C-N que caracterizam o processo de reterritorialização destas famílias e dão a “cara” do rural por eles produzido.

#### 6.2.5 (Re)territorialização: a construção de um rural como espaço de vida e trabalho

Como sabemos, o processo de (re)territorialização envolve o material e o imaterial, nas dimensões da E-P-C-N, de forma articulada. Assim, nesta reinserção das famílias no meio rural, questões materiais vinculadas às condições de infraestrutura e crédito, por exemplo, e imateriais relacionadas à saudade e distância dos familiares, às dificuldades de estabelecimento de novas relações ou, nas palavras de Mello (2006), de uma coesão social, seja no assentamento ou fora dele, estão imbricadas e são determinantes no processo de reterritorialização. Dependendo da forma como ocorre este processo, pode ocorrer a consolidação de uma territorialidade ou mesmo novos processos de desterritorialização como de fato ocorreram em muitos casos.

Em consonância com o que já havia chamado a atenção de Chelotti (2003, 2009, 2013), os aspectos que mais nos pareceram característicos do processo vivido pelas famílias a partir do assentamento é justamente aqueles relacionados ao período inicial, dos primeiros meses ou mesmo primeiros anos de vida no lote, no assentamento e no município. Nos termos de Raffestin (2010), trata-se das questões que dizem respeito à adaptação ao “ambiente natural” e ao “ambiente social” com o qual se depararam e passaram a se relacionar os assentados.

Os primeiros tempos em geral se caracterizam pela precariedade e pelas dificuldades, nas múltiplas dimensões. O que é dado a estas famílias no momento de sua chegada é um espaço físico “vazio”, um campo. E é aí que já se iniciam as dificuldades, especialmente para aqueles vindos de outras regiões do Rio Grande do Sul. A adversidade se inicia com algo primário, básico, ou seja, a própria moradia, tendo em vista que em uma condição como esta, de chegada, tudo está por fazer e o imprevisto é a regra. Se de um lado há a satisfação da conquista da terra, que se traduz em um horizonte de novas possibilidades de melhoria de vida, de outro, há as condições concretas em que este horizonte se apresenta, onde não raro tudo se

inicia da estaca zero e, em muitos casos, o acampamento é, de certo modo, reproduzido dentro do próprio assentamento.

A gente chegou com alguma coisa que tinha de lá (do lugar de origem). Pouca coisa, não é. Alguns animais de serviço, alguns animais pra produção de auto-consumo. Equipamentos praticamente não daria pra considerar, pouca coisa. Pra roça, tração animal, alguma coisa. Daria pra dizer que foi uma condição ainda melhor que os outros né, porque teve famílias que chegaram com a mala que vieram do acampamento, chegaram e foram pro lote, não é, a maioria. (ENTREVISTADO DO PA FRUTINHAS, 2012).

O procedimento padrão do INCRA prevê crédito para auxiliar os assentados em sua instalação. No entanto, como coloca Mello (2006), é um recurso historicamente insuficiente. Além disso, estes créditos iniciais, que são destinados a alimentação e utensílios domésticos (modalidade apoio, costumeiramente chamada de “fomento”), e também para a construção da moradia (modalidade “materiais de construção”), em geral “demoram para vir”, como dizem os assentados, mantendo as famílias por mais tempo na condição de acampados dentro do próprio assentamento: “Fiquei morando dentro de um silo, porque não tinha casa ainda (ENTREVISTADO DO PA LIBERDADE NO FUTURO, 2012)”.

Fato expressivo destas dificuldades ocorreu no assentamento Conquista do Cerro da Liberdade, PA instalado em 2002 que, em 2008, foi beneficiado com o financiamento da construção de moradias a partir de parceria entre INCRA e a Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi Ltda (Crehnor Sarandi). As obras da tão esperada moradia iniciaram em março daquele ano com prazo de 6 meses para o término, no entanto, no final do mesmo ano as famílias foram informadas de que as obras não seriam concluídas, o que as obrigou a se mobilizarem para verem prontas as suas casas.

O impasse durou até o ano de 2010, o que significa quase dois anos de obras paradas, quando enfim um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) determinou os procedimentos para sua conclusão: “– Para mim e os meus vizinhos que vivemos dois anos debaixo de uma barraca de lona à espera da reforma agrária em Júlio de Castilhos, a construção dessa casa significa muito. Ela tem que ser concluída – diz

Silva (JORNAL ZERO HORA, 06/04/2010)”. A Figura 21, a seguir, é da reportagem que registrou este problema vivido pelas famílias.



Figura 21 – Obras paradas de uma residência no PA Conquista do Cerro da Liberdade

Autor: Carlos Wagner

Fonte: Jornal Zero Hora (06/04/2010)

Além destes percalços já citados no que se refere à instalação, outras dimensões da reprodução cotidiana das famílias também foram marcadas pela precariedade, pelo estranhamento e pelo imprevisto nesta etapa inicial dos assentamentos. Segundo Wanderley (2000), a partir do assentamento, as famílias contempladas com lote passam por um processo de retomada do contato com a terra, em alguns casos aprendendo e em outros reaprendendo a organizar a produção. Diante das limitações, que são muitas, as famílias tentam também diversas outras estratégias de reprodução, combinando as atividades agrícolas no lote com outras atividades, agrícolas ou não agrícolas, mesmo fora das áreas onde foram assentadas (WANDERLEY, 2000). De imediato, há de se pensar em estratégias de geração de renda e sustento da família para além dos auxílios, os quais além de serem insuficientes, rapidamente se findam. É aí que muitas das



famílias se lançam nas mais diversas estratégias de reprodução. Assim, de um lado, a própria agricultura, a pluriatividade, a agricultura part-time, o emprego não-agrícola, surgem como alternativa.

[...] imagine só, tu tens 10 ou 15 vacas de leite, tu tens 6 filhos, aí tu divide aquela renda que tu tens no mês. Se tu quer uma qualidade, uma roupa melhor, viver melhor, arrumar tua casa, ajeitar um galpão, plantar, tu não tira só do leite ou da lavoura. Eu mesmo, meu marido, 12 anos trabalhando fora, em granja de soja, e eu que toco o lote, eu e os “guri”, porque agora os “guri” tão grande (ENTREVISTADA DO PA FIDEL CASTRO, 2012).

De outro, o arrendamento ou até mesmo a venda do lote aparecem muitas vezes como saída diante da precariedade, do despreparo e da falta de estrutura material e imaterial para a reprodução de famílias dentro daquilo que seriam os padrões corretos.

Neste período inicial ocorrem também os primeiros contatos com a paisagem, com o ambiente físico, com a terra, com o solo, algo que é fundamental nos processos de T-D-R, especialmente ao se tratar de um processo que ocorre no meio rural e, sobretudo, sendo os atores agricultores familiares. Os relatos obtidos por Chelotti (2009), neste sentido, evidenciam sensações sentidas pelas famílias, como a “de liberdade”, tendo em vista que a paisagem aberta de horizonte largo que caracteriza o Pampa é bem diferente de onde residiam anteriormente as famílias, onde geralmente o relevo é mais ondulado e íngreme. De outro lado, em nossas entrevistas captamos um tom que expressa uma sensação de perturbação diante da grande diferença com a qual se depararam. A falta da mata, as diferenças de solo, causaram certo incomodo:

O que eu estranhei? A falta do mato [...] Dá uma diferença porque tu saiu de uma terra vermelha, de uma terra preta, e tu veio pra um campo, virado em areia e não tinha um mato pra tu respirar um ar puro. Aí que dá a diferença das terras. Nós nem sabíamos de onde nós tínhamos chegado, nem nada, não tinha jeito de nós nos acharmos (ENTREVISTADA DO PA FIDEL CASTRO, 2012).

Estas diferenças foram sentidas pelos assentados especialmente quando realizaram os primeiros cultivos, mesmo os de subsistência. Nos primeiros anos, os assentados tentaram realizar os mesmos cultivos que faziam em seus lugares de origem, utilizando-se dos mesmos saberes, calendários, ferramentas, etc. No entanto, o clima local, que tanto estranharam em seu corpo pelos extremos quente e frio, no verão e no inverno, se mostrou também como um empecilho à manutenção de algumas de suas antigas práticas.

O que mais o pessoal estranhou, não sei se agora mudou ou não, foi o frio, o inverno. O pessoal chegou aqui no inverno, quando eu vim também. O pessoal do assentamento chegou no dia 27 de julho, e eu quando vim também, vim em junho. Uma cerração, um inverno “veio” frio, um vento. O pessoal estranhou muito. E o verão também. Calor demais, até queimadura assim de pele, as orelhas descascadas [...]. O pessoal pensava: lá (no assentamento em Livramento) com vinte e poucos hectares de terra estou rico, mas a realidade era outra aqui, as épocas de plantio. Lá a gente plantava quando nem bem chegava o mês de setembro, já estava plantando milho, fazendo os plantios de verão. Aqui tem que esperar, é um inverno longo (ENTREVISTADO DO PA LIBERDADE NO FUTURO, 2012).

As diferenças de fertilidade do solo e aptidão de uso agrícola não impuseram limitações somente no “quando plantar”, mas também no que se refere a “o que plantar”. Assim muitos cultivos da policultura que geralmente praticavam em suas regiões de origem tiveram de ser abandonados: “Aqui se tu não planta com adubo tu não colhe. Lá, se nós pegássemos cinco pés de cedro e plantássemos juntos, tinha certeza que eles cresciam juntos. Aqui pra plantar um pé de cedro - que eu já tentei e não consigo - não vinga. Eu não sei por quê. (ENTREVISTADA DO PA FIDEL CASTRO, 2012)”.

Deste modo, algumas alternativas encontradas para a geração de renda foram a produção de leite ou a produção de frutas (melão, pêra, pêssego, figo, dentre outras) (CHELOTTI, 2003). Em Chelotti (2003), o autor detectou, inclusive, que uma das estratégias de reprodução camponesa na nova terra conquistada era a tentativa de realizar uma produção agroecológica. A referida pesquisa, realizada em três assentamentos locais (Liberdade no Futuro, Nova Santa Rita e Esperança da Fronteira), constatou os diferentes níveis de inserção da agroecologia encontrados nos lotes dos assentamentos.

Em alguns casos as experiências com a perspectiva agroecológica tornaram-se realidade na medida em que safras anteriores desenvolvidas com práticas modernas de agricultura foram frustradas. Nestes casos foi identificada por Chelotti (2003) práticas que conciliavam a perspectiva agroecológica com a “convencional”, isto é, uma transição agroecológica, aprimorando seus sistemas de cultivo, iniciando, principalmente, com o cultivo de frutíferas.

No entanto, em outros casos, os agricultores reconheceram a necessidade de mudança em seus sistemas de produção, porém não haviam se lançado à prática. Em algumas situações, havia ainda, o desenvolvimento de uma agricultura convencional, não sendo encontradas pelo autor práticas ou experiências agroecológicas, afirmando os agricultores, que as discussões referentes às mudanças no sistema de produção haviam ocorrido apenas na fase de acampamento.

No que se refere à relação com o “ambiente social” preexistente, houve, além do já citado conflito político com o sindicato patronal e com a prefeitura, etc., o choque cultural, tanto fora do assentamento como dentro, tendo em vista que, como dito, nos assentamentos mais recentes os “camponeses da Campanha” também estão presentes. No assentamento, o choque e até mesmo o conflito cultural foi captado por Mello (2006). Conforme o autor há uma visível discriminação por parte dos “colonos do norte (camponeses da colônia)”, em relação aos “gaúchos (camponeses da Campanha)”. O autor cita referências do tipo “eles são criados como bicho” ou “peões que não se adaptam a agricultura colonial”, para exemplificar o estigma construído pelos assentados oriundos da Metade Norte em relação aos nativos da Campanha. Em nossa pesquisa este aspecto averiguado por Mello também ficou muito claro em algumas falas, a exemplo das duas abaixo:

Tu já vê aquele que é da fronteira como acomodado. Está bom pra ele, pegou aquele projeto, com 5 ou 6 vaquinhas, está bom. Pra dizer que ele nunca teve. Mas se nós temos uma terra, nós temos condições de trabalhar, temos saúde, por que não construir? (ENTREVISTADA DO PA FIDEL CASTRO, 2012).

O choque cultural se produziu no assentamento e também do contato com os vizinhos nativos do assentamento, conforme relata uma entrevistada, hoje, assentada no PA Fidel Castro. Sua fala mostra além de seu próprio estranhamento em relação aos vizinhos do assentamento, o estranhamento deles em relação à ela, sobretudo quanto à forma de trabalhar:

Eles achavam que nós éramos índios, nós não éramos assentados. Eles se escondiam de nós, nossos vizinhos lá no Santo Ângelo. Eles me chamavam “a índia”. Mas daí eles nunca tinham visto uma mulher tirando leite, uma mulher com uma enxada capinando, pra eles aquilo era um serviço que não se fazia (ENTREVISTADA DO PA FIDEL CASTRO, 2012).

No PA Liberdade no Futuro, captamos mais expressões deste choque, como, por exemplo, o uso do cavalo como meio de transporte e de trabalho pelos nativos. Relatou o entrevistado que aquilo para eles era muito diferente, pois o cavalo não é de uso costumeiro nas áreas camponesas da Metade Norte, inclusive, muitos “nem sabiam andar a cavalo”.

No que diz respeito à inserção na comunidade santanense, sobretudo na área urbana, a entrevistada do PA Fidel Castro relata a forma com que vivenciou a relação com setores da população local nos primeiros tempos de assentamento. Fica evidente em sua fala a importância que o comércio teve nesta inserção.

Na verdade nós achamos amizade em Livramento sabe de que forma? Comprando! [...] porque saia os tal projeto (...) tinha que ir lá num mercado e ver com o homem as notas. Na verdade nós compramos a amizade deles, e com muito custo. [...] Porque o que? Eu precisava ir lá no mercado. Aí eu precisava da nota do mercado não é, pra eu poder tirar aquele dinheiro pra poder pagar o homem. Então tinha que explicar pra ele da onde eu fui, da onde eu vim, quem eu era. Daí eles riam não é? Achavam lindo aquele monte de dinheiro, porque era uma pilha de dinheiro que a gente deixava no mercado [...] (ENTREVISTADA DO PA FIDEL CASTRO, 2012).

Neste contexto, outro fato relevante foi à eleição de um vereador representante dos assentados, ainda nos anos 1990. Devido à relativa coesão social entre os assentados, oriunda, sobretudo da organização em torno do MST, os “colonos”, já somando um significativo número no município, conseguiram esta

eleição. Por um lado, esta foi uma expressão da territorialização política dos assentados na comunidade e, por outro, evidenciou a conflitualidade, o preconceito e à discriminação por parte de setores locais. O assentado eleito vereador na ocasião, entrevistado por nós, avaliou o seu mandato da seguinte forma:

Muito difícil não é? Porque eu nunca ganhei uma votação. Sempre eram derrotadas todas as minhas propostas, porque os outros vinte vereadores eram (...), dezenove eram contrários declarados ao MST e tinha um que apoiava, não é? Considerando que era um grupo de “marginal”, “baderneiro”, “aqueles que não têm o que fazer e vai se acampar”. Hoje “nóis temo” demonstrando ao contrário com a nossa cooperativa “Cooperforte” mostrando que é uma força econômica que gira recursos para o município [...]. Eu acho que fui bem. Fui bem porque a gente “tava” representando uma categoria e que no momento era uma discriminação muito grande internamente do município, e que hoje a população enxerga os assentados com outra visão [...] (ENTREVISTADO DO PA LIBERDADE NO FUTURO, EX VEREADOR EM SANTANA DO LIVRAMENTO, 2012).

Assim, a partir dos nuances mostrados neste item, é possível dar destaque ao quão difícil foi e, ainda é, este processo de reterritorialização camponesa em Santana do Livramento. A dinamização do mundo rural local é, pois, a nosso ver, o resultado deste processo de reterritorialização, sendo que nas expressões deste processo é possível ver o que muda, ou seja, que novo mundo rural é estatuído. Se com a instalação em si das centenas de famílias ocorre um repovoamento do espaço rural, é nas relações que estabelecem na busca por sua reprodução social que estas reanimam a vida social rural e provocam modificações na relação entre cidade e campo no município.

#### 6.2.6 Expressões da (re)territorialização: a cara da ruralidade dos assentamentos

Passadas mais de duas décadas da instalação dos primeiros lotes, o espaço rural dos 30 assentamentos localizados em Santana do Livramento se mostra nitidamente heterogêneo. Ao reconstruírem seu espaço de vida, os assentados produzem expressões que acabam identificando as transformações que eles trazem ao mundo rural local. No entanto, tendo em vista a referida heterogeneidade de situações, estas expressões são múltiplas, o que torna difícil sua apreensão de

modo que abarque toda sua complexidade. Porém, como afirma Chelotti (2013), algumas destas expressões parecem mais em evidência, o que permite uma síntese. Neste sentido, aponta o autor para três grandes expressões que identificam a reterritorialização dos sem-terra na Campanha Gaúcha: a econômica, a política e a cultural. Para melhor expormos aquilo que observamos em nossa pesquisa em Santana do Livramento, utilizaremos desta divisão, que é meramente operacional, tendo em vista a reciprocidade destas dimensões, como alerta Saquet (2008).

Iniciemos com a expressão econômica. Segundo Chelotti (2013), esta pode ser identificada pela constituição de autênticos territórios de produção familiar em um universo caracterizado historicamente pelo predomínio areal da grande propriedade patronal. Para o autor, são exemplos disso, a nova racionalidade de exploração da terra por meio da formação de bacias leiteiras, por polos de fruticultura e de produção de sementes agroecológicas.

Em Santana do Livramento, uma primeira expressão, independente das alternativas de reprodução no território a que se lançam os assentados, é o considerável incremento, em número e área, de unidades familiares de produção representadas pelos lotes dos assentamentos. Os PA's produzem um rural de atividades familiares. São em torno de 1000 novas unidades com predominância de mão de obra familiar no meio rural local.

A partir desta, que já é uma significativa expressão econômica, ao levarmos em conta as estratégias de reprodução destas unidades, identificamos o desdobramento desta primeira expressão em outras três, sempre lembrando, no entanto, que estamos destacando apenas aquelas que nos parecem em maior evidência. São elas: 1) a importância da produção agrícola e agroindustrial para autoconsumo; 2) a importância da pecuária leiteira na geração de renda; e 3) a crescente inserção do monocultivo de soja nos assentamentos.

A produção de subsistência ou autoconsumo é recorrente em praticamente todos os assentamentos, garantindo a alimentação das famílias e a baixa necessidade de suprimento com alimentos vindos de fora dos lotes. Na produção de subsistência são características nos assentamentos a horticultura, a fruticultura e a criação de pequenos animais como porcos e galinhas. A partir destes, são feitos diversos produtos agroindustriais como geleias, pães, queijos, salames, etc. Todos

estes direcionados, sobretudo para o próprio consumo, mas também para a troca com outros assentados, além de um excedente para comercialização. A Figura 22 mostra a produção de queijos para autoconsumo e troca no assentamento Sepé Tiarajú III.



Figura 22 – Produção de queijos para consumo interno e para troca com outros assentados no assentamento Sepé Tiarajú III

Org: Do autor

Fonte: Trabalho de campo

Algumas famílias, inclusive, por variados e múltiplos fatores, baseiam sua reprodução somente na produção de autoconsumo, não se inserindo, por exemplo, na pecuária leiteira comercial. No entanto, é notável o desejo de futuramente poder produzir para comercialização e, assim, aumentar a renda. Nestes casos, a produção apenas para subsistência não parece se tratar de uma opção, algo puramente cultural, mas algo a que os diversos condicionantes os limitaram.

Quando investigamos os resultados positivos das experiências a que se lançaram os assentados de Santana do Livramento em busca de sua manutenção na terra conquistada ou de sua reprodução no território, se apresenta com destaque entre as fontes pesquisadas, a segurança alimentar gerada através do cultivo, produção e consumo de alimentos saudáveis e de qualidade (Figuras 23 e 24).



Figura 23 - Plantação de morango orgânico: alimento nutritivo e de qualidade para o consumo da família em lote do assentamento Sepé Tiarajú III

Org: Do autor

Fonte: Trabalho de campo



Figura 24 – Produção diversificada para subsistência sem a utilização de agrotóxicos no assentamento Coqueiro

Org: do autor

Fonte: Trabalho de campo

No entanto, talvez a maior expressão econômica do rural produzido nos assentamentos seja a importância tomada pela pecuária leiteira como fonte de renda. Esta é a principal matriz produtiva e estratégia de reprodução familiar nos assentamentos. Ao longo dos anos esta foi se sagrando como a atividade apontada



como mais viável economicamente para a pequena propriedade neste ambiente pampiano, com conhecida vocação natural para a pecuária.

A criação bovina de leite nos assentamentos se dá majoritariamente em campo nativo, com eventual suplementação de pastagens plantadas como aveia e azevém (no inverno) e milheto (no verão), além da prática da silagem. A produtividade média mensal dos assentamentos é de mais ou menos 1200 litros/família. Conforme Aguiar (2011) que comparou este dado com a produtividade das demais propriedades do município, trata-se de uma produção menor do que a destes estabelecimentos, os quais tem uma produtividade média de 10 mil litros mensais. No entanto, é preciso levar em conta que nesta conta entram propriedades bem maiores e com rebanhos também maiores e com maior grau de investimento na produtividade.

O leite dos assentamentos é recolhido pelo caminhão-tanque da Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste (COOPERFORTE), e entregue, principalmente, na unidade recebedora de leite da empresa Consulati, instalada em área estratégica na localidade de Palomas, à margem da BR 158, sendo, inclusive, um investimento atraído pela produção leiteira dos assentamentos. De lá o leite é encaminhado à Pelotas onde é processado pela empresa.

A COOPERFORTE foi fundada pelos assentados em 2002, com o intuito de viabilizar a comercialização da produção leiteira dos assentamentos. Hoje a cooperativa tem 722 associados sendo que destes, 332 participam da produção leiteira. Atualmente a cooperativa trabalha também com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no qual estão envolvidos 71 sócios comercializando, via contrato com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), além do leite, frutas e hortigranjeiros. A COOPERFORTE é, em suma, um importante canal de comercialização da produção dos assentamentos. No ano de 2010, a cooperativa anunciou uma planta em um antigo abatedouro de Santana do Livramento que será transformado em pasteurizadora de leite. O principal objetivo da cooperativa em longo prazo é conseguir maior autonomia e agregar valor ao produto através da consolidação de uma agroindústria própria do leite.

No entanto, é oportuno destacar que as estratégias espontâneas e individuais de comercialização são muito presentes entre os assentados. Inclusive, por variados

motivos há assentados que optam por não participarem da cooperativa. A Figura 25, a seguir, mostra uma barraca improvisada por uma família do PA Fidel Castro para a comercialização do mel à beira de BR 158, na localidade da Faxina. Trata-se de uma expressão da diversidade encontrada entre as estratégias dos assentados.



Figura 25 – Barraca de venda de mel de assentados do PA Fidel castro à beira da BR 158

Org: Do autor

Fonte: Trabalho de campo

Porém, a maior expressão econômica da ruralidade dos assentamentos é mesmo a pecuária leiteira, cujo produto é comercializado via cooperativa. Isso fica evidente ao observarmos o incremento que ela proporciona à produção anual do município. Contando com menos de 4% das terras utilizáveis para a pecuária em Santana do Livramento e estando em seus lotes há menos de duas décadas, com todas as dificuldades e carências já citadas, os assentados produziram, no ano de 2012, 10 milhões e quarenta mil litros, conforme sócio e ex-presidente entrevistado. E, a estimativa para 2013 é de treze milhões de litros. Em termos de participação no total da produção do município, podemos estimar, com esta informação, em torno de 50%, tendo em vista que o último dado disponibilizado pelo IBGE sobre a produção

leiteira em Santana do Livramento, de 2009, é de dezenove milhões e trezentos e cinco mil litros. O Gráfico 12, a seguir, mostra o salto que a produção leiteira do município tem dado nos últimos anos. Os assentamentos têm grande contribuição nestes números.

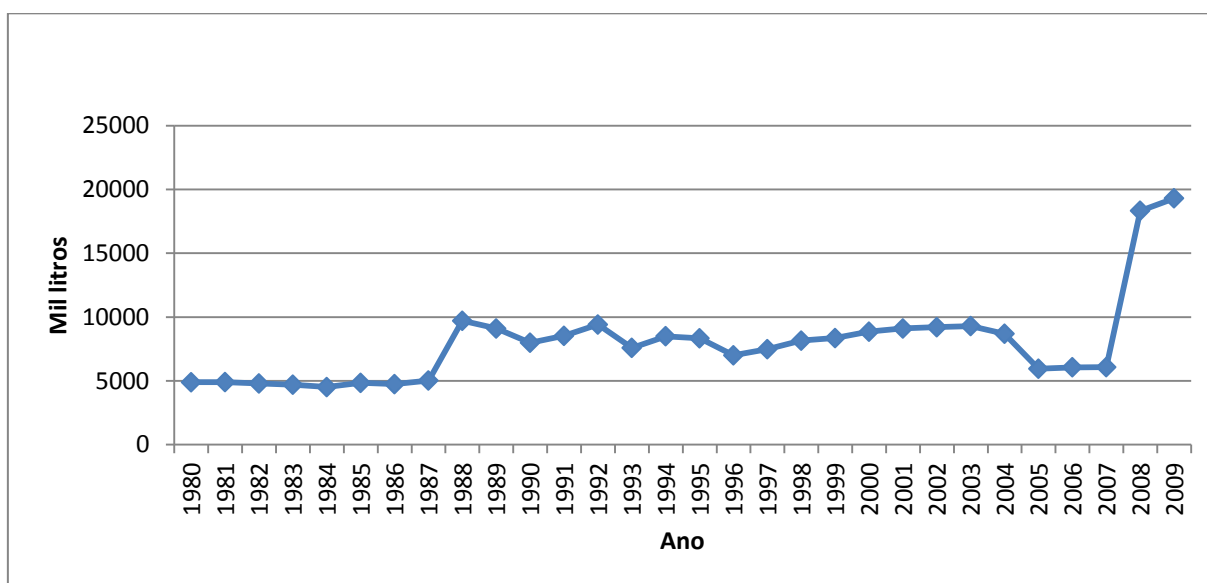


Gráfico 12 – Evolução da produção leiteira em Santana do Livramento (1980 – 2009)  
Org: Do autor  
Fonte: IBGE

Além destas duas grandes expressões econômicas da reterritorialização camponesa em Santana do Livramento, representadas pela produção de autoconsumo e pela produção leiteira em escala comercial, uma terceira, mais recente, nos pareceu bastante proeminente: trata-se da expansão da monocultura de soja para o interior dos assentamentos. O estudo de Aguiar (2011) já havia mostrado isso. Em nossa pesquisa, as entrevistas e as observações empíricas, além daquilo que se capta a partir da paisagem, nos deixou isso muito claro. A entidade responsável pela assistência técnica nos assentamentos, a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), inclusive, não só constata este fato como também vê com preocupação, já que a ideia da entidade sempre foi trabalhar na perspectiva da transição agroecológica.

O mesmo motivo que leva a expansão da soja nas demais propriedades rurais no município, parece se reproduzir nos assentamentos. A alta do preço da

soja parece ser um grande motivo tendo em vista perspectiva de bom retorno financeiro. A existência no município de uma empresa, de propriedade de investidores oriundos do noroeste do estado que fornece os pacotes tecnológicos, absorve a produção e que se localiza próximo a muitos assentamentos também parece facilitar este processo. Além disso, o fator cultural representado pelo fato de que a grande parte dos assentados são oriundos de uma região onde o cultivo da soja é uma característica marcante, também influencia. “[...] O pessoal de Cruz Alta, Boa Vista do INCRA, quase todos lidam com soja. Tem famílias que só trabalham com soja (ENTREVISTADO DO PA NOVA SANTA RITA)”.

É difícil saber qual será o resultado desta estratégia econômica que vem sendo cada vez mais empregada pelos assentados. No entanto, a paisagem homogênea gerada nesta ação dá aos assentamentos onde a soja se expande aspectos típicos dos territórios do agronegócio. É, em outras palavras, o terceiro território, na acepção de Fernandes (2008), ocupando partes do primeiro e do segundo território (de governança e da propriedade).

A Figura 26, a seguir, é um tanto emblemática. Mostra o corredor de acesso a um território camponês, no entanto, com “cara” de território de agronegócio. Ao fundo, o cartão de visita do assentamento é uma plantação de soja. Isso se torna ainda mais interessante se levarmos em consideração que o assentamento em questão, o PA Nova Santa Rita (também chamado de São Joaquim, nome da antiga estância), ao mesmo tempo em que apresenta esta paisagem homogeneizada, é destacado pela assistência técnica como um dos mais prósperos em termos de cultivos de subsistência e de pecuária leiteira. Isso leva a crer que não se trata de uma substituição de uma racionalidade camponesa por uma moderna/industrial.

Além destas expressões econômicas tratadas até aqui, outra grande expressão da reterritorialização camponesa em Santana do Livramento é a política. Para Chelotti (2013), na Campanha Gaúcha, a reterritorialização política é identificada pela formação de núcleos de resistência ao conservadorismo político regional. Conforme o autor, nos últimos anos, inclusive, tornou-se crescente a participação de partidos ditos “mais de esquerda”, em que seus representantes tiveram como base de apoio os territórios constituídos por assentamentos rurais.



Figura 26 – Acesso ao PA Nova Santa Rita: ao fundo lavoura de soja

Org: Do autor

Fonte: Trabalho de campo

Em Santana do Livramento ocorre hoje talvez o momento de maior expressividade política dos assentamentos no município e também da capacidade de articulação deste poder local, com as escalas estadual e federal. O fato é que, em escala municipal, os assentamentos elegeram um vereador como representante e tiveram papel fundamental na eleição do atual prefeito. O mesmo partido do vereador e do prefeito governa nas instâncias estadual e federal, havendo, portanto, convergência política e por isso, uma provável maior capacidade de articulação. A fala a seguir, de um assentado, ex-vereador no município, expressa sua visão desta nova conjuntura política para os assentados:

Hoje é outra realidade. O companheiro Itacir (assentado eleito vereador na última eleição), eu fiz campanha, ajudei ele a se eleger. E a urna desta comunidade (PA Liberdade no Futuro) que elegeram e foi a última ser aberta. Então, hoje é outra realidade. Hoje o PT já governa Santana do Livramento, o PT governa o Rio Grande do Sul e o PT governa o Brasil. Esperamos que agora vamos começar a ter estrada pra escoar a produção porque até hoje

nós passamos nos corredores tocando tropas de gado (ENTREVISTADO DO PA LIBERDADE NO FUTURO, EX VEREADOR EM SANTANA DO LIVRAMENTO, 2012).

É importante destacar que esta territorialização política dos assentamentos parece não se dar de forma absolutamente coesa. Esta expansão da expressividade política dos assentamentos no município se dá em meio a divergências internas, e divisão em grupos políticos, tanto no sentido partidário como no âmbito do próprio MST. A fala abaixo de um entrevistado, liderança regional do MST contém interessantes aspectos neste sentido. Suas palavras expressam as divergências internas em meio às conquistas políticas dos assentamentos no território de governança do Estado em nível local.

Agora nessa eleição conseguimos fazer história aqui. Botamos vereador, botamos prefeito. E saímos do zero praticamente, porque o PT aqui é muito pequeno e tem divisões dentro, como tem também dentro do Movimento hoje, aqui na região tem dois grupos. Um grupo tinha dois candidatos a vereador. Nós fomos de sorte, conseguimos botar o nosso e os outros não conseguiram botar. Mas incomoda. É um problema que a gente tem que solucionar. Começamos a discussão no ano passado. E eu acho que temos muita presença na política. Conseguimos dar uma volta no partido e dentro da política do município porque do jeito que nós chegamos aqui, com povo radical contra e saber que hoje nós estamos com condições de estar em qualquer repartição aí, temos gente lá dentro e somos aceitos (ENTREVISTADO DO PA NOVA SANTA RITA, 2012).

Em meio a estas particularidades, já é possível perceber alguns resultados práticos desta conquista de espaços de poder do “primeiro território” em escala municipal. O vereador eleito como representação dos assentados hoje encabeça uma “força tarefa” pela melhoria das estradas rurais de Santana do Livramento, um problema que, diga-se de passagem, talvez seja o mais característico e o mais citado como limitante, não só pelos assentados como pelos demais produtores rurais do município.

Inclusive, recentemente o referido vereador, o prefeito e o secretário de captação de recursos estiveram reunidos com o presidente do INCRA, durante a Expointer 2013, em Esteio, onde foi anunciada pela instituição investimentos nas estradas rurais de Santana do Livramento. Os representantes santanenses

apresentaram o projeto de implantação e recuperação de estradas rurais e, em contrapartida, o INCRA, na figura de seu presidente, anunciaram que ainda neste ano iniciará a execução do projeto. A reportagem abaixo detalha a ocasião do referido anúncio.

#### **Incra confirma investimentos nas estradas rurais santanenses**

Ontem à tarde, o prefeito Glauber Lima conseguiu uma confirmação importante: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), afinal, vai colaborar para que as estradas rurais de Livramento tenham condições de trafegabilidade. Ele conversou com o presidente nacional do Instituto, que é santanense, nascido na região do Passo dos Guedes. O encontro aconteceu na casa do Ministério da Agricultura, na 36ª Expointer, onde foi feita a apresentação de projeto de implantação e recuperação de 340 quilômetros de estradas rurais municipais de acesso e estradas internas de Sant'Ana do Livramento, incluindo os serviços de terraplanagem, pontes e bueiros, com custo aproximado de R\$ 25 milhões. Glauber Lima, o secretário municipal de Captação de Recursos, Carlos Eduardo Miranda Alves, e o vereador Itacir Soares (PT) relataram ao conterrâneo, presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, a representantes do Governo do Estado e profissionais do Instituto a realidade vivenciada pelos produtores rurais locais há vários anos. Segundo Glauber Lima, o objetivo é atender com estradas de qualidade as famílias dos 38 projetos de assentamentos federais, estaduais e do crédito fundiário (Banco da Terra), viabilizar o transporte escolar (35 rotas percorrendo 6.000 Km/diariamente), além de atender antiga demanda para escoamento da produção dos assentamentos. O presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, afirmou ao primeiro mandatário santanense que ainda neste ano iniciará a execução do projeto que atenderá mais de 60% da população rural, obedecendo à ordem de prioridades estabelecidas por critérios técnicos. "Sem dúvidas, a execução deste projeto colocará as estradas em condições de assegurar qualidade para o escoamento da nossa produção. Irá atender uma demanda histórica na cidade, e estamos muito contentes com a notícia"- concluiu o prefeito (JORNAL A PLATÉIA, 31/08/2013).

É possível perceber que a territorialização política dos assentamentos tem se desdobrado, de fato, em atendimento às demandas de melhorias vindas dos PA's. Na área de educação também é possível observar, recentemente, alguns fatos que indicam mudanças substanciais no que tange a reprodução das famílias. Através das articulações políticas com a escala estadual, foi possibilitada a inauguração da primeira escola rural com ensino médio do município, que já funciona no interior do assentamento Bom Será. A reportagem abaixo noticia o momento da inauguração da referida escola e dá alguns detalhes das mudanças trazidas pelo empreendimento.

### **Assentamento sedia primeira escola rural com ensino médio em Santana do Livramento/RS**

Os alunos do assentamento Bom Será, em Santana do Livramento, a 498 quilômetros de Porto Alegre, não precisam mais se deslocar até a cidade para manter os estudos após concluir o Ensino Fundamental. Na sexta-feira (15) o Ensino Médio foi oficialmente incorporado à Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Conselheiro, que fica no local. Assim, o município passou a contar com o primeiro curso nessa modalidade fora da área urbana. O lançamento foi marcado em uma solenidade comemorativa com a presença de autoridades e da comunidade. Uma das matriculadas, Ana Cláudia de Lucca, de 14 anos, se diz aliviada por ela e seus vizinhos não precisarem percorrer dois trechos diários de 35 quilômetros até a sede do município se quiserem continuar aprendendo as disciplinas formais. “Se não fosse aqui, teria que ser na cidade e muitos iriam parar de estudar. Ficar quase três horas andando em um ônibus não é muito fácil”, pondera a adolescente. [...]. A diretora da escola, Carmen Vedovatto, é uma defensora da oferta de educação em assentamentos. Oriunda da primeira turma de Pedagogia da Terra do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) ela também é assentada na localidade Cerro dos Munhoz. Em sua fala durante a cerimônia de inauguração do ensino médio, a educadora repetiu a poesia cantada poucos minutos antes pelo assentado Silvestre Almeida, pai de uma das alunas: “não vou sair do campo para ir à escola. É um direito de todos estudar no campo” (INCRA.GOV.BR, 18/03/2013).

Aspecto importante é que grande parte das famílias, mesmo após assentadas, mantém vínculo com o MST. O fato de antes do assentamento os colonos terem passado pela experiência do MST é, inclusive, um fator decisivo em sua organização política. Embora muitos dos aspectos que eram essencialmente coletivos nos acampamentos acabem se perdendo no assentamento, a essência da organização em grupo se mantém. Por isso, mesmo internamente, os espaços de decisão coletiva e a presença do MST são elementos muito característicos da expressão política dos assentamentos. A Figura 27 a seguir mostra um momento em que os assentados do PA Fidel Castro se preparam para o início de uma reunião para decisão de suas prioridades de demanda para o serviço da assistência técnica para o ano de 2013.

Uma terceira grande expressão do território/espço rural camponês dos assentamentos da reforma agrária em Santana do Livramento é a cultural. Conforme Chelotti (2013), a reterritorialização cultural é verificada na maneira de organização do lote, da construção das casas, nas formas de lazer, na religiosidade etc. O autor observa que a princípio, não existia uma forte ligação dos sem-terra com a “identidade gaúcha”. A sua cultura, pelo menos nos primeiros anos de



assentamento, era reproduzida nos hábitos alimentares, na fala, com forte identificação com as regiões coloniais do Rio Grande do Sul.



Figura 27 – Reunião sobre a Assistência Técnica no PA Fidel Castro

Org: Do autor

Fonte: Trabalho de campo

Em Santana do Livramento, atualmente, já é bem mais significativa a presença dos traços culturais do “camponês da Campanha”, ou dos “gaúchos” em comparação com os primeiros anos dos assentamentos. No entanto, ainda é a identidade do “colono”, ou seja, os traços culturais dos assentados oriundos de regiões coloniais do estado o aspecto cultural predominante nos assentamentos. Esta expressão é percebida já na chegada de quem visita muitos lotes dos assentamentos do município. Os jardins, as flores, a forma de construção das casas lembram as áreas rurais das regiões do estado de colonização italiana e alemã (Figura 28), digam-se de passagem, muito diferentes das construções tradicionais do meio rural na Campanha.



Figura 28 – Vista frontal de residência na agrovila do PA Nova Santa Rita

Org: Do autor

Fonte: Trabalho de campo

No entanto, como já observou Chelotti (2009), ao ocorrer a reterritorialização, se mantêm traços culturais, por sinal muito fortes, mas com certo grau de hibridismo, tendo em vista que, com as trocas entre as pessoas, muitos elementos foram revistos e outros incorporados na nova morada ao passar dos anos, por serem necessários para a sua reprodução no novo território. Um exemplo é o fato de muitos assentados terem se tornado pecuaristas. Trata-se de uma mudança que é produtiva, uma estratégia econômica, mas que, no entanto, certamente deverá ter grande efeito cultural a médio e longo prazo. A racionalidade da pecuária extensiva está presente nos assentamentos e é praticada por aqueles que pouco ou nenhum contato tiveram anteriormente com a atividade. Durante saída a campo nos deparamos com uma ocasião interessante neste sentido. Observamos um menino à cavalo, que andava por um corredor do assentamento São Leopoldo, “pilchado” à caráter. Quando falamos com ele, logo veio o marcado sotaque típico do noroeste do estado. O menino era de Palmeira das Missões. Disse que sua família não era pecuarista anteriormente e que aprendeu a andar à cavalo em Livramento com seus vizinhos santanenses e que gostava muito da atividade com o gado.

Ao entrevistar os assentados, em suas falas, a identidade da colônia se mostra inconfundível. “Eles falam de um jeito ‘nóis falemo’ de outro”, nos disse uma entrevistada do assentamento Fidel Castro, se referindo às diferenças daqueles oriundos do norte do estado em relação aos “nativos” de Santana do Livramento. Em algumas saídas a campo, dada a distância que separa os assentamentos da área urbana, permanecemos para o almoço na casa de famílias em que aplicamos os roteiros de entrevista. Nestas ocasiões, a expressão cultural da reterritorialização camponesa em Santana do Livramento também estava presente. Este aspecto foi percebido por nós já na forma de colocar à mesa, em que chama a atenção a grande diversidade de alimentos e também a fartura, com destaque para os vegetais, produto da cultura hortícola.

Assim, tendo em vista o exposto a partir de nossa pesquisa, consideramos possível afirmar que os assentamentos têm tido um papel de dinamização do meio rural em Santana do Livramento, pois são, por excelência, locais de reconstrução do rural como espaço de vida. As famílias assentadas passam por uma “nova” ou “renovada” inserção na vida rural, como coloca Wanderley (2000), e não sem dificuldades e desafios, acabam dinamizando este espaço ao intensificar a vida social local. Considerando a condição do meio rural em Santana do Livramento antes da inserção dos assentamentos, fica evidente sua capacidade de repovoar e reanimar este meio e de integrar os habitantes do campo à sociedade local (WANDERLEY, 2000, p. 40).

Observamos que este se torna um espaço em que está em jogo não só ganhos financeiros e retorno de investimentos. Está em jogo também e principalmente a reprodução da vida cotidiana. Por isso, este espaço rural povoado, ao se tornar um espaço de vida, passa a ter mais demandas e por isso gera maior movimento, dinâmica, dinamização. Além de trabalho e renda suficientes, é preciso saúde, educação, mobilidade, acomodações adequadas, confortáveis, enfim, um mínimo para uma qualidade de vida desejável. Não se trata somente de investimentos em genética bovina, em maquinário, sementes modificadas, etc. com intuito de aumento da lucratividade, como o é para a grande propriedade. Trata de muito mais. Deste modo, o resultado disso vem ficando cada vez mais evidente ao longo dos anos, na medida em que ocorre a consolidação dos assentamentos. Os fatos recentes, a exemplo das estradas e da escola de ensino médio expressam

este movimento. Como constatou Medeiros L. S. (2009), os assentados provocam um redesenho das áreas onde se inserem, levando à modificações na paisagem, à diversificação na produção, incrementando a oferta de produtos no mercado local e dinamizando a vida econômica de localidades e distritos onde se instalam.

É fato que por força de todas as dificuldades que observamos, bem como da existência relativamente recente dos assentamentos, a pobreza e a miséria estão presentes nos PA's. No entanto, nada que se diferencie muito em termos gerais da sociedade brasileira, gaúcha e santanense. A estratificação social se repete no interior do assentamento. Os dados do Ministério do Desenvolvimento Social mostram que atualmente 30% das famílias assentadas em Santana do Livramento são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Trata-se de um índice que não é baixo, mas que, porém, não difere muito da realidade maior, da escala de município, em que 27% das famílias são beneficiárias.

Porém, é quando observamos a visão dos próprios assentados sobre aquilo que o assentamento representa em suas vidas e como eles avaliam o resultado de sua reivindicação da ruralidade, que o significado da reforma agrária fica mais nítido. Em meio aos casos de evasão e rotatividade, que são significativos, o que mais nos chama atenção é o sentimento de mudança positiva, de autonomia e de liberdade representado pela conquista da terra por parte daqueles que ficam. Estes sentimentos são unanimidade entre os entrevistados, que destacam a satisfação em trabalhar e viver daquilo que é seu e de ter liberdade de tomar decisões, de administrar, diferente da vida de assalariado ou desempregado ou parceiro/meeiro que levavam anteriormente. Em suma, ocorre que os assentamentos vêm construindo, em meio a muitas dificuldades e conflitos, um espaço rural de inclusão de sujeitos sociais anteriormente excluídos. Justamente por isso, sem desconsiderar os diversos limitantes, a palavra desenvolvimento rural ganha sentido e, a nosso ver, se mostra como um horizonte possível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa procuramos analisar a dinâmica da produção e, portanto, das transformações do espaço rural em Santana do Livramento. Buscamos conhecer o processo de formação e reprodução da grande propriedade patronal e da concentração fundiária no município, de modo a compreender as características do espaço rural produzido neste tipo de território. Procuramos também, avaliar as novas feições produzidas a partir da territorialização dos 30 assentamentos instalados neste espaço rural, que expressam o contraponto a tudo aquilo que a grande propriedade patronal e a concentração fundiária representam.

Fizemos esta investigação através dos caminhos oferecidos pela abordagem territorial, pautando-nos nas direções que nos dão a obra de autores como Raffestin, Fernandes e, principalmente, Saquet. Por este caminho, quando falamos em compreender a dinâmica e as transformações do espaço rural em Santana do Livramento, nosso intuito foi evidenciar os processos históricos responsáveis por tornar este um espaço de inclusão ou de exclusão. Procuramos não nos furtar das contradições, do movimento, da dialética sócio-espacial e da historicidade que nos permitiram desnudar desigualdades e processos que por ventura atravancaram historicamente o desenvolvimento social deste espaço. Utilizamos-nos, para isso, de técnicas variadas de investigação, como a pesquisa bibliográfica, documental, de dados secundários, além de trabalhos de campo onde ocorreram entrevistas gravadas e registros fotográficos.

Em previa ao nosso estudo de caso em Santana do Livramento, realizamos a necessária tomada de nota sobre o debate acadêmico em torno do rural. Qual seu significado na atualidade? Qual seu destino? Perguntas estas que movimentam o referido debate pelo qual não poderíamos deixar de passar na trajetória de nossa pesquisa, já que desde antes mesmo de formular as questões que a movimentaram, já sabíamos que o que nos inquietava era o “interior do município”, a “campanha”, e seu papel no desenvolvimento social local.

Assim, observamos que há, grosso modo, duas correntes distintas entre os que dedicam suas pesquisas à ruralidade. De um lado estão os que acreditam na hipótese da urbanização do campo e, mesmo, do fim do rural e, de outro os que

creem no renascimento rural, na reiteration da ruralidade, embora transformada. Em um esforço de reflexão sobre estas hipóteses, avaliamos que a concordância com uma e outra delas depende, sobretudo, da forma como cada um compreende o rural.

É a partir daí que nos vinculamos a ideia de que o rural permanece como forma particular de utilização do espaço e de vida social como se referiu Kayser, e é de natureza territorial e não setorial-agrícola. Concordamos, por isso, considerando contribuições de autores como Abramoway, Veiga e Marques, com a conceituação proposta por Wanderley (2001), que vê o rural como um meio específico, compreendido em dupla face: 1) enquanto espaço físico, ou seja, materialidade, construída socialmente a partir da ocupação do território, da definição de uma estrutura de posse (estrutura fundiária) e dos usos da terra e de outros recursos naturais, como a água, seja para a conservação, como paisagens naturais e/ou como paisagens construídas; 2) como lugar de referência identitária e como suporte de modos de vida particulares, de onde também, se vê e se vive o mundo de modo peculiar. Onde na condição de “homem rural”, os indivíduos experimentam ou reivindicam a cidadania e sua inserção na sociedade nacional.

Foi, pois, com este entendimento do conceito de espaço rural que realizamos nosso estudo de caso em Santana do Livramento. Foi também, com esta compreensão em mente, que realizamos uma previa, realizando uma breve incursão sobre a dinâmica do espaço rural em escala de Brasil. Observamos a partir desta incursão, que as principais feições do rural brasileiro ocorrem em um “um mosaico de formas e de cores em que se impõem as culturas”, como nos referimos através das palavras de Kayser, dada a diversidade de realidades existentes no Brasil. Isso, inclusive, foi o que nos atentou para a importância de se compreender os espaços rurais em suas particularidades. Portanto, foi esta argumentação que justificou nosso estudo de caso.

Assim, foi possível observar que as sesmarias lançaram as bases de um rural profundamente desigual no município. A partir delas, se distinguiu uma pequena elite proprietária em relação à ampla maioria da população, que ficou, já de início, alijada do acesso a terra. A grande estância pastoril surgida daí se beneficiou de uma série de artifícios para garantir sua reprodução ao longo do tempo. Na medida em que estas unidades foram se inserindo no modo de produção capitalista, foram materialmente se complexificando, acumulando novos objetos técnicos. De outro

lado, foram paulatinamente expelindo a população não proprietária de seus domínios, empurrando-a para o incerto, se apresentando como autêntico espaço de exclusão. Os próprios proprietários foram sistematicamente mudando-se para a cidade. Isso acabou por marcar o rural produzido na grande propriedade como um espaço de sucessiva decadência enquanto espaço de vida e, ao mesmo tempo, de consolidação como campo de investimento da restrita classe proprietária.

Deste modo, se o rural se define por sua dupla face ambiental e social, no território da grande propriedade patronal em Santana do Livramento o que existe é um rural descaracterizado. A face social deste meio, definida por modos de vida específicos, se encontra reduzida diante do vazio demográfico que impera. A face ambiental, definida pela importância dos elementos naturais, se restringe aos espaços de pecuária extensiva em pasto nativo, concentrados, sobretudo, na parte oeste do município, onde ainda subsistem também restritos remanescentes de vida social tradicional, associados ao modo de vida do gaúcho. Na parte leste, a agricultura moderna, baseada em grande aparato tecnológico, cada vez mais indiferente às condições naturais, territorializa-se com velocidade e suprime cada vez mais porções de Pampa e de “vida pastoril”.

Tudo isso, inclusive, nos levaria a concordar, para o caso estudado, com a hipótese da urbanização do campo, em que este perderia paulatinamente suas especificidades, em um processo rumo à “sociedade urbana”. No entanto, a experiência protagonizada pelos assentamentos da reforma agrária, a partir dos anos 1990, evidencia o contrário. O rural produzido no território dos assentamentos se mostra como um foco de renascimento das faces social (econômica, política, cultural) e ambiental que caracterizam a ruralidade. Com muitas dificuldades, os assentados produzem a revitalização social do meio rural no município, redefinindo-o como espaço de inclusão de atores anteriormente excluídos, reterritorializando aqueles que haviam sido desterritorializados.

As famílias hoje assentadas não iniciaram a contestação do caráter desigual da apropriação da terra na região, algo que vem de longa data, mas territorializaram a contestação organizada, a luta coletiva pela terra, chegando ao ápice, que foi a conquista dela, no seio do território da grande propriedade. Estas famílias não inauguraram, tampouco, a pequena propriedade, que está presente desde muito cedo na colonização da Campanha, mas deram a ela uma representatividade nunca antes vista. Os assentamentos, que formam um território camponês “ilhado” no

território da grande propriedade, produzem, no leste arenoso do município, uma revitalização que não se trata de reconstituir o antigo. É uma nova ruralidade, distinta daquelas tradicionais da Campanha.

Para exemplificar, podemos falar, em termos econômicos, na pecuária leiteira e na produção diversificada de autoconsumo, duas atividades historicamente presentes na Campanha, mas que, no entanto, nunca tiveram a centralidade que tomam hoje. Os assentamentos têm colocado estas duas atividades em papel de destaque não só para a reprodução socioeconômica no meio rural, de modo restrito, como para a própria economia do município, em geral. Particularmente a pecuária leiteira vem experimentando um grande salto a partir da participação dos assentamentos.

Politicamente, talvez, desde a decadência da grande propriedade pastoril, das sucessivas crises da pecuária e da perda de expressão política da elite estancieira, o meio rural não tenha tido significativa representação com a que se evidencia hoje. Recentemente os assentamentos tem protagonizado o retorno ao campo político no município daqueles que “vivem da terra”. A vinculação a um movimento social, associada a experiências coletivas da grande massa de assentados, permite uma significativa, embora relativa, coesão política. Isso tem se desdobrado na conquista de significativas feitorias de interesse para os assentamentos e para o meio rural local de modo geral. Os assentamentos tem sua territorialização política expressa, sobretudo, pela eleição de vereador, pelo peso na eleição de prefeito e pela articulação com outras escalas de poder estatal. Como resultado, em um curto período de tempo, antigas e estruturais reivindicações dos assentados vem sendo atendidas, a exemplo de escolas, estradas e agroindústria.

O aspecto cultural é o que torna mais visível a revitalização social do meio rural em curso no leste do município. A forma de construção das casas, a organização dos lotes e do próprio trabalho, o significativo laço comunitário, os jeitos de falar, enfim, os traços culturais, são os aspectos que mais chamam a atenção e deixam evidente a nova ruralidade que vai sendo estatuída. É a presença de uma identidade territorial associada às regiões coloniais do estado localizadas na metade norte, de onde a maioria dos “colonos” é oriunda, que torna evidente o sopro de vida social local trazido pelos assentamentos. Além disso, a presença de assentados oriundos de municípios da própria Campanha, seja antigos moradores das periferias,



ou mesmo, trabalhadores de estâncias, coloca em contato identidades distintas, favorecendo o hibridismo.

No que tange à relação com a natureza, se desenha uma questão controversa. Aguiar (2011) já havia mostrado, por meio de imagens de satélite, o impacto do assentamento sobre o uso do solo, comparando imagens de antes e depois da instalação dos assentamentos. É evidente que a prática da agricultura, presente em praticamente todos os lotes, somada a abertura de estradas, construção de casas e demais benfeitorias, tem significativo poder de supressão da biota se comparado com o anterior, quase sempre pastoril. Além disso, são crescentes as áreas de assentamento que vem se somando à grande mancha de supressão do Pampa causada pela expansão da agricultura moderna, sobretudo, pelo plantio de soja.

No entanto, é preciso considerar que os restritos 4,6% da área do município ocupados pelos assentamentos não permitem grandes manchas de supressão. É importante ponderar também, que boa parte dos assentados destina a maior parcela de seus lotes à prática da pecuária leiteira em campo nativo, atividade esta que, diga-se de passagem, é reconhecidamente a que melhor equilibra as dimensões econômica e ambiental em pequenas propriedades no caso pampiano, desde que com manejo adequado. Além disso, é preciso levar em conta que boa parte da agricultura praticada nos assentamentos trata-se de uma atividade diversificada, em pequenas escala, com pouco maquinário e potencial de alteração do ecossistema.

Assim, seja através do referencial teórico reunido ou através dos resultados da análise na escala de Santana do Livramento, se registra, com estas páginas, uma contribuição ao debate sobre o espaço rural e seu desenvolvimento. Ao serem conhecidas e expostas dinâmicas e transformações do espaço rural no município, consideramos que foram contemplados os objetivos. O tema aqui abordado, sobre a ruralidade será levado adiante, sendo o intuito em trabalhos futuros, aprofundar a análise apresentada, sobretudo no que tange à dinâmica territorial dos assentamentos da reforma agrária.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOWAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4121](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4121)> Acesso em: 20 mar. 2012.
- A fortaleza de Canabarro no Pampa. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, 15 de set. 2012. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/09/a-fortaleza-de-canabarro-no-pampa-3886803.html>> Acesso em: 17 set. 2012.
- AGUIAR, J. S. **Uso da terra técnica e territorialidade: os assentamentos de Santana do Livramento/RS**. 2011. 255 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- AGUIAR, J. S.; MEDEIROS, R. M. V. Reforma agrária, reterritorialização e agroecologia: estudo de caso em Sant’Ana do Livramento/RS. Resumos do VI CBA e II CLAA. **Rev. Bras. de Agroecologia**/nov. 2009. Vol. 4 n. 2
- ALBUQUERQUE, M. M. A. et. al. **Atlas histórico escolar**. 8 ed. Rio de Janeiro: MEC, 1991.
- ALBORNOZ, V. P. L.  **Armour: uma aposta no pampa**. Sant’Ana do Livramento, s/Ed, 2000.
- ALVES, F. D. Considerações sobre métodos e técnicas em Geografia Humana. **Dialogus**, Ribeirão Preto, v.4, n.1, 2008.
- ANDRADE, J. J. **Os valores e as motivações no processo de tomada de decisão dos produtores rurais no município de Santana do Livramento/RS**. 2010. 289 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- ANDREATTA, T.; BEROLDT, L.; WANDSCHEER, E. A. R.; MIGUEL, L. A. Origens da formação agrária sul rio-grandense no contexto brasileiro. Porto Alegre: **Anais do 47º Congresso da SOBER**. 2009. 23 p.
- ARL, V. Agroecologia: desafios para uma condição de interação positiva e co-evolução humana na natureza. In: Alves, Carrijo e Candiotto (org.) **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 155 – 168.
- Assentamento sedia primeira escola rural com ensino médio em Santana do Livramento/RS. **INCRA**, [INCRA.gov.br](http://www.incra.gov.br), 18 mar. 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/12788-assentamento-sedia-primeira-escola-rural-com-ensino-medio-em-santana-do-livramento-rs>> Acesso em: 21 mar. 2013.
- BECKER, I. B. **Os índios charrua e minuano na antiga banda oriental do Uruguaçu**. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2003.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **D.O.U.**, Brasília, DF, 26 fev. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm)>. Acesso em: 11 set. 2012.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do império. **Secretaria de Estado dos Negócios do Império**, Rio de Janeiro, RJ, 20 set. 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)> Acesso em: 23 mai. 2012.

BUTH, F.; CORRÊA, W. K. Assentamentos: elementos de reconfiguração territorial de um movimento social. **Revista Discente Expressões Geográficas**. Florianópolis – SC, Nº02, p. 24 - 37, 2006.

CAGGIANI, I. **Sant’Ana do Livramento: 150 anos de história**. Sant’Ana do Livramento, ASPES, 1983.

\_\_\_\_\_. **Santana do Livramento: História**. Sant’Ana do Livramento, s/Ed. 1952.

CARNEIRO, M. J. “‘Rural’ como categoria de pensamento”. **Ruris**, v. 2, n. 1, 2008, p. 9-38.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75. out., 1998. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>>. Acesso em: 28 de mar. de 2012.

CÉSAR, G. **Origens da economia gaúcha: o boi e o poder**. Porto Alegre: IEL, CORAG, 2005.

CHELOTTI, M. C. A dinâmica do espaço agrário no município de Sant’Ana do Livramento/RS: das sesmarias aos assentamentos rurais. **Estudos Geográficos**. Rio Claro, v. 1, n. 3, p. 53 – 70, jan/jun. 2005.

\_\_\_\_\_. A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na Campanha Gaúcha. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 15, p. 1-25, fev. 2013

\_\_\_\_\_. **A Estância Metamofoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na campanha gaúcha (1990-2007)**. 2009. 288 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

\_\_\_\_\_. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant’Ana do Livramento/RS**. 2003. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

CHRISTILLINO, C. **Litígios ao sul do império**: a lei de terras e a consolidação da política da Coroa no Rio Grande do Sul. 2010. 353 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

COLVERO, R. B. **Negócios na madrugada**: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

COSTA, Rogério H. **RS**: Latifúndio e identidade regional. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1988.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, H. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Palotti, 2003. p.157-194.

CRUZ, R. C.; D. L. GUADAGNIN. Uma pequena história ambiental do pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança. In: COSTA, B. P.; QUOOS, J. H. DICKEL, M. E. G. (orgs.). **A sustentabilidade da Região da Campanha - RS**: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Departamento de Geociências, 2010. 226 p.

DELGADO, G. C. 1985. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**: 1965-1985. São Paulo, Ícone/UNICAMP.

EDUARDO, M. F.; SAQUET, M. A. A abordagem territorial como perspectiva teórico conceitual: insights sobre a agroecologia no sudoeste paranaense. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010. p. 1 – 12. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=338%E2%80%8E>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

FARINATTI, L. A. E. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). 2007. 421 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. Domesticação, técnica e paisagem agrária na pecuária tradicional da Campanha Rio-Grandense (século XIX). In: COSTA, B. P.; QUOOS, J. H. DICKEL, M. E. G. (orgs.). **A sustentabilidade da Região da Campanha - RS**: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Departamento de Geociências, 2010. 226 p.

Fazendeiros acampam diante dos sem-terra no Rio Grande do Sul. **Jornal Estadão**, São Paulo, 18 mar. 2003. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/arquivo/nacional/2003/not20030318p34868.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 93, n. 2, 1999.

\_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do Território. Presidente Prudente: NERA, 2008.

\_\_\_\_\_. Espaços Agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun. 2003. Universidade Estadual de São Paulo. Presidente Prudente, Brasil.

\_\_\_\_\_. Reforma agrária no governo Cardoso e no governo Lula: desafios da geografia agrária. In: MEDEIROS, R. M. V.; FALCADE, I. **Tradição VS tecnologia**: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 295 p.

\_\_\_\_\_. Sobre a tipologia dos territórios. [2009]. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes.php>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

FERNANDES, V. Dinâmica dos sistemas agrários na fronteira oeste: Sant'Ana do Livramento (século XV-XX). **Pampa sem fronteiras**, v1, n. 00, ago. 2009.

FIGUEIRÓ, A. S.; SELL, J. C. O Bioma Pampa e o modelo de desenvolvimento em Implantação no Alto Camaquã. VI Seminário Latino Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero Americano de Geografia Física. Universidade de Coimbra, Maio de 2010.

FLORES, M. F. C. T. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851 – 1864)**. 2007. 208 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FLORES, S. S. **Desenvolvimento territorial sustentável a partir da vitivinicultura**: o caso dos “Vinhos da Campanha”. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FONTOURA, L. F. M. A produção social do espaço agrário. In: VERDUM, R. BASSO, L. SUERTEGARAY, D. **Rio Grande do Sul**: paisagens em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GARCIA, G. B. **O Domínio da terra**: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense oitocentista. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GOLIN, T. **Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOMES, M. P. **Antropologia**. Editora Contexto: São Paulo, 2011.

GONZÁLEZ, A. R.; PEREZ, J. A. **Argentina indígena**: vísperas de La conquista. Buenos Aires: Paidós, 2000.

GRAZIANO da SILVA, J.; GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.19, n.1, 2002, p. 37-67.

\_\_\_\_\_. O novo rural brasileiro. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1999. (Coleção pesquisas 1).

\_\_\_\_\_. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, set.-dez. 2001.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 169-190.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio**: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (Org.) **Teorias e práticas territoriais**: análises espaço-temporais. 1.ed. São Paulo: Expressão popular, 2010. p. 25 – 35.

HESPANHOL, R. A. M. Agroecologia: limites e perspectivas. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008. P.15 – 32.

HESPANHOL, A. N. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: Alves, Carrijo e Candiotto (org.) **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 117 – 136.

IANNI, O. **A era do globalismo** (2ª edição). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

INCRA confirma investimentos nas estradas rurais santanenses. **Jornal A Platéia**, Santana do Livramento, 31 ago. 2013.

INCRA realiza amanhã vistoria em propriedade rural gaúcha. **Jornal Agência Brasil**, [agenciabrasil.ebc.com.br](http://agenciabrasil.ebc.com.br), 04 abr. 2005. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2005-04-04/incra-realiza-amanha-vistoria-em-propriedade-rural-gaucha>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento Santo Ângelo: Santana do Livramento/RS. Porto Alegre, 2006.

KERN, A. A. **Antecedentes Indígenas**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal Rio Grande do Sul, 1994.

KLEIN, F. **Nuestro pasado indígena**. Montevidéo: Ediciones B Uruguay S. A., 2012.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

Mantida ação contra prefeito por uso de funcionários contra MST. Superior Tribunal de Justiça, stj.gov.br, 26 mar. 2004. Disponível em: <[http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=368&tmp.texto=76657](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=368&tmp.texto=76657)>. Acesso em: 21 abr. 2013.

LEITE, S. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. **Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**, Fortaleza, 2003. Disponível em: <[http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo\\_27.pdf](http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_27.pdf)>

LINDNER, M.; MEDEIROS, R. M. V. Trabalhadores urbanos em assentamentos rurais: a formação de uma nova identidade a partir da reterritorialização camponesa. In: Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos – Belo Horizonte – 22 a 28 de julho de 2012 – UFMG – Campus Pampulha.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. Terra Livre, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95-112, 2002.

MATTOS, J. R. **Basília, felicidade e belisária**: fragmentos da escravidão em Santana do Livramento/RS. 20 de jun. 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/basilia-felicidade-e-belisaria-fragmentos-da-escravidao-em-santana-do-livramento-rs/40937/>> Acesso em: 22 abr. 2012.

MEDEIROS, L. S. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

MEDEIROS, R. M. V. Assentamentos na bacia do Ibicuí: suas formas de organização e suas práticas. In: SUERTEGARAT, D. M. A.; SILVA, L. A. P.; GUASSELLI, L. A. **Arenização**: natureza socializada. Porto Alegre: Compasso Lugar – Cultura: Imprensa Livrea, 2012. p. 465 – 485.

\_\_\_\_\_. Camponeses, cultura e inovações. **Campo-Território**: revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 41-59, fev. 2006.

\_\_\_\_\_. O Rio Grande do Sul e a busca pela Reforma Agrária. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.). **Rio Grande do Sul – Paisagens e Territórios em Transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 181 – 194.

\_\_\_\_\_. Re-territorialização e identidade: o significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS). In: IX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2007. Porto Alegre: **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 1-17.

\_\_\_\_\_. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 217-227.

MELLO, P. F. **Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. 2006. 227 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010, Brasília, 02 mai. 2011.

MORAES, M. I. La ocupación del espacio y la formación de paisajes agrarios en Uruguay. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, v.17, n. 33, p. 57-79, 2006.

MOURE, T. R. **História do Rio Grande do Sul**. São Paulo: FTD, 1994.

MST invade fazendo no Rio Grande do Sul. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 jul. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u70785.shtml>> Acesso em: 3 abr. 2012

MURADÁS, J. **A geopolítica e a formação territorial do Rio Grande do Sul**. 2008. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NAHUM, B. La estancia alambrada. In: **Enciclopedia Uruguaya**. Montevideu: Editores Reunidos, n.24, 1968.

NOCCHI, E. G. **Efeitos da crise da lã no mercado internacional e os impactos sócio-econômicos no município de Santana do Livramento/RS**. 2000, 87 f. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Integração e Cooperação Internacional) – Universidade Nacional de Rosário, Rosário, Argentina, 2001.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OSÓRIO, H. **Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

PANIÁGUA, E. R. M. **Fronteiras: violência e criminalidade na região platina – o caso do município de Alegrete (1854 – 1864)**. Alegrete: Instituto Cultural José Gervasio Artigas, 2013.



PEREIRA, L. L. **Perspectivas de produtores de ovinos em Santana do Livramento/RS**: o sistema de interesse e sua solvência. 2001. 80 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. 142 p.

PI HUGARTE, R. **Los índios del Uruguay**. Montevideu: Ediciones de La Banda Oriental, 1998.

PIZZATO, F. **Pampa gaúcho**: causas e consequências do expressivo aumento das áreas de soja. 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PONT, R. **Campos realengos**: a formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Renascença, 1983.

QUEIROZ, M. I. P. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos e São Paulo: EDUSP, 1978.

\_\_\_\_\_. Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, 1977, n.19 p. 55-78.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (Org.) **Teorias e práticas territoriais**: análises espaço-temporais. 1.ed. São Paulo: Expressão popular, 2010. p. 13 - 23.

RIBEIRO, C. M. **Estudo dos modos de vida dos pecuaristas familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SANTANA DO LIVRAMENTO. Secretaria Municipal de Administração. **Plano diretor participativo**. Santana do Livramento, RS, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 1ª ed. São Paulo: Nobel, 1985. p 21-35.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: Santos, M., M. A. de Souza, M. L. Silveira (orgs.), **Território**: globalização e fragmentação, ANPUR/Hucitec/Annablume, São Paulo, Brasil, pp. 15–20. 2002.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova**. SP: Hucitec, 1980.

SAQUET, M. A. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, A. L. et al. (Org.). **A emergência da**

**multiterritorialidade:** a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. P. 47 – 60.

\_\_\_\_\_. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. 20 a 26 de março. São Paulo: USP, 2005.

\_\_\_\_\_.; et al. A agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 237 – 254.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

\_\_\_\_\_. Proposições para estudos territoriais. **Geographia**. , ano 8, n. 15, p. 71 – 85, 2006.

SCHÄFFER, N. O. **Urbanização na fronteira:** a expansão de Sant'Ana do Livramento/ RS. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/RS; SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL/RS; FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Diagnóstico integrado dos sistemas de produção de bovinos de corte no estado do Rio Grande do Sul: relatório de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/ IEPE, 2005.

SILVA, E. L. O Pampa e a APA do Ibirapuitã: estratégias e ações para a sustentabilidade. In: COSTA, B. P.; QUOOS, J. H. DICKEL, M. E. G. (orgs.). **A sustentabilidade da Região da Campanha - RS:** práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Departamento de Geociências, 2010. 226 p.

Soja conquista espaço do arroz na Campanha Gaúcha. **Portal G1**, g1.com, 11 mar. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/03/soja-conquista-espaco-do-arroz-na-campanha-gaucha.html>> Acesso em: 15 mar. 2013

SOUZA, S. B.; PRADO, F. P. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, L. A.; KUHN, F.; GUAZZELLI, C.; NEUMANN, E. **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. SPÓSITO, E. S. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008. P.15 – 32.

SUERTEGARAY, D. M. A. A pesquisa de campo em Geografia. **GEOgraphia** (7): 92-99. 2002.

\_\_\_\_\_. Espaço geográfico: uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, A.; VERDUM, R. (Org.). **Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000. p. 13-34.

\_\_\_\_\_. PIRES DA SILVA, L. A. Tchê Pampa: Histórias da natureza gaúcha. In PILLAR, V.P... [et. al]. Editores. **Campos Sulinos: Conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

Sumiço de verbas deixa assentamento em ruínas em Santana do Livramento. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, 06 abr. 2010. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2010/04/sumico-de-verba-deixa-assentamento-em-ruinas-em-santana-do-livramento-2863405.html>> Acesso em: 12 ago. 2012.

TELLES, J. **Honório Lemes**: revoluções de seu tempo. Rosário do Sul: s/ed.

TORRONTEGUY, T. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

TRF manda suspender vistoria do INCRA. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 abr. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0704200520.htm>>. Acesso em: 9 jul. 2012.

UESLER, C. O espaço rural missioneiro: núcleos produtivos, uma revisão necessária. In: COLVERO, R. B.; MAURER, R (Org.). **Missões em mosaico: da interpretação à prática: um conjunto de experiências**. Porto Alegre: Editora Faith, 2011.

Urbanização atinge a maior taxa da história, mostra Censo. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de abr. 2011.

VEIGA, J. E. Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Editora Autores Associados, Campinas, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. Destinos da ruralidade no processo de globalização. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.18, n.51, maio-agosto 2004.

\_\_\_\_\_. Nascimento de outra ruralidade. *Estudos Avançados*, vol. 20, nº 57, maio-agosto de 2006.

VERDUM, R. Diversidade e conflitos ambientais no Brasil. **L'Ordinaire Mexique Amerique centrale**, Toulouse, v. 1, n. 200-201, p. 71-78, 2005.

VIANA, J. G. A.; SILVEIRA, V. C. P. Cadeia produtiva da ovinocultura no Rio Grande do Sul: um estudo descritivo. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v.2, n.1, p. 9-20, jan./abr. 2009.

VIDART, D. **El mundo de los charruas**. Montevideú: Banda Oriental, 2010.

VIEIRA, E. F.; RANGEL, S. S. **Geografia econômica do Rio Grande do Sul: espacialidades/temporalidade na organização**. Porto Alegre: Saga/ DC Luzatto. 1993.

WANDERLEY, M. N. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural: In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

\_\_\_\_\_. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba: Editora da UFPR, n. 2, p. 29 – 37, jul/dez, 2000.

\_\_\_\_\_. Olhares sobre o “rural” brasileiro. Campina Grande, Revista Raízes, Vol 23, nº 1 e 2 (jan-Dez), 2004, p. 82-99.

\_\_\_\_\_. O Mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. In: Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 17, n.1, abril 2009, UFRJ, Rio de Janeiro.

ZARTH, P. A. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

\_\_\_\_\_. **História agrária do planalto gaúcho**. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1997.